

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Dissertação de Mestrado

**O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a
questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS**

Gabriela Costa da Silva

Volume 1

Pelotas, 2016.

Gabriela Costa da Silva

**O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a
questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora

Prof. Dra. Adriana Portella

Co-orientadora

Prof. Dra. Gisele Silva Pereira

Volume 1

Pelotas, 2016.

Gabriela Costa da Silva

**O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a questão das
remoções na cidade de Porto Alegre/RS**

**Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.**

Data da Defesa:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Adriana Araujo Portella (Orientador)

Doutor Joint Centre for Urban Design pela Oxford Brookes University

Prof. Dr. Gisele Silva Pereira (Co-orientadora)

**Doutor em Hospitality, Leisure and Tourism Management pela Oxford Brookes
University**

Prof. Dr. Maria Cristina Dias Lay

Doutor em Arquitetura Post Graduate Research School pela Oxford Brookes University

Prof. Dr. Celina Maria Britto Correa

Doutor em Arquitetura pela Universidade Politécnica de Madrid

Prof. Dr. Eduardo Rocha

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Federal de Pelotas, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ao PROGRAU, por possibilitar a realização dessa dissertação, proporcionando o estudo e aprendizado; a minha orientadora Adriana Portella e co-orientadora Gisele Silva Pereira que me apoiaram em todos os momentos; aos meus pais, Paulo Fernando Peres da Silva e Maria Virgínia Costa da Silva que sempre incentivaram meus estudos e o meu progresso; aos amigos e familiares que estiveram presentes e me acompanharam nessa jornada.

•

“A gente achava que, de fato, se a Copa viesse para cá iam acontecer coisas boas pra população, teria mais dinheiro, mais empregos, mas a gente não sabia que nas entrelinhas essa Lei Geral da Copa tinha várias armadilhas. Armadilhas, inclusive, que tiraram a soberania da nação.

A nossa vontade era de terminar a vida aqui, porque é um lugar que a gente fez, porque não tinha nada, e hoje a gente tá vendo que a nossa situação não está muito boa. De repente a Prefeitura chega e diz que vai usar toda a parte detrás do terreno e mais um pedaço da casa, sem oferecer para nossa família nada em troca.

Como eles estavam expulsando a gente para qualquer lugar, a gente marcou uma assembleia grande com a comunidade e saímos às ruas, fechamos as ruas da comunidade (...) a gente só queria que os nossos direitos fossem respeitados.”

(Morador em processo de remoção – Avenida Tronco, Porto Alegre/RS, 20/09/2014)

RESUMO

A pesquisa aborda questões relacionadas às remoções de famílias em função de obras destinadas a preparação das cidades-sede no Brasil para a Copa de 2014. Essas remoções são caracterizadas pela violação dos direitos humanos, principalmente do direito à moradia. Tem-se como perguntas de pesquisa: como os Direitos Humanos da população atingida pelas remoções ocasionadas pelo desenvolvimento urbano foram respeitados? Será que as pessoas têm consciência dos impactos positivos ou negativos da Copa do Mundo de 2014? O objetivo geral é verificar o impacto de megaeventos esportivos na qualidade de vida urbana através da percepção de diferentes grupos de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014. Teve-se como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, dado que essa, assim como as demais cidades-sede, apresentou investimentos para atender ao megaevento desencadeando remoções. Estudou-se a duplicação da Avenida Tronco, visto que a obra, de acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, seria o destaque por existir um projeto social. A coleta de dados consistiu em dois momentos: (i) levantamento de arquivo e (ii) levantamento de campo. O primeiro forneceu as informações sobre o projeto viário, obtendo subsídios para iniciar o levantamento de campo. O segundo dividiu-se em (i) observações de campo, (ii) participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, (iii) questionários, (iv) grupo focal, (v) entrevistas e (vi) levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo. Destaca-se que os métodos foram aplicados em diferentes grupos de usuários: (i) pessoas que passaram pelo processo de remoção na Avenida Tronco, em Porto Alegre, (ii) pessoas que não passaram pelo processo de remoção, mas moram na cidade de Porto Alegre e (iii) servidores que trabalham no Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre. Os resultados encontrados mostram que a população não removida teve aceitação do megaevento na capital, entretanto, a maioria desconhece os problemas relacionados às remoções. Essas remoções são relatadas pela Prefeitura como solucionadas, entretanto, a população atingida sofre com a falta de respeito e diálogo. Espera-se que os resultados da pesquisa sirvam como subsídio teórico para próximos megaeventos, a fim de que haja maior atenção às remoções, visto que essas devem ser realizadas sem a violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: remoções; direito à moradia; percepção; Copa do Mundo.

ABSTRACT

The research approaches topics related to the removals of families due to the works designed to the preparation of the host cities in Brazil for the 2014 Fifa World Cup. These removals are featured for the violation of human rights, mainly the right to housing. The research questions are: as human rights of the population affected by the removal caused by urban development have been respected? Are people aware of the positive or negative impact of the World Cup 2014? The general goal is check the impact of sporting megaevents in the quality of urban life through the perception of different user groups as the World Cup 2014. It was had as a study of case the city of Porto Alegre, in the state of Rio Grande do Sul, once this city, as the other host cities, presented investments to attend the mega event, causing removals. The duplication of Tronco Avenue has been studied, since the works, according to Porto Alegre City Hall, would be highlighted for having a social project. The data collection happened in two moments:(i) File collection and (ii) field collection. The first one gave information about the road project. The second one has been divided in (I) field observations, (ii) demonstration participation and events of the removed communities, (iii) questionnaires, (iv) focal group, (v) interviews and (vi) report and images broadcast by media, Fifa and Government's analysis. It's important to emphasize that the methods that were applied in different groups of users: (I) people who went through the removal process on Tronco Avenue, in Porto Alegre city, (ii) people who didn't go through the removal process, although they live in the city and (iii) employees who work for the Porto Alegre City Housing Department. The results found show that the population that wasn't removed received well the mega event. However, most of them don't know about the problems related to the removals. These removals are reported by the Porto Alegre City Hall as soled, although the population who had the problem suffer with the lack of respect and dialogue. It's expected that the results of this research help as theoretical subsidy for the next mega events, so that there is more attention to the removals, once these must be carried out without the violation of the human rights.

Keywords: removals; right to housing; perception; World Cup.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 2

Figura 2.1: Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos em Atenas, 1896.....	28
Figura 2.2: Estádio Coliseu de Los Angeles em 1932.....	34
Figura 2.3: Vila Olímpica de Los Angeles em 1932.....	34
Figura 2.4: Olympia Park München em Munique – Alemanha.....	36
Figura 2.5: Vista aérea da região portuária de Barcelona antes de 1992.....	37
Figura 2.6: Vista aérea da região portuária de Barcelona após 1992.....	37
Figura 2.7: Fonte na Vila Olímpica - Atenas (2014).....	40
Figura 2.8: Pavilhão desportivo AOKA - Atenas (2014).....	40
Figura 2.9: Arena de voleibol - Atenas (2004).....	42
Figura 2.10: Arena de voleibol - Atenas (2014).....	42
Figura 2.11: Cidade de Lata/Cidade do Cabo – África do Sul.....	43
Figura 2.12: Vista aérea da Cidade de Lata/Cidade do Cabo – África do Sul.....	43
Figura 2.13: <i>Stratford</i> antes das Olimpíadas de 2012.....	45
Figura 2.14: <i>Stratford</i> após as Olimpíadas de 2012.....	45
Figura 2.15: Parque Rainha Elizabeth em Londres.....	48
Figura 2.16: Escultura <i>ArcelorMittal Orbit</i> em Londres.....	48
Figura 2.17: Estádio Maracanã 1950.....	51
Figura 2.18: Estádio Maracanã na inauguração.....	51
Figura 2.19: Vila Pan-Americana no Rio de Janeiro em 2014.....	53
Figura 2.20: Cartaz em Brasília “Hospitais e escolas padrão FIFA 2014” e “E a cura para a alienação cadê?.....	61
Figura 2.21: Cartaz em São Paulo “Nenhum político é digno do meu precioso voto”.....	61
Figura 2.22: Área relacionada à Vila Autódromo e à Cidade Olímpica para as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.....	69
Figura 2.23: Situação atual da Vila Dique, Porto Alegre.....	71
Figura 2.24: Demolição das casas na Avenida Tronco, Porto Alegre.....	71
Figura 2.25: Lixo, esgoto e escombros na Avenida Tronco, Porto Alegre.....	71
Figura 2.26: Demolição de casas em Fortaleza em 2013.....	72
Figura 2.27: Local da construção do VLT em Fortaleza.....	72

Figura 2.28: Indicação da área de remoção (linha vermelha) no projeto de intervenção de Itaquera, São Paulo.....	73
Figura 2.29: Habitações a serem removidas junto ao córrego em Itaquera, São Paulo.....	73
Figura 2.30: Marcação do Departamento Municipal de Habitação em Porto Alegre.....	75
Figura 2.31: Marcação da Secretaria Municipal de Habitação no Rio de Janeiro.....	75
Figura 2.32: Manifestação em 20/05/2014 em Porto Alegre.....	77
Figura 2.33: Manifestação em 12/06/2014 em Porto Alegre.....	77
Figura 2.34: Manifestação em 12/06/2014 no Rio de Janeiro.....	77
Figura 2.35: Manifestação em 12/06/2014 em Paris.....	77

CAPÍTULO 3

Figura 3.1: Localização da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	96
Figura 3.2: Localização das áreas de remoção em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	98
Figura 3.3: Avenida Tronco em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	100
Figura 3.4: Área para a construção da rótula da Avenida Mazon com Avenida Tronco no trecho 2.....	100
Figura 3.5: Rótula da Avenida Mazon com Avenida Tronco no trecho 2 – projeto (2016).....	100
Figura 3.6: Área de duplicação na Avenida Icaraí com Avenida Tronco no trecho 4.....	101
Figura 3.7: Duplicação da Avenida Icaraí com Avenida Tronco no trecho 4 – projeto (2016).....	101
Figura 3.8: Perspectiva da Avenida Tronco, Porto Alegre – Trechos 3 e 4 – 19/05/2014.....	101
Figura 3.9: Perspectiva do projeto viário da Avenida Tronco, Porto Alegre – Trechos 3 e 4.....	101
Figura 3.10: Terrenos vazios em decorrência das remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 26/04/2014.....	105
Figura 3.11: Terrenos vazios em decorrência das remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 12/10/2014.....	105
Figura 3.12: Linha do tempo com os dias de aplicação do método.....	106
Figura 3.13: Lançamento do documentário “Estrangeiros da Vila Tronco”, em 05/06/2014.....	107
Figura 3.14: Lançamento do documentário “A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre”, em 24/06/2014.....	107

Figura 3.15: Manifestação em Porto Alegre, em 12/06/2014.....	108
Figura 3.16: Manifestação em Porto Alegre, em 15/06/2014.....	108
Figura 3.17: Projeção da frase “Brasil campeão de direitos violados” em Porto Alegre, em 12/06/2014.....	109
Figura 3.18: Projeção da frase “Futebol é arte a FIFA não faz parte” em Porto Alegre, em 12/06/2014.....	109
Figura 3.19: Convite entregue aos moradores da Avenida Tronco, bairro Cristal.....	114
Figura 3.20: Grupo Focal com a turma de Planejamento Urbano e Regional/FAURB-UFPe e moradores do bairro Cristal.....	115
Figura 3.21: Participação do líder da Comunidade Vila Cruzeiro, bairro Cristal, no grupo focal.....	115

CAPÍTULO 4

Figura 4.1: Áreas de remoção na Avenida Tronco, Porto Alegre.....	122
Figura 4.2: Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS associadas à Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre.....	124
Figura 4.3: Cartaz do Movimento Chave por Chave.....	128
Figura 4.4: Moradores da Avenida Tronco aderindo ao Movimento Chave por Chave.....	128
Figura 4.5: Cartaz na manifestação em Porto Alegre, 15/06/2014.....	129
Figura 4.6: Frase “Não vai ter Copa vai ter luta”, na manifestação em Porto Alegre, 12/06/2014.....	129
Figura 4.7: Manifestação das mulheres na Avenida Tronco em 08/03/2013.....	130
Figura 4.8: Escombros das casas demolidas na Avenida Tronco em 19/06/2014.....	132
Figura 4.9: Escombros das casas demolidas na Avenida Tronco em 12/10/2014.....	132
Figura 4.10: Ferros suspensos na demolição da residência na Avenida Tronco.....	133
Figura 4.11: Demolição de residência geminada na Avenida Tronco.....	133
Figura 4.12: Desenho associado à situação de remoção para fora da cidade.....	135
Figura 4.13: Desenho associado a demolição das residências.....	135
Figura 4.14: Gráfico dos resultados do <i>check list</i> da Secretaria de Direitos Humanos.....	136
Figura 4.15: Gráfico do <i>check list</i> dos principais resultados estabelecidos a partir do grupo focal e eventos e manifestações da população removida.....	137
Figura 4.16: Trecho 4 na Avenida Tronco antes das obras, em 19/06/2014.....	140
Figura 4.17: Trecho 4 na Avenida Tronco em obras, em 24/01/2016.....	140

Figura 4.18: Famílias a serem removidas na Avenida Tronco, em 18/05/2014.....	143
Figura 4.19: Local de remoção na Avenida Tronco, em 26/02/2015.....	143
Figura 4.20: Duplicação da Avenida Tronco no trecho 2, em 18/05/2014.....	145
Figura 4.21: Duplicação da Avenida Tronco no trecho 2, em 12/06/2015.....	145
Figura 4.22: Trecho 3 da Avenida Tronco, Porto Alegre, em 24/01/2016.....	146
Figura 4.23: Projeto da ciclovia na Avenida Tronco, Porto Alegre.....	146
Figura 4.24: Segurança nos dias dos jogos da Copa do Mundo na Avenida João Pessoa, Porto Alegre.....	147
Figura 4.25: Segurança nos dias dos jogos da Copa do Mundo no Parque da Redenção, Porto Alegre.....	147
Figura 4.26: Imagem dos jogos divulgada pela FIFA.....	149
Figura 4.27: Imagem dos torcedores divulgada pela FIFA.....	149
Figura 4.28: Divulgação das remoções da Vila Dique, Porto Alegre, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.....	149
Figura 4.29: Satisfação dos moradores em adquirir casas novas com as remoções em Porto Alegre.....	149
Figura 4.30: Cartaz da Vila Dique, Porto Alegre.....	150
Figura 4.31: Ampliação do cartaz da Vila Dique, Porto Alegre.....	150
Figura 4.32: Cartaz exibido pelo líder da Comunidade Vila Cruzeiro sobre as remoções, Porto Alegre.....	150
Figura 4.33: Ampliação do cartaz sobre as remoções.....	150
Figura 4.34: Manifestação contra as remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre.....	151
Figura 4.35: Movimento ‘Copa para quem?’ Criado pela ANCOP.....	151
Figura 4.36: Atraso das obras para a Copa do Mundo de 2014.....	152
Figura 4.37: Imagem associada ao dinheiro gasto para a Copa do Mundo de 2014.....	152
Figura 4.38: <i>Outdoor</i> da Liberty Seguros para a Copa do Mundo em Porto Alegre.....	153
Figura 4.39: Ampliação do <i>outdoor</i> da Liberty Seguros.....	153
Figura 4.40: <i>Outdoor</i> do Internacional para a Copa do Mundo em Porto Alegre.....	153
Figura 4.41: Ampliação do <i>outdoor</i> do Internacional.....	153
Figura 4.42: Imagem correspondente ao comercial ‘Somos um só’ da Rede Globo.....	153
Figura 4.43: Imagem correspondente ao comercial ‘vamos jogar bola’ do banco Itaú.....	153

ANEXO A

Figura A.1: Duplicação da Avenida Tronco/Porto Alegre com a identificação das ocupações.....	219
Figura A.2: Estações BRT na Avenida Tronco/Porto Alegre.....	220
Figura A.3: Seção transversal padrão da Avenida Tronco/Porto Alegre (projeto).....	220
Figura A.4: Perspectiva do projeto de duplicação com estações na Avenida Tronco/Porto Alegre.....	221
Figura A.5: Perspectiva do projeto de duplicação da Avenida Tronco/Porto Alegre (estações e canteiros centrais).....	221
Figura A.6: Perspectiva do projeto de duplicação da Avenida Tronco/Porto Alegre (Avenida e estações).....	221

ANEXO C

Figura C.1: Terrenos para a construção de edifícios populares no bairro Cristal/Porto Alegre.....	241
Figura C.2: Terrenos para a construção de edifícios populares na região do Morro Santa Teresa/Porto Alegre.....	241
Figura C.3: Terrenos para a construção de edifícios populares na região do Morro Santa Teresa/Porto Alegre.....	242
Figura C.4: Terrenos para a construção de edifícios populares na região Aparício Borges/Porto Alegre.....	242
Figura C.5: Terreno para a construção de casas na Estrada Campo Novo, Ipanema/Porto Alegre.....	243
Figura C.6: Terreno para a construção de casas na Estrada Cristiano Kraemer, Ipanema/Porto Alegre.....	243
Figura C.7: Terreno para a construção de casas na Estrada Cristiano Kraemer, Vila Nova/Porto Alegre.....	244
Figura C.8: Terrenos para a construção de 150 casas geminadas no bairro Cristal/Porto Alegre (área negociada com o Exército).....	244

APÊNDICE A

Figura A.1: Avenida Tronco, 26/04/2014.....	245

Figura A.2: Avenida Tronco, 18/05/2014.....	245
Figura A.3: Avenida Tronco, 12/06/2014.....	245
Figura A.4: Avenida Tronco, 12/07/2014.....	245
Figura A.5: Avenida Tronco, 01/08/2014.....	245
Figura A.6: Avenida Tronco, 09/09/2014.....	245
Figura A.7: Avenida Tronco, 12/10/2014.....	246
Figura A.8: Avenida Tronco, 14/11/2014.....	246
Figura A.9: Avenida Tronco, 05/12/2014.....	246
Figura A.10: Avenida Tronco, 08/01/2015.....	246
Figura A.11: Avenida Tronco, 26/02/2015.....	246
Figura A.12: Avenida Tronco, 24/03/2015.....	246
Figura A.13: Avenida Tronco, 12/04/2015.....	247

APÊNDICE K

Figura K.1: Mapa indicativo das principais instituições de educação e saúde e áreas de lazer.....	364

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2

Tabela 2.1: Comparação entre a Copa do Mundo de 1950 e a Copa do Mundo de 2014.....	59

CAPÍTULO 3

Tabela 3.1: Ligações entre os objetivos, hipóteses, métodos e respectivos grupos de usuários.....	95
Tabela 3.2: Número de remoções por cidade-sede.....	97
Tabela 3.3: Classificação da faixa de renda segundo a Fundação Getúlio Vargas.....	102
Tabela 3.4: Informações obtidas na fase de levantamento de arquivo.....	103
Tabela 3.5: Níveis de medição associados às questões investigadas.....	112
Tabela 3.6: Reportagens verificadas.....	118
Tabela 3.7: Imagens vinculadas à mídia verificadas.....	118
Tabela 3.8: Intervalos adotados para a classificação das intensidades das correlações.....	121

CAPÍTULO 4

Tabela 4.1: Faixa etária dos respondentes do questionário.....	155
Tabela 4.2: Renda dos respondentes do questionário.....	155
Tabela 4.3: Tempo que respondentes do questionário moram em Porto Alegre.....	155
Tabela 4.4: Grau de satisfação dos usuários quanto à Copa do Mundo de 2014.....	156
Tabela 4.5: Grau de organização quanto à Copa do Mundo de 2014.....	156
Tabela 4.6: Grau de organização quanto à Copa em Porto Alegre X Percepção quanto às obras de melhorias em Porto Alegre em razão da Copa do Mundo.....	157
Tabela 4.7: Grau de avaliação quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre durante os jogos X Quantidade de jogos assistidos no estádio Beira-Rio.....	158
Tabela 4.8: Grau de avaliação quanto a manter o ‘Caminho do Gol’ em Porto Alegre X Grau de avaliação quanto à preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio....	158
Tabela 4.9: Percepção quanto à escolha de 12 cidades-sede para a Copa do Mundo X Percepção quanto à Copa do Mundo no Brasil.....	159
Tabela 4.10: Conhecimento das remoções em Porto Alegre X Divulgação de Porto Alegre como lugar turístico.....	161

Tabela 4.11: Grau de avaliação quanto às obras realizadas para a Copa do Mundo em Porto Alegre X Conhecimento das remoções em Porto Alegre.....	161
Tabela 4.12: Percepção quanto às remoções ocorridas no entorno do estádio Beira-Rio X Conhecimento de pessoas atingidas pelas remoções em função das obras do entorno do estádio Beira-Rio.....	162
Tabela 4.13: Grau de satisfação do usuário quanto à ‘ <i>Fan Fest</i> ’ X Grau de organização da Copa do Mundo em Porto Alegre.....	163
Tabela 4.14: Grau de avaliação quanto ao legado em Porto Alegre deixado pela Copa do Mundo X Conhecimento das remoções em Porto Alegre.....	164
Tabela 4.15: Grau de avaliação quanto às obras no entorno do estádio Beira-Rio X Conhecimento do Programa ‘Chave por Chave’.....	165
Tabela 4.16: Grau de avaliação quanto às obras no entorno do estádio Beira-Rio X Conhecimento do Programa ‘Chave por Chave’ – considerando apenas as pessoas que conhecem o Programa.....	165
Tabela 4.17: Conhecimento do Programa ‘Aluguel social’ do Governo Federal X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.....	165
Tabela 4.18: Presença em eventos da FIFA ‘ <i>Fan Fest</i> ’ em Porto Alegre X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.....	166
Tabela 4.19: Meio em que as pessoas assistiram aos jogos X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.....	167
Tabela 4.20: Compra de produtos relacionados à Copa do Mundo X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.....	167
Tabela 4.21: Compra de produtos relacionados à Copa do Mundo X Assiduidade com que os jogos foram assistidos.....	168
Tabela 4.22: Grau de organização da Copa do Mundo em Porto Alegre X Participação das pessoas em manifestações contra a Copa.....	169
Tabela 4.23: Percepção quanto à realização da Copa do Mundo no Brasil X Participação das pessoas em manifestações contra a Copa.....	170
Tabela 4.24: Grau de avaliação quanto ao legado deixado pela Copa do Mundo em Porto Alegre X Participação das pessoas em manifestações contra a Copa.....	170
Tabela 4.25: Grau de avaliação quanto ao planejamento do Brasil para a realização da Copa do Mundo X Grau de importância atribuído às manifestações.....	171
Tabela 4.26: Renda mensal dos respondentes X Percepção quanto às manifestações.....	172

APÊNDICE I

Tabela I.1: Tabela de categorização das entrevistas com a Prefeitura.....	341
Tabela I.2: Tabela de categorização das entrevistas com as pessoas removidos e grupo focal.....	343
Tabela I.3: Tabela do <i>Check list</i> – Secretaria de Direitos Humanos.....	352
Tabela I.4: Tabela do <i>Check list</i> – Resultados.....	353
Tabela I.5: Tabela de categorização das reportagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.....	355
Tabela I.6: Tabela de categorização dos materiais adquiridos nas manifestações e eventos das comunidades removidas.....	359

APÊNDICE J

Tabela J.1: Profissão dos respondentes do questionário.....	362
Tabela J.2: Acesso ao plano de saúde dos respondentes do questionário.....	363
Tabela J.3: Local de estudo dos respondentes do questionário ou de seus filhos.....	363

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Introduzindo o problema de pesquisa.....	21
1.2 Proposta de investigação.....	24
1.2.1 Objetivos.....	24
1.2.2 Objeto de estudo.....	25
1.3 Estrutura da dissertação.....	25
CAPÍTULO 2: MARCO TEÓRICO: O IMPACTO DOS MEGAEVENTOS NA CIDADE E A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO.....	27
2.1 Breve histórico sobre megaeventos esportivos e o legado.....	27
2.2 Megaeventos e o processo de gentrificação.....	29
2.3 O impacto dos megaeventos esportivos no desenvolvimento urbano.....	32
2.3.1 Megaeventos no exterior.....	33
2.3.1.1 <u>Olimpíadas de Los Angeles – Estados Unidos (1932)</u>	34
2.3.1.2 <u>Olimpíadas de Munique – Alemanha (1972)</u>	35
2.3.1.3 <u>Olimpíadas de Barcelona – Espanha (1992)</u>	37
2.3.1.4 <u>Olimpíadas de Atenas – Grécia (2004)</u>	40
2.3.1.5 <u>Copa do Mundo de 2010 - África do Sul</u>	42
2.3.1.6 <u>Olimpíadas de Londres – Inglaterra (2012)</u>	45
2.3.2 Megaeventos no Brasil.....	49
2.3.2.1 <u>Copa do Mundo de 1950</u>	49
2.3.2.2 <u>Jogos Pan-Americanos do Rio 2007</u>	52
2.3.2.3 <u>Copa do Mundo de 2014</u>	56
i. <i>Contextualização política: “a Copa das manifestações” de 2013 e eleições de 2014</i>	60
2.4 O legado deixado pelos megaeventos.....	62
2.4.1 A relação de megaeventos com as remoções forçadas.....	67
2.4.1.1 <u>Moradia como direito fundamental</u>	78
2.4.1.2 <u>A importância da participação popular para qualificar projetos</u>	82

2.5	Como as pessoas percebem o megaevento esportivo: conceitos de percepção e cognição.....	85
2.6	Os tipos de mídia e sua influência no processo cognitivo.....	88
2.7	Conclusão.....	91

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....93

3.1.	Recapitulando o problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e métodos.....	94
3.2.	Seleção do objeto de estudo.....	96
3.3.	Grupos de usuários investigados.....	102
3.4.	Métodos de coleta de dados.....	103
3.4.1.	Levantamento de arquivo.....	103
3.4.2.	Levantamento de campo.....	104
3.4.2.1.	<u>Observações de campo.....</u>	104
3.4.2.2.	<u>Participação em manifestações e eventos das comunidades removidas.....</u>	106
3.4.2.3.	<u>Questionário.....</u>	109
3.4.2.4.	<u>Grupo focal.....</u>	113
3.4.2.5.	<u>Entrevistas.....</u>	115
3.4.2.6.	<u>Levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.....</u>	117
3.5.	Método de análise de dados.....	119
3.5.1.	Análise de dados quantitativos.....	120
3.5.2.	Análise de dados qualitativos.....	121

CAPÍTULO 4: RESULTADOS.....122

4.1.	O contexto das remoções na Avenida Tronco.....	122
4.2.	A percepção das pessoas removidas.....	125
4.3.	A percepção dos servidores do Departamento Municipal de Habitação.....	138
4.4.	As imagens promovidas pela mídia, FIFA e pelo Governo.....	143
4.5.	A percepção das pessoas não removidas.....	154
4.6.	Conclusão.....	174

CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO DA PESQUISA.....176

5.1. Revisão do problema de pesquisa, objetivos e métodos.....	176
5.2. Principais resultados obtidos.....	178
5.3. Limitações do estudo.....	182
5.4. Importância da pesquisa e sugestões para futuras investigações.....	183
REFERÊNCIAS.....	185
REFERÊNCIAS DAS IMAGENS.....	211
ANEXOS.....	219
ANEXO A: Informações relacionadas ao projeto da Avenida Tronco.....	219
ANEXO B: Reportagens.....	222
ANEXO C: Informações relacionadas às remoções na Avenida Tronco.....	241
APÊNDICE.....	245
APÊNDICE A: Fotografias da observação de campo.....	245
APÊNDICE B: Questionário.....	248
APÊNDICE C: Perguntas para o grupo focal.....	257
APÊNDICE D: Transcrição do grupo focal.....	258
APÊNDICE E: Entrevistas com a Prefeitura.....	282
APÊNDICE F: Transcrições das entrevistas com a Prefeitura.....	283
APÊNDICE G: Entrevistas com os moradores atingidos pela remoção na Avenida Tronco, bairro Cristal.....	311
APÊNDICE H: Transcrição das entrevistas com os moradores atingidos pela remoção na Avenida Tronco, bairro Cristal.....	311
APÊNDICE I: Categorização.....	341
APÊNDICE J: Perfil da amostra dos respondentes do questionário.....	362
APÊNDICE K: Localização das principais instituições de educação e saúde e áreas de lazer.....	364

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O planejamento de um país ao sediar um megaevento tem causado muitas discussões sobre investimentos, tanto de infraestrutura quanto de interesse social, uma vez que inúmeras remoções de pessoas acontecem para dar espaço a diferentes obras. Em 2014, o Brasil foi sede dos jogos da Copa do Mundo e, em 2016, será das Olimpíadas, tornando assuntos vinculados a megaeventos bastante debatidos. A presente pesquisa aborda a Copa do Mundo de 2014, tendo como enfoque as questões sobre as remoções de famílias de baixa renda ocorridas para possibilitar a execução de novas infraestruturas e melhorias urbanas com vistas à realização do megaevento. Inicialmente é introduzido o problema de pesquisa, sua justificativa e o contexto em que se inclui. As perguntas de pesquisa também são expostas, seguidas do objetivo geral, objetivos específicos, e o objeto de estudo. Por fim, também é apresentada a estrutura da dissertação.

1.1 Introduzindo o problema de pesquisa

Megaeventos esportivos são considerados uma oportunidade de lançar profundas transformações urbanas que atendam não só o momento festivo dos jogos, mas que também beneficiem a população residente. Conforme Muñoz (1996), os megaeventos passaram a contribuir para o crescimento do país-sede em maior proporção a partir de 1932, quando as Olimpíadas de Los Angeles utilizaram o momento dos jogos para reerguer sua economia local e trazer melhorias para a população. A partir desse momento, destaca-se o legado, que se refere à capacidade de um país avançar no seu desenvolvimento, com melhorias de infraestrutura urbana, segurança, educação, cultura, sustentabilidade, dentre outros serviços (Rodrigues, 2013).

Dentro desse contexto, evidenciam-se os Jogos Olímpicos, realizados sob a administração do COI (Comitê Olímpico Internacional), e a Copa do Mundo, comandada pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado). Em ambos os megaeventos esportivos ocorrem grandes transformações urbanísticas, muitas realizadas como exigência dos próprios administradores dos eventos, como criar condições de alojamento para os atletas e membros

de apoio, estádios que atendam todas as modalidades esportivas e criar melhorias ou expandir outros serviços. Conforme Poyter (2008), a oportunidade de qualificar as cidades-sede trouxe como consequência o aumento do número de países e cidades que almejam sediar megaeventos.

Em contraposição, sediar um megaevento também pode proporcionar impactos negativos. A falta de planejamento é um dos principais fatores a ser considerado, pois muitas obras não são finalizadas a tempo dos jogos, além de estádios, construídos exclusivamente para o evento, muitas vezes se tornarem subutilizados, contribuindo para que o Governo tenha alto custo para sua manutenção. Ainda, os altos investimentos e as chances de desvio de verba podem contribuir para uma crise econômica (Paiva, 2013; Preuss, 2008).

Obras de infraestrutura urbana, principalmente associadas à mobilidade, podem gerar a remoção de famílias por conta da alta densidade populacional em centros urbanos, locais onde geralmente ocorrem a duplicação de avenidas e a construção de viadutos, por exemplo. Por conta da falta de espaço para a realização das obras, o processo de realocação de famílias se torna inevitável para a qualificação da cidade. Nesse contexto, faz-se necessária a participação ativa das famílias atingidas desde a realização do levantamento, com a oportunidade de discussão no projeto urbano e habitacional, além dos Direitos Humanos, principalmente o direito à moradia digna, serem respeitados. Todavia, essa situação inexiste na maioria dos países que sediam um megaevento (Almeida, Mezzadri e Junior, 2009; Law, 2002; Oliveira, 2013).

Assim, o problema de pesquisa está relacionado às remoções de pessoas considerando a forma com que elas foram, e ainda estão sendo em 2016, retiradas de suas residências, devido às obras de mobilidade urbana e à infraestrutura planejadas para os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, e até hoje em execução. As remoções ocorreram em todas as cidades-sede, principalmente em áreas próximas aos estádios, para dar espaço à duplicação de avenidas, trincheiras (passagem em nível inferior do solo para melhorar o fluxo de veículos), viadutos e ampliação de aeroportos (Rolnik, 2014a).

Em 2012, conforme a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa¹ (2013 apud Barros, 2013), 247.535 pessoas passaram pelo processo de remoção no país. Entretanto, segundo a contabilização da Secretaria Geral da Presidência da República (2014), esse número abrange 32 mil pessoas, sendo altamente contestado, uma vez que várias obras foram

¹ Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP): reúne representantes dos Comitês Populares da Copa das 12 cidades-sede do mundial de 2014, com o intuito de identificar violações de direitos humanos e à moradia decorrentes da realização dos Jogos da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

desconsideradas para essa contagem (Rolnik, 2014b; Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014). Para a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, as remoções contabilizadas corresponderam à obra do BRT (*Bus Rapid Transit*)² Transcarioca, desconsiderando as remoções relacionadas às instalações e reformas de infraestruturas esportivas e de cunho turístico. Em Porto Alegre, as obras da Avenida Tronco, ampliação do aeroporto e acesso ao estádio Beira-Rio foram contabilizadas, havendo a desconsideração das remoções do entorno da Arena do Grêmio (centro de treinamento para a Copa) e Projeto Integrado Socioambiental (Secretaria Geral da Presidência da República, 2014).

De maneira geral, as famílias foram removidas de suas casas, não importando há quanto tempo residiam no local. A justificativa dessas ações esteve relacionada à ilegalidade das ocupações, em razão da utilização de áreas públicas para a construção de moradias, tendo como consequência a falta de pagamento de indenizações e quando essas existiam, contemplaram apenas as benfeitorias (paredes, telhado, janelas). Em outras situações, houve o pagamento do aluguel social para as famílias removidas, sendo um valor mínimo, variando de R\$ 300,00 a R\$ 500,00. Raras foram as famílias removidas que apresentaram a escritura do terreno, sendo pago, nesses casos, a indenização do terreno e da residência (Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014).

De acordo com Rolnik (2011a), Junior (2011) e Monteiro (2015), moradia adequada é um direito humano, sendo o elemento fundamental para uma vida digna. Esta habitação tem que estar localizada em uma área que tenha acesso à luz, água, esgoto, coleta de lixo, além do acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, como a educação e saúde. Ademais, o local deve proporcionar oportunidades de trabalho, renda e melhor qualidade de vida devido à quantidade de recursos a sua volta. Ainda assim, muitas famílias vivem em condições precárias de moradia, até mesmo em países desenvolvidos. Segundo o IBGE (2010), 5,8 milhões de habitantes vivem sem moradia ou em locais inadequados no Brasil.

O que ocorreu nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 foi a exclusão de famílias com menor poder aquisitivo para áreas mais afastadas, muitas vezes fora da cidade em que residiam, devido ao aumento do valor dos imóveis por conta da especulação imobiliária. Além disso, a indenização oferecida a essas pessoas foi muito baixa, variando entre R\$ 8.000,00 e R\$ 55.000,00, impossibilitando a compra de uma nova residência. Tal fato acaba gerando,

² BRT (*Bus Rapid Transit*) é um sistema de transporte coletivo de passageiros que visa proporcionar mobilidade urbana rápida e ecologicamente sustentável (BRT Brasil, 2016).

muitas vezes, novas ocupações informais, sem condições adequadas e um aumento na taxa de pobreza (Rechia e Silva, 2013).

Neste contexto, surgem as seguintes perguntas de pesquisa: **como os Direitos Humanos da população atingida pelas remoções ocasionadas pelo desenvolvimento urbano foram respeitados? Será que as pessoas têm consciência dos impactos positivos ou negativos da Copa do Mundo de 2014?**

1.2 Proposta de investigação

1.2.1 Objetivos

Com o propósito de contribuir para a redução da problemática exposta, tem-se como objetivo geral:

- **Verificar o impacto de megaeventos esportivos na qualidade de vida urbana através da percepção de diferentes grupos de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014.**

Busca-se com este trabalho de pesquisa contribuir para que em próximas qualificações urbanas, os Direitos Humanos das pessoas envolvidas nas remoções sejam respeitados. Para isso, têm-se como objetivos específicos:

- **Conhecer os impactos no desenvolvimento urbano produzido por alguns megaeventos esportivos no mundo;**
- **Observar e conhecer a realidade (fragilidades e ameaças) das remoções (lugar e população vulnerável);**
- **Verificar se o processo de remoção ocorreu segundo as garantias sugeridas pela Secretaria de Direitos Humanos da ONU;**
- **Verificar se os impactos divulgados pela mídia influenciaram a percepção do usuário quanto ao evento;**
- **Refletir e concluir sobre os impactos das remoções na vida das pessoas atingidas.**

1.2.2 Objeto de estudo

Para atender aos objetivos propostos, escolheu-se como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Escolhida por sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, apresentou, assim como as demais cidades-sede, investimentos para atender ao megaevento, como obras relativas à mobilidade urbana, ampliação do aeroporto e qualificação do entorno dos estádios, que desencadearam remoções em diferentes pontos da cidade (Castro e Novaes, 2015). Além disso, Porto Alegre é a terceira cidade com maior número de remoções do país, visto que São Paulo e Rio de Janeiro, que ocupam as primeiras posições, apresentam maiores desapropriações em consequência do maior número de intervenções. Ainda, comparado com Curitiba, no Paraná, que também foi cidade-sede representando o sul do país, a capital gaúcha apontou cinco vezes mais pessoas removidas em razão do megaevento (ANCOP, 2014).

Dentre as obras que atenderam à Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre, escolheu-se a duplicação da Avenida Tronco, pois tal obra foi divulgada como principal legado para a cidade por existir não só melhorias de mobilidade urbana, mas também por propiciar um projeto habitacional para as famílias atingidas pelas remoções (SECOPA, 2014a; Mesomo, 2015).

1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos, estruturados da seguinte forma:

Capítulo 1: este capítulo consiste na introdução do trabalho, apresentando o problema e pergunta de pesquisa, a proposta de investigação e definições conceituais.

Capítulo 2: este capítulo fundamenta a revisão da literatura com referência aos impactos que um megaevento causa em um país-sede e cidade-sede, dando destaque também para questões associadas às remoções, direito à moradia, gentrificação e imagem transmitida pela mídia e Governo sobre megaeventos. Seguido da abordagem do conceito e importância da percepção e cognição, com o intuito de dar embasamento teórico ao problema e pergunta de pesquisa, objetivos e hipóteses.

Capítulo 3: neste capítulo é apresentada a metodologia aplicada, identificando o objeto de estudo, métodos de coleta e de análise de dados, identificando os grupos de usuários e os principais aspectos associados ao trabalho de campo.

Capítulo 4: este capítulo constitui a apresentação dos resultados com a verificação das hipóteses investigadas e atendimento aos objetivos do estudo.

Capítulo 5: este capítulo inclui a conclusão e considerações finais, respondendo a pergunta de pesquisa, destacando os principais resultados, as limitações do estudo e as sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO 2: MARCO TEÓRICO: O IMPACTO DOS MEGAEVENTOS NA CIDADE E A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO

O presente capítulo aborda os principais conceitos relacionados aos megaeventos esportivos, destacando exemplos de Olimpíadas e Copas do Mundo quanto à organização, planejamento, legado, com o intuito de expor os impactos que tais eventos podem provocar em um país, dado que o Brasil foi sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e será futura sede dos Jogos Olímpicos em 2016. Questões relacionadas às desapropriações, à gentrificação e ao direito à moradia adequada, que estão diretamente relacionadas a megaeventos esportivos, bem como a imagem transmitida pela mídia, também são debatidas. Também, são apresentados os conceitos de percepção e cognição e a importância dos mesmos, visando entender a percepção de diferentes grupos sobre a Copa do Mundo de 2014 na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Assim, este capítulo apresenta e sustenta a pergunta de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e hipóteses.

2.1 Breve histórico sobre megaeventos esportivos e o legado

Megaeventos esportivos são eventos de curto prazo, podendo durar de duas semanas a um mês, envolvendo a participação de milhares de pessoas (Machado e Rubio, 2013; Tavares, 2011). Esses eventos trazem consigo consequências relacionadas ao turismo, impactos econômicos e sociais (Hiller, 2006), renovação da imagem pela mídia, intervenções urbanas, dentre outros que nem sempre são considerados positivos para a população, como realocações de famílias, desvios de verba, mau planejamento das instalações, elefantes brancos³ e crise econômica (Paiva, 2013; Preuss, 2008).

Um megaevento, se bem planejado, pode servir como uma grande oportunidade para crescer economicamente, desenvolver novas regiões, obter um legado sustentável⁴, o que trará

³ O termo é utilizado para fazer referência a infraestruturas esportivas utilizadas nos megaeventos, cujo alto valor para sua construção e posteriormente para suas manutenções não compensa sua utilidade (Mesquita, 2008).

⁴ Refere-se à capacidade de um país avançar no seu desenvolvimento ao sediar um megaevento, estando relacionado a melhorias de infraestrutura urbana, mobilidade, segurança, bem como educação, cultura, economia (Rodrigues, 2013). O legado sustentável é pensado em melhorias que visem o ecodesenvolvimento, que condiz primeiramente com a sustentabilidade ecológica. Entretanto, a sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural também são indispensáveis para a obtenção de um legado sustentável (Bahia, 2013).

benefícios não só para o país, mas também aumentará a qualidade de vida da população. Tal fato se torna positivo quando a infraestrutura desenvolvida para o megaevento é aproveitada no futuro pela população, visto que os jogos duram apenas alguns dias (Paiva, 2013). No mundo dos esportes, há destaque principalmente para as Olimpíadas, que são realizadas sob a administração do COI (Comitê Olímpico Internacional) e para a Copa do Mundo, comandada pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado).

Historicamente, considera-se que o início de competições esportivas ocorreu por volta de 776 a.C. pelos gregos, na cidade de Olímpia, nome que deu origem às Olimpíadas. O sucesso desses jogos ocorreu devido ao elevado número de participantes, espectadores e pela repercussão político-religiosa na época. Não há conhecimento de quantas pessoas participavam do campeonato, entretanto o estádio tinha a capacidade para 50 mil espectadores (Godoy, 1996). De acordo com Cardoso (1996), os jogos eram uma homenagem aos Deuses, além de ser um momento de confraternização entre os gregos. Somente cidadãos livres podiam participar do evento, disputando provas de atletismo, lutas, corrida de cavalo e pentatlo⁵. Essas competições eram uma oportunidade para os homens mostrarem sua força, coragem e saúde. Junto a isso, os vencedores eram coroados com um ramo de oliva, além de serem privilegiados com muitas glórias pelo resto da vida.

Os jogos ocorreram até 393 d.C., quando foram proibidos pelo Imperador romano Teodósio II por serem considerados uma manifestação de rituais do paganismo. Tal disputa voltou a acontecer em 1896 (ver Figura 2.1), com o francês Pierre de Fredy, conhecido por Barão de Coubertin, na cidade de Atenas, na Grécia, tendo a participação de 13 países, 311 atletas e 43 provas de nove modalidades (Cardoso, 1996).



Figura 2.1: Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos em Atenas, 1896.
Fonte: Revista Veja, 1896.

⁵ Surgiu em 708 a.C. e tinha como objetivo reunir em um único dia a disputa de disciplinas como (i) lançamento de disco, (ii) salto em distância, (iii) lançamento do dardo, (iv) corrida de velocidade e (v) luta (Colli, 2004).

Até o ano de 2015, já ocorreram 27 Jogos Olímpicos nas seguintes cidades: Atenas em 1896, Paris em 1900, Saint Louis em 1904, Londres em 1908, Estocolmo em 1912, Antuérpia em 1920, Paris em 1924, Amsterdã em 1928, Los Angeles em 1932, Berlim em 1936, Londres em 1948, Helsinque em 1952, Melbourne em 1956, Roma em 1960, Tóquio em 1964, México em 1968, Munique em 1972, Montreal em 1976, Moscou em 1980, Los Angeles em 1984, Seul em 1988, Barcelona em 1992, Atlanta em 1996, Sydney em 2000, Atenas em 2004, Pequim em 2008 e Londres em 2012 (COI, 2014). Dentre esses, somente os que ocorreram nas últimas três décadas passaram a ter maior visibilidade internacional, principalmente devido à globalização e ao maior desenvolvimento tecnológico (Mascarenhas, 2008).

Em uma proporção menor, a Copa do Mundo foi criada em 1928, totalizando 20 eventos, tendo o primeiro campeonato em 1930, no Uruguai, seguido da Itália em 1934, França em 1938, Brasil em 1950, Suíça em 1954, Suécia em 1958, Chile em 1962, Inglaterra em 1966, México em 1970, Alemanha Ocidental em 1974, Argentina em 1978, Espanha em 1982, México em 1986, Itália em 1990, Estados Unidos em 1994, França em 1998, Coreia do Sul e Japão em 2002, Alemanha em 2006, África do Sul em 2010 e Brasil em 2014 (FIFA, 2014a).

Dentre todos esses megaeventos, cidades como Barcelona (1992) e Londres (2012) se destacaram pelo seu desenvolvimento, se contrapondo com Montreal (1976), por exemplo, criticada pela ausência de um gerenciamento eficaz, do ponto de vista econômico. Todavia, em todas as situações ocorreram modificações em diferentes escalas, não só pela situação econômica do país, mas também devido à época ocorrida, visto que, a cada edição dos jogos, as exigências são maiores, tornando o cenário mais complexo (Mascarenhas, 2008). Ademais, quando um país torna-se sede de um megaevento, por mais que esse ocorra em poucos dias, os gastos são altos e muitas vezes o evento não deixa um legado sustentável (Rossi, 2013).

2.2 Megaeventos e o processo de gentrificação

O termo gentrificação foi denominado na década de 1960 como o processo urbano que inclui transformações socioeconômicas e culturais, o *upgrading* social do local pela chegada de usuários de renda mais elevada, mudanças na paisagem e a expulsão direta ou não de usuários de baixa renda (Monteiro e Limeira, 2012; Smith, 2006; Vasconcellos, 2015; Gaffney, 2013). Segundo Ruth Glass, socióloga alemã que abordou pela primeira vez a

nomenclatura de gentrificação, o uso do termo foi utilizado para explicar as modificações ocorridas nos bairros londrinos em 1964, cuja população de classe média estava povoando essas áreas ao invés de se instalarem em zonas periféricas como era o modelo dominante da época (apud Smith, 2006):

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores, que tinham mudado de função – ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas – recuperaram novamente um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (Glass, 1964 apud Smith, 2006, p. 60).

De acordo com Gaffney (2013), está relacionada à gentrificação a transformação do ambiente construído com a criação de novos serviços e requalificação residencial e a alteração de leis de zoneamento que permita um aumento no valor dos imóveis, aumento da densidade populacional e mudança no perfil socioeconômico. Desse modo, reconhece-se a gentrificação não só por dados do mercado imobiliário, mas também pelas tipologias de arquitetura, configurações do espaço público e mudanças no projeto residencial.

Esse processo tornou-se comum com o passar dos anos, propagando-se por toda a hierarquia das cidades, uma vez que poucas resistem à gentrificação. A partir da década de 1990, a gentrificação evoluiu, em muitos casos, para ser utilizada como estratégia urbana nas municipalidades (Smith, 2006). Isso ocorre com o objetivo da preservação e conservação do patrimônio histórico, que vem acompanhada da justificativa de que classes sociais mais afluentes estão melhores posicionadas para assumir com o alto custo da conservação urbana (Monteiro e Limeira, 2012).

Como aspectos positivos, o processo de gentrificação pode contribuir para o crescimento da cidade, ajudando no desenvolvimento de diferentes setores, como investimentos em infraestrutura, revitalização econômica, serviços (setor terciário) e segurança. Em muitos lugares, a gentrificação propiciou a recuperação de espaços públicos como praças, parques e a própria rua para o uso de todos. A instalação de novos empreendimentos contribuiu para a economia, além de proporcionar melhorias estéticas, que segundo Simmel (1991 apud Barretto, 2013) é relevante para os indivíduos desde o início do século. A gentrificação também propicia o aumento do turismo, uma vez que muitos lugares

antes degradados se transformam em espaços de lazer urbano, tornando atrativos turísticos (Barretto, 2013).

Do ponto de vista negativo, a gentrificação tende a prejudicar famílias pertencentes à classe econômica menos favorecida. Isso decorre a partir do aumento do custo de vida em determinada região, relacionado principalmente aos valores de alugueis residenciais e comerciais. No Brasil, essa dinâmica abrange com maior frequência em cidades como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Essa última, por ser sede dos próximos Jogos Olímpicos, vivencia a gentrificação em diferentes pontos da cidade: Barra da Tijuca, Zona Portuária (Porto Maravilha), favelas (Providência, Vidigal, Alemão, Rocinha, Cantagalo, Autódromo) e Recreio (Gaffney, 2013).

Segundo Vasconcellos (2015), essa situação pode ser amenizada por programas provenientes do Governo, como aconteceu em Paris, por exemplo, onde os bairros centrais foram ocupados por moradores de menor poder aquisitivo, contudo, a fim de não prejudicar a população residente de baixa renda com o processo de gentrificação, o poder público lançou 8.021 apartamentos em 257 lugares com o intuito de convertê-los em moradias subsidiadas para população de baixo poder aquisitivo.

Outro exemplo aconteceu na cidade de Nova Iorque em 1960, cujo governo exigiu aos investidores de imóveis que 30% das unidades de luxo fizessem parte dos alugueis controlados (*rent controlled*). Na Colômbia, demarcou-se um macrocentro e estabeleceu-se um imposto territorial e predial para as propriedades desocupadas, ocasionando a redução dos valores dos terrenos e consequentemente a viabilidade para que pessoas de baixa renda pudessem morar (Vasconcellos, 2015).

É comum que o processo de gentrificação aconteça em países-sede de megaeventos, principalmente em cidades pós-industriais, tendo em vista que eventos como Olimpíadas e Copa do Mundo são vistos como principais instrumentos no ordenamento do território desde 1992 (Qu e Spaans, 2009). Entretanto, é responsabilidade do poder público tomar medidas para que a gentrificação não cause prejuízos para a população mais vulnerável. A participação da população residente na cidade-sede também é fundamental para a discussão de novas estratégias de projeto a fim de garantir uma composição residencial mista e proteger a identidade de cada local (Monteiro e Limeira, 2012).

Por fim, o conceito de gentrificação contribui para entender o crescimento das cidades que sediaram os jogos. Para que esse processo seja visto como favorável ao desenvolvimento e regeneração de uma cidade é fundamental que haja o equilíbrio entre os interesses dos

grandes investidores e da população local, a partir do desenvolvimento de uma política de revitalização que promova uma gestão coletiva e uma estratégia de execução de intervenção em diferentes tempos.

2.3 O impacto dos megaeventos esportivos no desenvolvimento urbano

Sediar um megaevento nem sempre foi sinônimo de desenvolvimento. Os jogos ocorridos entre 1896 e 1932, por exemplo, eram caracterizados pelo imprevisto e pela precariedade das estruturas físicas, deixando poucos traços na imagem urbana (Mascarenhas, 2008; Raeder, 2009). Segundo Muñoz (1996), após 1932 pode-se começar a falar em Olimpismo⁶, quando Los Angeles aproveitou o megaevento para reerguer sua economia local, abalada devido à Crise de 29⁷. Para Raeder (2009), os impactos urbanos foram mais significativos a partir das Olimpíadas de Roma em 1960, coincidindo com o auxílio de recursos gerados pelo advento de transmissões do megaevento por meio da televisão (Rubio, 2005). Assim, de acordo com Mascarenhas (2008), megaevento esportivo é caracterizado:

No plano empírico trata-se, pela natureza intrínseca do fato esportivo, de dotar as cidades de instalações específicas, que atendam às modalidades, dentro dos padrões normativos internacionais. Trata-se também de criar condições de alojamento para os milhares de atletas, pessoal de apoio e membros de comitês olímpicos, bem como para a imprensa. Além disso, quase sempre a cidade-sede requer expansão ou melhoria em sua infraestrutura geral (transportes, telecomunicações, malha viária etc.). Trata-se, enfim, de um amplo conjunto de intervenções urbanísticas; um momento-chave na evolução e no planejamento das cidades. No plano mais geral, corresponde a uma forma específica de pensar a cidade e seu sentido (Mascarenhas, 2008, p. 146).

Logo, torna-se claro o poder de um megaevento no desenvolvimento urbano. Sediar um campeonato passou a oferecer oportunidade de realizar grandes intervenções urbanas nas cidades-sede, tendo como ênfase a construção de estádios olímpicos. Aos poucos o Olimpismo adquiriu maior destaque, incorporando, após a Segunda Guerra Mundial, o

⁶ Olimpismo: refere-se à promoção da paz, da união e respeito pelas regras do megaevento e adversários. A combinação entre esporte, cultura e meio ambiente associam-se a partir das diferenças culturais, étnicas e religiosas. Tem-se como intuito colaborar para a construção de um mundo melhor, sem discriminação, assegurando o acesso à prática esportiva como um direito de todos. A amizade, a compreensão mútua, a igualdade, a solidariedade e o “jogo limpo” são os principais fundamentos do Olimpismo (COB, 2016).

⁷ A Crise de 1929 persistiu até o início da Segunda Guerra Mundial, atingindo os Estados Unidos e grande parte do mundo capitalista. Após a Primeira Guerra, os Estados Unidos exportaram muitos produtos para a Europa e emprestaram dinheiro aos países mais arruinados com a Guerra, mas em 1929 não se conseguiu evitar a crise. A causa esteve relacionada à recuperação econômica dos países europeus, havendo a redução de produtos importados dos Estados Unidos, gerando a superprodução agrícola (Alves, 2011).

interesse social, que se relaciona aos direitos humanos e à qualidade de vida digna, atingindo atualmente um caráter empresarial, tendo em vista o envolvimento com empresas privadas e o desejo de lucro (Mascarenhas, 2008). Conforme Hiller (2006), essas modificações no espaço urbano começaram a ser planejadas de maneira a atender a população em longo prazo, não estando associadas somente ao esporte.

Assim, analisam-se a seguir exemplos de megaeventos ocorridos no exterior e no Brasil, indicando casos em que o momento oportunizou intervenções urbanas que ajudaram no desenvolvimento do país em diferentes setores e outros em que a falta de planejamento contribuiu para o aumento de dívidas públicas. Destacam-se também informações relevantes sobre as remoções e projetos sociais de cada caso.

2.3.1 Megaeventos no exterior

Os megaeventos a seguir foram selecionados a partir do reconhecimento seja por aspectos negativos ou positivos, mencionados em ordem crescente de ocorrência. Primeiramente, as Olimpíadas de Los Angeles de 1932 tornaram-se importante por serem os primeiros jogos que contribuíram para o crescimento do país (Muñoz, 1996). As Olimpíadas de Munique de 1972 se destacam pelo atentado terrorista ocorrido, mas também pelos altos investimentos no espaço urbano realizadas de forma eficaz. As Olimpíadas de Barcelona de 1992 são lembradas pelo legado positivo adquirido pela gentrificação de uma região segregada do restante da cidade quanto à mobilidade urbana (Rolnik, 2010a). Em contraposição, as Olimpíadas de Atenas de 2004 foram marcadas pela falta de planejamento e mau uso das instalações, contribuindo para a crise econômica enfrentada pela Grécia (Pappon, 2011). A Copa do Mundo da África do Sul de 2010 foi destacada por ser a última ocorrida antes da Copa de 2014 no Brasil, sendo importante identificar os principais investimentos. Por fim, as Olimpíadas de Londres de 2012 também foram selecionadas por terem acontecido recentemente, além de alcançar um legado positivo após o término dos jogos, mostrando grande potencial de superar Barcelona (Mascarenhas, 2013a).

Cabe salientar que os megaeventos relacionados a seguir referem-se majoritariamente às Olimpíadas do que Copas do Mundo devido aos maiores investimentos em termos de legado estarem associados ao COI (Comitê Olímpico Internacional). Segundo Tavares (2011, p. 19), “*a questão do legado possui bem menos importância no âmbito da FIFA*”. Junto a isso, as informações associadas às remoções ou projetos sociais têm maior debate no contexto Olímpico.

2.3.1.1 Olimpíadas de Los Angeles – Estados Unidos (1932)

As Olimpíadas de Los Angeles ocorreram entre 30 de julho e 14 de agosto de 1932. O período foi marcado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, conhecida como “A Grande Depressão”, não garantindo que Los Angeles conseguisse organizar o megaevento (Rubio, 2006). A fim de alcançar o objetivo de sediar os jogos com sucesso, a Prefeitura e a iniciativa privada contribuíram economicamente para a reforma do Estádio Coliseu de Los Angeles (ver Figura 2.2), construído em 1923, aumentando o local para 105.000 expectadores (Colli, 2004; COI, 2011) e investindo no sistema de áudio, placar e privacidade necessária para os atletas nos vestiários. O Parque Aquático foi construído adjacente ao Estádio Olímpico e tinha capacidade para 10.000 pessoas, sendo 5.000 lugares em arquibancadas de madeira para o desmanche após os jogos (Official Report, 1933). Ademais, houve a transformação do Estádio de Rúgbi em um velódromo para 85.000 pessoas (Colli, 2004; COI, 2011).

Outras infraestruturas já existentes na cidade também foram utilizadas: o *Riviera Country Club* foi utilizado para atividades de cavalaria, o *Pasadena Rose Bowl* foi utilizado para ciclismo (foi necessária a construção da pista de ciclismo) e o Departamento de Polícia de Los Angeles foi utilizado para provas de tiro (Official Report, 1933).

Junto a isso, houve a construção da Vila Olímpica, em *Baldwin Hills*, subúrbio de Los Angeles, formada por 550 casas, restaurantes, locais de descanso, agência bancária, hospital, posto de bombeiros e estação de correios (ver Figura 2.3) (Colli, 2004). O local era uma cidade em miniatura localizada em uma colina que visava dar conforto a todos os atletas do sexo masculino, visto que as mulheres se hospedaram em hotéis (Dyreson, 1995). Após os jogos, a Vila Olímpica foi vendida para um grupo hoteleiro e imobiliário (Proni, 2004).



Figura 2.2: Estádio Coliseu de Los Angeles em 1932.
Fonte: Olympic Movement, 2015.



Figura 2.3: Vila Olímpica de Los Angeles em 1932.
Fonte: Places Journal, 2012.

Sediar as Olimpíadas naquele momento de crise, de acordo com Dyreson (1995), propiciou maior circulação de dinheiro e aumento do número de empregos que ajudaram no reerguimento da economia local, rendendo lucros de aproximadamente US\$ 1 milhão de dólares aos seus organizadores (Rubio, 2010). Outros aspectos positivos estiveram associados ao incentivo do esporte em escolas públicas e ao maior entusiasmo por parte da população que estava desiludida diante de “A Grande Depressão” (Dyreson, 1995).

Segundo Muñoz (1996), após os Jogos Olímpicos de Los Angeles surgiu o “urbanismo olímpico”, em razão da utilização do momento para o planejamento da cidade a partir da construção e reformas de equipamentos esportivos. Dentre as infraestruturas, o maior destaque esteve associado à Vila Olímpica por ser a primeira construção com características de habitação permanente, tornando-se item obrigatório para os próximos megaeventos (Muñoz, 1996; Mascarenhas, 2011; Moura, 2011).

Em suma, as Olimpíadas de 1932 ficaram caracterizadas pelo sucesso, sendo considerada pelo Comitê Olímpico como os melhores jogos ocorridos até o momento (1932), mostrando a capacidade de um país se organizar mesmo diante à crise (Dyreson, 1995). Ainda, a ideia de aproveitar o período esportivo para trazer melhorias à cidade tornou-se referência para futuros jogos, mesmo que de modo incipiente, fazendo com que a cada edição houvesse modificações no âmbito social, econômico ou espacial (Matos, 2012).

2.3.1.2 Olimpíadas de Munique – Alemanha (1972)

As Olimpíadas de Munique ocorreram entre 26 de agosto e 10 de setembro de 1972 e são conhecidas pelo “Massacre de Munique”. No dia 5 de setembro, oito homens palestinos invadiram a Vila Olímpica e nove israelenses foram feitos reféns após a morte de dois policiais. Os terroristas queriam a liberação de 234 presos políticos e um avião para levar os reféns para um país árabe. Tentou-se armar uma negociação, todavia todos os reféns vieram a morrer. No dia seguinte, 80 mil pessoas foram ao estádio olímpico contemplar a memória dos 11 israelenses, seguido da continuação dos jogos (Cardoso, 1996; Reeve, 2011).

Com relação ao legado, houve maior aproveitando de equipamentos esportivos na área central, com o intuito de valorizá-la. Os Jogos Olímpicos de Munique propiciaram uma oportunidade de concretizar novas ideias urbanísticas, associadas, por exemplo, com a Vila Olímpica, que acomodou 10 mil atletas durante o evento, tornando-se conjuntos habitacionais para famílias de baixa e média rendas, sendo ocupados atualmente principalmente por

universitários (Paiva, 2013). Após os jogos, o Parque Olímpico disponibilizou distintas atividades como natação e patinação, eventos como *motocross*, cinema, show no gelo, dentre outros programas culturais servindo de lazer para a população (ver Figura 2.4). Foi a partir desses investimentos para o megaevento que Munique se desenvolveu dentro de seis anos o que corresponderia a 15, caso não tivesse sediado as Olimpíadas (Poyter, 2008). Tal processo de desenvolvimento foi favorecido com o aumento do número de turistas que ainda frequentam o local dos jogos (Filho, 2008). Ainda, Munique investiu no transporte de massa, gerando também intervenções na malha urbana (Raeder, 2008).

Como aspectos negativos, o Governo investiu 800 milhões de dólares para a realização do evento, entretanto, mesmo com o uso contínuo do local pela população alemã e turistas, a Prefeitura paga anualmente altos valores para sua manutenção (Mesquita, 2008).

A partir de tais investimentos, pode-se dizer que Munique aproveitou o momento para requalificar o espaço urbano degradado, com o intuito de obter os ‘Jogos Olímpicos Verdes’⁸, investindo em infraestruturas que pudessem ser usufruídas mesmo pós-jogos. Entretanto, o evento ficou marcado pela imagem negativa da violência do atentado que entrou para a história dos megaeventos esportivos.



Figura 2.4: Olympia Park München em Munique – Alemanha.
Fonte: Mendonça, 2012.

⁸ Jogos Olímpicos Verdes: fazem referência ao desenvolvimento de projetos voltados à preservação do meio ambiente, como conservar a energia elétrica e água, minimizando os gastos e a poluição, protegendo as belezas naturais e fortalecendo a prevenção ecológica (Freire e Ribeiro, 2006).

2.3.1.3 Olimpíadas de Barcelona – Espanha (1992)

As Olimpíadas de Barcelona, localizada na Espanha, ocorreram entre 25 de julho e nove de agosto de 1992 e são lembradas pelos projetos de renovação urbanística ocorridos para a realização dos jogos. A região escolhida para ser gentrificada foi a zona portuária, na faixa leste, principalmente por ser um bairro degradado e segregado em termos de mobilidade e acessibilidade do restante da cidade. Os recursos utilizados para executar o projeto buscavam a requalificação dessa área, promovendo uma nova imagem para a cidade (ver Figuras 2.5 e 2.6) (Rolnik, 2010a; Jago et al., 2010). Assim, foi criado o Comitê Organizador do Barcelona Olímpico, que tinha como responsabilidade obter o sucesso do evento (Pardo, 2010).



Figura 2.5: Vista aérea da região portuária de Barcelona antes de 1992.
Fonte: Speranza, 2010.

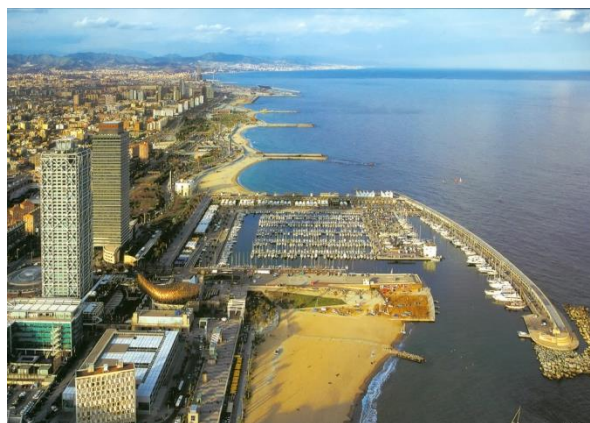


Figura 2.6: Vista aérea da região portuária de Barcelona após 1992.
Fonte: Port Olympic, 2013.

Primeiramente, vale destacar que foi dada maior atenção a bairros populares a partir de investimentos na moradia e no aumento da participação popular na gestão da cidade. Ademais, o local estava apto a receber um megaevento, visto que em Barcelona já existia um processo público de debate e de intervenção territorial, o que trouxe maiores chances de se obter um legado positivo (Rolnik, 2011b).

A partir disso, 90% dos 10 bilhões de euros investidos no campeonato foram destinados a melhorias na infraestrutura urbana, no transporte, nas habitações e principalmente na faixa litorânea, deixando somente 10% para 43 instalações esportivas, sendo 15 novas (Bernasconi, 2013). De acordo com Muñoz (1996), ocorreu uma contemplação da cidade como um todo, a partir da descentralização de um grande parque olímpico em quatro parques menores espalhados pela cidade. As antigas docas na faixa litorânea foram substituídas pela Vila Olímpica e pelo Porto Olímpico de Poblenou, novas

estruturas modernas foram levantadas como o estádio *Olímpic Lluís Companys*, *Diagonal Mar Shopping Center*, as pérgolas da Avenida Icaria (esculturas projetadas para sombrear o passeio) e área Olímpica de *Vall d'Hebron*. Uma nova linha de trem ligou a região litorânea com o resto da cidade, novos eixos viários solucionaram o trânsito, dentre outros investimentos como a restauração de edifícios antigos e a modernização do aeroporto (Costa, 2004). De acordo com Mascarenhas (2013b):

A revitalização do centro histórico, descompactando sua trama medieval, abrindo espaços públicos e refuncionalizando inúmeros edifícios. A recuperação da zona costeira, fachada da cidade, reinserindo-a na vida social urbana, através do incentivo ao uso residencial e da implantação de atrativos turísticos e de lazer; Alteração no uso do solo, gerando parques urbanos, novas centralidades e monumentalidades na periferia, e recuperação/refuncionalização de equipamentos obsoletos, como fábricas fechadas, terminais ferroviários subutilizados, etc.; O impacto das novas tecnologias, sobretudo no âmbito das comunicações, expandindo a rede de fibra ótica e as possibilidades de uso da telefonia móvel, mas também na formação de incubadoras de empresas; A melhoria na infraestrutura de acesso, construindo túneis,anel viário, ampliação da rede de metrô (rumo à periferia), enquanto na área central se multiplicaram as vias de uso exclusivo de pedestres; Implantação de grandes equipamentos urbanos em toda a área metropolitana, voltados para o esporte, à arte e a cultura em geral, além da expansão fundamental da rede de esgoto; A ênfase nas políticas sociais, embora sem contornar satisfatoriamente os déficits de moradia e a questão da segurança pública (Mascarenhas, 2013a, p. 57).

Por consequência, Barcelona não só aumentou o número de empregos, mas passou a ser o 5º local mais visitado pelos turistas na Europa após o término do megaevento, sendo caracterizada como centro de gestão e serviços avançados (Muñoz, 1996). Essa situação confirma a promoção da imagem da cidade em nível internacional como legado (Raeder, 2009). Passados mais de 20 anos, o número de visitantes passou de 1,7 milhão para 7,6 milhões ao ano (Bernasconi, 2013). Ainda houve um grande crescimento da zona leste, galpões do porto, antes abandonados, abrigam empresas de tecnologia, estúdios de televisão e cinema e apartamentos de luxo (Lepiani, 2012a). Atualmente, Barcelona conta com cinco praias desenvolvidas na Zona Portuária, além de jardim zoológico, um amplo parque urbano, diversos restaurantes, instalações esportivas, porto para navios e transatlânticos e locais noturnos (Port Olympic, 2014). Logo, ocorreram maiores investimentos para a cidade a partir da gentrificação do que para o esporte em si (Muñoz, 1996).

Somando-se a isso, Barcelona investiu em um novo método para o recolhimento de resíduos sólidos para as Olimpíadas, substituindo os caminhões de coleta, que espalhavam

dejetos que prejudicavam o meio ambiente, por dutos subterrâneos. Logo, foram instalados receptores de lixo e, abaixo desses, os tubos que levavam os resíduos para as usinas de reciclagem localizadas na periferia. Tal recurso foi implantado somente nas áreas próximas da Vila Olímpica, todavia, devido à grande aceitação da população, estima-se que, em 2018, 70% de Barcelona usufrua do projeto (Losekann, 2010).

Mesmo Barcelona tendo criado condições de sediar um evento desse porte e investir em melhorias relacionadas à infraestrutura urbana e sustentabilidade, ocorreram muitos debates, questionamentos e luta da população, pois 200 famílias foram removidas para a construção de novas vias e rótulas (Chade, 2010). Em consequência disso, ocorreram transformações na pauta de intervenção para melhor atender essas comunidades (Rolnik, 2011b). Entretanto, o Governo não conseguiu resolver satisfatoriamente os déficits de moradia (Mascarenhas, 2013a).

Como aspectos negativos, a revitalização ocasionou consequentemente o encarecimento do solo e a especulação imobiliária (Poyter, 2008; Reis, 2012), que cresceu 131% cinco anos antes das Olimpíadas (Rolnik, 2010b). Essa situação fez com que a classe social menos favorecida se deslocasse para áreas periféricas da cidade, aumentando a pobreza e a segregação. A partir disso, questiona-se para quem foram realizadas as melhorias urbanas (Cunha, 2013). De acordo com Carvalho (2014), os promotores responsáveis pela gentrificação afirmam não ter ocorrido de forma intencional as substituições das populações, uma vez que houve a preocupação em atender a necessidades dessas famílias, entretanto, essa nova cidade passou a ser mais atraente para empresas e investidores que ampliaram os grandes projetos.

Com relação à Vila Olímpica, os 2.048 apartamentos que abrigaram os atletas no período dos jogos foram vendidos para novas famílias, totalizando 5.783 residentes. O local tornou-se atraente principalmente para pessoas com deficiência física, uma vez que todas as áreas da Vila são acessíveis. Porém, o alto valor das unidades não oportunizou que a população de baixa renda morasse no local (Carbonell, 2005).

Desse modo, destaca-se que os Jogos Olímpicos serviram como alavanca para seu maior desenvolvimento e reconhecimento mundial, formando novas centralidades no âmbito metropolitano. Assim, o legado em Barcelona se baseia principalmente nas melhorias de infraestrutura urbana (Pardo, 2010). Entretanto, o aumento do custo de vida na região central trouxe como consequência o deslocamento de famílias com menor poder aquisitivo para regiões periféricas.

2.3.1.4 Olimpíadas de Atenas – Grécia (2004)

As Olimpíadas de Atenas, na Grécia, ocorreram entre 11 e 29 de agosto de 2004. O principal objetivo em sediar o megaevento era a oportunidade de implementar programas e ações ambientalmente corretas que ajudassem no desenvolvimento do país (Matias, 2008). Contudo, o megaevento foi bem sucedido somente nas três semanas de jogos, visto que passados 10 anos, 21 das 22 obras realizadas para o evento estão abandonadas (ver Figuras 2.7 e 2.8) (Lepiani, 2012b).



Figura 2.7: Fonte na Vila Olímpica - Atenas (2014).
Fonte: Stavrakis, 2012.

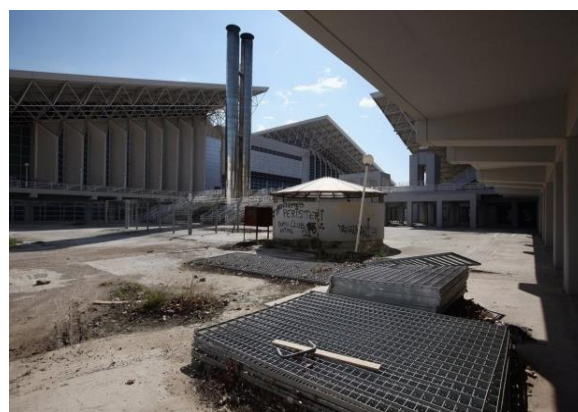


Figura 2.8: Pavilhão desportivo AOKA - Atenas (2014).
Fonte: Scarff, 2014.

Como pontos positivos, ressalta-se a construção do metrô, que liga o centro de Atenas com a Acrópole (Lepiani, 2012b; Castro, 2013), 17 estações novas e a reforma de outras três e a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que fazia a ligação entre o Estádio Olímpico e o Porto de Pireu (Matias, 2008). Outros setores também tiveram investimento positivo como a construção de 11 hotéis e a reforma de 25, além das reparações no aeroporto, criação de novas estradas e veículo leve sobre trilhos. Entretanto, tais melhorias não foram suficientes para que houvesse um legado sustentável (Mesquita, 2008).

Para o campeonato foi criada a empresa *Olympic Properties SA*, destinada a organizar o evento. Todavia, devido aos resultados pós-jogos, a empresa hoje tem dívidas consideradas impagáveis. Mesmo com toda a infraestrutura construída, a Grécia não possui recursos para pagar o uso das instalações (Chade, 2011). De acordo com Nitahara (2012), o Governo anunciou que os custos com as Olimpíadas em 2004 resultaram em torno de 8,9 bilhões de euros. Entretanto, Atenas ainda gasta cerca de 15 milhões de euros por ano com manutenções

das infraestruturas esportivas, uma vez que o uso ocasional dessas por empresas privadas não é suficiente.

Ainda como aspectos negativos, a sustentabilidade foi criticada pelo *Worldwide Fund for Nature* – WWF e *Greenpeace* em razão da falta de compromissos ambientais nos projetos para as Olimpíadas, como a implantação de fontes renováveis de energia na Vila Olímpica, por exemplo, e em outros setores que trouxessem benefícios ao meio ambiente (Matias, 2008). Em função da falta de atenção às questões ambientais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) solicitou que fossem determinados critérios sobre temas sustentáveis para os sucessivos Jogos Olímpicos (UNEP, 2004).

A falta de planejamento, os atrasos com as obras, os gastos excessivos, a falta de estudos de impactos econômicos e ambientais em longo prazo não ajudaram no desenvolvimento do país. De acordo com os estudos de Paiva (2013), *Spyros Kaprolas*, presidente do Comitê Olímpico grego, afirma que Atenas perdeu a chance de aproveitar o momento de sediar o megaevento, visto que não houve um planejamento para o uso das instalações pós-jogos (Paiva, 2013). Junto a isso, ainda vale lembrar que no ano da competição a Grécia era o segundo país mais pobre da União Europeia, fazendo com que parte dos investimentos fosse financiada com empréstimos. O Governo esperava que essa dívida fosse paga com a venda ou privatização de instalações olímpicas após os jogos, entretanto o megaevento arrecadou bem menos do que o planejado (Pappon, 2011; Nitahara, 2012).

Após o término dos jogos, a Vila Olímpica, localizada próxima a *Parnitha* no noroeste de Atenas, foi transformada em moradias para baixa renda. Os edifícios de quatro e cinco andares abrigaram 2.500 famílias, correspondendo a 10.000 pessoas que estavam inscritas no Programa de Moradia do Governo, fazendo parte dos poucos aspectos positivos do megaevento (Nitahara, 2012; Oliveira, 2013).

Por fim, a recuperação de apenas 25% dos custos com o megaevento e as imagens atuais do local deixam claro o legado para Atenas: dívidas, instalações esportivas abandonadas e consolidação de uma crise econômica. O resultado é de abandono, mostrando a falta de planejamento para o uso das infraestruturas esportivas após os jogos (ver Figuras 2.9 e 2.10) (Pappon, 2011). Assim, diante dos problemas enfrentados atualmente pela Grécia, as Olimpíadas de 2004 servem como um modelo a não ser seguido.



Figura 2.9: Arena de voleibol - Atenas (2004).
Fonte: Evans, 2014.



Figura 2.10: Arena de voleibol - Atenas (2014).
Fonte: The Olympic City Project, 2014.

2.3.1.5 Copa do Mundo de 2010 - África do Sul

A África do Sul sediou a Copa do Mundo de 2010, ocorrendo entre 11 de junho e 11 de julho. Os jogos ocorreram em nove cidades e de acordo com Farias (2014a), nem todos os investimentos para o megaevento foram positivos. Exemplos para tal fato são oito dos dez estádios construídos em nove cidades-sede que estão sem uso, como foi o caso do *Green Point*, na cidade do Cabo, já que sua construção se deu em um local onde já havia outras três instalações esportivas adequadas ao futebol. Em virtude disso, o Governo chegou a cogitar até mesmo a sua demolição, devido aos altos custos de manutenção (Farias, 2014a).

Em contraposição, destacam-se as infraestruturas com relação ao transporte, sendo as mais visíveis, e em segundo plano uma melhoria nas telecomunicações e no aeroporto (Joffe, 2010), todavia, não foram completamente finalizadas para o início da Copa (Farias, 2014a). Segundo uma entrevista realizada com Peter Alegi, professor de História Africana da Universidade Estadual de Michigan (Fellet, 2014a), existiu um sentimento de orgulho por grande parte da população sul-africana por estar desfrutando da melhora no seu padrão de vida desde 1997, visto que a classe média, formada principalmente por negros, adquiriu novos empregos, residência própria e conquistou a liberdade de pensamento e opinião.

De acordo com entrevistas realizadas pela BBC Brasil, em 2014, com moradores de diferentes locais na África do Sul, houve maior reconhecimento do país após os jogos. O evento gerou uma imagem positiva da África do Sul para as pessoas de outros países, que a partir da mídia, aumentou o número de turistas no local (Remus, 2011). Ademais, a população sentiu-se mais unida, juntou classes e culturas diferentes, além de reconhecer as melhorias no transporte público, visto que houve a inserção de ônibus BRTs (*Bus Rapid Transit*), sendo

esse uma solução moderna para o transporte urbano, utilizando tecnologia sobre pneus que opera em vias dotadas de faixas exclusivas para ônibus, e uma linha de trem em alta velocidade em Johannesburg. Entretanto, devido aos altos preços mesmo após quatro anos do megaevento, tais serviços podem ser utilizados somente por aqueles com melhores condições econômicas (Fellet, 2014b).

Em contraposição, entrevistas realizadas por Burocco (2014, p. 67) com pessoas removidas, afirmam que a *“reclamação mais comum em relação à Copa do Mundo era a disposição do Governo em tornar invisível a pobreza que existe na África do Sul, através de remoções forçadas para longe dos olhos dos turistas”*. Essas famílias relacionam-se com ocupações de edifícios abandonados e construções irregulares em terrenos públicos localizados na rota que liga o aeroporto da Cidade do Cabo ao centro da cidade.

Logo, o evento não foi positivo para todas as classes sociais. Em uma proporção menor do que está acontecendo no Brasil, a África do Sul realocou 72 mil pessoas que moravam em áreas próximas aos estádios (Chade, 2010). Muitas dessas foram transferidas para zonas segregadas, como na cidade do Cabo, conhecida como *Blikkiesdorp*, onde as famílias foram realocadas em 2008 para as chamadas “Cidades de Lata”, acampamento construído com zinco, sem conforto, saneamento e segurança (ver Figuras 2.11 e 2.12). Localizadas em terrenos sem acesso a serviços básicos, trabalho e transporte, seriam moradias temporárias, contudo, tornaram-se permanentes (Burocco, 2014).

Segundo a mesma autora (Burocco, 2014, p. 68), *“famílias de sete pessoas vivem amontoadas em espaços de três por seis metros. Eles se queixam de que as paredes de zinco tornam o interior das moradias sufocantes nos 40 °C do verão, e oferecem pouca proteção contra o frio no inverno”*.



Figura 2.11: Cidade de Lata/Cidade do Cabo – África do Sul.
Fonte: Galvão, 2014.



Figura 2.12: Vista aérea da Cidade de Lata/Cidade do Cabo – África do Sul.
Fonte: Galvão, 2014.

Aproximadamente 100 moradores foram removidos em 2009 para o sul de *Durban* para viabilizar a ampliação do Estádio *Umlazi*. Essas famílias estão vivendo em habitações temporárias até que o Governo construa as novas residências, contudo, passados cinco anos, não há previsão para a conclusão dessas (Farias, 2014a). O local atual é o maior centro químico africano, em virtude da quantidade de dejetos tóxicos (resíduos químicos e hospitalares) depositados por companhias químicas e refinarias, causando a contaminação do ar (Burocco, 2014). Além disso, outros problemas desfavoreceram a população de baixa renda, visto que os investimentos em educação e saúde pública no país foram aplicados na qualificação de estádios e aeroportos (Farias, 2014a). Levando em consideração essa situação, Farias (2014a, p. 377) afirma:

A infraestrutura, de fato, melhorou, mas a maior parte dos investimentos foi feita em áreas nobres, onde moravam os mais ricos. Lucros aconteceram, mas a maior parte dos ganhos beneficiou, sobretudo, a própria FIFA, as empresas estrangeiras financiadoras do evento e os estratos mais ricos da sociedade sul-africana, em suma, os que já tinham seus privilégios (Farias, 2014a, p. 377).

Com relação aos empregos oferecidos durante o período de preparação para o megaevento, destacam-se aqueles relacionados à construção civil, principalmente por estarem vinculados à construção dos estádios e das novas infraestruturas. No entanto, devido aos baixos salários (US\$340 por mês) os trabalhadores entraram em greve e protestaram para assegurar seus direitos e evitar a exploração às vésperas dos jogos, reivindicando um aumento salarial de 15% (Remus, 2011). Além disso, esses empregos eram na maioria temporários, o que gerou um alto índice de desemprego após o término das obras (Farias, 2014a; Burocco, 2014).

Durante o evento criou-se um perímetro de exclusividade ao redor dos estádios, evitando que vendedores ambulantes pudessem usufruir da área de uso exclusivo para grandes redes e marcas (Marcellino, 2013). Essa delimitação no entorno dos estádios também aconteceu na Copa do Mundo de 2014 no Brasil como exigência da FIFA, conhecida como “área de restrição comercial”, onde os trabalhadores informais foram vetados (Callaghan, 2012).

Em suma, é verificado que a Copa na África do Sul avançou principalmente com relação às obras de mobilidade urbana, facilitando a vida de trabalhadores. Todavia apenas a parcela da população com melhor situação econômica conseguiu desfrutar dessa conquista. Junto a isso, observou-se sentimento de nacionalismo e confiança cívica por uma parte da

população (Joffe, 2010; Remus, 2011), enquanto a parcela dos sul-africanos que viveu o processo de remoção ainda espera por melhorias (Remus, 2011; Burocco, 2014; Farias, 2014a). Ainda, é difícil falar em legado sustentável quando há um investimento de 40 bilhões de randes (aproximadamente US\$ 3,68 bilhões) para a preparação do megaevento, em um país onde 25% da população estão desempregadas e 47% vivem abaixo da linha da pobreza (Galvão, 2014).

2.3.1.6 Olimpíadas de Londres – Inglaterra (2012)

As Olimpíadas de Londres ocorreram entre 27 de julho e 12 de agosto de 2012 e tiveram como referência o megaevento de Barcelona, por seu legado e planejamento em longo prazo, entretanto, Londres se destacou mais em termos de transformação social (Bianco, 2010; Mascarenhas, 2013a; Paiva, 2013) e sustentabilidade (Diniz, 2011). O megaevento proporcionou o desenvolvimento da região de *Stratford*, localizada na zona leste da cidade, sendo essa área carente de investimentos urbanos (ver Figuras 2.13 e 2.14). No século passado, *Stratford* era caracterizada pela instalação de indústrias têxteis e químicas, produzindo grande concentração de poluentes. Nas décadas de 1970 a área adquiriu caráter residencial, contudo, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento (Diniz, 2011; Altman, 2013). *Stratford* também era constituída por habitações precárias e muros pichados, sendo uma zona com os maiores índices de desempregos e os mais baixos índices de escolaridade e expectativa de vida (Holanda, 2012; Clarke, 2013; Mascarenhas, 2013a; Altman, 2013).



Figura 2.13: *Stratford* antes das Olimpíadas de 2012.
Fonte: Powell e Olmos, 2012.



Figura 2.14: *Stratford* após as Olimpíadas de 2012.
Fonte: Powell e Olmos, 2012.

Para a escolha do local foi criado em 2004 um documento de referência chamado “*Transforming the Landscape*” (Transformando a Paisagem), que defendia a importância da cultura na candidatura do megaevento, além de acentuar a importância de um programa de regeneração econômica, tendo como ponto central a zona leste de Londres (Hitchen, 2010). Para Ken Livingstone, prefeito entre 2000 e 2008, a participação de Londres como sede da competição seria a oportunidade de o Governo fazer intervenções urbanas em *Stratford* (Pereira, 2011; Holanda, 2012; Mascarenhas, 2013a), “*usando as Olimpíadas como um catalisador de investimentos no futuro*” (Hitchen, 2010, p. 41). Ainda, segundo Diniz (2011), o fato de Londres desfrutar de áreas já qualificadas para atender aos jogos fez com que houvesse a necessidade de construir novos equipamentos em regiões degradadas.

Com o intuito de obter um legado positivo após os jogos, a entidade organizadora das Olimpíadas “*London Organising Committee Of The Olympic Games*” (LOCOG), derivada de entidades privadas e o órgão público “*Olympic Delivery Authority*” (ODA), fizeram parte do planejamento das construções das instalações esportivas para o megaevento (Bianco, 2010; Hitchen, 2010; Castanheira, 2013). Segundo a “*London Legacy Development Corporation*” (LLDC, 2012), o projeto do legado é separado em três fases: (i) mobilização (2009-2012), (ii) transformação (2012-2015) e (iii) regeneração (2015-2030). Além disso, foi criado o site *London Legacy Group*, no qual as pessoas podem até hoje deixar suas opiniões e tirar dúvidas sobre os projetos desenvolvidos.

A primeira fase está relacionada à demolição de edifícios, construção de novas infraestruturas, limpeza e descontaminação do terreno e a realização dos Jogos Olímpicos. A fase da transformação refere-se ao desmonte de estruturas temporárias (Arena de Basquete, Arena de Polo Aquático e Hóquei na Grama) e na modificação daquelas permanentes para o uso diário da população, como é o caso do estádio Olímpico, Parque Aquático, Velódromo, *Cooper Box* (arena de handebol), Complexo de Mídia e a Vila Olímpica. A última fase iniciou-se em 2015 com a construção de novos bairros próximos do antigo, creches, centros de saúde e escolas. Logo, as fases de transformação e regeneração constituem o legado dos jogos, sendo comandado pelo *Olympic Park Legacy Company* (OPLC), novo setor público sem fins lucrativos, que ficou encarregado de cuidar dos investimentos após os jogos (OPLC, 2012; Holanda, 2012; Castanheira, 2013). Esse setor mais tarde tornou-se a *London Legacy Development Corporation* (LLDC).

A partir das três fases citadas, Londres objetivou garantir infraestruturas adequadas que atendessem aos jogos, fazendo com que essas não se tornassem obsoletas. A

descontaminação do solo e dos canais aquáticos, problema grave na região, também foi resolvida, visto que era uma área de uso industrial. A poluição eletromagnética, gerada pelas torres e linhas de transmissão de energia elétrica de alta potência também foi solucionada. Assim, o legado de Londres estava relacionado à sustentabilidade, recuperação das áreas ambientalmente degradadas e da zona industrial deprimida, garantindo os Jogos Olímpicos mais sustentáveis até 2013 (Altman, 2013; Castanheira, 2013). Segundo a LLDC (2012), as modificações ocorridas contribuirão para um estilo de vida mais saudável e sustentável da população, com maior incentivo ao esporte, construção de novas instalações de saúde e educação, centros comunitários e de convivência.

Por conseguinte, as obras criaram novos eixos urbanos que beneficiaram a população de *Stratford*, como o surgimento de novas vias de trânsito, linhas de trem e metrô (Diniz, 2011; Holanda; 2012, Castanheira, 2013) e comércio, oferecido principalmente pelo *Shopping Center Westfield Stratford City*, o maior *shopping* da Europa (LLDC, 2012; Altman, 2013; Paiva, 2013). Outros objetivos estavam relacionados com o aumento do número de empregos, visto que em *Stratford* surgiram 50.000 novos postos de trabalho entre temporários e permanentes. Junto a isso, há o estádio Olímpico, o Centro Aquático, o estádio de Hóquei, o Velódromo e a Vila Olímpica (Diniz, 2011; Castanheira, 2013).

Em 2013, passado um ano do megaevento, os jogos já tinham rendido 9,9 bilhões de libras com turistas e novos investimentos ao Reino Unido, ultrapassando o valor dispendido com a organização e infraestrutura dos jogos, que corresponde a nove bilhões (Oswald, 2013a). Somando-se a isso, o Parque Olímpico de Londres, chamado de Parque Rainha Elizabeth após 2012 (ver Figura 2.15), foi adaptado para receber a população e reaberto dia 5 de abril de 2014 (Queen Elizabeth Park, 2014). A escultura *ArcelorMittal Orbit*, constituída de aço vermelho, continua fazendo parte do Parque, sendo a atração turística de *Stratford* (ver Figura 2.16) (Diniz, 2011; Oswald, 2013b; Queen Elizabeth Park, 2014). Conforme LLDC (2012, p.24), o local “vai cumprir o seu potencial como uma importante localização de investimento e um ativo-chave da economia”.

Outros aspectos positivos são a estação de trem *King's Cross* que passou a ser a segunda melhor conectada da Europa e a Vila Olímpica que abrigou os atletas durante o evento e hoje está com os 2.818 apartamentos vendidos para inquilinos particulares e do Programa de Moradia Social do Governo Britânico (*Affordable Homes Programme and National Affordable Housing Programme*) (Oswald, 2013b), pertencendo à primeira fase da construção. A segunda fase consiste em 2.500 apartamentos (LLDC, 2012).



Figura 2.15: Parque Rainha Elizabeth em Londres.
Fonte: London Legacy Development Corporation, 2012.



Figura 2.16: Escultura ArcelorMittal Orbit em Londres.
Fonte: Arup, 2012.

Apesar de a realização do megaevento ter ocorrido recentemente, há indícios de que Londres já supere Barcelona quanto ao legado (Mascarenhas, 2013a). De acordo com a BBC Brasil (2013), o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte afirma que o legado do megaevento “*foi saudado pelo Comitê Olímpico Internacional como um 'exemplo' para futuros jogos*”, além de seguir como inspiração para próximas cidades-sede nos próximos 10 anos.

Com relação ao legado social, houve maior preocupação com as pessoas de classe econômica menos favorecida ao escolher a região de *Stratford* para ser o centro dos jogos (Mascarenhas, 2013a). As desapropriações ocorridas atingiram cerca de 400 proprietários, que tiveram a possibilidade de participar de reuniões, contribuindo com suas opiniões. Para essas pessoas foram pagas altas indenizações (Diniz, 2011), possibilitando que muitos fossem morar a 2,5 km do local, em uma nova zona residencial (Clarke, 2013).

De acordo com Rolnik (2011b), “*Londres fez uma política muito forte de investimento em habitação social, com 30% de todos os empreendimentos obrigatoriamente produzindo habitação popular*”. Esse investimento chegou próximo da estagnação das moradias precárias.

Em contraposição a esses benefícios, algumas famílias de baixa renda deixaram de morar na região devido ao aumento do preço dos imóveis, dado que áreas próximas ao evento

tiveram inflação de quatro vezes mais que a média nacional. Tendo em vista essa situação, o Governo investiu em políticas sociais para maior integração da comunidade, contudo não foi possível solucionar a situação de todas as famílias (Oswald, 2013b). Tais benefícios sociais estavam associados aos subsídios de habitação, redução do pagamento de impostos e auxílios para baixa renda (Governo do Reino Unido, 2015).

Por fim, as Olimpíadas de 2012 ocorreram a partir da qualificação em uma área que precisava de investimentos urbanos, o que oportunizou melhorias na educação, saúde, aumento no número de empregos, “*reposicionando Londres como cidade global líder*” (Hitchen, 2010, p.168). Em relação ao legado social, houve preocupação por parte do Governo em atender à necessidade da população atingida pelas remoções (Diniz, 2011; Rolnik, 2011a; Mascarenhas, 2013a), contudo, mesmo com políticas sociais que auxiliassem essas pessoas, nem todas conseguiram continuar na região devido ao aumento do custo de vida (Oswald, 2013b). Mesmo com tal fato, pode-se dizer que o megaevento foi realizado com sucesso, tendo benefícios em longo prazo, servindo de exemplo para futuras cidades-sede.

2.3.2 Megaeventos no Brasil

A seguir destacam-se em ordem cronológica os megaeventos ocorridos no Brasil: a Copa do Mundo de 1950, os Jogos Pan-Americanos do Rio de 2007 e a Copa do Mundo de 2014.

2.3.2.1 Copa do Mundo de 1950

Desde 1930 o Brasil tinha interesse em sediar a Copa do Mundo, todavia tal situação foi adiada por consequência da Segunda Guerra Mundial. Passados 16 anos, em 25 de julho de 1946, em Luxemburgo, o Brasil foi eleito pela FIFA para receber os jogos de 1949, sendo o único candidato, visto que os países europeus estavam com dificuldade na reconstrução do pós-guerra. No entanto, em razão dos problemas com relação à Guerra, a Copa foi adiada para 1950 (Melo, 2011; Farias, 2014b; Cunha, Silva e Silva, 2015). Muitos países europeus não participaram da competição por falta de recursos para vir ao Brasil e outros por estarem destruídos em função do conflito militar (Barros, 2012a), totalizando 13 equipes participantes (Portal Brasil, 2009).

Para sediar os jogos, as cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Salvador foram escolhidas (Farias, 2014b). Porém, devido aos atrasos das obras em Salvador, especificamente do estádio Fonte Nova, sua participação foi excluída do megaevento (Mascarenhas, 2013b).

Tal momento foi importante para o Brasil atrair os olhares do mundo, além de ser um catalizador para tornar o futebol uma paixão nacional. Na época, o país apresentava estádios adequados para sediar os jogos, como o Pacaembu em São Paulo, e o Durival Britto em Curitiba, construídos durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) (Cunha, Silva e Silva, 2015), todavia, o momento exigia um número maior de arenas (Farias, 2014b).

Dentro desse contexto, as autoridades do Rio de Janeiro decidiram construir o maior estádio do mundo da década de 1950: o estádio Municipal, atual Maracanã, que foi construído em dois anos para 100 mil torcedores e virou ponto turístico da cidade (Mascarenhas, 2013b). Segundo Barros (2012a), o motivo para a sua construção não foi o megaevento, dado que o projeto seria realizado independente da Copa do Mundo por haver a necessidade de um novo estádio para a cidade. Além desse, o estádio de Belo Horizonte, o Independência, foi construído exclusivamente para os jogos.

As arenas das demais cidades foram apenas reformadas e as qualificações urbanas não foram significativas. Tal fato está relacionado às exigências da FIFA, visto que naquela época eram bem menores quando comparadas aos dias atuais (Barros, 2012a; Cunha, Silva e Silva, 2015).

A reurbanização do entorno do Maracanã foi a única perceptível comparada com as demais cidades-sede mesmo havendo pequenas alterações como a abertura de vias e mudanças de sentido, além de ser concluída somente após os jogos. Entretanto, tais modificações ocasionaram a remoções de centenas de pessoas daquela localidade (Melo, 2011). Em primeiro momento, a abertura de uma rua sem saída ocasionou a remoção de algumas famílias. Logo depois, surgiu uma nova favela nos arredores do Maracanã, sendo conhecida como Favela do Esqueleto, a qual foi removida somente em 1960 para a Cidade de Deus, localizada a 23 km de distância (Barros, 2012a).

As obras nas imediações do estádio começaram somente em 1950, poucos meses antes do início dos jogos, fazendo com que os trabalhadores se revezassem entre os três turnos para que a infraestrutura do Maracanã ficasse concluída dentro do prazo, o que não aconteceu (Melo, 2011). Assim, no dia 24 de junho de 1950, data de abertura dos jogos, o entorno do estádio apresentava restos de materiais das obras (ver Figuras 2.17 e 2.18) (Barros, 2012a).

Muitos debates ocorreram por consequência da utilização de dinheiro público para a construção do Maracanã, visto que a população acreditava que esse investimento deveria ser aplicado na saúde e educação, beneficiando as pessoas mais vulneráveis (Melo, 2011). Assim, em 1947, o jornalista Mário Filho declarou no *Jornal dos Sports*: “a construção do estádio do povo não impede que se construam hospitais. Não é com o dinheiro dos hospitais que se vai construir o estádio. E o estádio também significa conforto e saúde para o povo que não tem hospitais” (Melo, 2011, p. 27).



Figura 2.17: Estádio Maracanã 1950.
Fonte: SUDERJ, 2014.



Figura 2.18: Estádio Maracanã na inauguração.
Fonte: Jornal do Brasil, 2006.

Outros questionamentos por parte da população estiveram relacionados com a escolha das cidades-sede devido aos grandes deslocamentos, além da falta de infraestrutura dos transportes (Farias, 2014b). Ainda, a maioria das obras para o megaevento da década de 1950 foi realizada no Rio de Janeiro, cidade de destaque, havendo pouco investimento em transporte, hotéis e infraestrutura para as demais cidades-sede (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Recife e Belo Horizonte) (Melo, 2011).

Em síntese, não houve um planejamento para a Copa do Mundo de 1950 com relação às infraestruturas tanto esportivas quanto urbanas, tendo em vista que não eram exigências da FIFA para um país sediar o megaevento (Barros, 2012a; Cunha, Silva e Silva, 2015). Assim, a Copa de 1950 é associada à construção do estádio Maracanã, utilizado até os dias atuais pela população, e à prática esportiva.

2.3.2.2 Jogos Pan-Americanos do Rio 2007

Os Jogos Pan-Americanos do Rio foram realizados entre 13 e 29 de julho de 2007. O Rio de Janeiro foi escolhido como cidade-sede em fevereiro de 2002 e em novembro desse mesmo ano foi criado o Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos. Em 2003, a empresa *MI Associates*, responsável por organizar os Jogos Olímpicos de Sydney no ano 2000, foi contratada para adequar o projeto do Pan, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, pois havia a necessidade de uma empresa com experiência para montar o planejamento dos próximos cinco anos (Relatório Oficial do Pan-2007, 2008). Além disso, os jogos seriam o momento de mostrar que o Brasil teria capacidade de sediar megaeventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas (Tavares, 2008; Pereira, 2011).

Assim, começaram os planejamentos de infraestrutura quanto aos estádios, mobilidade, segurança, dentre outros quesitos que teriam como intuito a existência de um legado urbano e social. Optou-se por construir a Vila do Pan na região da Barra da Tijuca, nas margens da Lagoa Jacarepaguá, a fim de abrigar os atletas durante o evento (Mascarenhas, 2007, 2008; Lopes, 2007; Freire, 2013) e após seu término tornar-se um condomínio residencial fechado. Esse é constituído por 17 blocos totalizando 1.480 apartamentos, abrigando até oito mil pessoas (Madruga, 2008). Ainda, as instalações esportivas foram distribuídas em quatro regiões (Barra da Tijuca, Deodoro, Maracanã e Pão de Açúcar), tendo a maior concentração de infraestruturas e modalidades esportivas na Barra da Tijuca (Relatório Oficial do Pan-2007, 2008).

Destaca-se que a região escolhida para o Pan 2007 é caracterizada pelo processo de expansão urbana, atraindo novos investimentos imobiliários para a população de maior poder aquisitivo. Entretanto, nas candidaturas anteriores do Rio de Janeiro para sediar o megaevento, a região escolhida era na Zona Norte, caracterizadas por ser “subutilizada” e precisar de investimentos urbanos, como a Ilha do Fundão (Santos, 2013; Freire, 2013). A mudança do local foi justificada em função da região da Barra da Tijuca oferecer maior segurança aos atletas e turistas, concentração de equipamentos e terrenos livres (Relatório Oficial do Pan-2007, 2008).

A Vila do Pan está localizada em uma região de solo com grande instabilidade, formada por argila. Essa característica exigia que o solo recebesse o tratamento correto para que o projeto fosse realizado com segurança. Contudo, a falha nesse quesito trouxe graves

problemas de infraestrutura nos edifícios, fazendo com que muitos dos moradores atuais colocassem seus imóveis à venda (ver Figura 2.19) (Pereira, 2013).

Com relação aos investimentos de infraestrutura esportiva, houve falha de planejamento. O custo em 2002 foi de R\$ 390 milhões, passando para R\$ 3,3 bilhões em 2011 (Carvalho, 2013). Esse aumento esteve associado a projetos básicos que sofreram modificações como foi o caso do estádio Engenhão. Em 2003 sua construção foi orçada em R\$ 87,3 milhões, entretanto, devido às modificações necessárias com relação ao aumento da pista de atletismo, descoberta de encanamentos no terreno e obras do entorno, esse valor foi finalizado em R\$ 396 milhões, não garantindo a qualidade do projeto, dado que em 2013 foi interditado (Martins e Maia, 2014). Além disso, muitos processos ainda decorrem por conta dos desvios e superfaturamentos nas obras, contribuindo para que as despesas aumentassem (Pereira, 2013; Marcellino, 2013).



Figura 2.19: Vila Pan-Americana no Rio de Janeiro em 2014.
Fonte: Loureiro, 2014.

Alguns projetos que estavam na lista de legado para o Pan não foram realizados: a despoluição da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas, novas linhas de metrô, principalmente a linha T5 que ligaria a Zona Oeste com a Zona Sul (Lopes, 2007; Pereira, 2011), projetos de habitação para a população de baixa renda e investimentos na área da saúde. A justificativa pela não implementação das melhorias relacionou-se por não ser uma exigência para a realização dos jogos (Martins e Maia, 2014). Segundo o Relatório Oficial do Pan-2007 (2008), tem-se como legado: melhorias de infraestrutura nos corredores de acesso, aprimoramento na sinalização e iluminação no entorno dos estádios (Complexo Esportivo de Deodoro, Estádio do Engenhão, Arena Multiuso, Parque Aquático, Velódromo, Parque

Aquático Júlio Delamare, Complexo Maracanã e Maracanãzinho, estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas), construção da Vila do Pan e das instalações esportivas modernas a nível internacional, aumento do turismo e do número de empregos.

Com relação às infraestruturas esportivas pós-jogos, a Arena Olímpica, o Riocentro e o Engenhão foram cedidos à iniciativa privada, não estando à disposição da população, o Velódromo e o Parque Aquático estão sem atividade e na arena multiuso só ocorrem shows (Freire, 2013; Pereira, 2011; Santos, 2013). Entretanto, seis infraestruturas serão adaptadas para a utilização nas Olimpíadas de 2016: (i) Arena Olímpica, (ii) Engenhão, (iii) Centro Nacional de Hipismo, (iv) Parque Aquático Maria Lenk, (v) Centro Nacional de Tiro Esportivo e (vi) Complexo Esportivo de Deodoro (Portal Oficial do Governo Federal para os Jogos Olímpicos 2016, 2015).

As remoções ocorridas para a execução das obras de infraestrutura começaram em 2006, cujas obras dos corredores BRTs Transcarioca e Transoeste causaram a remoção de 13.500 pessoas, relacionadas à Comunidade do Campinho, Rua Quáxima, Comunidade Vila das Torres, Comunidade Arroio Pavuna, Comunidade Restinga, Vila Harmonia, Vila Recreio II, Vila Autódromo, Comunidade Asa Branca, Comunidade Azaleia e Taboinha (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014). Moradores da Vila Autódromo, por exemplo, mesmo com o título de posse do terreno passam pelo processo de remoção (Mascarenhas, 2007; Vale e Gray, 2013; Rolnik, 2014b; Tanaka, 2014). Em 2004, essa mesma comunidade foi cadastrada pela Secretaria de Habitação para obras de saneamento, contudo, tal ação foi reconhecida como motivo para remoção das famílias para os Jogos do Pan (Freire, 2013).

As remoções relacionadas às instalações e reformas de infraestruturas esportivas atingem 4.790 pessoas referentes à Comunidade do Metrô Mangureira, Ocupação Aldeia Maracanã, Favela do Sambódromo e Favela Belém-Belém (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014). Famílias da Favela Belém-Belém foram removidas sem ter o conhecimento de que as datas das desapropriações tinham sido divulgadas no Diário Oficial (Mascarenhas, 2007). Outras da Comunidade Metrô Mangureira foram reassentadas a 39 km de distância (Onça, 2014).

As remoções voltadas à promoção turística atingem o Morro da Providência, Ocupação Machado de Assis, Ocupação na Rua do Livramento e Ocupação Flor do Asfalto, totalizando 6.387 pessoas removidas (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014). A remoção de 835 residências no Morro da Providência em prol da construção

do teleférico que atende principalmente o turista e outras em razão da área de risco ocorreu sem reuniões e diálogo com a comunidade (Dip, 2012a, 2012b).

Entretanto, destaca-se que o processo das remoções citado iniciou para os jogos do Pan-Americano, mas tais infraestruturas ou serviços pretendiam atender mais tarde a Copa do Mundo de 2014, além de servir para a futura Olimpíada de 2016 (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014; Faulhaber e Azevedo, 2015).

A partir do alto número de famílias em processo de remoção iniciado para os jogos do Pan, criou-se em 2005 o Comitê Social do Pan, formado por pessoas sem vínculo governamental (Mascarenhas, 2007; Freire, 2013), com o intuito de “*intervir criticamente na implementação dos jogos Pan-Americanos, abrindo-o ao debate com segmentos da sociedade civil organizada e com a população diretamente afetada*” (Lopes, 2007, p.4).

Essa organização conseguiu algumas melhorias no âmbito histórico-cultural, como o impedimento da ampliação da Marina da Glória, área pública que seria privatizada para construção de alto padrão econômico (empreendimento com a construção de garagens de lanchas, centro de convenções e restaurantes) (Mascarenhas, 2007; Freire, 2013). Com relação às remoções, houve maior articulação com as comunidades das regiões do Engenho, Autódromo e Parque do Flamengo, na tentativa de expressar os direitos dos cidadãos (Filho, 2008), contudo, nenhuma remoção foi evitada.

A maneira com que essas remoções estão ocorrendo, uma vez que mesmo com o término dos jogos Pan-Americanos, muitas famílias ainda vivem o processo de remoção, é questionada. Há falta de informação e diálogo por parte da Prefeitura, ameaças de violência, remoções durante o período noturno, ausência de prazo para a transferência do morador, falta de participação das comunidades nos projetos que objetiva buscar melhores soluções para a redução de remoções, dentre outras atitudes que marcam negativamente o processo de remoção no Rio de Janeiro (Rolnik, 2010c, 2011c; Onça, 2014; Faulhaber e Azevedo, 2015). Essas famílias têm a opção do reassentamento para habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, localizadas na periferia do Rio de Janeiro, aluguel social no valor de R\$ 500,00 ou bônus moradia no valor de R\$ 52.000,000, cujos valores são questionados devido à impossibilidade de alugar ou comprar uma nova residência na cidade (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014).

A escassez de pontos positivos não teve relação com o tempo de preparação para os jogos. A capital carioca teve 1.304 dias para se organizar e desenvolver projetos consistentes, a fim de atingir os objetivos propostos na lista de legado, que deveriam ser pensados

antecipadamente vinculados ao planejamento das infraestruturas pós-jogos (Bernasconi, 2013). Contudo, os recursos financeiros não foram suficientes para colocar em prática todos os projetos, fazendo com que apenas as infraestruturas esportivas fossem construídas (Pereira, 2011).

Mesmo com tais problemas, pode-se dizer que os Jogos Pan-Americanos serviram como uma espécie de preparação para as Olimpíadas, tendo deixado como legado o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Destaca-se que um fator que contribuiu para a escolha da cidade pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) foi a construção dos equipamentos esportivos com padrão olímpico, tornando a candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016 mais forte (Pereira, 2011). Com relação às remoções, não houve um legado social, em razão do direito à moradia e direitos humanos não serem respeitados, identificando a necessidade de um melhor planejamento social para os próximos megaeventos.

2.3.2.3 Copa do Mundo de 2014

O Brasil foi escolhido novamente como país sede para a Copa do Mundo de 2014 no dia 30 de outubro de 2007 em Zurique, na Suíça, que realizou os jogos entre 12 de junho e 13 de julho de 2014. Para a realização do megaevento, a FIFA proporcionava a escolha de realizar os jogos entre oito e 10 cidades, levando em consideração a dimensão territorial do Brasil. Entretanto, atendendo à solicitação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), elegeram-se 12 cidades, ampliando o “*mercado consumidor do futebol-negócio e os lucros*” (Farias, 2014a, p. 490), sendo essas: Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Belo Horizonte (Minas Gerais), Brasília (Distrito Federal), São Paulo (São Paulo), Cuiabá (Mato Grosso), Curitiba (Paraná), Fortaleza (Ceará), Manaus (Amazonas), Natal (Rio Grande do Norte), Recife (Pernambuco), Salvador (Bahia) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul) (Ministério do Esporte, 2011; Farias, 2014a).

De acordo com o Governo, tal escolha esteve relacionada ao crescimento do país como um todo, o que proporcionou a irradiação de investimentos e o desenvolvimento, atendendo todas as regiões. O objetivo era que, na dimensão urbana, as iniciativas geradoras de legado visassem atender melhorias na mobilidade, saneamento, habitação, em suma na qualidade de vida da população. Com relação às infraestruturas, o objetivo era qualificar equipamentos (estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos) e serviços (turismo, segurança, energia,

tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental), a fim de melhor atender à realização do evento. Logo, tais melhorias deveriam beneficiar a população após os jogos, tendo como propósito, na área da economia, reduzir a desigualdade, aumentando consequentemente o número de empregos. Na área social, o objetivo era ampliar os direitos do cidadão e melhorar a qualidade de vida, com investimentos em saúde, educação, acessibilidade e segurança. Na esfera sociocultural, o objetivo era valorizar a autoestima nacional. Por fim, com relação ao meio ambiente, o propósito era investir na sustentabilidade como parte dos projetos de infraestrutura, reduzindo os impactos ambientais (Ministério do Esporte, 2011).

A partir disso, grande parte da população comemorou, inicialmente acreditando que o megaevento seria a grande oportunidade para todas essas transformações ocorrerem, além de mostrar a capacidade do Brasil em sediar um evento desse porte (Paula, 2015). Porém, em junho de 2013, duas semanas antes da Copa das Confederações, o país se põe diante de uma grande manifestação popular, que focava majoritariamente em problemas como: (i) transporte público, (ii) ambiente político (corrupção e necessidade de mudança), (iii) gastos com as obras de preparação do país para os jogos da Copa do Mundo de 2014, bem como das Olimpíadas de 2016 e (iv) falta de recursos para saúde, segurança e educação (Romão, 2013; Vianna, 2013; Farias, 2014a; Oliveira e Leal, 2014).

Em relação às obras, os atrasos foram constantes em todos os setores. Ademais, o uso de alguns estádios após o megaevento ainda é um problema, visto que as arenas de Natal, Manaus, Brasília e Cuiabá se tornaram subutilizadas. Tal fato ocorre em virtude do pequeno público para assistir aos jogos, além do alto custo de manutenção (Bernasconi, 2013; Paula, 2015; Mascarenhas, 2015). Como forma de atrair maior público para essas instalações, a Confederação Brasileira de Futebol planejou em 2013 impor aos times da primeira divisão dessas cidades a realizarem suas competições nas arenas constituídas para a Copa do Mundo (Farias, 2014a). Todavia, nem sempre esses jogos acontecem nos respectivos estádios, uma vez que alguns times não estão na primeira divisão, fazendo com que algumas arenas sejam raramente abertas, como é o caso do Mané Garrincha em Brasília, e a Arena Amazonas em Manaus (Paula, 2015).

O alto custo das infraestruturas de preparação para os jogos também foi questionado pela população. Conforme o primeiro orçamento disposto no Primeiro Balanço para a Copa do Mundo de 2014, a estimativa era de R\$ 23,8 bilhões, contando com investimentos em estádios, aeroportos e mobilidade urbana (Ministério do Esporte, 2011). Em 2014 esse valor aumentou para R\$ 27,42 bilhões (Portal da Transparência, 2014). Além disso, ao contrário do

que foi anunciado inicialmente, que a iniciativa privada custearia a maior parte dos custos, 84% do orçamento final foi custeado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal (Farias, 2014a).

Devido aos aspectos negativos, grande parcela da população ficou preocupada com o volume de gastos para atender ao megaevento, visto que esse poderia, e ainda pode gerar redução dos investimentos na educação, saúde, transporte, além de aumentar a dívida pública. Assim, maior preocupação veio por parte da população mais humilde que também sofreu com o processo de remoções (Farias, 2014a).

A alta utilização de recursos públicos, pouca participação da iniciativa privada, falta de diálogo com a população das áreas de intervenção, a visão meramente setorial e festiva do evento e a ausência de uma política ativa de transparência em relação aos gastos foram fatores que comprometeram o legado da Copa de 2014 (Marcellino, 2013; Maricato, 2014; Lassance, 2014). Todavia, na visão do Governo, a Copa do Mundo projetou o país internacionalmente, promovendo valores de integração, nacionalidade e solidariedade, tendo em vista que o megaevento contribuiu para a qualificação de recursos humanos, urbanísticos e esportivos, além da oferta de empregos principalmente no setor da construção civil (Ministério do Esporte, 2014).

Segundo Omena (2015a) o que aconteceu foram melhorias nas conexões entre aeroportos, redes hoteleiras e estádios, limitando essas transformações apenas nas metrópoles que sediaram os jogos. Não se buscou atender melhorias mais amplas, no sentido de priorizar o transporte público de alta capacidade e qualidade (como o metrô, por exemplo), com o intuito de ser mais sustentável para o meio urbano e incentivar a população em sua utilização. Logo, os projetos implementados geralmente em áreas centrais da cidade não são prioridade para atender às necessidades da população (Rolnik, 2014b), já que esses *“privilegiaram modelos ambientalmente equivocados e sem mudanças efetivas a longo prazo para os moradores das cidades”* (Paula, 2015, p. 15).

Aproveitou-se o momento da Copa de 2014 para atender interesses de grandes grupos imobiliários e realizar uma higienização social⁹. Em muitas cidades-sede, famílias que moravam nas imediações das obras foram pressionadas a sair do local por relacionar-se a moradias irregulares, sendo realocadas em áreas distantes das de origem, dificultando o

⁹ Higienização social: é também conhecida como “limpeza social”, a qual retira moradores de rua de áreas turísticas das cidades-sede no período dos jogos de megaeventos (Puff, 2014).

acesso à saúde e educação e proximidade com empregos (Farias, 2014a; Maricato, 2014; Rolnik, 2014d; Omena, 2015a).

Segundo o relatório de Rolnik (2014c), o momento de preparação para a Copa do Mundo de 2014 deveria ser utilizado para reurbanizar áreas onde vivem pessoas de baixa renda, bem como planejar obras de mobilidade urbana que atendessem às prioridades de deslocamento da população na cidade. Entretanto, o que aconteceu foram remoções, muitas vezes caracterizada pela falta de informação e respeito, não havendo a participação das comunidades atingidas nos projetos, distanciando-se dos direitos humanos e à moradia (Rolnik, 2014b). Por fim, como forma de estabelecer um comparativo entre a Copa do Mundo de 2014 e a de 1950, a Tabela 2.1 exibe algumas características de ambos megaeventos.

Tabela 2.1: Comparação entre a Copa do Mundo de 1950 e a Copa do Mundo de 2014.

COMPARATIVOS	COPA DO MUNDO DE 1950	COPA DO MUNDO DE 2014
CIDADES-SEDE	Seis	12
ESTÁDIOS	Dois estádios construídos: (i) Maracanã, no Rio de Janeiro e (ii) Independência, em Belo Horizonte. Quatro estádios reformados: (i) Eucaliptos, em Porto Alegre, (ii) Pacaembu, em São Paulo, (iii) Durival Britto, em Curitiba e (iv) Ilha do Retiro, em Recife (Barros, 2012a; Cunha, Silva e Silva, 2015).	Cinco estádios construídos: (i) Arena Amazônia, em Manaus, (ii) Arena Pantanal, em Cuiabá, (iii) Arena das Dunas, em Natal, (iv) Arena Pernambuco, em Recife e (v) Arena Corinthians, em São Paulo. Sete estádios reformados: (i) Fonte Nova, em Salvador, (ii) Castelão, em Fortaleza, (iii) Mané Garrincha, em Brasília, (iv) Maracanã, no Rio de Janeiro, (v) Mineirão, em Belo Horizonte, (vi) Arena da Baixada, em Curitiba e (vii) Beira-Rio, em Porto Alegre (Portal da Copa, 2014).
SELEÇÕES	13 equipes (Portal Brasil, 2009).	32 equipes (Portal da Copa, 2014).
EXIGÊNCIAS	Exigências mínimas (tamanho do campo, número de assentos), sem a necessidade de obras de mobilidade urbana, melhorias em aeroportos e aumento da capacidade hoteleira (Barros, 2012a).	As exigências para o megaevento estão contidas no documento “ <i>Estádios de futebol – Recomendações técnicas e os requisitos</i> ” criado pela FIFA, contendo informações como materiais utilizados, segurança, localização das arenas, estrutura para imprensa e segurança (FIFA, 2011).
RELEVÂNCIA	Até 1950 o Turfe ¹⁰ ainda era o esporte principal, contudo, o megaevento no Brasil serviu como estimular a paixão pelo esporte (Barros, 2012a). Foram vendidos um milhão de ingressos para a 4ª edição dos jogos (Souza, 2014).	Foram vendidos quase três milhões de ingressos para a 20ª edição dos jogos (Portal da Copa, 2014).

¹⁰ Turfe é o nome dado ao esporte que promove corrida de cavalos, havendo o treinamento dos animais, competições e apostas. Em Porto Alegre, o esporte teve início em 1856 (Jockey Club, 2016).

COMPARATIVOS	COPA DO MUNDO DE 1950	COPA DO MUNDO DE 2014
IMPrensa	Pequena cobertura da mídia quanto às obras e partidas dos jogos (Souza, 2014). As informações de maior relevância estiveram associadas à construção do Maracanã (Mello, 2011).	Cobertura intensa da mídia com relação às obras, aos atrasos, aos eventos festivos, ao momento dos jogos.

i. *Contextualização política: “a Copa das manifestações” de 2013 e eleições de 2014*

Os anos de 2013 e 2014 foram marcados não só pela volta das manifestações nas ruas, e a realização da Copa do Mundo no Brasil, mas pelas eleições ocorridas em outubro de 2014. De certo modo, as manifestações de junho de 2013 condicionaram um rumo para a compreensão da dinâmica eleitoral e o modo de como fazer estratégias de comunicação política. O alto grau de insatisfação referente à administração do Governo associado à instituição política como um todo ocorreu não só nas capitais dos estados brasileiros, mas também em cidades menores do interior, prejudicando a imagem da presidência, governantes, prefeitos e deputados desse período (Macedo, 2013; Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014). De acordo com Omena (2015b), as manifestações ocorreram em 350 cidades do país, reunindo mais de um milhão de pessoas.

Anterior a esse período, destaca-se que o Brasil desenvolveu processos socioeconômicos que causaram dissenso em ampla parcela da população (Omena, 2015a). Com relação aos principais problemas enfrentados pelos brasileiros estava, e ainda está, a falta qualidade do transporte coletivo (Romão, 2013; Omena 2015a, 2015a). Conforme Rodrigues (2013), entre 2001 e 2012, o número de veículos automotivos no Brasil cresceu 138%, passando de 34,9 milhões para 76,1 milhões. Esse aumento ocorreu devido ao maior incentivo de políticas públicas para usar o transporte individual, a partir da isenção de impostos sobre a produção de automóveis e motos e do encarecimento do valor da passagem de transportes públicos. No período entre 2003 e 2009, o aumento da gasolina representou 27,5%, enquanto a tarifa de ônibus 63,2% (Carvalho e Pereira, 2012), contribuindo para que muitos optassem por utilizar o transporte individual.

Outro problema relevante foi o significativo crescimento do setor imobiliário em metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, que ocuparam as primeiras posições na

variação do preço médio dos imóveis entre 2011 e 2012. Essa situação fez com que o déficit habitacional aumentasse em mais de 10% nesse período (Fundação João Pinheiro, 2014).

Tais problemas contribuíram para a revolta da população diante à preparação das cidades para a Copa das Confederações, ocorridas entre 15 e 30 de junho de 2013, visto que os projetos não estavam associados à solução dos problemas urbanos (Omena, 2015a). Conforme Vianna (2013), outros motivos se associaram aos protestos:

O que querem as multidões de junho de 2013? Antes de tudo, as suas demandas são morais: que o seu voto valha algo, que políticos corruptos sejam presos, que haja desmilitarização das PMs, que não se sintam humilhadas quando precisam recorrer aos serviços públicos e que haja redução nas distorções salariais e legais entre as categorias profissionais. (Vianna, 2013, p.38).

A insatisfação referente à política era uma das razões mais fortes das manifestações. De maneira geral, os problemas não estavam associados aos partidos eleitorais, mesmo que alguns tenham feito referência à presidência do período Dilma Rousseff, mas sim à falta de investimentos de qualidade nos serviços de educação e saúde pública, somados à corrupção, descaso com o dinheiro público (ver Figuras 2.20 e 2.21) (Vianna, 2013), maior oferta de empregos e melhorias no acesso à moradia adequada (Monteiro, 2015). Ainda, o descontentamento com a Copa do Mundo de 2014 também foi tema das manifestações, vinculado às remoções justificadas pelas obras urbanas projetadas para o megaevento (Romão, 2013) e aos altos investimentos na construção e reformas de arenas (Giambiagi, 2015). De acordo com Omena (2015b, p. 132), os protestos ocorridos arredores dos estádios nas cidades-sede reforçaram “sua ligação simbólica com a competição internacional”.



Figura 2.20: Cartaz em Brasília “Hospitais e escolas padrão FIFA 2014” e “E a cura para a alienação cadê?”
Fonte Froner, 2013.



Figura 2.21: Cartaz em São Paulo “Nenhum político é digno do meu precioso voto”.
Fonte: Moraes, 2013.

A mobilização adquirida para as manifestações foi ampliada a partir das redes sociais, que ajudaram na comunicação entre pessoas de todo o país (Maricato, 2013; Omena, 2015a), contribuindo para a mudança comportamental de muitos eleitores, além de tornar-se uma grande ferramenta de debate e influência política (Pinto, Schmidt e Bonini, 2014). A maior parte dos manifestantes correspondia a jovens adultos entre 20 e 30 anos¹¹, que demarcavam naquele momento um novo movimento na democracia (Maricato, 2013; Oliveira e Leal, 2014), entretanto não se deve negligenciar que uma parcela dessas pessoas não tinha conhecimento sobre os problemas enfrentados pelo país (Oliveira e Leal, 2014).

Por fim, as manifestações ocorridas tinham o objetivo de contribuir para a construção de um novo cenário brasileiro, em termos de gestão pública, comunicação governamental, fiscalização dos atos e recursos públicos (Macedo, 2013) e qualidade de vida urbana (Omena, 2015b). Essa insatisfação ocorreu durante a preparação do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014, o que poderia influenciar na percepção e avaliação da população quanto ao megaevento.

2.4 O legado deixado pelos megaeventos

Desde 1932, com a experiência dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, os megaeventos deixaram de ser um evento pensado apenas nos jogos e passaram a contribuir para o crescimento do país-sede como um todo (Muñoz, 1996). Os resultados dos jogos mostraram a importância do planejamento realizado com antecedência, maximizando os efeitos positivos para a cidade. A partir de então, surgiu a palavra ‘legado’ que é definida por Rodrigues (2013, p. 20) da seguinte forma:

Resultam da capacidade de uma cidade ajudar o desenvolvimento, os projetos, as conexões e novas redes, colocando em pauta as necessidades específicas para a preparação desses megaeventos tanto na organização de suas atividades fins como em outras a eles diretamente relacionados e igualmente indispensáveis ao seu sucesso (Rodrigues, 2013, p. 20).

Ainda, o legado articula eixos tangíveis e intangíveis. O primeiro refere-se a obras de infraestrutura, mobilidade urbana, aeroportos, segurança, acessibilidade, energia,

¹¹ Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE (2013), 43% dos manifestantes eram jovens entre 14 e 24 anos, 20% eram adultos jovens entre 25 e 29 anos, 18% eram adultos entre 30 e 39 anos e 19% tinham 40 anos ou mais.

telecomunicações, tecnologia por controle de *doping*¹² e alfândega. O segundo relaciona-se à educação, cultura, integração, dentre outros (Bahia, 2013; Rodrigues, 2013; Giambiagi, 2015). Assim, o megaevento pode consolidar uma imagem positiva ou negativa do país (Muller, 2012; Cavaglieri, 2013). Após o evento essas vantagens tendem a prosseguir, como o turismo gerado pela veiculação das imagens exibidas pela mídia (Machado e Rubio, 2013).

Para Furrer (2002), um megaevento deve contribuir para o desenvolvimento da cidade a partir do seu legado econômico, social e ambiental. O período esportivo deve oportunizar novos investimentos, servindo como um catalizador para o crescimento econômico, a partir da inserção de novos empreendimentos e turismo. No âmbito social, deve haver a participação da população diante dos projetos desde o início do planejamento, além de promover a prática esportiva entre todas as camadas sociais. A renovação urbana, associada a melhorias no sistema de transporte, mobilidade, infraestruturas esportivas e ambientais (uso de energias renováveis, tratamentos de água e esgoto, novos sistemas de reciclagem e coleta de resíduos), deve trazer benefícios ao longo prazo, contribuindo para a qualidade de vida da população.

Dentro desse contexto, Bahia (2013) refere-se ao termo sustentabilidade social com o intuito de haver um planejamento dos jogos, ajudando na redução das diferenças sociais. Acrescenta ainda a sustentabilidade ecológica, associada às novas formas de relacionar o consumo humano e recursos naturais; a sustentabilidade cultural, vinculada à valorização da relação entre ser humano e natureza; e a sustentabilidade espacial, estabelecendo melhor relação entre o rural e o urbano.

Tendo em vista as oportunidades que um país ou cidade têm ao sediar um megaevento como forma de catalisar novas formas de desenvolvimento econômico e social, as competições para sediar os Jogos Olímpicos, por exemplo, envolvem cada vez mais cidades (Preuss, 2008). Em 1992, 20 cidades se candidataram para sediar o megaevento, aumentando para 40 em 2004 e mais de 50 em 2008 (Poyter, 2008).

Ao sediar um megaevento esportivo, as cidades com seus respectivos governos utilizam o momento para atingir objetivos quanto ao legado (Poyter, 2008). As Olimpíadas de Munique (1972) oportunizaram investimentos significativos no transporte público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade (Raeder, 2008). As Olimpíadas de Barcelona (1992) realizaram projetos voltados a melhorias na qualidade de vida da população: criação de espaços públicos, ampliação da mobilidade urbana, incorporação de áreas

¹² O controle de *doping* é realizado para identificar se há utilização de substâncias capazes de aumentar de forma artificial o desempenho esportivo, considerado proibido para a participação dos jogos no megaevento (Portal Brasil, 2013).

degradadas por meio do transporte e reativação econômica (Mascarenhas, 2008; Pardo, 2010). Segundo Reis (2012), o legado de Barcelona alcançou o eixo cultural, social, econômico e urbanístico, tornando-se referência para os próximos megaeventos. A Copa do Mundo de 2010 na África do Sul proporcionou melhorias no transporte público e infraestrutura aeroportuária (Joffe, 2010).

Tendo em vista que o legado associado à sustentabilidade está presente em diferentes âmbitos (social, econômico, ecológico, espacial e cultural) (Bahia, 2013), destaca-se que no Brasil a Lei nº. 6.983/1981, a qual estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo é *“a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida urbana”*. De acordo com a própria lei (Lei nº. 6.983/1981), alguns princípios a serem seguidos associam-se à manutenção do equilíbrio ecológico, proteção do ecossistema, planejamento do uso dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental.

Outra lei é a que estabelece o Estatuto da Cidade, nº. 10.257/2001, que designa *“normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”*. De acordo com a própria lei (Lei nº. 10.257/2001), os objetivos descritos ocorrem mediante a garantia do direito a cidades sustentáveis, cooperação entre os Governos, planejamento do desenvolvimento das cidades, oferta de equipamentos urbanos e comunitários e tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia.

Como exemplo positivo de um legado ambiental destaca-se as Olimpíadas de Londres (2012), consideradas as mais sustentáveis até 2013, associadas à recuperação de áreas ambientalmente degradadas a partir da descontaminação do solo e canais aquáticos, despoluição eletromagnética gerada por torres e linhas de transmissão, mudanças associadas à redução de gases de efeito estufa, reciclagem, dentre outros (Altman, 2013; Castanheira, 2013; Paiva, 2013). Segundo Pereira (2011) e Villano e Terra (2008), foi criada uma Comissão para a Sustentabilidade de Londres, sendo um órgão independente com o intuito de contribuir para o megaevento cumprir seus compromissos de sustentabilidade. A comissão tinha o encargo de fazer avaliações de desempenho em todos os estágios dos jogos, tendo a permissão de levar ao Concelho Olímpico desempenhos insatisfatórios encontrados. Junto à Comissão, as instituições BioRegional e WWF colaboraram em parceria para que Londres garantisse seus objetivos.

Com relação à Copa do Mundo de 2014, a partir do programa *Green Goal*¹³, o Comitê Gestor da Copa traçou práticas e ações para serem adotadas nos jogos: neutralização de emissões de gases de efeito estufa, uso racional da água, combate ao aquecimento global, promoção da sustentabilidade ambiental com inclusão social, incentivo e apoio a negócios verdes, promoção da eficiência energética, valorização da proteção da biodiversidade brasileira, construção de estádios com sustentabilidade, incentivo à mobilidade e circulação de forma sustentável, incentivo ao consumo de produtos orgânicos e/ou sustentáveis, promoção do ecoturismo nos biomas brasileiros (Portal Brasil, 2012; Bahia, 2013).

Segundo o Governo brasileiro, todas as medidas foram cumpridas a partir da gestão sustentável das arenas, campanha “Brasil Orgânico e sustentável” (visava o consumo de produtos orgânicos e da agricultura familiar), campanha “Passaporte Verde” (associada à sustentabilidade no turismo) e redução de carbono e reciclagem de lixo (Ministério do Esporte, 2015). Contudo, de acordo com o Estudo de Impacto de Emissões em CO₂ Equivalente realizado em 2012, a Copa de 2014 seria a mais poluente com relação à liberação do dióxido de carbono (CO₂) principalmente em função do transporte aéreo e terrestre, infraestruturas dos estádios e energia utilizada durante os jogos (Castro, 2012). Tal informação foi confirmada pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente, que indicou o aumento de 171% nas emissões para geração de eletricidade entre 2011 e 2014, além da emissão de CO₂ por unidade de medida gerada que subiu de 32,26 para 133 no mesmo período (SEEG Brasil, 2015).

Com relação às obras, em decorrência da falta de planejamento grande parte não ficou pronta para os jogos da Copa de 2014 (Carvalho, 2013). Por conta disso, 18 obras foram retiradas da Matriz de Responsabilidade (Rodrigues, 2015). Em Brasília foi retirado o projeto do VLT que ligaria o aeroporto à Asa Sul. Em Curitiba foi excluído a obra do corredor Avenida Cândido de Abreu. Em Natal não foi realizado o eixo dois da implantação da Via Prudente de Moraes. Em Cuiabá o BRT ligando a zona leste com a zona oeste e o BRT ligando Coxipó ao centro foram excluídos da Matriz de Responsabilidades. Fortaleza não realizou a obra do BRT Projeto Raul Barbosa e Corredor Norte e Sul. Por fim, Porto Alegre foi a cidade que realizou o menor número de obras de mobilidade, retirando os 11 projetos previstos inicialmente na Matriz de Responsabilidades: BRT (Assis Brasil, Avenida Bento Gonçalves e Terminal Antônio Carvalho, João Pessoa e Terminal Azenha, Protásio Alves e

¹³ Programa da FIFA criado em 2006 que visa reduzir o impacto negativo sobre o meio ambiente (Portal Brasil, 2012).

Terminal Manoel Elias), Complexo da Rodoviária, duplicação da Avenida Tronco, Corredor da 3ª Perimetral, Corredor Padre Cacique e Av. Beira Rio, Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro, Monitoramento dos três Corredores, prolongamento da Avenida Severo Dullius (Portal da Transparência, 2014).

A mobilidade urbana estava associada ao maior legado para a população após a Copa, contudo, apenas 14¹⁴ obras, das 56 obras destinadas à mobilidade presente na Matriz de Responsabilidade da Copa de 2014, foram concluídas (Banquieri, Rosa e Otavio, 2015).

Perdeu-se o momento para incorporar ou melhorar nas cidades-sede as linhas de metrô, que permitiriam qualificar o transporte público, além de desafogar o trânsito. O transporte aéreo também foi prejudicado, visto que em algumas cidades-sede as obras de melhorias não aconteceram devido ao atraso do cronograma e as soluções dadas foram medidas paliativas nos aeroportos, com o intuito de suprir a demanda de passageiros, chamada de Módulos Operacionais Provisórios (MOPs) (Bernasconi, 2013), aplicados nos aeroportos de São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Cuiabá (Portal da Transparência, 2014).

Dos 12 estádios para a Copa do Mundo, dois foram construídos exclusivamente para o megaevento: a Arena Pacaembu (PE) e a Arena Corinthians (SP). Quatro passaram por grandes reformas: Beira-Rio (RS), Arena da Baixada (PR), Maracanã (RJ) e Mineirão (MG). Outros seis passaram por demolição total ou parcial: Castelão (CE), Fonte Nova (BA), Mané Garrincha (DF), Arena da Amazônia (AM), Pantanal (MT) e Dunas (RN) (Bernasconi, 2013; Oliveira et al., 2014).

Um dos principais legados visíveis quanto à realização da Copa do Mundo de 2014 foi a grande visibilidade, sobretudo internacionalmente, principalmente no período dos jogos, aumentando o fluxo de visitantes e o crescimento da representação da atividade turística. Em 2014, esperava-se aproximadamente 600 mil turistas estrangeiros no período dos jogos, além de 1,1 milhão de turistas brasileiros circulando pelo Brasil (Ramalho et al., 2015). Segundo o Ministério da Justiça do Governo Federal (2014), 1.015.035 turistas estrangeiros visitaram o Brasil durante o megaevento e 3.056.397 brasileiros, superando as estimativas anteriores.

Segundo Gaffney (2015), outro investimento citado como legado após os jogos é a implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) em todas as cidades-

¹⁴ Em Manaus houve a implantação de corredores exclusivos para ônibus. Em Salvador a Linha 1 do metrô está funcionando. No Ceará, o terminal do porto de passageiros de Mucuripe foi concluído antes dos jogos. Em Minas Gerais, seis obras foram concluídas mesmo com atrasos: Boulevard Arrudas, BRTs Cristiano Machado e Área Central, Corredor Pedro II, Via 210 e Centro de Operações. O Rio de Janeiro concluiu as obras da Transcarioca, duplicação de pistas e urbanização das áreas contempladas pelo BRT. Porto Alegre obteve apenas as obras do entorno do estádio Beira-Rio concluídas. Em São Paulo as avenidas e adequações viárias prometidas foram entregues (Portal da Transparência, 2014; Banquieri, Rosa e Otavio, 2015).

sede. Esses locais monitoraram as atividades realizadas no período dos jogos, para ampliar a segurança, tendo câmeras instaladas em todas as cidades, privilegiando os pontos turísticos. O monitoramento tornou o serviço de segurança mais ágil a partir da tecnologia empregada e da integração entre Polícias Federal e Rodoviária Federal, projeto que teve continuidade após o término da Copa do Mundo.

Por fim, sabe-se que um megaevento pode oportunizar a qualificação de diferentes setores em um país. Para a Copa do Mundo de 2014, as mudanças não foram significativas, havendo falha no planejamento das obras o que impediu que a maioria não ficasse pronta para o dia dos jogos. Para que um país obtenha resultados positivos, é importante que “*o legado não seja apenas uma estratégia de marketing político*” (Carvalho, 2013, p. 105), mas que gere melhorias no bem-estar da população, beneficiando também as famílias de menor poder econômico.

2.4.1 A relação de megaeventos com as remoções forçadas

Os megaeventos esportivos estão cada vez mais relacionados com desapropriações. De acordo com Marcellino (2013), nas Olimpíadas de Seul (1988), 15% da população foi desalojada, tendo 48 mil edifícios residenciais destruídos. Nas Olimpíadas de Atlanta (1996) 15 mil pessoas foram removidas e nas Olimpíadas de Pequim (2008) 1,5 milhões de pessoas. No Brasil, de acordo com dados do Portal Popular da Copa e Comitês Populares, as remoções atingiram 247.535 pessoas para atender à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016¹⁵ (Rolnik, 2014b; ANCOP 2013 apud Barros, 2013).

De todas as cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro abrigou os problemas mais críticos associados aos direitos humanos e à moradia, causando a remoção de 38.297 pessoas (que será realizada para atender também as Olimpíadas de 2016) (ANCOP 2013 apud Barros, 2013). Até maio de 2014, 21 mil pessoas tinham sido removidas para novas unidades habitacionais ou inseridas no Programa de Aluguel Social (Tanaka, 2014).

A Aldeia Maracanã, por exemplo, composta por 20 índios de diferentes etnias, ocupava o antigo Museu do Índio desde 2006 com o intuito de reivindicar a regularização da ocupação e transformar o local na primeira Universidade Indígena (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011; Borges, 2014). Contudo, devido às obras para a

¹⁵ Para essa contabilização são consideradas pessoas atingidas ou ameaçadas de remoção por obras presentes na Matriz de Responsabilidade do Governo Federal e as que não estão, mas tem a necessidade de estarem finalizadas até a data do evento.

Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), o Governo decidiu demoli-la, sob o argumento de liberar a saída dos torcedores dos dias dos jogos no Maracanã, além de definir o edifício de 1865 sem valor histórico. Em 2013, policiais invadiram a Aldeia Maracanã e retiraram os indígenas que foram levados para Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde foram alojados em contêineres (Santos, 2013; Farias, 2014a; Castro et al., 2015). Entretanto, fazer a remoção dessas pessoas não impediria que a Aldeia Maracanã tivesse um espaço para divulgar sua diferença cultural e história (Borges, 2014).

Também no Rio de Janeiro, a Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca enfrenta graves problemas quanto às remoções. As primeiras ocupações ocorreram em 1980 e desde essa época os moradores criaram uma associação para reivindicar infraestrutura (Tanaka, 2014) e adquirir a regularização fundiária, obtida em 1996 (Freire, 2013; Vale e Gray, 2013). Com a crescente expansão urbana, a região da Barra da Tijuca tornou-se área para novos investimentos imobiliários, fazendo com que a Vila Autódromo começasse a ser ameaça de remoção (Freire, 2013).

A resistência da comunidade durou até 2014, quando 336 famílias foram removidas para um conjunto habitacional Parque Carioca (Tanaka, 2014; Berta, 2015). Os argumentos exibidos pelo Governo para justificar as remoções associaram primeiramente à “área de risco”, seguido de “dano estético e ambiental”, ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende para as Olimpíadas de 2016, margem de segurança para o Parque Olímpico, fazendo a população acreditar que o único interesse do Governo para a remoção é a valorização imobiliária (Santos, 2013; Vale e Gray, 2013).

Atualmente (2015), das 760 residências existentes, 590 foram desocupadas (336 famílias foram realocadas para o conjunto habitacional e 254 por indenizações). As famílias que resistiram por mais tempo no local receberam altas indenizações em função da valorização do local e pela documentação existente de posse do terreno (chegando até R\$ 3 milhões), mesmo assim, 170 famílias ainda resistem (Berta, 2015).

O Parque Olímpico foi elaborado pelo escritório britânico de arquitetura *Aecom*, conhecido por projetar o Parque Olímpico dos jogos de Londres 2012. No projeto original a Vila Autódromo, localizada próxima à área de intervenção (ver Figura 2.22), era mantida com a justificativa da área estar fora dos limites do projeto, sem haver a necessidade da exclusão da comunidade. Entretanto o Comitê Rio 2016 adaptou o projeto, optando pela sua total remoção (Vale e Gray, 2013; Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014).

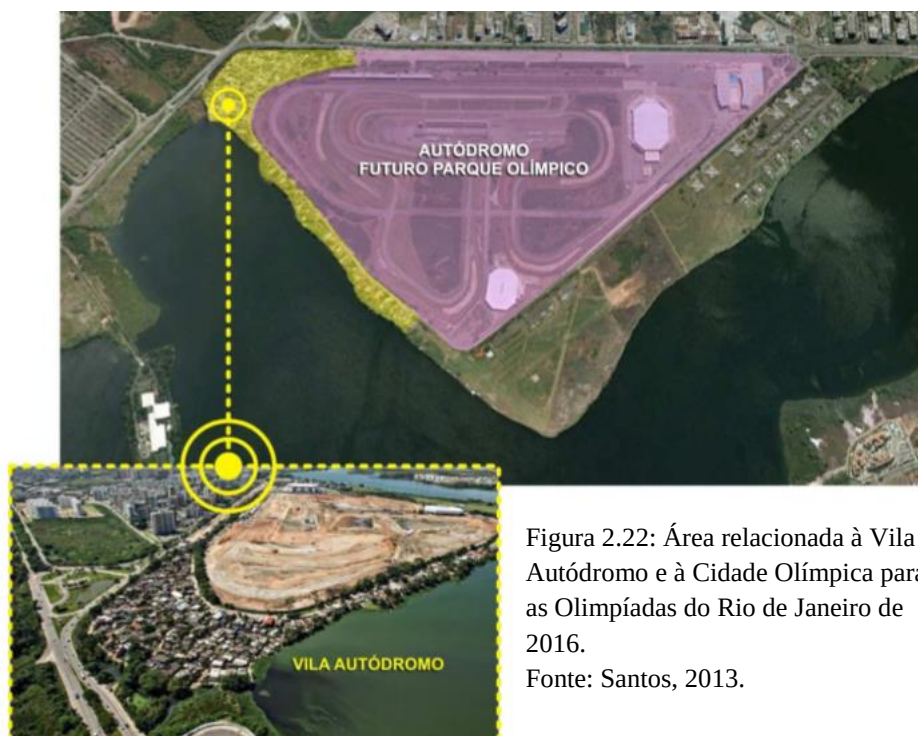


Figura 2.22: Área relacionada à Vila Autódromo e à Cidade Olímpica para as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

Fonte: Santos, 2013.

Em Curitiba (Paraná), seis mil pessoas foram removidas devido às obras da Copa do Mundo de 2014 (ANCOP 2013 apud Barros, 2013). O projeto que obteve maior debate entre o poder público e as famílias atingidas pela remoção foi a construção da terceira pista do Aeroporto Internacional Afonso Pena. Tal obra ameaça a remoção de 342 famílias (mil pessoas) de sete comunidades (Jardim Suissa, Vila Quisissana, Nova Costeira, Costeirinha, Vila Fontes, Rio Pequeno e Bairro Jurema) (ANCOP, 2012) que vivem há mais de 20 anos no local. Essas famílias possuem posse de suas moradias, além da área ser reconhecida como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) para habitação social. Após a resistência das comunidades, as obras foram interrompidas e adiadas para 2018, sendo retiradas da Matriz de Responsabilidade (ANCOP, 2014; Goto, 2014; Castro e Novaes, 2015).

Na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), segundo a ANCOP (2014), 31.238 pessoas estão sendo removidas desde 2009 para execução de obras de infraestrutura urbana e socioambientais. Assim, como nas demais cidades-sede, a capital gaúcha também enfrenta problemas quanto à maneira com que os reassentamentos são conduzidos. De acordo com Bahia (2013), a Copa do Mundo trouxe para Porto Alegre a justificativa de mudar o planejamento urbanístico, sem que ocorresse a participação das comunidades atingidas.

Para a ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho, 13.351 pessoas da Vila Dique, Nazaré e Floresta estão sendo removidas, tendo início em 2009. A reurbanização do entorno da Arena do Grêmio (centro de treinamento para a Copa), atinge 3.150 pessoas da Vila Santo

André, contudo as remoções ainda não iniciaram. As obras do entorno do estádio Beira-Rio removeram 315 pessoas da Ocupação 20 de Novembro. Para a duplicação da Avenida Tronco 6.862 pessoas estão sendo removidas, tendo início em 2014. Por último, para os projetos relacionados ao PISA (Projeto Integrado Socioambiental) 7.560 pessoas foram removidas (ANCOP, 2014; Castro e Novaes, 2015).

Segundo Castro e Novaes (2015), grande parte da população está sendo removida para reassentamentos a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), sendo geralmente ocupações urbanas pouco consolidadas. Essa situação ocorreu com as famílias da Vila Dique, Nazaré e Floresta.

O reassentamento da Vila Dique teve início em 2009 no Loteamento Bernardino da Silveira, bairro Rubem Berta, para abrigar 1.476 famílias (aproximadamente 6.642 pessoas). As unidades habitacionais apresentaram desde o início de sua construção problemas como ausência de escola e creche, baixa qualidade das construções, casas não adaptadas para portadores de deficiência física e esgoto a céu aberto (durante os seis primeiros meses) (Observatório das Metrópoles, 2012; Dip, 2012c). Moradores que tinham sua fonte de renda relacionada à criação de animais ou coleta de materiais recicláveis ficaram sem trabalho por não haver uma área destinada para os mesmos. Ainda, as residências que deveriam ter 48,0 m² apresentam até 35 m² (Rolnik 2011 apud Comitê Popular da Copa, 2011).

Atualmente (2015), a construção das residências não terminou, fazendo com que 650 famílias (aproximadamente 2.925 pessoas) ainda morem na Vila Dique (ver Figura 2.23) (Venegas, 2015). O problema vivenciado pelas famílias que ainda moram no local está relacionado à falta de infraestrutura deixada após a demolição das residências, a partir do fechamento de posto de saúde, creches e clube de mães, além dos escombros deixados pela demolição das residências, aumentando a proliferação de doenças (ANCOP, 2012; Venegas, 2015) e de alagamentos (Rolnik 2011 apud Comitê Popular da Copa, 2011). Entretanto, o que é exigido por essas famílias é a urbanização do lugar e não a remoção.

Com relação ao reassentamento da Vila Nazaré, 1.291 famílias (aproximadamente 5.8109 pessoas) serão reassentadas em dois conjuntos habitacionais em processo de construção, localizados no bairro Mario Quintana e Sarandi. A Vila Floresta, composta por 200 famílias (aproximadamente 900 pessoas) será removida para unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida no assentamento Residencial Camaquã, bairro Camaquã (Observatório das Metrópoles, 2012; DEMHAB, 2015a).



Figura 2.23: Situação atual da Vila Dique, Porto Alegre.

Fonte: Silva, 2015.

As obras de duplicação de 5,6 km da Avenida Tronco, dita como prioritária para os jogos da Copa do Mundo de 2014, atingiram 1.525 famílias (aproximadamente 6.862 pessoas). Sua construção estava relacionada em criar uma rota alternativa de ligação entre a Zona Norte, área central e Zona Sul, além de servir como apoio nos dias dos jogos (Araujo, 2014; Oliveira, 2014). Para que as obras fossem iniciadas, primeiramente haveria a remoção das famílias, assim, houve um cadastramento socioeconômico, dando a opção de três alternativas de reassentamento: (i) bônus moradia no valor de R\$ 52.340,00, (ii) aluguel social no valor de R\$ 500,00 ou (iii) indenização (Mesomo, 2015). Segundo Castro e Novaes (2015), o principal questionamento é o baixo valor oferecido nas opções de reassentamento que impossibilita a permanência no bairro Cristal. As figuras 2.24 e 2.25 exibem como o local se encontra após o início das remoções.



Figura 2.24: Demolição das casas na Avenida Tronco, Porto Alegre.

Fonte: Silva, 2015.



Figura 2.25: Lixo, esgoto e escombros na Avenida Tronco, Porto Alegre.

Fonte: Silva, 2014.

Em Fortaleza (Ceará), as obras de infraestrutura e mobilidade urbana para a Copa de 2014 atingiram 20 mil pessoas (ver Figura 2.26). De acordo com Andrea Dip (2012d), a principal obra do megaevento para a cidade foi a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ramal Parangaba-Mucuripe (ver Figura 2.27). Para a realização dessa obra 12.150 pessoas foram removidas, atingindo 22 comunidades, contudo, esse número seria maior caso não tivesse ocorrido a resistência de famílias, o que ocasionou a modificação do projeto (Castro e Novaes, 2015). Questões como a baixa indenização e realocações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida para áreas degradadas (20 km de distância) foram os problemas mais debatidos pelas pessoas atingidas, deixando a área em que viviam para a maior classe econômica (Dip, 2012d; ANCOP, 2014; Castro e Novaes, 2015).



Figura 2.26: Demolição de casas em Fortaleza em 2013.

Fonte: Pires, 2013.



Figura 2.27: Local da construção do VLT em Fortaleza.

Fonte: Pires, 2013.

Em São Paulo (São Paulo), 89.200 pessoas estão em processo de remoção ANCOP (2013 apud Barros, 2013). A situação com maior evidência ocorre no bairro de Itaquera, na Zona Leste, escolhido para a abertura dos jogos da Copa do Mundo. Segundo Fernandes (2014), a nova Arena Corinthians trouxe investimentos para a área de uma universidade, conjuntos residenciais e infraestrutura urbana renovada como o Parque Linear, contudo, atingiu 370 famílias na Comunidade Vila da Paz (Castro e Novaes, 2015). Formada desde 1991, a comunidade foi resistente quanto ao processo de remoção, com o projeto “Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz”, se inspirando na resistência da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro (Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014). Atualmente as famílias estão esperando o reassentamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida que tem previsão para 2016 (SPCOPA, 2014).

Junto à Comunidade Vila da Paz, outras seis comunidades (Manuel Ribas, Miguel Inácio Curi I, Francisco Munhoz F., Lavios e Senabria) localizam-se no perímetro do Parque Linear, ocorrendo a remoção de 1.660 famílias (ver Figuras 2.28 e 2.29). Com relação às comunidades localizadas nos afluentes do Rio Verde (Maria Luiza Americano, Freguesia de Poiares e Jardim Marabá), haverá a remoção de 734 famílias. O proposto pela Prefeitura é a realocação das 2.394 famílias (aproximadamente 10.773 pessoas) atingidas para unidades habitacionais (Barros, 2012b). Segundo a ANCOP (2014), a Prefeitura cumpriu em remover a população somente após a construção das novas residências em um raio de no máximo 3 km, realocando primeiramente as famílias que estão mais expostas às áreas de risco.



Figura 2.28: Indicação da área de remoção (linha vermelha) no projeto de intervenção de Itaquera, São Paulo.

Fonte: UNICAMP, 2014.



Figura 2.29: Habitações a serem removidas junto ao córrego em Itaquera, São Paulo.

Fonte: Barros, 2012b.

De acordo com denúncias feitas pela ANCOP (2013 apud Barros, 2013) sobre a violação de direitos humanos da ONU relacionados à moradia adequada, em Salvador (Bahia) 24 mil pessoas estão sendo removidas; em Belo Horizonte (Minas Gerais) 14 mil; em Recife (Pernambuco) 12 mil; em Natal (Rio Grande do Norte) 4 mil; em Manaus (Amazonas) 3,6 mil; em Cuiabá (Mato Grosso) 3,2 mil e em Brasília (Distrito Federal) 2 mil pessoas.

Em geral, a justificativa para as remoções dessas famílias esteve relacionada à falta de registro do terreno, uma vez que as áreas apropriadas pertencem ao Poder Público. Contudo, conforme o art. 183 da Constituição Federal (1988) há o reconhecimento de posse de espaços públicos ou privados por pessoas que não possuem condições de acesso à moradia:

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não

seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (Constituição Federal, 1988).

Mesmo com a existência da lei, não há o pagamento de indenizações e quando essas existem, contemplam apenas a benfeitoria (residência) (Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014; Rolnik, 2014c). Em outras situações, houve o pagamento do aluguel social, correspondendo entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00, impossibilitando a permanência da pessoa no bairro ou até mesmo na mesma cidade (Rolnik, 2014c). No Brasil:

[...] as compensações financeiras têm sido totalmente insuficientes para garantir o direito à moradia adequada dessas pessoas em outro local e, em grande parte dos casos, quando houve reassentamento, este se deu em áreas muito distantes da moradia original, prejudicando os moradores no acesso aos locais de trabalho, aos meios de sobrevivência e à rede socioeconômica que lhes permite sobreviver na cidade (Rolnik, 2014c, p. 69).

De acordo com os pactos internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC, 1992) e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1992), deve haver o direito da participação das comunidades sobre os projetos, com a possibilidade de mudanças, além do direito à informação. As famílias devem ser avisadas com antecedência sobre as remoções e estas devem ocorrer sem o uso da violência. Além disso, essas têm o direito de contar com um organismo independente, dando-lhes assistência técnica e jurídica para acompanhar o caso (Rolnik, 2011b).

Segundo o trabalho realizado por Kunze et al. (2011), o conhecimento especializado, bem como a percepção das partes interessadas e membros da comunidade precisam participar conjuntamente no processo de tomadas de decisão, promovendo o aumento significativo da eficácia das propostas. O estudo investiga o planejamento urbano de forma participativa com comunidades locais e tem cinco áreas de Porto Alegre como estudos de caso, cujo objetivo é desenvolver e avaliar cenários de projeto urbano para essas áreas em 2014, 2025 e 2050.

De acordo com Rolnik (2012) e ANCOP (2014), os despejos são parecidos em todas as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, com exceção do Rio de Janeiro, cujas questões relacionadas à falta de comunicação, de transparência e de negociação são mais debatidas. Em muitos casos de todo o país, funcionários da Prefeitura pintaram números nas paredes das casas, indicando que seriam demolidas, mas os moradores não sabiam quando isso aconteceria (ver Figuras 2.30 e 2.31). Nota-se a falta de diálogo, de reuniões com as comunidades atingidas e de respeito aos direitos dessas pessoas.



Figura 2.30: Marcação do Departamento Municipal de Habitação em Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2015.



Figura 2.31: Marcação da Secretaria Municipal de Habitação no Rio de Janeiro.
Fonte: Gusmão, 2011.

Em razão da forma não participativa com que a organização para a Copa do Mundo de 2014 estava ocorrendo, criaram-se, por iniciativa de movimentos sociais, os Comitês Populares da Copa, disponível no ‘Portal Popular da Copa’¹⁶ de cada cidade-sede. Esses lutam contra violações de seus direitos, tendo como temas: luta e resistência, remoções e despejos, trabalho e precarização, exceções e ilegalidades, discriminação e segregação, recursos públicos para entidades privadas, criminalização e repressão, elitização e mercantilização da cidade, autoritarismo e processos decisórios, ameaças à soberania, degradação ambiental e o benefício para a menor parcela da população, correspondendo àqueles com melhor situação econômica (Bonallume, 2013; Araujo, 2014; Omena, 2015a).

Assim, criou-se o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil, tendo como objetivo alertar violações referentes à moradia, à falta de participação e informação, ao desrespeito à legislação e direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao desperdício de dinheiro público. A intenção era que os jogos começassem somente após a reparação de todos os direitos violados, garantindo a permanência de todas as comunidades e bairros populares (ANCOP, 2011; 2014; Bonallume, 2013; Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014).

Os problemas enfrentados pelas comunidades removidas devido às obras de preparação para a Copa do Mundo 2014 em todas as cidades-sede vão muito além do que abrange a própria residência. De maneira geral, as pessoas perderam o vínculo social ao deixar seu bairro de origem para morar em áreas e/ou cidades diferentes. O acesso à educação e à saúde, que antes eram próximos à residência, agora só é possível com transporte público ou individual (automóvel), o que geralmente se torna caro. Quanto ao emprego, muitos

¹⁶ Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/>.

precisaram procurar um novo, o que pode demorar e a família ficar sem renda por tempo indeterminado. À vista disso, o sentimento de vizinhança¹⁷ é desfeito, visto que seu conceito se trata de uma interação social, considerando o indivíduo dentro de um grupo social de amigos, parentes ou vizinhos. Essa convivência traz além do convívio social, o sentimento de união, que pode trazer benefícios para o local em que moram, bem como oportunidades de emprego. Entretanto, essa relação é desfeita ao passo que os moradores são coagidos a morar em outra área que abrange periferias ou cidades arredores das capitais (Oliveira e Soares, 2012; Rolnik, 2014c; Junior, 2015; Castro e Novaes, 2015; Omena, 2015a).

A expulsão indireta de pessoas não removidas também acontece a partir do bairro gentrificado. Essa situação gera aumentos nos aluguéis e serviços, impossibilitando que pessoas com menor poder aquisitivo tenham condições financeiras de continuar vivendo no local (Monteiro e Limeira, 2012; Smith, 2006; Vasconcellos, 2015; Gaffney, 2013). De acordo com a ANCOP (2014) e Paula (2015), essa situação também é reconhecida como “remoção branca” e traz mudanças geralmente desfavoráveis na vida das famílias atingidas.

Devido a essas adversidades, muitas manifestações aconteceram durante o ano de 2014, embora em maior quantidade no período anterior aos jogos (ver Figura 2.32). Em todas as cidades-sede, no dia 12 de junho, data de início da Copa, pessoas que eram contra as soluções dadas por parte do Governo foram às ruas no mesmo horário para reivindicar melhorias tanto na educação, como na moradia e saúde (temas já reivindicados nas manifestações de 2013). Na cidade de Porto Alegre, o ato reuniu aproximadamente mil pessoas que foram acompanhadas pela Brigada Militar até as áreas destinadas aos jogos e a FIFA *Fan Fest* (ver Figuras 2.33). No Rio de Janeiro (ver Figura 2.34) duas mil pessoas participaram do movimento nos Arcos da Lapa prosseguindo até Copacabana (Rogerio, 2014).

Os protestos também aconteceram na França, próximo da embaixada do Brasil, em Paris, sob o lema "*A Copa Transbordou*" (ver Figura 2.35). Organizada pelos franceses, a reivindicação apoiou os mesmos temas abordados no Brasil por aproximadamente 100 franceses e brasileiros. O conhecimento dos problemas enfrentados no país-sede a partir da mídia foi decisivo para a população francesa manter-se apoiando as reivindicações brasileiras:

¹⁷ refere-se a um grupo de pessoas que dividem os mesmos problemas, interesses e recursos, que se relacionam uns com os outros e se identificam pertencendo a uma comunidade (Amaro, 2007). Pode ser utilizado como sinônimo: sociedade, organização social, grupos sociais e sistema social. Ainda, pode ser empregado para caracterizar agrupamentos sociais situados em espaços geográficos de proporções limitadas (Peruzzo, 2001). Entretanto, de acordo com Gama (1992), a comunidade pode ser classificada como “solidária”, ou seja, quando o bairro não é considerado como base para a formação de uma comunidade, uma vez que podem existir laços fortes, de reciprocidades e sociabilidade sem referência no contexto espacial.

“essa manifestação mostra às pessoas que estão protestando neste momento no Brasil que elas não estão sozinhas. A luta delas é a luta de outras pessoas no mundo” (Franco, 2014, p.1).



Figura 2.32: Manifestação em 20/05/2014 em Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 2.33: Manifestação em 12/06/2014 em Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 2.34: Manifestação em 12/06/2014 no Rio de Janeiro.
Fonte: Motta, 2014.



Figura 2.35: Manifestação em 12/06/2014 em Paris.
Fonte: Franco, 2014.

A organização das manifestações partiu dos Comitês Populares e demais articulações (Bloco de Luta pelo Transporte Público, Amigos da Terra Brasil, Catarse) que usaram a *internet* para maior divulgação dos eventos. Tinha-se como objetivo alertar a pessoas como um todo dos problemas que muitos desconheciam, tendo a maior abrangência possível com o intuito de reverter o legado para o país (ANCOP, 2014 apud Jornalismo B, 2014).

Por fim, a Copa do Mundo de 2014 apresentou projetos, muitos associados à gentrificação de uma região, que podem trazer benefícios para a cidade quanto ao desenvolvimento econômico e urbano, entretanto, só serão considerados positivo se houver

preocupação por parte do Governo com a população de menor poder aquisitivo, a fim de que esses também possam usufruir das melhorias do meio em que vivem.

Contudo, a partir dos exemplos citados, não houve preocupação por parte do poder público com as pessoas de menor poder aquisitivo que viveram o processo de remoção, fazendo com que o momento fosse marcado pela violação dos direitos humanos nas cidades-sede, ocasionada pela falta de transparência, diálogo, negociação justa e participação das comunidades atingidas para obras do megaevento (Rolnik, 2014b).

2.4.1.1 Moradia como direito fundamental

Direito à moradia adequada é um direito humano, sendo o elemento fundamental para uma vida digna. A habitação tem que estar localizada em uma área que tenha acesso à luz, água, esgoto, coleta de lixo, além do acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, como a educação e saúde. Além disso, o local deve fornecer oportunidades de trabalho, renda e melhor qualidade de vida (Junior, 2011; Rolnik, 2011a; Monteiro, 2015). Segundo o Direito à Moradia (projeto da Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, 2015a), a residência deve apresentar boas condições de abrigo ao frio, chuva, calor, vento, ameaças contra incêndio, desmoronamento, inundação, dentre outros. O tamanho da moradia e a quantidade de cômodos também devem estar apropriados com o número de moradores.

Quando uma parcela da população não tem acesso às condições de moradia adequada devido à distribuição da renda e riqueza no país, é função do poder público garantir esse direito (Rolnik, 2009a; Casimiro, 2012), identificado por Monteiro (2015, p.162) como “mínimo existencial”, termo que faz referência às condições mínimas para que a dignidade humana seja garantida. De acordo com Viana (2000), o direito à moradia é uma necessidade primária do homem, indispensável à proteção de vida, saúde e liberdade.

Conforme a Secretaria de Direitos Humanos (2013), a moradia deve ser vista como o direito de viver em paz, em segurança e dignidade, sendo composto por três elementos: liberdade, garantias e proteções. A liberdade está relacionada ao direito de ser livre de interferências da sua casa, à privacidade, ao desenvolvimento familiar e ao direito de escolher sua própria residência. As garantias incluem a segurança de posse, restituição da moradia (da

terra e da propriedade) e a participação das decisões referentes à moradia. Por fim, as proteções incluem defesa contra a remoção forçada.

A partir dos movimentos constitucionalistas, no século XX, surgiu a concepção de um Estado Democrático de Direito, o qual consagrou direitos sociais nos sistemas jurídicos de muitas Constituições Federais, uma vez que muitos desses direitos sociais possuem como fundamento o princípio da dignidade humana, como é o caso do direito à moradia adequada (Rangel e Silva, 2009).

Em 1948, o direito à moradia foi inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), prevendo a partir do art. 25 o direito a um padrão de vida a todos, proporcionando bem-estar, saúde, alimentação, habitação, dentre outros quesitos que atendam a uma qualidade de vida. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), outros tratados e convenções internacionais passaram a proteger o direito à moradia (Rangel e Silva, 2009; Moreira, 2015).

Tem-se como exemplos o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), que considera o direito a um nível de vida adequado para si e sua família, incluindo alimentação, vestuário e habitação. O art. 5 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965) garante o direito de todos de maneira igualitária perante a lei, tendo o direito à propriedade, habitação, acesso à saúde e educação. O art. 9 da Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais (1978) concebe maior atenção aos grupos raciais ou étnicos social e economicamente desfavorecidos, a fim de assegurar-lhes um plano de igualdade no que diz respeito ao alojamento, ao emprego e à saúde. O art. 14 da Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) assegura os direitos das mulheres para que elas tenham acesso a condições de vida adequada, à habitação, serviços médicos, dentre outros.

Além desses existem outras convenções como: Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Convenção dos Trabalhadores Migrantes (1990), Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (1989).

Com relação ao cenário internacional, verificam-se documentos provenientes de duas conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a dificuldade com os reassentamentos humanos, sendo essas: Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos – Habitat I em 1976 e Agenda Habitat II em 1996. O primeiro

documento assegura a moradia adequada como um direito básico, enquanto o Habitat II tem o objetivo de proporcionar moradias adequadas para todos e desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis (Sarlet, 1998; Casimiro, 2012).

No que tange o cenário brasileiro, segundo a Constituição Federal de 1988, é responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar programas de construção e melhorias de unidades habitacionais. Em 14 de fevereiro de 2000 foi promulgado uma Emenda na Constituição Federal nº 26, em que o art. 6 foi alterado, incluindo o direito à moradia: “*são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*” (Brasil, 1988).

O Estatuto da Cidade, estabelecido a partir da Lei 10.257/2001, a qual regulamentou o art. 182 e art. 183 da Constituição Federal de 1988, contém normas de interesse social, mencionando que as ações urbanísticas são provenientes da ação social da propriedade urbana, tendo relação com o direito à moradia. Logo, as ações urbanísticas do Estado só são validadas se forem socialmente orientadas. Por conta disso o Estatuto da Cidade aponta uma série de instrumentos para o cumprimento de tal política: (i) Zona Especial de Interesse Social, (ii) a concessão de direito especial de uso para fins de moradia, (iii) usucapião especial urbano, (iv) usucapião coletivo, (v) regularização fundiária e (vi) gestão democrática participativa (Brasil, 2001).

Com base nesses tratados e convenções, criou-se em 2000 a Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, com o intuito de “*examinar, monitorar, aconselhar e relatar a situação do direito à moradia no mundo, promover assistência a governos e a cooperação para garantir melhores condições de moradia*”. (Direito à Moradia, 2015b, p.1). O relator, nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos, tem como principais atividades: (i) receber informações de casos que violam o direito à moradia, (ii) pedir esclarecimento aos governos, (iii) fazer missões oficiais nos países para averiguar situações do direito à moradia e (iv) apresentar um relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre as pesquisas e missões realizadas (Direito à Moradia, 2015b).

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (2013, p.15), quando as remoções são necessárias, algumas garantias devem ser oferecidas às famílias atingidas:

- Uma consulta real dos interessados;

- Notificação adequada e em prazo razoável;
- Disponibilidade, em tempo razoável, de informações sobre a remoção proposta;
- Presença de funcionários do governo ou seus representantes durante uma remoção;
- Identificação adequada das pessoas encarregadas da remoção;
- Proibição de realização de remoções em mau tempo ou à noite;
- Disponibilidade de recursos legais;
- Disponibilidade de assistência jurídica para que aqueles que necessitem sejam capazes de buscar reparação judicial.

Ainda, conforme o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2011), os seguintes aspectos devem ser considerados nos processos de remoção:

- Acesso à infraestrutura (água, luz, esgoto, coleta de lixo);
- Acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico (educação, saúde, trabalho);
- Prioridade para os mais vulneráveis;
- Direito à participação no projeto antes, durante e depois, podendo discutir alternativas conjuntamente com o poder público;
- Garantir total transparência nos projetos de planejamento;
- Compensação adequada, nunca sendo inferior ao que elas já tinham originalmente;
- Os locais de reassentamento devem ser próximos às áreas em que vivem;
- Garantia do bem-estar dos habitantes.

Entretanto, mesmo com a existência das leis, garantias e de um controle a partir da Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, mais de um bilhão de pessoas, o que corresponde a um terço da população mundial, vivem em assentamentos precários, em favelas, sem a presença de esgoto, sem água tratada, sem acesso à saúde, educação, segurança, logo, sem a qualidade de vida adequada (Rolnik, 2009b). Segundo o Centro de Direitos de Moradia e Expulsão financiado pelas Nações Unidas (2007), entre 1988 e 2008, as remoções realizadas em função da execução de obras ligadas às Olimpíadas atingiram mais de dois milhões de pessoas no mundo.

Por fim, a cidade pertence a todos, independente de sua classe econômica, logo, ela deve visar o bem-estar comum, à convivência regrada na inter-relação entre as pessoas e o meio ambiente. Cabe a todos os entes federativos a tarefa de cumprir a implementação dos direitos quanto à moradia adequada, visando todos os tratados internacionais sobre o tema e demais normas da Constituição (Sarlet, 1998; Rolnik, 2009a; Direito à Moradia, 2015a). Essa situação está diretamente associada com as remoções ocorridas em megaeventos, muitas vezes inevitáveis para qualificar uma região, sendo dever do Governo resolvê-las dentro das leis e direitos humanos (Secretaria de Direitos Humanos, 2013).

2.4.1.2 A importância da participação popular para qualificar projetos

A participação popular está associada ao direito de colaborar na elaboração, implementação e fiscalização de projetos e políticas públicas. O desrespeito a tais ações acarretou a inclusão na Constituição Federal de 1988¹⁸ da participação popular como condição de legitimidade para as decisões relevantes à sociedade (Casimiro, 2012; Oliveira, 2013). No mesmo sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000) estabeleceu no art. 48 o “*incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos*” (Brasil, 2000). Por último, o Estatuto da Cidade também definiu em seu art. 40 que “*a participação na elaboração e implementação do Plano Diretor deve ser feita através de audiências públicas, debates, publicidade dos documentos e informações produzidos, e acesso deste*”, além de outros cinco artigos que incluem a participação da população¹⁹ (Brasil, 2001).

Pode-se dizer que a presença popular na gestão pública aumentou quando os valores dos direitos humanos passaram a ser reconhecidos como fundamento para o desenvolvimento de um local. Ao mesmo tempo em que a participação expandiu, os movimentos sociais também ganharam evidência, a fim de exigir seus direitos da cidadania do Estado e expressar, muitas vezes, resistência frente às maneiras em que o Estado lida com a sociedade (Mitlin e

¹⁸ O direito à participação popular está previsto nos seguintes artigos da Constituição Federal 1988: 14, 29, 31, 37, 58, 61, 89, 94, 187, 194, 198, 204, 206, 216, 225, 227 e 231.

¹⁹ A participação popular no Estatuto da Cidade é citada nos seguintes artigos: 2, 4, 32, 43 e 45.

Thompson, 1995). Segundo Oliveira (2013), a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser vista como um reflexo de tais movimentos sociais.

A aplicação dessas leis está diretamente relacionada ao processo de planejamento urbano, que depende da elaboração de propostas por parte do governo, mas com a contribuição da população seja por novas ideias de projeto, seja por informações relevantes da localidade (Casimiro, 2012). De acordo com Mitlin e Thompson (1995, p. 235), a participação da comunidade contribui para: melhorar a qualidade e quantidade de informações sobre as condições locais; identificar as opções de desenvolvimento local viável; mobilizar recursos locais e externos para essas opções; permitir que as pessoas locais identifiquem restrições, definindo prioridades; fortalecer a autoconfiança e capacidades das organizações locais; e desenvolver e apoiar mecanismos para resolver conflitos locais. Ainda, Andrade et al. (2013) afirmam que a participação popular permite melhor compreensão do espaço urbano por todos os agentes envolvidos, além de avaliar os valores de coletividade, contextualização e diversidade indispensáveis para conceber e criar espaços na cidade.

O planejamento e execução de projetos urbanos ocorrem em maior proporção quando uma cidade ou país se adapta para sediar um megaevento esportivo. Quando essas modificações ocorrem em centros urbanos, caracterizados pela alta densidade populacional, há maior impacto na vida das famílias que moram na região, causando, na maioria das vezes, a remoção destas. Nesse contexto, faz-se necessário a participação ativa das famílias atingidas desde a realização do levantamento, com a oportunidade de discussão no projeto urbano e habitacional. Contudo, essa situação inexistente na maioria dos países que sediam um megaevento (Almeida, Mezzadri e Junior, 2009; Law, 2002; Oliveira, 2013).

Conforme Jago et al. (2010), a participação da população torna-se importante para informar os aspectos positivos provindos da realização de um megaevento, além de envolver a comunidade local no planejamento, trazendo como consequência o sucesso dos jogos quanto ao legado. Logo, *“as local community support is crucial for the success of mega-events, it is important that they are actively engaged in the planning and management of the events and have a major voice in the types of legacies that will be pursued”*²⁰ (Jago et al. 2010, p. 231).

²⁰ O apoio da comunidade local é crucial para o sucesso de megaeventos, é importante que eles estejam ativamente envolvidos no planejamento e gerenciamento do evento e tenham uma grande voz nos tipos de legados que serão almejados (Tradução da autora).

Tendo em vista que o Brasil sediou os jogos da Copa do Mundo de 2014 e terá a cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, muitos projetos associados às modificações urbanas foram previstos, contudo, o governo “*desconsidera a existência do planejamento urbano institucional, das regras existentes, dos direitos fundamentais exercidos diretamente por quem reside em tais cidades*” (Casimiro, 2012, p. 136). A ausência da participação popular ocorre com as famílias que viveram, e vivem, o processo de remoção proveniente de intervenções urbanas e também das pessoas que não são atingidas pela remoção, mas têm o direito de participar e opinar sobre os projetos implementados (Oliveira, 2013).

Em contraposição à Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de Londres (2012) oportunizaram maior envolvimento com a população diretamente atingida pelas remoções (Diniz, 2011). Segundo a *London Borough of Newham* (2010), a participação da população de forma eficaz esteve na base do plano de estratégias para a regeneração de *Stratford*, contribuindo para que as pessoas se sentissem envolvidas nas decisões. Em 2011, entrou em vigor a *Localism Act* (2011) que tinha como objetivo apoiar as decisões das comunidades e conselhos, proporcionando maior incentivo e envolvimento da população local (Frediani, Butcher e Watt, 2013).

Conforme *Newham London Partnership* (2011), o objetivo era investir em novas oportunidades de emprego, construção de casas a preços acessíveis, fornecimento de suporte às famílias atingidas, construção de escolas e parques e qualificação do transporte público. Para a realização dessas propostas, reuniões mensais ocorreram, contribuindo para que o megaevento proporcionasse um legado social. Após o término dos jogos, a definição da política de uso do solo para o Parque Olímpico e seu entorno foi trabalhada pela *Legacy Corporation* em conjunto com a população local (Paiva, 2013).

O maior envolvimento com a população para a realização das Olimpíadas de Londres (2012) refletiu em uma herança positiva após os jogos associado não só ao desenvolvimento econômico, mas também social (Bianco, 2010; Mascarenhas, 2013a; Paiva, 2013). Segundo Filgueira (2008, p.68), “*a participação da comunidade é a garantia de um legado voltado para o social e de seu futuro uso e incorporação*”.

Ante o exposto constata-se que a presença das comunidades no planejamento urbano eleva a qualidade do projeto, beneficiando principalmente a população local (Kunze et al.,

2011). Ainda, quanto maior o nível de participação da população, mais benéfico será o resultado obtido, uma vez que o material reproduzido irá refletir a experiência coletiva do grupo (Emmel, 2008). Levando em consideração as remoções ocorridas para obras de infraestrutura em países que sediam megaeventos esportivos, torna-se importante incluir a participação das comunidades como forma de qualificar os projetos, além de beneficiar a população atingida, trazendo como consequência o usufruto do legado após os jogos (Casimiro, 2012; Oliveira, 2013).

Portanto, a literatura revisada menciona os vários fatores que deveriam ser considerados para que as remoções sejam conduzidas de acordo com os Direitos Humanos, principalmente com a moradia adequada, de forma a contribuir para que um legado de um megaevento inclua a população de baixo poder aquisitivo. Neste estudo, pretende-se verificar como os Direitos Humanos da população atingida pelas remoções ocasionadas pelo desenvolvimento urbano foram respeitados e se as pessoas têm consciência dos impactos da Copa do Mundo de 2014.

2.5 Como as pessoas percebem o megaevento esportivo: conceitos de percepção e cognição

Os conceitos de percepção e cognição estão relacionados à área de estudo Ambiente-Comportamento, a qual investiga as relações entre as características do meio ambiente e o comportamento do usuário. A definição de percepção associa-se à interação do usuário e ao espaço através dos sentidos básicos (visão, olfato, audição, tato e paladar), contudo, muitos pesquisadores relacionam a percepção diretamente com estímulos visuais, visto que é o sentido básico dominante do ser humano, oferecendo 80% das informações (Tuan, 1983; Weber, 1995; Gifford, 1996; Okamoto, 2002). Outros acreditam que a percepção deve ser considerada na sua totalidade, levando em considerações os sentidos básicos e aqueles relacionados à memória e personalidade (Tuan, 1980; Okamoto, 2002), visto que a percepção *“dependerá também de nossa experiência passada, de nosso estado emocional e motivacional, bem como de nossas atitudes, preconceitos e de nossas expectativas a respeito do futuro”* (Okamoto, 2002, p. 34), sendo confundido com o conceito de cognição. Segundo Castello (2007, p. 130), *“a percepção ambiental é a resposta dos sentidos dos indivíduos aos*

estímulos externos emitidos pelo espaço que os circunda”, estando relacionada não só ao sentido óptico da visão, mas também ao sentido de cognição, compreensão, “*perceber com a visão e conhecer com a compreensão*”.

O conceito de cognição complementa o de percepção e está relacionado aos meios pelos quais se adquire, organiza, armazena e se relembra informações sobre localizações, distâncias, disposições de espaços físicos, dentre outros. Destaca-se que o processo cognitivo não necessita de um comportamento imediato, nem sequer estar diretamente associado ao que está acontecendo no ambiente. Essa definição refere-se aos valores atribuídos ao ambiente pelo usuário em função de sua memória, cultura, questões afetivas e experiências passadas (Weber, 1995; Gifford, 1996).

De acordo com Okamoto (2002), as respostas humanas podem ser o resultado das sensações adquiridas por estímulos sensoriais do ambiente construído. Diante de um bombardeio de estímulos, a mente seletiva destaca os aspectos de maior interesse, ocorrendo assim a percepção (imagem) e consciência (pensamento, sentimento), o que resulta em uma resposta que conduz a um comportamento.

Tais estímulos também são recebidos a partir do momento em que as pessoas têm acesso a informações provenientes da mídia (rádio, jornais, revistas, televisão, *internet*, cartazes). Assim, inicia-se o processo de percepção e cognição que, com base nas informações que lhes são relevantes, resulta em uma atitude (Sperber e Wilson, 2001). Para Rizzolatti e Craighero (1998), a quantidade de estímulos recebida varia conforme a atenção e atividade exercida pelo indivíduo no momento da visualização de um cartaz publicitário ou leitura de uma reportagem, por exemplo. Ainda, segundo Sperber e Wilson (2001, p. 89), “*a cognição é orientada pela relevância*”, ou seja, as informações adquiridas no momento atual se conectam com as anteriores, produzindo um sentimento que contribui para maior relevância sobre o assunto. Essa situação faz referência também às propagandas e anúncios publicitários que são visualizados em maior quantidade.

Neste estudo, a análise perceptiva e cognitiva tem como propósito atender ao objetivo do estudo que é **verificar o impacto de megaeventos esportivos na qualidade de vida urbana através da percepção de diferentes grupos de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014.**

Parte-se da premissa de que a percepção sobre um megaevento está relacionada à sua organização, ao seu planejamento, aos serviços oferecidos durante e após os jogos, aos investimentos visando à melhoria da qualidade de vida aos usuários, aos impactos culturais e sociais e à mídia, a partir da divulgação de notícias, propagandas, dentre outros. Para os moradores da cidade-sede, essa percepção se relaciona aos custos e benefícios, sendo fator determinante para sua aprovação. Esses usuários objetivam avaliar transformações que se referem ao legado deixado para o país, como as melhorias do espaço urbano em que vivem, qualificação de áreas degradadas, o aumento do número de empregos permanentes e os benefícios para famílias carentes, por exemplo (Smith, 2008; Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009; Muller, 2012).

De acordo com Lynch (2011), o modo como as pessoas percebem é semelhante em grupos com características como sexo, idade, cultura, situação financeira, dentre outras semelhantes. Quando se trata de um megaevento, a percepção sobre este tende a se distinguir entre as pessoas devido a opiniões, gostos pessoais, prioridades (Hiller e Wanner, 2011), idade e grupos sociais. Destaca-se que a percepção dos impactos sociais e culturais de um megaevento tende a diferenciar-se em grupos sociais, dado que muitas pessoas podem se beneficiar com os jogos em virtude de maiores ganhos econômicos, em contraposição a outros que podem ser prejudicados em função do aumento de alugueis e custo de vida, por exemplo (Kim e Petrick, 2005). Ainda, pessoas que vivem nos arredores de infraestruturas esportivas podem ter percepções diferentes daquelas que moram em regiões mais afastadas, visto que a área em que ocorrem os jogos está sujeita a modificações de infraestruturas (gerando impactos positivos e/ou negativos), além de provocar maior congestionamento e barulho nos dias do megaevento (Chain e Swart, 2010).

Esse fato pode ser exemplificado por pessoas que acompanharam os jogos nos estádios, vivendo o momento festivo do megaevento, em contraposição aos ambulantes que foram proibidos de trabalhar nos arredores dos estádios e às pessoas removidas de suas casas para dar espaço às obras de mobilidade que atenderam ao megaevento (Rossi, 2013). Assim, como forma de atender ao objetivo geral, propõe-se **observar e conhecer a realidade (fragilidades e ameaças) das remoções (lugar e população vulnerável); verificar se o processo de remoção ocorreu segundo as garantias sugeridas pela Secretaria de Direitos**

Humanos da ONU e; refletir e concluir sobre os impactos das remoções na vida das pessoas atingidas.

Em síntese, a avaliação positiva ou negativa de um megaevento está vinculada às melhorias que vão ocorrer no país-sede, visto que o ambiente construído deixa registros que estimulam a percepção das pessoas, reconhecendo o potencial das modificações ocorridas (Castello, 2007; Rossi, 2013). Ademais, o projeto social é fator crucial na hora de avaliar a percepção, principalmente daqueles que vivem o processo de remoção (Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009; Muller, 2012). Com base nesses dados, uma das hipóteses investigadas neste estudo é: **a consciência dos impactos causados pelas remoções influenciou negativamente a percepção do êxito da Copa do Mundo.**

2.6 Os tipos de mídia e sua influência no processo cognitivo

A mídia pode ser utilizada para a difusão de informações, entretenimento, comunicação, anúncios publicitários, a partir de diferentes meios como o rádio, jornal, televisão e internet, por exemplo (Gastaldo, 2002; Thompson, 2004; Parry, 2012). O acesso à mídia possibilita que o indivíduo receba estímulos, iniciando o processo de percepção e cognição que resultará em um comportamento ou posicionamento (Sperber e Wilson, 2001).

Conforme Gastaldo (2002) e Thompson (2004), a mídia é definida como um “*meio de comunicação em massa*”, ou seja, produção para um público numeroso e indistinto. Para Parry (2012, p.7) seu conceito relaciona-se ao “*veículo por meio do qual palavras, imagens, informações e ideias são distribuídas. O conteúdo é mediado e chega até nós por intermédio de uma mídia*”. Este meio de difusão de informações permite que as pessoas tenham conhecimento de fatos ocorridos em localidades distantes (Park, 1972), promovendo uma sociedade cada vez mais dependente da mídia (Lage, 2001). De acordo com Parry (2012, p.20), “*a sociedade precisa da mídia para se manter em funcionamento; ela nos permite compartilhar ideias e experiências*”. Exemplos para tal processo são o rádio, cartazes publicitários e de propaganda, televisão, livros, revistas, jornais e *internet* (Moles, 1969; Gastaldo, 2002; Thompson, 2004).

Dentre os meios de comunicação existentes, a *internet* é a mídia em que se encontram todos os tipos de informação, não ocorrendo restrições de assuntos. Além disso, a *internet* não

possui limites quando se refere aos serviços disponibilizados, abrangendo desde anúncios publicitários, até notícias e *sites* de entretenimento. Esta mídia é a mais consumida atualmente principalmente para o acesso à comunicação e informação (Longman, 2000). Ainda, a *internet* é caracterizada como um canal de convergência entre muitas mídias, permitindo ser chamada de ‘supermídia’ para o uso e acesso de dados (Jenkins, 2009; Parry, 2012).

Destaca-se que a evolução da mídia, associada também ao desenvolvimento tecnológico, proporcionou maior alcance à informação e à comunicação. Embora novas mídias tenham surgido, os meios tradicionais foram mantidos, havendo a integração destes (Costella, 2001; 2002; Jenkins, 2009; Parry, 2012).

Associado ao megaevento, os diferentes tipos de mídia têm papel fundamental na formação e divulgação da imagem produzida para a Copa do Mundo. O meio de informação pela televisão é o maior responsável por fazer a cobertura ao vivo, registrando, segundo Bourdieu (1997), os momentos para serem oferecidos aos países dominantes (Estados Unidos e países europeus) no horário de maior audiência. Tal fato aconteceu, por exemplo, nas Olimpíadas de Seul, cujos horários dos jogos finais de atletismo foram definidos de acordo com a máxima audiência nos Estados Unidos. No caso da Copa do Mundo de 2014, os horários foram determinados de acordo com a audiência na Europa (Farias, 2014a).

Junto da transmissão ao vivo, a mídia trabalha com momentos anteriores e posteriores ao megaevento, tendo destaque desde 1936, quando foi transmitido o filme “*Olympia*” sobre os jogos Olímpicos de Berlim, assistidos por 162 mil pessoas. Outro destaque foi a Copa do Mundo de 1998 na França que somou uma média de 94% dos aparelhos ligados nas emissoras que transmitiam os jogos (Gastaldo, 2002). De maneira geral, as informações provenientes da mídia tendem a reproduzir o discurso do COI e FIFA, enfatizando o idealismo, positivismo (Proni, 2008) e sentimentos de nacionalismo (Bitencourt, 2009), ocultando o direcionamento dos gastos públicos para atender ao megaevento (Marcondes, 1986; Bourdieu, 1997).

De acordo com Bourdieu (1997) e Gastaldo (2002), a televisão está sob a pressão de um campo econômico, produzindo a audiência como produto de consumo para os anúncios comerciais, adquirindo maior vínculo com o *marketing* (Bianco, 2010). Para a Copa do Mundo de 2014, o consumo esteve associado aos produtos exclusivamente de patrocinadores: Coca-Cola, Adidas, Sony, Oi, Garoto, Visa, *McDonald’s*, dentre outros (FIFA, 2014b). Somado a isso, o fato de produtos serem anunciados por celebridades faz, na maioria das

vezes, que esses tenham maior aceitação pela sociedade, consequentemente maior força nas vendas (Elin e Lapidés, 2006). Assim, o esporte tornou-se um produto lucrativo (Próni, 2008) que satisfaz tanto os telespectadores, que consomem cada vez mais o produto, quanto o mercado publicitário, que é atraído pelas grandes audiências junto de seu público-alvo (Pires, 2011).

Além da televisão, a difusão de informações vinculadas aos megaeventos abrange todos os demais meios de comunicação, contudo, alguns oferecem esse assunto com maior evidência. Geralmente, as notícias saturam mais a mídia comparado aos comerciais publicitários, por exemplo, em função das informações divulgadas ocorrerem no mesmo dia, havendo sempre a propagação de matérias novas (Gastaldo, 2009). Com relação à *internet*, editoras, empresas jornalísticas e entidades de esportes começaram a dar maior atenção à construção de *sites* esportivos no final da década de 1990, possibilitando o “*acesso a dados estatísticos, tabelas, informe de eventos e históricos, complementando o noticiário dos jornais e revistas especializados*” (Murray, 2000, p. 721).

Com relação à Copa do Mundo de 2014, a mídia atende uma ‘demanda social’ a partir da “*produção e consumo motivado pelo evento em curso, no qual se inserem, além da cobertura dos jogos, cadernos especiais nos jornais e revistas, longas matérias nos telejornais, programas diversos com a temática da Copa, anúncios publicitários, etc*” (Gastaldo, 2009, p.362).

Levando em consideração que todas as pessoas têm acesso aos diferentes tipos de mídia diariamente, tem-se como um dos objetivos específicos: **verificar se os impactos divulgados pela mídia influenciaram a percepção do usuário quanto ao evento.**

Na percepção dos diferentes tipos de mídias citados podem ser observados três processos de influência no indivíduo. Primeiramente consideram-se os processos provenientes do conteúdo exibido de forma compreensível, como informações e personagens, que de forma proposital ou não, mostram para o receptor parâmetros para que ele assuma ou não comportamentos pela demonstração do valor desta conduta. Junto a esses, a influência pode resultar por meio dos processos de colocação de propagandas no campo de visão do usuário onde não alcançam o centro da atenção da pessoa, fazendo com que as informações sejam recebidas de forma não proposital. Por último, os processos relacionados aos estímulos fora

da consciência, conhecidos também por processos subliminares, que provocam uma influência limitada pela consciência do receptor (Batista et al., 2008).

Neste contexto, as pessoas também assumem um papel reflexivo diante ao que veem na mídia, podendo desencadear um novo posicionamento sobre os fatos (Thompson, 2004). Para Rangel-S (2007), a mídia pode causar influências tanto negativas como positivas, o que pode ter relação com o entendimento transmitido, uma vez que as pessoas “*processam apenas 20% das informações recebidas, em uma espécie de paralisação cognitiva*” (Rangel-S, 2007, p. 1379). Entretanto, para melhor compreensão de uma mensagem é indispensável a transmissão e participação das pessoas juntamente da atenção dada aos conteúdos, ajudando na interpretação de informações, favorecendo consequentemente o processamento de determinados estímulos em detrimento de outros (Lagneau, 1981).

A influência ocorre a partir do processo de identificação com a mídia, que se dá através da dimensão do corpo e da imagem em si, ou seja, para que ocorra a identificação com a imagem de um anúncio, por exemplo, é necessário que ocorra a motivação do telespectador em fixar sua atenção sobre a imagem, ter a experiência de olhar, manipular e tocar. Ainda, destaca-se que a mídia vinculada ao consumo vende estilos de vida, sentimentos e visões de mundo (Barbosa, 2004). Afinal, “*é preciso que o mundo dentro dos anúncios mantenha um diálogo com a sociedade, fazendo uma edição muito particular das experiências sociais disponíveis*” (Rocha, 2006, p.39).

Posto isto, destaca-se que desde a divulgação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, tornou-se evidente a quantidade de reportagens, comerciais, cartazes de rua dentre outras mídias que exibiram os impactos tanto negativos quanto positivos gerados na cidade. Por conta disto, tem-se como hipótese de que **as pessoas conhecem os impactos negativos das remoções porque foram informadas pela mídia ou os vivenciaram.**

2.7 Conclusão

Na revisão de literatura foram identificados exemplos de Olimpíadas e Copas do Mundo que se destacaram por seus aspectos positivos ou negativos associados ao planejamento urbano e social. Tem-se o conhecimento de que as obras realizadas para atender um megaevento estão diretamente relacionadas com as remoções, entretanto, o alto índice de

desapropriações deve ser evitado a partir de modificações no projeto (Rolnik, 2010c), incluindo a participação popular nas discussões (Mitlin e Thompson, 1995; Jago et al., 2010; Casimiro, 2012; Andrade et al., 2013). Quando estas remoções são necessárias para o crescimento e qualificação de uma região, é dever do poder público garantir os Direitos Humanos das famílias atingidas (Rolnik, 2009a; Casimiro, 2012; Monteiro, 2015). Dentro desse contexto, os Jogos Olímpicos de Londres (2012) mostraram que é possível planejar uma cidade para atender um megaevento dentro das leis de moradia adequada, beneficiando também as famílias mais vulneráveis (Bianco, 2010; Mascarenhas, 2013a; Paiva, 2013).

A inserção de novos investimentos imobiliários e de infraestrutura urbana em cidades que sediam um megaevento tende a trazer como consequência a gentrificação (Qu e Spaans, 2009). Este processo é associado às remoções de maneira indireta, ou seja, as famílias não têm suas casas desapropriadas, mas com o aumento do custo de vida, torna-se inviável a permanência destas no bairro. Logo, para que a gentrificação esteja vinculada ao crescimento da cidade de forma positiva, questões sociais também devem ser consideradas (Vasconcellos, 2015), não permitindo que o desenvolvimento de uma região beneficie apenas quem tem maior poder aquisitivo.

Tais investimentos de infraestrutura urbana, juntamente da organização, planejamento e serviços que visem à qualidade de vida tendem a influenciar a percepção do indivíduo sobre o megaevento esportivo, visto que os usuários objetivam avaliar as transformações referentes ao legado (Smith, 2008; Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009; Muller, 2012). Ainda, destaca-se que os diferentes tipos de mídia (rádio, jornal, revistas, livros, televisão, anúncios publicitários, *internet*) têm o poder de influenciar os usuários na formação de determinada imagem, conduzindo-os a um posicionamento e comportamento (Sperber e Wilson, 2001). Logo, quando um megaevento proporciona mudanças associadas ao legado sustentável, atendendo a população como um todo, a percepção positiva vem como consequência dessas realizações (Rossi, 2013).

Entretanto, tendo em vista que se torna comum a percepção adquirida em grupos semelhantes (Okamoto, 2002; Lynch, 2011), é natural que, para a parcela que sofre com o processo de remoção, também seja importante a maneira com a qual está sendo tratado o reassentamento, uma vez que a presença de diálogo frente à Prefeitura, o direito à vida digna e

qualidade de vida, acesso à saúde, educação e fonte de renda, são indicadores para que essas pessoas tenham uma imagem positiva da Copa do Mundo (Rossi, 2013).

Dentro dessa problemática, torna-se importante verificar a percepção de diferentes grupos de usuários (pessoas que passaram pelo processo de remoção, pessoas que não passaram pelo processo de remoção e servidores do Departamento Municipal de Habitação) quanto aos impactos gerados por megaeventos esportivos na qualidade de vida urbana. Tem-se como propósito contribuir para que em próximas qualificações urbanas, os impactos positivos atinjam todas as classes sociais, além de auxiliar para que os Direitos Humanos das pessoas envolvidas nas remoções sejam respeitados.

O próximo capítulo apresentará a metodologia, informando os procedimentos investigativos utilizados na pesquisa. Assim, serão descritos os critérios para a seleção do objeto de estudo e os métodos de coleta e análise dos dados.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os métodos e as técnicas de pesquisa adotados nesta investigação, baseados na área Ambiente-Comportamento que avalia as relações entre características físico-espaciais do ambiente construído e o comportamento dos indivíduos. No primeiro momento, o problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e hipóteses são recapitulados e associados aos métodos aplicados e aos grupos de usuários. O objeto de estudo e os motivos que definiram sua escolha, bem como os grupos de usuários e os métodos para a coleta e análise de dados são discutidos. No final, a conclusão do capítulo é apresentada.

3.1 Recapitulando o problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e métodos

Megaeventos esportivos estão associados a grandes transformações urbanísticas que visam qualificar uma cidade-sede atendendo não só o momento festivo, mas também proporcionando qualidade de vida à população residente. Todavia, megaeventos esportivos também estão relacionados à remoção de famílias em função da execução de obras de infraestrutura urbana. Entre 1988 e 2008, dois milhões de pessoas foram removidas por conta das obras que atenderam às Olimpíadas (Seul em 1988, Barcelona em 1992, Atlanta em 1996, Sydney em 2000, Atenas em 2004 e Pequim em 2008) (COHRE, 2007). Para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, 247.535 pessoas foram removidas no Brasil (ANCOP, 2013 apud Barros, 2013).

O problema desta pesquisa está associado às remoções de pessoas, considerando a maneira como ocorreram as retiradas de suas residências em virtude da execução de obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 (Rolnik, 2014a). Geralmente, a justificativa dessas remoções esteve associada à ilegalidade das ocupações, em razão de utilizarem espaços públicos para a construção de moradias, tendo como consequência baixas indenizações (Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014). Tal fato contribuiu para que muitas famílias

buscassem áreas afastadas para residir, muitas vezes carentes de infraestrutura (Rechia e Silva, 2013).

Buscando a redução do problema exposto, a Tabela 3.1 exhibe o objetivo geral associado aos objetivos específicos. As hipóteses, métodos e respectivos grupos de usuários também são relacionados.

Tabela 3.1: Ligações entre os objetivos, hipóteses, métodos e respectivos grupos de usuários.

OBJETIVO GERAL	HIPÓTESES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO	GRUPO DE USUÁRIOS
Verificar o impacto de megaeventos esportivos na qualidade de vida urbana através da percepção de diferentes grupos de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014.	As pessoas conhecem os impactos negativos das remoções porque foram informadas pela mídia ou os vivenciaram; A consciência dos impactos causados pelas remoções influenciou negativamente a percepção do êxito da Copa do Mundo.	Conhecer os impactos no desenvolvimento urbano produzidos por alguns megaeventos esportivos no mundo.	Revisão bibliográfica.	-
		Observar e conhecer a realidade (fragilidades e ameaças) das remoções (lugar e população).	Observações de campo; participação em manifestações e eventos das comunidades removidas; grupo focal; entrevistas com moradores que passaram pelo processo de remoção.	Pessoas que passaram pelo processo de remoção.
		Verificar se o processo de remoção ocorreu segundo as garantias sugeridas pela Secretaria de Direitos Humanos da ONU.	Grupo focal; entrevistas com moradores que passaram pelo processo de remoção; entrevistas com os servidores do Departamento Municipal de Habitação.	Pessoas que passaram pelo processo de remoção e servidores do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre.
		Verificar se os impactos divulgados pela mídia influenciaram a percepção do usuário quanto ao megaevento.	Questionários; levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.	Pessoas que não passaram pelo processo de remoção e vivem em Porto Alegre.
		Refletir e concluir sobre os impactos das remoções na vida da população atingida.	Observações de campo; participação em manifestações e eventos das comunidades removidas; Grupo focal; entrevistas com moradores que passaram pelo processo de remoção; entrevistas com os servidores do Departamento Municipal de Habitação; questionários; levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.	Pessoas que passaram pelo processo de remoção.

3.2 Seleção do objeto de estudo

Para atender aos objetivos propostos e testar as hipóteses formuladas, escolheu-se como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Fundada em 1808, possui uma população de 1.409.351 habitantes e área de 496,682 km² divididos em 81 bairros. Porto Alegre faz limite com as cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Viamão (ver Figura 3.1), e foi um dos quatro primeiros municípios do Estado (IBGE, 2010).

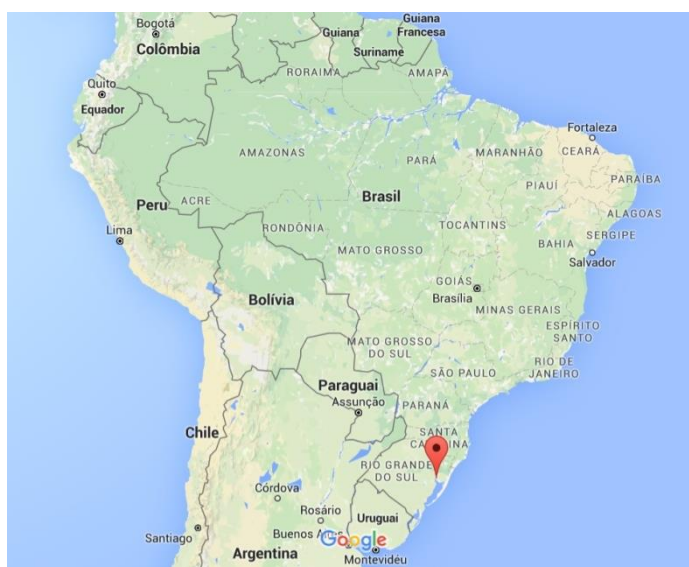


Figura 3.1: Localização da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
Fonte: Google Maps, 2016.

Porto Alegre foi escolhida para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014 e apresentou, assim como as demais cidades-sede no Brasil, investimentos para atender ao megaevento, como obras relativas à mobilidade urbana, espaços de lazer, ampliação do aeroporto e entorno dos estádios. Junto a isso, Porto Alegre é a terceira cidade, dentre as 12 escolhidas para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, com o maior número de remoções, totalizando 31.238 pessoas removidas para que essas obras pudessem ser executadas (ver Tabela 3.2). As primeiras posições são ocupadas por São Paulo e Rio de Janeiro que apresentam maiores desapropriações em consequência do maior número de intervenções. Comparada com Curitiba, Paraná, que também foi cidade-sede representando o sul do Brasil, a capital gaúcha indicou cinco vezes mais pessoas removidas em razão do megaevento (ANCOP, 2014).

Tabela 3.2: Número de remoções por cidade-sede.

CIDADE-SEDE	NÚMERO DE PESSOAS REMOVIDAS
São Paulo (São Paulo)	89.200
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	38.297
Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	31.238
Salvador (Bahia)	24.000
Fortaleza (Ceará)	20.000
Belo Horizonte (Minas Gerais)	14.000
Recife (Pernambuco)	12.000
Curitiba (Paraná)	6.000
Natal (Rio Grande do Norte)	4.000
Manaus (Amazonas)	3.600
Cuiabá (Mato Grosso)	3.200
Brasília (Distrito Federal)	2.000
Total	247.535

Fonte: ANCOP, 2012 apud Barros, 2013.

A Copa do Mundo de 2014 foi vista como oportunidade para qualificar áreas de Porto Alegre que precisavam de investimentos (Lahorgue e Cabette, 2013; Castro e Novaes, 2015; Gaffney, 2015). Para isso, o Governo Federal criou a Matriz de Responsabilidades da Copa, que viabilizou a execução das ações governamentais. De acordo com a Cláusula Terceira da Matriz de Responsabilidade de 2010, Porto Alegre tinha o compromisso de executar e custear obras relacionadas: à mobilidade urbana, ao entorno dos estádios, ao entorno do aeroporto, ao entorno de terminais turísticos portuários, ao aeroporto (terminais de passageiros, pistas e pátio) e aos portos (terminais turísticos) (Portal da Copa, 2013).

Conforme a Matriz de Responsabilidades da Copa de Porto Alegre, foram previstas 11 obras de mobilidade urbana (ver Capítulo 2, item 2.4), contudo, apenas as vias de acesso ao estádio Beira-Rio foram finalizadas, incluindo a pavimentação do seu entorno, fazendo com que todos os projetos iniciais fossem retirados da Matriz de Responsabilidade²¹ (Portal da Transparência, 2014).

Outras obras também estavam presentes na Matriz de Responsabilidade: reforma do estádio Beira-Rio, Aeroporto Salgado Filho (ampliação da pista de voo e decolagem e Módulos Operacionais Provisórios), modernização da infraestrutura e suportes às competições

²¹ Empreendimentos excluídos pela Resolução GECOPA nº 25 de 2013 (Portal da Transparência, 2014).

(telecomunicações), ações de infraestrutura do turismo e ações de segurança pública (integração, instituição de sistemas, segurança do evento e controle dos pontos de entrada no país). Dentre esses projetos, apenas a ampliação da pista de voo e decolagem não foi concluída (Portal da Transparência, 2014).

Ainda que esses projetos estivessem relacionados ao desenvolvimento da cidade, ocasionaram remoções de 31.238 pessoas em diferentes áreas da capital (ANCOP, 2014). A ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho causou a remoção desde 2009 de 13.351 pessoas da Vila Dique, Nazaré e Floresta. A reurbanização do entorno da Arena do Grêmio (centro de treinamento para a Copa), atinge 3.150 pessoas da Vila Santo André, contudo, as remoções ainda não iniciaram. As obras do entorno do estádio Beira-Rio removeram 315 pessoas da Ocupação 20 de Novembro em 2012. A duplicação da Avenida Tronco atingiu 6.862 pessoas que estão sendo removidas desde 2014. Por último, para os projetos relacionados ao PISA (Projeto Integrado Socioambiental)²² 7.560 pessoas estão sendo removidas (ANCOP, 2014; Castro e Novaes, 2015). A figura 3.2 indica a localização dessas comunidades.



Figura 3.2: Localização das áreas de remoção em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
Fonte: Google Earth, 2015.

²² O Programa Integrado Socioeconômico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem o objetivo de ampliar a capacidade de tratamento de esgoto da cidade (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016).

Escolheu-se a Avenida Tronco²³, localizada na Zona Sul da capital, como foco deste estudo, pois dentre as obras em andamento destinadas ao megaevento era a que trazia maiores impactos associados às remoções. Seu objetivo era criar uma rota alternativa que ligasse a Zona Sul com Área Central e Zona Norte da cidade, servindo de apoio nos dias dos jogos (SECOPA, 2014a; Araujo, 2014; Oliveira, 2014), além de propiciar a execução de um projeto habitacional para as famílias atingidas pelas remoções (SECOPA, 2014a; Mesomo, 2015). O projeto de duplicação da avenida existe desde o Plano Diretor da cidade de 1959, pois já havia previsão do aumento de fluxo de veículos no local, exigindo melhorias nas condições viárias, porém, a oportunidade de executar o projeto veio com o megaevento (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2011).

O projeto de 1959 tinha como objetivo apenas realizar melhorias na mobilidade urbana (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2011), visto que naquela época poucas pessoas seriam removidas. Entretanto, as ocupações se intensificaram na década de 1960 a partir da chegada de famílias do interior para trabalhar em fábricas que se localizavam nos bairros Cristal e Glória. Essas pessoas foram autorizadas pelos seus patrões a se instalarem nas proximidades ou nos terrenos desses empreendimentos. Com a falência das fábricas, juntamente com o êxodo rural, a ocupação da região se intensificou (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003). O projeto viário realizado para 2014 passou por modificações e consequentemente atingiu um maior número de pessoas, fazendo com que existisse um plano habitacional, tratado como o “*mais importante legado da Copa 2014 para a cidade de Porto Alegre*”, tendo as obras de mobilidade urbana como secundárias (SECOPA, 2014a, p.7).

O atual projeto de duplicação da Avenida Tronco é compreendido pelos trechos da Av. Teresópolis, Av. Silva Paes, Av. Gastão Mazon, Av. Tronco, Rua Cruzeiro do Sul e Av. Divisa, totalizando 5,6 km de extensão que foram divididos em quatro trechos (ver Figura 3.3). O Trecho 1 inicia na Av. Teresópolis e termina na Rua Gomes Carneiro (Vila Silva Paes), totalizando 950 metros. O Trecho 2 tem início na Rua Gomes Carneiro e termina na Rua Catão Coelho, correspondendo a 1.450 metros, e ocasionou a remoção Nesse trecho a Ocupação Gastão Mazon e Vila Maria passam pelo processo de remoção (ver Figuras 3.4 e 3.5). O Trecho 3 é compreendido pela Rua Gabriel Fialho Camargo até a Estação Neves,

²³ Para o projeto viário e habitacional da Avenida Tronco foi criado um Comitê gestor específico, associado ao Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB), Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA) e apoio de todas as Secretarias Municipais (SECOPA, 2014a).

totalizando 1.150 metros. Essa área corresponde à remoção da Vila Tronco e Vila dos Comerciantes. Por último, o Trecho 4 inicia na Estação Neves e termina na Rótula Icaraí, equivalendo a 2.050 metros. As obras nesse trecho ocasionam a remoção da Vila Cruzeiro do Sul e da Vila Cristal (ver Figuras 3.6 e 3.7) (ver Anexo A, Figura A.1) (SECOPA, 2014a).



Figura 3.3: Avenida Tronco em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
Fonte: SECOPA, 2014a.



Figura 3.4: Área para a construção da rótula da Avenida Mazon com Avenida Tronco no trecho 2.
Fonte: SECOPA, 2014a.



Figura 3.5: Rótula da Avenida Mazon com Avenida Tronco no trecho 2 – projeto (2016).
Fonte: SECOPA, 2014a.



Figura 3.6: Área de duplicação na Avenida Icarai com Avenida Tronco no trecho 4.
Fonte: SECOPA, 2014a.



Figura 3.7: Duplicação da Avenida Icarai com Avenida Tronco no trecho 4 – projeto (2016).
Fonte: SECOPA, 2014a.

O projeto viário é composto por 10 estações de BRT (ver Anexo A, Figuras A.2, A.3, A.4, A.5 e A.6), corredor exclusivo para ônibus com 3,50 metros nos dois sentidos, pista de rolamento com 7 metros nos dois sentidos, canteiro central urbanizado, ciclovia e calçadas laterais (ver Figura 3.8 e 3.9) (SECOPA, 2014a). Atualmente (2016), a obra está em andamento nos trechos 3 e 4, tendo em vista que nas demais áreas ainda não houve a remoção das famílias e não há espaço para a duplicação da Avenida sem a demolição das residências. A previsão para o término da duplicação, que era para junho de 2014, passou para final do ano de 2017, segundo o Relatório de obras de Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2015).



Figura 3.8: Perspectiva da Avenida Tronco, Porto Alegre – Trechos 3 e 4 – 19/05/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 3.9: Perspectiva do projeto viário da Avenida Tronco, Porto Alegre – Trechos 3 e 4.
Fonte: SECOPA, 2014b.

3.3 Grupos de usuários investigados

Com o intuito de atender ao objetivo proposto nesta investigação, têm-se três grupos de usuários: (i) pessoas que passaram pelo processo de remoção no bairro Cristal, em Porto Alegre, (ii) pessoas que não passaram pelo processo de remoção e moram na cidade de Porto Alegre e (iii) servidores que trabalham no Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB).

O grupo de usuários relacionado às pessoas removidas corresponde aos moradores da Avenida Tronco que estão esperando pelo reassentamento, bônus moradia ou aluguel social, bem como aqueles que já foram removidos.

Para a definição do segundo grupo foi necessário que as pessoas estivessem morando em Porto Alegre a partir de março de 2014, com o propósito de os indivíduos terem vivenciado o momento que antecedeu os jogos na capital. Sua seleção partiu da divulgação da pesquisa via *internet*, em diferentes grupos de pessoas, universidades, cursos e atividades da rede social, com o intuito de aumentar a diversidade do perfil dos respondentes quanto à idade, à profissão, ao grau de escolaridade, ao acesso a saúde e à situação socioeconômica. Para a classificação socioeconômica foi considerada a distribuição de renda segundo a Fundação Getúlio Vargas (ver Tabela 3.3), sendo relevante para investigar se a percepção desse grupo de usuários mostrou diferenças em relação às questões exploradas no questionário quanto à situação econômica, uma vez que os respondentes abrangeram todas as classes.

Por último, o terceiro grupo englobou os servidores que trabalham no Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB). Para sua seleção foi necessário que os trabalhadores estivessem diretamente ligados às remoções decorrentes do projeto de duplicação da Avenida Tronco.

Tabela 3.3: Classificação da faixa de renda segundo a Fundação Getúlio Vargas.

CLASSE	RENDA
Classe A	Acima de R\$9.745,00
Classe B	De R\$7.475,00 a R\$9.745,00
Classe C	De R\$1.734,00 a R\$7.475,00
Classe D	De R\$1.085,00 a R\$1.734,00
Classe E	De R\$0,00 a R\$1.085,00

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

3.4 Métodos de coleta de dados

Múltiplos métodos de coleta e análise de dados foram aplicados, permitindo cruzar informações e validar resultados, dando maior credibilidade e confiabilidade à pesquisa. A utilização de diferentes métodos torna-se importante por permitir contrabalancear os desvios existentes em um método com os desvios de outros métodos aplicados, visto que as técnicas adotadas em cada método possuem diferentes desvios (Reis e Lay, 1995; Sommer e Sommer, 2002; Groat e Wang, 2013). Os métodos selecionados para a coleta de dados são apresentados a seguir em duas etapas: (i) levantamento de arquivo e (ii) levantamento de campo.

3.4.1 Levantamento de arquivo

A revisão inicial da literatura foi elaborada buscando identificar os marcos teóricos e os dados oficiais correlatos ao trabalho. Através da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA) foram coletadas informações sobre o projeto viário de duplicação da Avenida Tronco e o projeto habitacional referente às moradias destinadas às famílias que vivem o processo de remoção, a fim de dar subsídios para iniciar o levantamento de campo.

Obtiveram-se os dados relacionados ao projeto viário dos quatro trechos da obra, contendo informações associadas às estações de ônibus, acessibilidade, áreas de remoção, pavimentação, árvores, jardins e estacionamento. No segundo momento, teve-se acesso aos dados referentes às áreas em que haverá o reassentamento (áreas destinadas à construção das unidades habitacionais), número de famílias atingidas pelas remoções, opções de negociação entre as famílias e a Prefeitura (aluguel social, bônus moradia e indenização), plano habitacional (características das habitações a serem construídas), prazos e custos. A Tabela 3.4 apresenta um resumo das informações adquiridas nessa etapa.

Tabela 3.4: Informações obtidas na fase de levantamento de arquivo.

DADOS	FORMATO	FONTE	OBSERVAÇÃO
Projeto viário da Avenida Tronco (4 trechos)	Formato DWG (AutoCad)	SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014)	Plantas baixas e gabaritos transversais
Projeto de acessibilidade/estações da Avenida Tronco	Formato DWG (AutoCad) e JPEG	SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014)	Planta baixa do projeto básico, seção transversal da cobertura e perspectivas

DADOS	FORMATO	FONTE	OBSERVAÇÃO
Locais de remoção da Avenida Tronco	Formato DWG (AutoCad)	SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014)	Marcação na planta baixa dos lotes a serem removidos
Proposta de ocupação para habitações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre	PDF	SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014)	Planta baixa com a identificação da área destinada à construção de casas no bairro – área militar
Apresentação à comunidade sobre o projeto viário e habitacional	Formato ppt (Power Point)	SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014)	Informações referentes às habitações, às negociações, aos prazos e aos custos
Jornal Nova Tronco divulgado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre	PDF	SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014)	Jornal informativo com relação às remoções por parte da Prefeitura distribuído na comunidade.

3.4.2 Levantamento de campo

Para atender à pergunta de pesquisa e verificar as hipóteses, definiram-se os seguintes métodos para levantamento de campo: (i) observações de campo, (ii) participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, (iii) questionários, (iv) grupo focal, (v) entrevistas e (vi) levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.

3.4.2.1 Observações de campo

O método de observação baseia-se na evidência direta do olho, acompanhando os acontecimentos que realmente acontecem nos espaços, não confiando somente em fontes secundárias (Reis e Lay, 1995). Segundo Denscombe (2010), existem três tipos de pesquisa de observação nas ciências sociais: sistemática, participante e casual. A primeira tem sua origem na psicologia social, ligada à produção de dados quantitativos e ao uso de análise estatística. A segunda refere-se à observação do participante, associada à sociologia e antropologia, além de ser combinada com dados qualitativos. A última é válida em uma fase inicial de investigação ou como acompanhamento de algum outro procedimento, feita sem categorias pré-estabelecidas ou um sistema de pontuação, ou seja, de forma livre e sem planejamento prévio (Sommer e Sommer, 2002).

Para a presente pesquisa foi utilizado o terceiro tipo, visto que o intuito foi a observação das mudanças físicas ocorridas na Avenida Tronco quanto às remoções das pessoas. As observações começaram em 26 de abril de 2014, sábado, com o reconhecimento dos 5,6 km da Avenida Tronco (todos os trechos). O trajeto foi percorrido de motocicleta, sendo utilizada a câmera fotográfica GoPro para a filmagem da via e para fotografar as cenas relacionadas principalmente aos terrenos vazios, nos quais as residências já tinham sido demolidas (ver Figura 3.10), às áreas em que as residências foram semidemolidas e aos escombros ainda pertencentes no local; e ao trecho 3 (única extensão em obra no ano de 2014). O segundo dia de observação foi realizado em 18 de maio de 2014, sábado, com a realização de fotos e filmagens com o mesmo equipamento e meio de transporte, ambas no turno da tarde.

A escolha da máquina GoPro esteve relacionada ao tamanho compacto, possibilitando realizar o método sem que os moradores percebessem, evitando constrangimento e desconfiança por parte desses. Contudo, devido à distorção provocada pela lente grande angular, as demais observações foram registradas por uma câmera fotográfica digital.

No dia 19 de junho de 2014, quinta-feira, no turno da tarde, foi realizada a terceira observação, contudo dessa vez o trajeto foi percorrido de carro. Esse mesmo acompanhamento foi realizado no turno da tarde nas seguintes datas: 12 de julho (sábado), 1º de agosto (sexta-feira) e 9 de setembro (terça-feira) de 2014.



Figura 3.10: Terrenos vazios em decorrência das remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 26/04/2014.

Fonte: Silva, 2014.



Figura 3.11: Terrenos vazios em decorrência das remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre, em 12/10/2014.

Fonte: Silva, 2014.

No dia 12 de outubro de 2014, domingo, no turno da tarde, a observação foi realizada a pé. Essa não ocorreu ao longo de todo o trajeto a ser duplicado, sendo somente no trecho 3 (Avenida Tronco), por ser o local com a presença de residências já demolidas (ver Figura 3.11). Nos seguintes meses o método foi aplicado com o uso do automóvel como transporte para percorrer todo o percurso de duplicação. Para melhor entendimento, a Figura 3.12 exibe uma linha do tempo com todos os dias de observação.

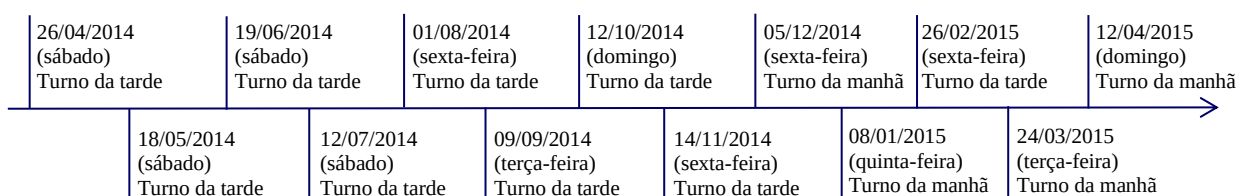


Figura 3.12: Linha do tempo com os dias de aplicação do método.

As observações foram realizadas em diferentes turnos (manhã e tarde) por não interferir na investigação, visto que o propósito era acompanhar as mudanças no local. A aplicação desse método ocorreu uma vez por mês durante 13 meses (desde abril de 2014 até abril de 2015) (ver Apêndice A), coletando material suficiente para (i) o reconhecimento das áreas de remoções, trazendo consequentemente a modificação do espaço urbano, (ii) a identificação das características que fazem parte da atual região (bairro Cristal) e (iii) o conhecimento dos problemas causados pela demolição das residências. Para o levantamento fotográfico foi considerado os terrenos vazios ocasionados pelo processo de remoção, bem como a situação em que o local se encontrava devido à presença de escombros, já que as obras de duplicação da Avenida não tiveram alterações significativas durante o período de aplicação do método.

3.4.2.2 Participação em manifestações e eventos das comunidades removidas

A participação em eventos e manifestações relacionadas à Copa do Mundo de 2014 vinculadas às remoções na cidade de Porto Alegre contribuiu para o maior conhecimento sobre o assunto e consequentemente ajudou na aplicação dos demais métodos (questionários, grupo focal e entrevistas). Os eventos selecionados tiveram como critério as remoções como

tema de debate, enquanto as manifestações selecionadas tiveram como critério a oposição à Copa do Mundo de 2014.

O primeiro evento aconteceu na PUC-RS, Porto Alegre, em 5 de junho de 2014, no turno da manhã, com o lançamento do documentário “Os estrangeiros da Vila Tronco”, produzido por Gabriela Féres, estudante de jornalismo (ver Figura 3.13). Outro evento foi realizado no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 24 de junho de 2014, no período da noite, com o lançamento do documentário “A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre” (ver Figura 3.14), produzido pelo Comitê Popular da Copa, pela ONG Amigos da Terra (Organização de defesa ao meio ambiente) e pelo Coletivo Catarse (coletivo de comunicação organizado nos princípios do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária).



Figura 3.13: Lançamento do documentário “Estrangeiros da Vila Tronco”, em 05/06/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 3.14: Lançamento do documentário “A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre”, em 24/06/2014.
Fonte: Silva, 2014.

Em ambos os eventos havia a presença de pessoas que já foram removidas, bem como aquelas que estavam esperando pelo reassentamento, mas continuavam residindo na Avenida Tronco. Logo após a exibição dos documentários, as pessoas envolvidas no processo de remoção iniciaram a sessão de debate, dando a oportunidade aos moradores de discutirem questões sobre o tema apresentado: resistência das famílias diante ao processo de remoção, valores associados aos Programas do Governo Federal (bônus moradia e aluguel social) e construção do conjunto habitacional para o reassentamento. No final do segundo evento, a pesquisadora estabeleceu o primeiro contato com o líder da comunidade da Vila Cruzeiro, atingido pelas remoções na Avenida Tronco, no qual a pesquisadora se apresentou e comentou sobre sua pesquisa. Essa comunicação informal foi importante para coletar

informações nos próximos métodos aplicados associadas ao grupo de usuários que passaram pelo processo de remoção. Destaca-se que em ambos os eventos a pesquisadora esteve presente como ouvinte.

No período que antecedeu à Copa do Mundo, bem como em dias de jogos em Porto Alegre, ocorreram 12 manifestações, das quais quatro foram presenciadas pela pesquisadora. Destaca-se que as demais manifestações não presenciadas pela pesquisadora tiveram pouca divulgação, contribuindo para que somente as pessoas vinculadas aos movimentos contrários ao megaevento estivessem presentes.

A primeira manifestação ocorreu em 20 de maio de 2014, no final da tarde, em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no centro da cidade. Posteriormente, em 12 de junho de 2014 (data do início dos jogos da Copa do Mundo no Brasil) outra manifestação ocorreu no mesmo local (ver Figura 3.15) e em 15 de junho de 2014, no Parque Farroupilha (ver Figura 3.16), ambas no turno da tarde.

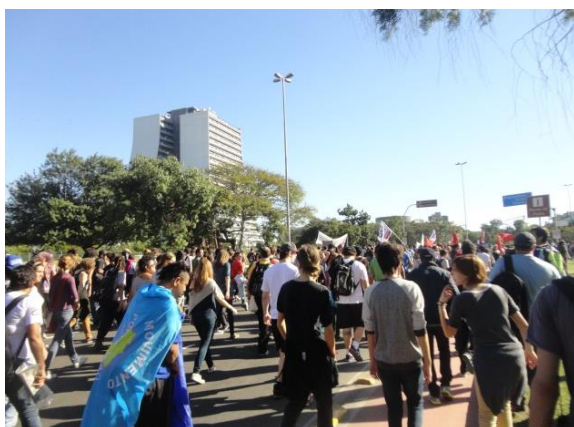


Figura 3.15: Manifestação em Porto Alegre, em 12/06/2014.

Fonte: Silva, 2014.



Figura 3.16: Manifestação em Porto Alegre, em 15/06/2014.

Fonte: Silva, 2014.

Outra manifestação ocorreu também no dia 12 de junho de 2014, no turno da noite, no centro de Porto Alegre. Organizada pelo Comitê Popular da Copa, frases criticando o alto custo dos investimentos para o megaevento e a violação dos direitos humanos foram projetadas nas empenas de edifícios (ver Figuras 3.17 e 3.18). O evento durou cerca de 30 minutos.

Todos os protestos do período da Copa do Mundo reivindicavam: (i) o fim das remoções forçadas e a garantia do direito à cidade e à moradia adequada a todos; (ii)

destinação dos impostos para o transporte público, a saúde e a educação; (iii) o direito ao trabalho ambulante e a expressão da cultura popular; (iv) os direitos humanos e dignidade da população em situação de rua (devido à higienização social); (v) o direito de ir, vir e permanecer no espaço público e políticas públicas para garantir trabalho e albergues dignos; (vi) o fim das mortes de operários em obras de infraestrutura, (vii) pensão vitalícia para as famílias dos operários mortos e incapacitados em acidentes de trabalho e; (viii) os gastos abusivos da Copa.



Figura 3.17: Projeção da frase “Brasil campeão de direitos violados” em Porto Alegre, em 12/06/2014.
Fonte: Andrade, 2014.



Figura 3.18: Projeção da frase “Futebol é arte a FIFA não faz parte” em Porto Alegre, em 12/06/2014.
Fonte: Andrade, 2014.

Os materiais de todos os eventos foram guardados para a análise, como jornais locais e panfletos divulgados pelas próprias comunidades (ver material no CD). Ainda, vale destacar que todos os encontros foram divulgados a partir de redes sociais, forma pela qual a pesquisadora teve conhecimento.

3.4.2.3 Questionário

Questionário é, segundo Sommer e Sommer (2002), uma ferramenta muito utilizada em pesquisas de levantamento, recolha sistemática de informações sobre pessoas, crenças, atitudes, valores e comportamento, além de ser eficiente em questões de tempo e esforço. É utilizado quando há uma necessidade de dados padronizados de questões idênticas, visto que cada respondente é submetido a um conjunto igual de perguntas, possibilitando o

processamento das respostas de forma quantitativa (Reis e Lay, 1995; Sommer e Sommer, 2002; Denscombe, 2010).

O método pode ser aplicado via *internet*, uma vez que não há necessidade de ser executado face-a-face. Quando isso acontece, há maior destaque quanto à programação visual, visto que a *internet* pode tirar partido de funcionalidades da página, como botões, ícones, imagens, quadros e gráficos, deixando a apresentação atraente. Além disso, há maior facilidade no recolhimento das respostas, tendo em vista que essas são geradas automaticamente em uma planilha ou banco de dados (Denscombe, 2010). A *internet* também passa a ser mais utilizada devido a sua alta velocidade e baixo custo (Sommer e Sommer, 2002). Entretanto, tem-se como aspecto negativo a necessidade do acesso à *internet*, além de abranger a população jovem (13 a 18 anos), adulto jovem (19 a 30 anos) e adulto (31 a 65 anos), pois segundo o IBGE (2015), os idosos (a partir de 66 anos) têm o menor percentual de acesso, com apenas 12,6%.

Nesta pesquisa, a aplicação dos questionários objetivou avaliar a percepção dos respondentes quanto à Copa do Mundo de 2014, analisando o grau de satisfação e organização do megaevento no Brasil e em Porto Alegre, bem como o conhecimento sobre as remoções, movimentos das comunidades atingidas e Programas do Governo Federal. A percepção quanto às obras de infraestrutura, às propagandas e ao legado também foram analisadas com o mesmo objetivo, assim como a presença em estádios de futebol nos dias dos jogos, eventos FIFA *Fan Fest* e manifestações. O perfil dos usuários também foi analisado, com o intuito de verificar se características como faixa etária e renda influenciaram nas demais respostas.

A elaboração do questionário partiu dos aspectos identificados na revisão de literatura associados ao problema de pesquisa: (i) investimentos de infraestrutura para atender à Copa do Mundo de 2014, (ii) organização, planejamento e serviços associados ao megaevento, (iii) processo de remoção, (iv) legado e (v) imagem transmitida pela mídia.

Para sua aplicação utilizou-se o serviço do *Google Docs* disponibilizado via *internet*. O motivo da sua escolha se relacionou à grande abrangência, além da aplicação *in loco* não ser relevante para a pesquisa. Assim, a pesquisa foi posta *online* no dia 16 de setembro de 2014 e dada como finalizada no dia 6 de outubro de 2014, obtendo o total de 166

respondentes (ver Apêndice B)²⁴. A pesquisa foi finalizada nesta data por conta do número de respondentes já possibilitar a análise estatística.

Destaca-se que o único pré-requisito para responder o questionário era ser morador em Porto Alegre a partir de março de 2014, podendo ser respondido por pessoas atingidas ou não pelas remoções. Contudo, tendo em vista que apenas um morador removido contribuiu com o estudo, tal método investigou a percepção exclusivamente das pessoas que não foram removidas. Essa situação pode ter acontecido em razão da falta de acesso à *internet* dos moradores da Avenida Tronco.

Com relação às perguntas, o questionário possuiu 38 questões, sendo quatro abertas e 34 fechadas. As primeiras referem-se àquelas que ofereceram espaço para o respondente escrever suas próprias respostas. Optou-se por esse tipo de pergunta porque (i) o pesquisador não sabia estabelecer as possibilidades de respostas; (ii) o pesquisador queria evitar sugerir respostas para o respondentes; e (iii) as palavras do próprio respondente eram muito importantes para o contexto investigado (Sommer e Sommer, 2002).

Dentre as perguntas fechadas, sete correspondiam ao nível de medição nominal com duas opções de resposta (“sim” ou “não”). Junto a essas, 17 perguntas possuíam respostas com diferentes escalas de medição, caracterizadas pelas variáveis ordinais que informam sobre as categorias classificatórias e a ordem em relação à magnitude relativa (Reis e Lay, 1995; Siegel, 2006).

Essas categorias estão associadas ao grau de satisfação (de “gostei muito” para “não gostei”), grau de organização (de “muito organizada” para “muito desorganizada”), grau de importância atribuído pelos respondentes (de “muito importante” para “sem importância”), grau de oportunidade (de “ajudou muito” para “não ajudou”), grau de avaliação (de “muito bom” para “muito ruim” e de “muito positivo” para “muito negativo”), relação com as pessoas removidas (de “conheço muitas pessoas” para “não conheço ninguém”) e interesse em assistir aos jogos (de “assisti todos” para “não assisti nenhum”). Optou-se pela adoção da escala com cinco pontos, visto que essa tende a ser mais adequada para o processo de análise estatística (Reis e Lay, 1995; Sommer e Sommer, 2002).

Uma categoria neutra também foi fornecida como alternativa de resposta, tal como “não sei”, “nem organizada, nem desorganizada”, “não tenho opinião formada”, “nem

²⁴ Site:

https://docs.google.com/forms/d/1enK8cU-p94y1Qfliw8Z_bFoWKAUSP8WZP3OHEoDB8wQ/viewform?c=0&w=1

positivas, nem negativas”, “assisti nem muitos, nem poucos”, “nem boa, nem ruim” e “nem importante, nem sem importância”. Essa categoria significa um equilíbrio entre as opções de respostas positivas e negativas ou falta de interesse ou conhecimento sobre o assunto (Sommer e Sommer, 2002). Por fim, 10 perguntas apresentaram apenas alternativas de respostas de múltipla escolha sem escala de medição. A Tabela 3.5 resume as variáveis ordinais e nominais, os níveis de medição e as respectivas questões investigadas.

Tabela 3.5: Níveis de medição associados às questões investigadas.

NÍVEL DE MEDIÇÃO		QUESTÕES INVESTIGADAS
ORDINAL	Satisfação	(q1) Copa do Mundo de 2014 no Brasil (q16) evento FIFA <i>Fan Fest</i> (q20) propagandas que apareceram na mídia no período da Copa de 2014
	Organização	(q2) relacionada ao megaevento em Porto Alegre
	Oportunidade	(q3) divulgação de Porto Alegre como lugar turístico (q8) Programa Aluguel Social do Governo Federal
	Avaliação	(q4) obras em Porto Alegre para a Copa de 2014 (q13) preparação de Porto Alegre para a chegada ao estádio nos dias dos jogos (q17) permanência do ‘Caminho do Gol’ (q28) obras realizadas para a Copa de 2014 em Porto Alegre (q30) Copa de 2014 em Porto Alegre durante os jogos (q31) legado deixado pela Copa de 2014 para Porto Alegre (q32) planejamento do Brasil para a Copa de 2014
	Importância	(q6) Programa ‘Chave por Chave’ (q23) manifestações que ocorreram antes e durante a Copa de 2014
	Relação com as pessoas removidas	(q9) relação com pessoas atingidas pelas remoções em Porto Alegre
	Interesse em assistir aos jogos	(q10) interesse em assistir aos jogos da Copa de 2014
NOMINAL	As perguntas classificadas pelo nível de medição nominal não apresentam escala de medição. Essas informam sobre propriedades ou identidades que possuem a mesma relação entre si (Reis e Lay, 1995).	(q5) conhecimento do Programa ‘Chave por Chave’ (q7) conhecimento do Programa Aluguel Social (q11) meio pelo qual os jogos foram assistidos (q12) quantidade de jogos assistidos em estádios (q14) consumo de produtos da Copa de 2014 (q15) participação no evento FIFA <i>Fan Fest</i> (q18) percepção quanto à Copa do Mundo de 2014 no Brasil (q19) percepção quanto às consequências da Copa de 2014 (q21) percepção quanto às manifestações contra a Copa de 2014 (q22) participação em manifestações contra a Copa de 2014 (q24) conhecimento sobre as remoções em Porto Alegre (q25) percepção quanto às remoções em Porto Alegre (q26) participação no processo de remoção (q27) percepção quanto às obras em Porto Alegre para a Copa de 2014 (q29) percepção quanto à escolha de 12 cidades para sediar a Copa de 2014 (q33; q34; q35; q36; q37; q38) perfil do respondente

Anterior à aplicação definitiva dos questionários, algumas imagens foram inseridas junto às questões para melhor entendimento. Ademais, perguntas referentes ao perfil do respondente foram adicionadas: (i) tempo em que residia na cidade de Porto Alegre, (ii) idade, (iii) profissão, (iv) renda, (v) plano de saúde e (vi) acesso à escola (pública ou privada) e à universidade (federal ou privada).

3.4.2.4 Grupo focal

Grupo focal, segundo Sommer e Sommer (2002), é um tipo de entrevista realizada com um grupo específico de pessoas com o intuito de explorar o que os próprios participantes pensam e sentem sobre determinado assunto, obtendo uma coleção de opiniões individualizadas. O método estimula discussões que revelam preocupações e percepções, sendo considerado mais eficiente do que entrevistas individuais, visto que várias pessoas são postas em contato de uma só vez, permitindo a profundidade e variedade de respostas. Para a aplicação do método, o pesquisador faz perguntas ao grupo a fim de facilitar a discussão e interação dos participantes, enquanto o momento é registrado a partir de gravações de áudio ou vídeo (Denscombe, 2010; Sommer e Sommer, 2002).

O grupo focal foi realizado com as pessoas atingidas pelas remoções da duplicação da Avenida Tronco, bairro Cristal, com o propósito de analisar a percepção delas sobre a situação das remoções no local. Buscou-se identificar também se o processo de remoção interferiu na percepção desse grupo de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014. Para isso, uma lista de perguntas foi elaborada para ser feita aos participantes pelo pesquisador (ver Apêndice C), que se manteve neutro com relação às questões debatidas. Os seguintes tópicos foram levados em consideração para a formulação das perguntas: (i) participação da comunidade no planejamento do projeto, (ii) construção das unidades habitacionais no bairro Cristal, (iii) Programas do Governo Federal para reassentamento, (iv) movimentos das comunidades atingidas, (v) relação da Prefeitura ante às remoções e (vi) jogos da Copa do Mundo no Brasil e em Porto Alegre.

Para convidar essas pessoas foram distribuídos 100 convites no dia 12 de outubro de 2014, domingo, no período da tarde, nas áreas atingidas pela duplicação da avenida (ver Figura 3.19). O convite também foi entregue ao líder da comunidade Vila Cruzeiro, contato

estabelecido anteriormente (evento no IAB: lançamento do documentário “A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre”, ver item 3.4.2.2). O encontro aconteceu no dia 22 de outubro de 2014, às 14h, em uma escola estadual do bairro Cristal, mediante autorização da diretora. Familiaridade com a região e o fácil acesso foram requisitos para a escolha do local.

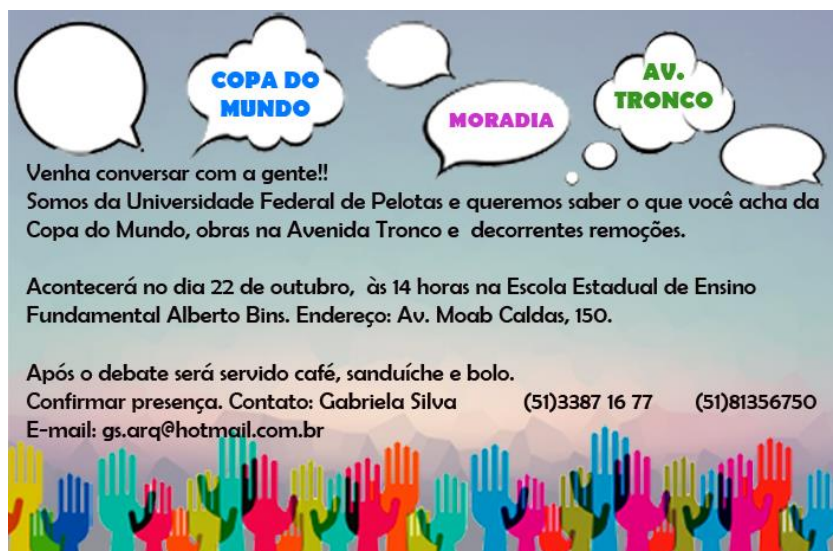


Figura 3.19: Convite entregue aos moradores da Avenida Tronco, bairro Cristal.

Fonte: Silva, 2014.

A reunião contou com a presença de apenas quatro moradores. O baixo número pode ser explicado pela falta de comunicação entre a diretora e outros funcionários da escola que desconheciam a realização da atividade e não souberam informar sobre a reunião quando algum morador entrava em contato.

Junto aos quatro moradores, os graduandos da disciplina de Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas, também estiveram presentes, juntamente de duas professoras (ver Figuras 3.20 e 3.21). Aproveitou-se o momento de estágio docente da pesquisadora para integrar os alunos aos problemas que estavam, e ainda estão, ocorrendo na capital. Por fim, a atividade durou 40 minutos e foi gravada a partir da filmagem, sendo realizada a transcrição para a análise (ver transcrição no Apêndice D).



Figura 3.20: Grupo focal com a turma de Planejamento Urbano e Regional/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UFPEL e moradores do bairro Cristal. Fonte: Brandelli, 2014.



Figura 3.21: Participação do líder da Comunidade Vila Cruzeiro, bairro Cristal, no grupo focal. Fonte: Brandelli, 2014.

3.4.2.5 Entrevistas

A entrevista é uma técnica que possibilita a coleta de dados não documentados, havendo interação social, diálogo assimétrico, em que uma parte busca obter dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gerhardt et al., 2009). Entrevistas são úteis para explorar temas complexos, podendo ser utilizadas para investigar crenças, opiniões e características de personalidade. Possibilita que as pessoas contem suas histórias com suas palavras, o que propicia a liberação de sentimentos reprimidos (Sommer e Sommer, 2002). O método não exige um número mínimo de respondentes ou representatividade (Reis e Lay, 1995).

As entrevistas podem ser não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas. As primeiras deixam espaço para a improvisação por parte do pesquisador e são mais desejáveis como passo preliminar no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que o pesquisador ainda não domina o assunto. As semiestruturadas possuem uma ordem de perguntas a ser seguida, entretanto, torna-se flexível para mudanças de ordem, dando a possibilidade de o entrevistado desenvolver ideias e falar de forma mais ampla sobre as questões levantadas pelo pesquisador. Por fim, as estruturadas possuem perguntas formuladas previamente em uma ordem preestabelecida (Denscombe, 2010; Sommer e Sommer, 2002; Gerhardt et al., 2009).

Nesta dissertação, optou-se pela aplicação de entrevista semiestruturada, pois mesmo com um conjunto de perguntas predefinidas, houve a possibilidade da criação de outras para

melhor compreensão de certos termos. Primeiramente, esse método foi aplicado com os servidores do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre que estavam trabalhando diretamente com o projeto da Avenida Tronco. A aplicação das entrevistas buscou identificar a percepção desses usuários sobre a Copa do Mundo de 2014, bem como identificar a imagem divulgada sobre o projeto viário e habitacional da Avenida Tronco, visto que essas obras foram dadas inicialmente como prioritárias para o megaevento em Porto Alegre (ver Apêndice E).

Em um primeiro momento, sete servidores foram contatados nos meses de maio e junho de 2014. Entrou-se em contato com cinco servidores via *e-mail*, um via telefone e o outro pessoalmente. Todos os *e-mails* enviados foram respondidos, entretanto, não houve retorno do contato estabelecido por telefone.

Apenas dois servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, vinculada à SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014) e DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) estiveram dispostos a participar da pesquisa. Observou-se que para muitos trabalhadores que se recusaram a colaborar, o assunto era considerado impróprio para a entrevista.

A entrevista foi formulada com nove perguntas associadas tanto ao projeto viário quanto ao habitacional da Avenida Tronco. A primeira aplicação do método foi realizada no dia 26 de setembro de 2014, tendo duração de 1 hora e 25 minutos, e a segunda no dia 17 de outubro de 2014, com a duração de 28 minutos. Ambas as entrevistas foram realizadas nos próprios locais de trabalho, marcadas com antecedência via *e-mail*, tendo o esclarecimento da pesquisa e o fornecimento de identificações da instituição, executora da pesquisa e objetivos. Ambos os entrevistados permitiram a gravação da entrevista, sendo transcritas e analisadas em um momento posterior (ver Apêndice F).

O método também foi aplicado com o grupo de usuários atingidos pelas remoções na Avenida Tronco, bairro Cristal. Objetivou-se completar informações adquiridas pelo método do grupo focal devido ao baixo número de moradores presentes na aplicação do método. Teve-se o intuito de analisar a percepção dessas pessoas quanto às remoções no local e à Copa do Mundo de 2014 pós-evento. Para isso, oito perguntas foram formuladas, estando associadas ao processo de remoção e ao megaevento. Também foi utilizada uma lista de garantias às pessoas atingidas pelas remoções, desenvolvida pela Secretaria de Direitos

Humanos (2013), com o objetivo de verificar se tais recomendações estão sendo aplicadas na Avenida Tronco, bairro Cristal. Junto a essa, outra lista foi desenvolvida pela pesquisadora com os principais resultados obtidos a partir do grupo focal, com o intuito de validar questões já exploradas (ver Apêndice G).

Entrou-se em contato via telefone com o líder da comunidade da Vila Cruzeiro no dia 16 de dezembro de 2015, que indicou outros três moradores que podiam colaborar com a pesquisa. Esses foram contatados pessoalmente no próprio dia da entrevista no seu local de trabalho e residência. No dia 18 de dezembro de 2015 foram realizadas duas entrevistas, sendo uma dessas com o líder da comunidade, ambas com aproximadamente 15 minutos de duração. As outras duas entrevistas ocorreram no dia 20 de dezembro, a primeira com duração de 20 minutos e a segunda com 28 minutos. Por fim, todas as entrevistas ocorreram no turno da tarde e tiveram a autorização para a gravação, para que no segundo momento fosse realizada a transcrição e análise (ver Apêndice H).

3.4.2.6 Levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo

O levantamento de reportagens e imagens provenientes da mídia, FIFA e Governo teve como intuito identificar como foi retratada a Copa do Mundo de 2014 pelos diferentes meios de comunicação. Tendo em vista que o momento festivo do megaevento foi retratado por todas as mídias, para a seleção das reportagens e imagens analisadas foi considerado como critério a exibição dos aspectos negativos da Copa do Mundo de 2014. Nos casos em que este critério não foi atendido por determinado meio de comunicação, selecionaram-se reportagens e imagens do assunto predominante e/ou relevante para esta pesquisa.

Teve-se como objetivo identificar se houve divulgação dos problemas enfrentados pelos diferentes tipos de mídia, contribuindo para que a população tivesse acesso a essas informações. Ainda, buscou-se verificar se essa situação também foi retratada pela mídia vinculada à FIFA e ao Governo.

Para isso, selecionaram-se duas reportagens nas seguintes mídias: (i) *internet*, (ii) jornal e (iii) revistas. Como forma de avaliar a divulgação por parte da FIFA e Governo na mídia quanto ao megaevento, duas reportagens foram selecionadas a partir da *internet* em *sites*

associados ao Governo (ver Tabela 3.6) (ver Anexo B). Esse material foi coletado ao longo do ano de 2014, todavia, incluiu reportagens de anos anteriores devido à relevância do conteúdo.

Tabela 3.6: Reportagens verificadas.

	REPORTAGEM	FONTE	DATA
MÍDIA	Relatora da ONU denuncia remoção irregular de moradores para Copa	<i>Internet</i> (G1)	26/04/2011
	Copa pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs	<i>Internet</i> (BBC Brasil)	14/06/2013
	Vai ter Copa (as)sim	Revista (América Economia)	Junho/2014
	Apesar de todos os problemas	Revista (Istoé)	04/06/2014
	Obra da Tronco longe do fim	Jornal (Zero Hora)	23/04/2014
	Lições do legado	Jornal (Zero Hora)	13/07/2014
MÍDIA ASSOCIADA À FIFA E AO GOVERNO	Direitos Humanos integra Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014	<i>Internet</i> (Secretaria de Direitos Humanos – Presidência da República)	02/09/2010
	Ministro do Esporte destaca sucesso da Copa do Mundo no Brasil	<i>Internet</i> (Portal Brasil)	14/07/2014

Ainda, selecionaram-se duas imagens exibidas pelos diferentes meios de comunicação: (i) revistas, (ii) *internet*, (iii) *outdoor*, (iv) cartazes publicitários e (v) televisão (comerciais). Como forma de verificar a imagem provinda da FIFA e Governo, foram selecionadas quatro imagens exibidas por meio da *internet* (ver Tabela 3.7).

Tabela 3.7: Imagens vinculadas à mídia verificadas.

	IMAGEM	FONTE	DATA
MÍDIA	Atraso das obras para a Copa do Mundo de 2014	Revista (Veja)	25/05/2011
	Imagem associada ao dinheiro gasto para a Copa do Mundo de 2014	Revista (América Economia)	Junho/2014
	Movimento ‘Copa para quem?’ Criado pela ANCOP	<i>Internet</i> (Comitê Popular da Copa de Porto Alegre)	Fevereiro/2014
	Manifestação contra as remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre	<i>Internet</i> (Jornalismo B)	08/03/2013
	<i>Outdoor</i> da Liberty Seguros para a Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre	<i>Outdoor</i> (Autora)	2014

	IMAGEM	FONTE	DATA
MÍDIA	<i>Outdoor</i> do Internacional para a Copa do Mundo em Porto Alegre	<i>Outdoor</i> (Autora)	2014
	Cartaz exibido pelo líder da Comunidade Vila Cruzeiro sobre as remoções, Porto Alegre	Cartaz publicitário (Autora)	2014
	Cartaz da Vila Dique, Porto Alegre	Cartaz publicitário (Autora)	2014
	Imagem correspondente ao comercial ‘Somos um só’ da Rede Globo	Televisão (comercial da Rede Globo)	Exibição no período da Copa do Mundo de 2014
	Imagem correspondente ao comercial ‘vamos jogar bola’ do banco Itaú	Televisão (comercial do banco Itaú)	Exibição no período da Copa do Mundo de 2014
MÍDIA ASSOCIADA À FIFA E AO GOVERNO	Imagem dos jogos divulgada pela FIFA	<i>Internet</i> (FIFA)	23/08/2014
	Imagem dos torcedores divulgada pela FIFA	<i>Internet</i> (FIFA)	11/06/2014
	Divulgação das remoções da Vila Dique, Porto Alegre, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre	<i>Internet</i> (Prefeitura de Porto Alegre)	31/12/2011
	Satisfação dos moradores em adquirir casas novas com as remoções em Porto Alegre	<i>Internet</i> (Prefeitura de Porto Alegre)	31/12/2011

A seleção das imagens também ocorreu ao longo da pesquisa. Aquelas referentes aos cartazes publicitários e *outdoors* foram registradas pela pesquisadora em 2014. As imagens providas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre são datadas em 2011, visto que posteriormente não se encontraram imagens significativas para a pesquisa, pois os *sites* associados ao Governo expuseram maior quantidade de informações a partir de textos. Ademais, as imagens foram analisadas, completando as informações adquiridas pelas reportagens.

3.5 Método de análise de dados

A análise de dados tem como propósito responder a pergunta de pesquisa formulada, bem como verificar as hipóteses investigadas. Para isso, os métodos e técnicas de análise dependem da natureza dos dados obtidos e do tipo de informações e relações desejadas (Reis e Lay, 1995).

Para esta pesquisa a análise de dados foi dividida em: (i) métodos quantitativos e (ii) métodos qualitativos. Os primeiros estão associados ao questionário e têm como propósito investigar maior variedade de fenômenos que determinam a confiabilidade das medidas adotadas, proporcionando maior abrangência e quantidade de informações em um limitado tempo. Os métodos qualitativos determinam a validade da investigação, permitindo o aprofundamento das questões investigadas (Groat e Wang, 2013) e estão relacionados às entrevistas, ao grupo focal, ao material adquirido nas manifestações e eventos das comunidades removidas e às reportagens e imagens divulgadas pela FIFA, mídia e Governo.

3.5.1 Análise de dados quantitativos

A análise dos dados de natureza quantitativa obtidos pelos questionários foi realizada a partir de testes estatísticos não-paramétricos. Esses testes não dependem de formas precisas de distribuição da amostra, possibilitando interferências independentes das características ou da maneira de distribuição da frequência dos dados (Reis e Lay, 1995; Siegel, 2006). Seu uso relaciona-se às análises matemáticas identificadas como válidas e confiáveis, sem que haja interpretações pessoais e admissíveis discordâncias (Lay e Reis, 2005). Utilizou-se o programa computacional SPSS/PC (*Statistical Package for Social Sciencies*) para a análise estatística, sendo realizados os seguintes testes:

- Frequências (porcentagens): analisam a distribuição dos dados nas categorias consideradas;
- Chi-quadrado (χ^2): obtido a partir da tabulação cruzada entre duas variáveis nominais, indica o grau de correspondência entre as questões observadas e as esperadas em cada categoria;
- Teste exato de Fisher: utilizado para análise de dados (nominal ou ordinal) quando as duas amostras independentes são pequenas, visto que as suposições do teste chi-quadrado não são atendidas;
- Correlação *Spearman*: indica relações de causa e efeito entre variáveis, direção e relações de dependência de uma variável com a outra. Para esse teste foram considerados os valores de intensidade na Tabela 3.8.

Tabela 3.8: Intervalos adotados para a classificação das intensidades das correlações.

INTENSIDADE DE CORRELAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
$0 < \text{coef.} \leq 0,3$	Baixa, fraca
$0,3 < \text{coef.} \leq 0,5$	Moderada
$0,5 < \text{coef.} \leq 0,7$	Forte, alta
$0,7 < \text{coef.} \leq 0,9$	Muito forte, muito alta
$0,9 < \text{coef.} \leq 1$	Excepcional

Fonte: Rowntree, 1981 apud Lay e Reis, 2005.

Por fim, os resultados dos testes estatísticos foram considerados significativos quando o valor de significância (nível-p) era menor ou igual a 0,05 (Sommer e Sommer, 2002; Siegel, 2006).

3.5.2 Análise de dados qualitativos

Em primeiro momento, os dados obtidos através das entrevistas e do grupo focal foram transcritos para a análise. Os materiais provindos das manifestações e eventos das comunidades removidas e das reportagens adquiridas nos diferentes tipos de mídia foram digitalizados (ver material no CD, Anexos C e D), não havendo a necessidade da transcrição.

Após a leitura dos materiais, as ideias centrais foram destacadas pela frequência e repetição de conteúdos comuns ou pela relevância implícita (tema que não se repete ao longo do material coletado, mas é significativo para o estudo). Essas ideias apontadas foram agrupadas em categorias (Sommer e Sommer, 2002), abrangendo um número variável de temas, conforme o grau de intimidade ou proximidade, que exprimem a partir da sua análise significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos da pesquisa (ver Apêndice I).

Por último, as imagens adquiridas em diferentes mídias (revistas, *internet*, *outdoor*, cartazes publicitários e televisão) foram analisadas a partir da interpretação da autora, visto que essa ação “*depende de nossos conhecimentos e o sentido que dela captamos está ligado a outras informações que não aparecem na imagem*” (Stamatto, 2009, p. 142). Logo, as informações provindas das imagens complementaram os outros métodos utilizados.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos nesta investigação, sendo dividido em: (i) o contexto das remoções na Avenida Tronco, (ii) a percepção de pessoas removidas, (iii) as imagens promovidas pela mídia, FIFA e pelo Governo Federal e a percepção de pessoas não removidas e (iv) conclusão.

4.1 O contexto das remoções na Avenida Tronco

O processo de remoções na cidade de Porto Alegre abrangeu 31.238 pessoas (ANCOP, 2014). Na Avenida Tronco 1.525 famílias (correspondendo a 6.862 pessoas) estão saindo de suas casas para que a duplicação da avenida seja realizada (ver Figura 4.1): 656 famílias ainda residem no local, 499 famílias optaram pelo bônus moradia oferecido pela Prefeitura da cidade no valor de R\$ 52.340,00, 195 famílias optaram pelo aluguel social no valor de R\$ 500,00 e 175 famílias receberam indenizações (DEMHAB, 2015b).



Figura 4.1: Áreas de remoção na Avenida Tronco, Porto Alegre.
Fonte: DEMHAB, 2011.

Em um primeiro momento, a opção do reassentamento ofereceu apartamentos ou casas geminadas, localizados no bairro Cristal (ver Anexo C, Figuras C.1, C.2, C.3, C.4 e C.8), ou a opção de casas em zonas mais afastadas (ver Anexo C, Figuras C.5, C.6 e C.7). Para o reassentamento no bairro Cristal, 17 terrenos foram desapropriados para a construção de condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, além da negociação de uma parcela do terreno do Exército para a construção de casas geminadas. Para a distribuição dessas casas no bairro Cristal foram levados em consideração os seguintes critérios: (i) pessoas com restrição a acessibilidade, (ii) pessoas com deficiências mentais e/ou físicas, (iii) famílias com animais para criar (cavalos, galinhas, porcos) e (iv) dependência de pátio para atividades remuneradas (horta, espaço para conserto de eletrodomésticos) (SECOPA, 2014b).

Os projetos dos apartamentos apresentam 42 m², contendo dois quartos, sala, cozinha, área de serviço e banheiro e correspondem a R\$ 52.340,00, sendo quitado pela Prefeitura. A escritura no nome do responsável constante no cadastro do DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) é adquirida após cinco anos, com o intuito do imóvel poder ser vendido ou alugado somente após esse prazo (SECOPA, 2014b).

De acordo com a Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo de 2014 (SECOPA, 2014b), o aluguel social foi uma opção que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ofereceu às famílias cadastradas pelo DEMHAB no plano de reassentamento, em função das obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014. Tal recurso foi utilizado objetivando agilizar a execução das obras viárias. Logo, o auxílio é empregado de forma provisória até a entrega das novas moradias às famílias cadastradas neste plano.

O bônus moradia²⁵ também foi uma opção dada por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre às famílias cadastradas, destinado “*à indenização e ao reassentamento de famílias ocupantes de áreas de risco ou residentes em áreas que deverão ser liberadas para permitir a execução de obras de infraestrutura urbana no Município*” (Decreto Municipal nº 17.772, 2012). O valor oferecido representa o custo final para a construção de uma unidade habitacional referente ao Programa Minha Casa Minha Vida. Caso a família não concorde em receber o bônus moradia ou ser reassentada, será realizada uma avaliação do seu imóvel com o prazo entre 30 e 60 dias, sendo paga a indenização calculada pela equipe de engenheiros e arquitetos oferecida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (SECOPA, 2014b).

Com relação à localização, a Avenida Tronco está na Macrozona 1 do Plano Diretor de Porto Alegre, referente à área central e caracterizada pela consolidação da infraestrutura

²⁵ Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 17.772 de 2 de maio de 2012.

urbana (PDDUA, 1999). A alta densidade nessa região e a falta de áreas livres traz como consequência o grande número de desapropriações quando uma obra de mobilidade é projetada. Em 2010, próximo à divulgação das intervenções associadas à Copa do Mundo de 2014 pela Matriz de Responsabilidade, a Prefeitura Municipal publicou no Diário Oficial (lei complementar nº 663/2010) as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) que atendem à Demanda Habitacional Prioritária (DHP), associadas ao Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal (ver Figura 4.2) (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010).

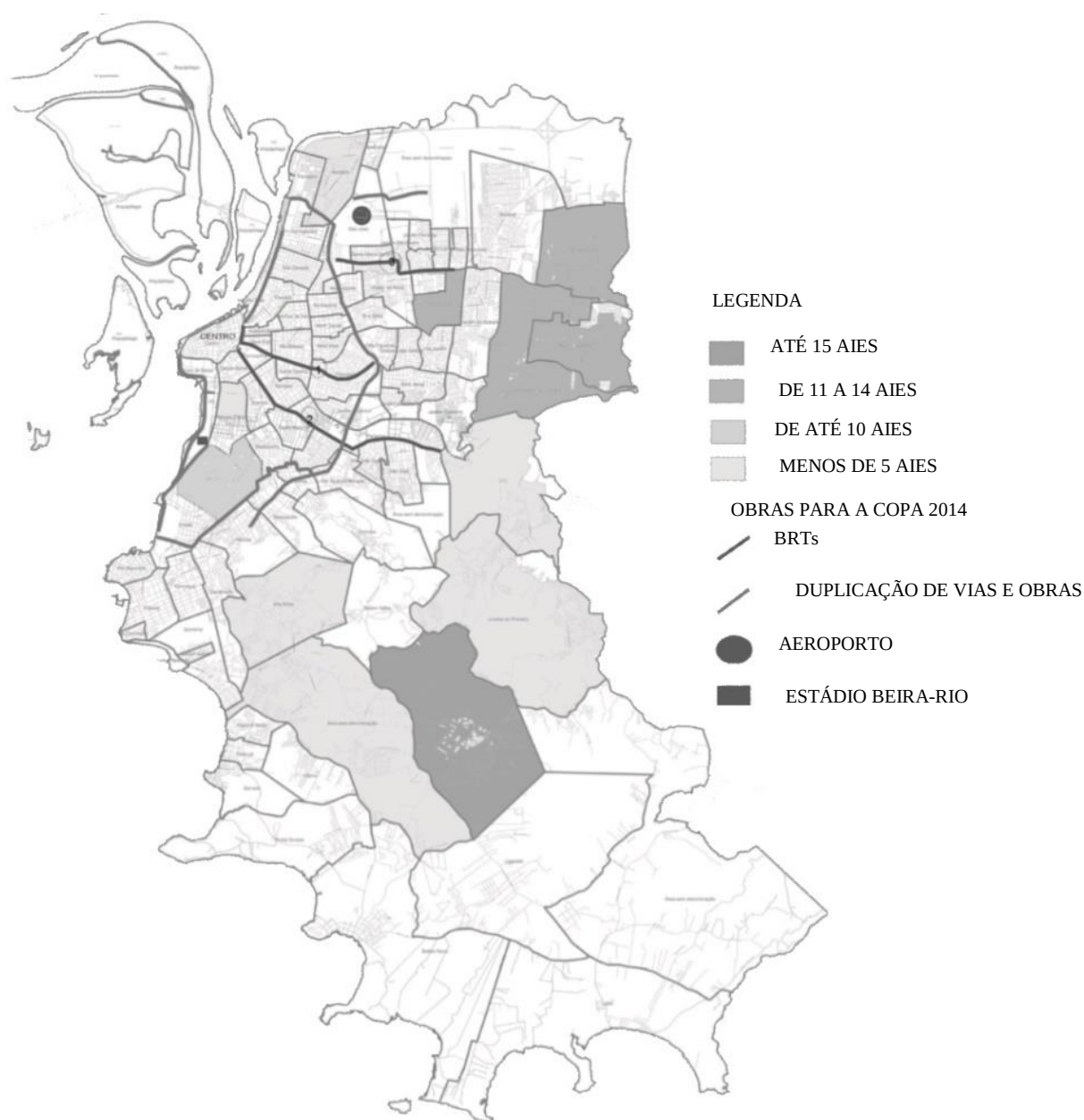


Figura 4.2: Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS associadas à Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre.
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, modificado por Lahorgue e Cabette, 2012.

As áreas divulgadas pela Prefeitura não estavam diretamente associadas às obras da Copa do Mundo de 2014, mas foram anunciadas pela Prefeitura como possível destino das famílias atingidas pelos novos empreendimentos, correspondendo às regiões da Restinga, Lomba do Pinheiro, Centro Sul, parte do Extremo Sul, dentre outras. A localização dessas áreas foi justificada pelo baixo preço da terra localizado na periferia, pois só assim se tornava viável a construção de novas unidades habitacionais.

Com o conhecimento das áreas afastadas das de origem para o reassentamento, as comunidades da Avenida Tronco reivindicaram contra tais locais, tendo como conquista os 17 terrenos desapropriados pela Prefeitura no bairro Cristal para a construção das unidades habitacionais. Contudo, mesmo com a disponibilidade dos terrenos, o bônus moradia foi aderido por 499 famílias (DEMHAB, 2015b), fazendo com que essas pessoas sejam removidas definitivamente do bairro Cristal, sem a opção de serem reassentadas nas futuras unidades habitacionais na região.

Por fim, o custo de terra determina a localização da moradia na cidade e a relação com os serviços e infraestrutura disponíveis, indicando que os valores correspondentes aos Programas do Governo afastam as famílias removidas dos requisitos mínimos para uma moradia adequada, como o acesso à saúde, fonte de renda e infraestrutura. Entretanto, há grande contradição com o que é relatado nos materiais coletados a partir do DEMHAB e da SECOPA, que afirmam ter o legado social como prioridade no megaevento.

4.2 A percepção das pessoas removidas

Este item apresenta os resultados provenientes das análises dos dados obtidos nos materiais das manifestações e eventos das comunidades removidas, do grupo focal e das entrevistas realizadas com os moradores da Avenida Tronco. Os temas debatidos são baseados nas categorias de análise e nas respectivas respostas das pessoas não removidas (ver Apêndice I), tendo o propósito de verificar através da percepção desse grupo de usuários o impacto da Copa do Mundo na qualidade de vida urbana. Assim, tem-se como hipóteses que **as pessoas conhecem os impactos negativos das remoções porque foram informadas pela mídia ou os vivenciaram e; a consciência dos impactos causados pelas remoções influenciou negativamente a percepção do êxito da Copa do Mundo.**

Segundo os participantes do grupo focal, a falta de respeito e de diálogo, de informação e de participação das comunidades atingidas no projeto viário e habitacional são

os principais pontos negativos diante das remoções. Com início em 2010, as remoções começaram para dar espaço à duplicação da Avenida Tronco, que, de acordo com a Prefeitura, atenderia às necessidades de mobilidade durante a Copa do Mundo. Entretanto, o projeto foi removido sete meses antes do início dos jogos da lista de Matriz de Responsabilidades²⁶ por não estar concluído para o megaevento, passando para a esfera das obras do PAC mobilidade.

Para os moradores presentes no grupo focal e os entrevistados, a duplicação da Avenida não era prioritária para a realização do megaevento, pois as mudanças exigidas pela FIFA correspondiam a 2 km no entorno da arena. Ainda assim, o projeto foi dado inicialmente como o principal legado para a cidade de Porto Alegre (SECOPA, 2014a; 2014b). Segundo o Jornalismo B (material recolhido nos eventos das comunidades removidas), o discurso do poder público para as obras de mobilidade era de que “*nós estamos promovendo o crescimento, nós estamos abrindo empresas, nós estamos desenvolvendo as nossas cidades*” (ver Apêndice I, Tabela I.6).

Assim, para dar início às obras na Avenida Tronco, o Departamento Municipal de Habitação iniciou o cadastramento das famílias atingidas pelas remoções, identificando quantas famílias seriam removidas e quais as preferências de reassentamento. Conforme o grupo focal e entrevistas com os moradores atingidos, houve falta de organização na hora do cadastro, como erros nos dados dos perfis dos proprietários e no controle das famílias que realmente moravam no bairro Cristal e não estavam no local apenas para adquirir algum benefício.

De acordo com os participantes do grupo focal, as opções dadas pelo Departamento Municipal de Habitação para as famílias removidas eram: (i) aluguel social no valor de R\$ 500,00, (ii) bônus moradia no valor de R\$ 52.340,00 e (iii) indenização, sendo o valor estipulado por engenheiros e arquitetos a pedido da Prefeitura. Ainda, houve a possibilidade de permuta, que ocorre quando a família que está cadastrada para a remoção faz a negociação com outra família que não está sendo atingida, assim, ela troca o seu direito do reassentamento, bônus moradia, aluguel social ou indenização com a outra família. Entretanto, devido aos baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo, as famílias foram obrigadas a sair do bairro atual para áreas distantes do centro ou até mesmo para outras cidades da Grande Porto Alegre e litoral.

²⁶ Trata-se de um instrumento, assinado em 2010, que tem como objetivo definir as responsabilidades de todos os entes federativos para executar os projetos vinculados à realização do megaevento registrados nos documentos anexos e documentos aditivos (Portal da Copa, 2013).

Conforme o Jornal de Olho na cidade, adquirido nos eventos das comunidades atingidas pelas remoções, o bônus moradia e o aluguel social são “*soluções emergenciais que não resolvem o real problema habitacional*” (ver Apêndice I, Tabela I.6), visto que o valor referente ao bônus moradia está abaixo do valor de mercado e o aluguel social é uma alternativa em que a família vive em um apartamento por um tempo indeterminado.

Em decorrência disso, os participantes do grupo focal e as entrevistas com os moradores atingidos relataram que muitas famílias juntaram seus bônus moradia e aluguel social para a compra ou aluguel de outro imóvel. Outras fizeram empréstimos para completar o valor dado pela Prefeitura e assim viabilizar a compra de uma residência em Porto Alegre. Entretanto, mesmo com essas soluções encontradas pelas pessoas, os imóveis contidos no orçamento estavam localizados na periferia de Porto Alegre (ver Figura 4.2 disponível na página 128), em cidades próximas como Viamão e Sapucaia, ou até mesmo no litoral como Pinhal, Magistério e Cidreira. Segundo os moradores presentes no grupo focal que foram removidos para o litoral: “52.000,00 reais pra praia tá terrível viu. Então, a gente teve que juntar dois bônus, daí deu 110.000,00 pra gente comprar uma casa” (ver Apêndice I, Tabela I.2). Entretanto, mesmo após adquirir a nova residência, o casal e seu filho retornaram para o bairro Cristal em busca de fonte de renda, pois estavam morando há um ano em Pinhal sem conseguir emprego.

Tendo em vista os problemas associados às localidades das novas residências e a dificuldade em arranjar um emprego nessas regiões, as comunidades em conjunto com integrantes da Articulação Nacional da Copa (ANCOP) fizeram uma seleção de terrenos ociosos no próprio bairro para a Prefeitura desapropriar e construir habitações populares a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. Depois de muita pressão e persistência dos moradores, 17 terrenos foram desapropriados num raio de 2 km da Avenida Tronco (ver Anexo C), entretanto, as construções não começaram até o momento (2016) e não há previsão para seu início, pois os projetos ainda estão em processo de aprovação.

Conforme destacado pelo líder da comunidade da Avenida Tronco no grupo focal, criou-se o movimento Chave por Chave, que surgiu no bairro Cristal, com o intuito dos moradores só saírem de suas casas quando estivessem com a chave da outra residência própria em suas mãos (ver Figuras 4.3 e 4.4). A decisão em não aceitar o aluguel social estava associada a casos do não pagamento em dia do aluguel, fazendo com que algumas famílias fossem ameaçadas de despejo e do fato de ser muito difícil alugar uma moradia em Porto Alegre por R\$ 500,00 por mês. Contudo, mesmo com o relato de que famílias não estavam

recebendo o valor correspondente ao aluguel social, as entrevistas realizadas posteriormente ao grupo focal afirmaram que o pagamento está ocorrendo em dia. Outro aspecto negativo citado pelo grupo focal e nas entrevistas com os moradores da Avenida Tronco foi a falta de reajuste no valor do aluguel social, dado que *“no próximo ano vai ter um aumento e a Prefeitura não paga esse aumento, tu tem que tirar do teu bolso”* (ver Apêndice I, Tabela I.2).



Figura 4.3: Cartaz do Movimento Chave por Chave (Fonte: Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, 2012).



Figura 4.4: Moradores da Avenida Tronco aderindo ao Movimento Chave por Chave (Fonte: Anton, 2013).

O Movimento Chave por Chave também tinha o propósito de garantir que todas as famílias permanecessem no bairro de origem, sem precisar se desvincular, do que na literatura se chama de sentimento de vizinhança, que se estabelece pelas relações sociais com a família, amigos, emprego e escola, por exemplo. Todavia, de acordo com o DEMHAB, muitos moradores se desvincularam do movimento e optaram pelo aluguel social após a Prefeitura justificar os benefícios e garantias do Programa do Governo, assegurando o pagamento mensal. As entrevistas realizadas posteriormente com o grupo focal (2015) relataram o fim do Movimento Chave por Chave, dado que 195 famílias já tinham optado pelo aluguel social em 2015, além de não ter como realizar a troca da chave da casa atual pela chave da nova moradia, tendo em vista que a construção das unidades habitacionais não tem previsão de início.

Segundo dados obtidos nas entrevistas com os moradores da Avenida Tronco, muitas famílias têm receio em aceitar o aluguel social não só por conta do despejo causado pela falta do pagamento, mas também pelo possível tempo que tal situação irá se estender até a construção das unidades habitacionais. Conforme as entrevistas, *“todos aqueles que foram pro aluguel social tão arrependido”* (ver Apêndice I, Tabela I.2). A partir do grupo focal e entrevistas foi identificado que a aceitação de Programas do Governo esteve relacionada à

pressão por parte da Prefeitura, tendo em vista que *“teve gente que ficou naquela pressão e saíram, foram pro aluguel social praticamente na força e pressão psicológica”* (ver Apêndice I, Tabela I.2). Conforme as entrevistas, *“eles vão nas casas das pessoas que ainda estão nos locais onde moram, pra pressionar e também para oferecer esses Programas”* (ver Apêndice I, Tabela I.2), fazendo referência às atitudes dos servidores do DEMHAB.

Além do Movimento Chave por Chave, 12 manifestações ocorreram no período dos jogos na cidade de Porto Alegre com o intuito de alertar a população dos problemas ocorrentes na capital e de exigir do Governo os seus direitos tanto com relação à moradia, quanto na participação no planejamento dos reassentamentos (ver Figuras 4.5 e 4.6). Conforme o Jornalismo B, as manifestações foram um *“espaço de esperança, uma repolitização da esfera pública, da rua, a rua como um lugar de conflito, como um lugar de disputa”* (ver Apêndice I, Tabela I.6).



Figura 4.5: Cartaz na manifestação em Porto Alegre, 15/06/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.6: Frase “Não vai ter Copa vai ter luta”, na manifestação em Porto Alegre, 12/06/2014.
Fonte: Silva, 2014.

De acordo com dados obtidos através das entrevistas com os moradores atingidos, as comunidades não querem sair do bairro principalmente por estar situado próximo ao centro, facilitando à ida ao trabalho, até mesmo a pé; pelo vínculo de amizade dessas pessoas ao longo de 40, 50 e 60 anos; pelas conquistas a partir do Orçamento Participativo de creches e posto de saúde; pela fonte de renda, dado que muitos trabalham nas suas próprias casas, vendendo comidas para fora, costurando e consertando eletrodomésticos. Junto a esses motivos, muitos moradores têm suas casas, mas cuidam de familiares idosos que moram próximos, não podendo deixar de dar auxílio a eles e prestar ajuda diariamente. Assim, com a

possibilidade dessas famílias aceitarem o bônus moradia ou aluguel social, há chances desses vínculos acabarem.

Dentro desse contexto, o Jornal de Olho na cidade, adquirido nos encontros com as comunidades removidas, afirma que Porto Alegre sempre foi reconhecida, inclusive internacionalmente, por inovações no âmbito da gestão democrática e participativa, além dos avanços constitucionais relacionados ao direito à moradia. Todavia, uma série de violações aos direitos humanos e direitos à moradia se intensificaram com a realização da Copa do Mundo na cidade.

No dia oito de março de 2013, dia Internacional da Mulher, cerca de 500 moradoras do bairro Cristal foram às ruas (ver Figura 4.7), manifestando suas vontades e desejos, mostrando que naquele bairro existe uma história, pois construíram suas casas ali, sua vida, casaram, tiveram filhos e estabeleceram laços fortes de amizade (Jefferson, 2013). A mobilização das comunidades passou a acontecer com maior frequência, principalmente próximo aos jogos da Copa do Mundo, estimulando a participação até mesmo de pessoas que não sofrem o processo de remoção, mas que se sensibilizam e apoiam os moradores atingidos.



Figura 4.7: Manifestação das mulheres na Avenida Tronco em 08/03/2013.
Fonte: Anton, 2013.

De acordo com o grupo focal, os moradores afirmam já terem relatado os problemas ocorridos com relação à falta de respeito aos direitos humanos e ao direito à moradia digna em jornais regionais²⁷, em *blogs*²⁸, trabalhos universitários²⁹, além das visitas realizadas pela

²⁷ Jornalismo B (<http://jornalismob.com/>); Pública (<http://apublica.org/>).

Raquel Rolnik³⁰, ex-relatora da ONU, para moradia adequada. Com relação a Raquel Rolnik, a Prefeitura afirma que a relatora “*saiu daqui encantada, elogiando nosso trabalho*” (ver Apêndice I, Tabela I.1), visto que nenhuma Prefeitura do país estava tratando as remoções com tamanha importância como estava acontecendo em Porto Alegre.

Ademais, segundo o grupo focal, algumas famílias que aceitaram o bônus moradia e foram para outra cidade acabaram voltando para a região, desembolsando recursos próprios para o aluguel de outra residência. Essa situação acontece porque o imóvel adquirido com o bônus moradia só pode ser alugado ou vendido após cinco anos, ao receber sua escritura. Logo, essas famílias acabam se endividando, pois a maioria não possui condições financeiras de pagar um aluguel em Porto Alegre. O retorno ao local de origem pode ser explicado pela oportunidade de emprego, já que ao trocar de cidade ou bairro, a família pode demorar até conseguir um novo trabalho. Explicitando essa situação, uma moradora que participava da sessão do grupo focal e que vivenciava essa situação fez a seguinte declaração: ‘*eu to deprimida, eu tenho que toma remédio pra dormir*’ (ver Apêndice I, Tabela I.2), ao perguntar como ela se sente retornando a morar no bairro Cristal a partir do aluguel pago pela própria família, enquanto a residência adquirida pelo bônus moradia está sem uso no litoral.

Por outro lado, a partir das entrevistas com o DEMHAB, identifica-se o sucesso do programa, bem como a satisfação dos moradores em conquistar uma residência em melhores condições do que a antiga, localizada no bairro Cristal, visto que, em muitos casos, as famílias moravam sem o mínimo de estrutura, em um local pequeno, dividindo ambientes até mesmo com animais. Entretanto, a Prefeitura não deu atenção em escutar se esses moradores queriam sair daquele bairro em que estavam acostumados a viver.

A partir do grupo focal, outros problemas encontrados pelos moradores foram a quantidade de resíduos no local e os escombros não retirados das casas demolidas (ver Figuras 4.8 e 4.9), fazendo com que muitos se machucassem com ferros e pregos, bueiros

²⁸ Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>); Amigos do Cristal (<http://amigosdocristal.spaceblog.com.br/>).

²⁹ FÊRES, G. Os estrangeiros da Vila Tronco. Porto Alegre: documentário exibido na PUC-RS, 2014.
MESOMO, J. F. Cotidiano em suspense: remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2014.
OLIVEIRA, L. Nos escombros da vida. (Reportagem investigativa - Faculdade de Jornalismo). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

³⁰ COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. Visita de Raquel Rolnik a Porto Alegre, 2011. Disponível em: (<https://www.youtube.com/watch?v=1WFLzWZ8s54>), acesso em 15 dez. 2015.

abertos, o que ocasionou aumento na quantidade de transmissores de doenças como ratos e baratas, consequentemente, maior proliferação de doenças. Algumas residências que estavam semidemolidas foram refeitas após a demolição, virando locais de uso de drogas e pontos de tráfico, aumentando a violência no bairro. Essa situação acabou obrigando famílias a aceitarem o bônus moradia ou aluguel social do Programa do Governo Federal para sair do local, visto que a insegurança se tornou um problema no bairro. Segundo as entrevistas com moradores da Avenida Tronco “*muitas vezes eu tive que trabalhar com bandido do lado, aqui, armado*” (ver Apêndice I, Tabela I.2). Outra situação foi relatada nas entrevistas:

Fiquei resistindo um pouco, até por que não entrava o aluguel social. Aí, o pessoal do terreno do lado, os maloqueiros invadiram, ficou perigoso (...) vou embora daqui, não vou ficar mais resistindo, porque tem o aluguel social. Eu não ia por em risco a vida da gente, com esse pessoal invadindo dos lados, aí começou a ficar perigoso.

Tal fato é contraditório com o que os entrevistados da Prefeitura afirmaram, já que esses afirmaram haver policiamento diário e quando ocorre a reconstrução de casas já demolidas para pontos de venda de drogas, esses são retirados pela Brigada Militar. Além disso, os servidores relatam que os terrenos são cercados, evitando o depósito de lixo e invasão (ver Apêndice I, Tabela I.1).



Figura 4.8: Escombros das casas demolidas na Avenida Tronco em 19/06/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.9: Escombros das casas demolidas na Avenida Tronco em 12/10/2014.
Fonte: Silva, 2014.

A falta de cuidado na demolição das residências também é questionada pelos moradores do grupo focal, especialmente por existirem diversas casas geminadas, que compartilham a parede lateral de divisa do terreno (ver Figuras 4.10 e 4.11). Frequentemente, a estrutura da casa vizinha fica abalada, com a presença de rachaduras e buracos nas paredes, fazendo com que a água da chuva entre na residência remanescente e estrague móveis e eletrodomésticos. Tal problema também foi citado na entrevista com um morador atingido: “*estava atendendo um cliente, quando eles foram destruir a casa dos fundos, isso aqui tremia, eu tive que chamar a polícia*” (ver Apêndice I, Tabela I.4).



Figura 4.10: Ferros suspensos na demolição da residência na Avenida Tronco.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.11: Demolição de residência geminada na Avenida Tronco.
Fonte: Silva, 2014.

Conforme o grupo focal, há muita falta de diálogo por parte do DEMHAB com as comunidades atingidas da Avenida Tronco, em razão das reuniões entre ambas terem ocorrido somente no início da divulgação das obras, não havendo mais informações sobre as remoções. Conforme as entrevistas com os moradores, o DEMHAB nunca chamou para reuniões, sempre foi a comunidade que agendava e buscava informações. Ainda, o grupo focal declarou a dificuldade em falar com representantes do DEMHAB, além de ser somente com hora marcada. Em contraposição, um morador entrevistado declarou ser bem recepcionado pelos servidores do DEMHAB.

Dentro desse contexto, os servidores da Prefeitura certificam que todas as situações são explicadas de forma coletiva, seguido da forma individual, além de haver “*canal de comunicação, sem stress entre a população e o poder público*”, conforme um dos entrevistados do Departamento Municipal de Habitação (ver Apêndice I, Tabela I.1).

Ainda, consoante os dados do grupo focal, as comunidades atingidas da Avenida Tronco acreditam que o Governo dá prioridade em beneficiar quem tem maior poder aquisitivo, já que a obra da Avenida Tronco, dita como ‘projeto social’, só passou a ter tal nome quando a população se impôs e exigiu seus direitos. De acordo com o grupo focal, *“como é que vai ser um projeto social se desde o início a Prefeitura nunca trouxe um projeto habitacional pra discutir com as comunidades?”* (ver Apêndice I, Tabela I.2).

Tal situação também foi retratada em todos os materiais coletados nas manifestações e eventos das comunidades removidas, afirmando que a Copa do Mundo não foi em benefício das famílias mais vulneráveis, identificando que *“as remoções já se tornaram outra marca registrada da Copa”*, favorecendo apenas quem tem maior poder aquisitivo, além da FIFA, Governo e grandes corporações (ver Apêndice I, Tabela I.6). Ainda, conforme o Jornal De Olho na Cidade:

A política habitacional se impõe de maneira arbitrária colocando as famílias em uma situação de ameaça para locais distantes da região de origem, sem considerar os laços com o território, as relações de vizinhança, de amizades e os núcleos familiar.

Em termos de legado, a população atingida não identificou aspectos positivos, pois todas as melhorias estiveram relacionadas ao estádio e ao turismo, todavia, mesmo que tais melhorias tragam benefícios para a cidade, *“custou muita dor e muito sacrifício para as famílias que foram removidas”* (ver Apêndice I, Tabela I.2). Segundo um dos moradores entrevistados:

Eu achei que não acrescentou em nada, só atrapalhou a cidade, atrapalhou até o comércio. Pra nós não foi bom, pelo menos pra nós aqui da periferia da vila, não foi bom. Para os hotéis, pra essas grandes redes foi bom, mas pra nós não. Não mudou nada na nossa vida.

Conforme o Jornalismo B, material coletado nos eventos com as comunidades removidas, o legado da Copa do Mundo de 2014 não trouxe benefícios para as pessoas que mais precisavam, pois além das remoções existe um *“processo de gentrificação violento em todas as cidades que usaram sua força para elitizar e privatizar espaços e áreas públicas gerando cada vez mais desigualdades e segregação sócio espacial”* (ver Apêndice I, Tabela I.6) (ver Figuras 4.12 e 4.13). Ainda, outros aspectos que abrangem todas as cidades-sede e que não estão associados às remoções foram mencionados: (i) falta

de segurança nas obras dos estádios, (ii) morte de 11 trabalhadores na construção de arenas, (iii) elitização dos estádios de futebol, (iv) aumento da dívida pública e (v) aumento da exploração sexual de crianças e mulheres no período dos jogos.



Figura 4.12: Desenho associado à situação de remoção para fora da cidade.

Fonte: Jornal de Olho na Cidade, 2014.



Figura 4.13: Desenho associado à demolição das residências.

Fonte: Jornalismo B, 2014.

Com o intuito de reconhecer se os critérios identificados pela Secretaria de Direitos Humanos estão sendo seguidos para a realização das remoções na Avenida Tronco, os moradores entrevistados responderam o *check list*, tendo como resultados o gráfico representado na Figura 4.14.

Dentre os critérios avaliados, identificou-se que não estão sendo concretizados: (i) a prioridade para as pessoas mais vulneráveis; (ii) o direito à participação no projeto tanto habitacional quanto viário; (iii) a transparência nos projetos; (iv) a compensação adequada diante aos Programas de reassentamento; e (v) os locais para o reassentamento em áreas próximas às de origem. A garantia do bem-estar dos habitantes também foi outro critério apontado como não realizado, porém, um dos entrevistados mencionou não saber como estão os moradores que aceitaram o aluguel social ou bônus moradia, já que algumas famílias devem ter sido beneficiadas por algum dos Programas oferecidos pelo Governo.

Como aspectos positivos, ocorreram: (i) acesso à infraestrutura, (ii) oportunidade de desenvolvimento humano e econômico e (iii) direito à informação e notificação prévia para o processo de remoção. Nos três critérios citados houve um entrevistado que avaliou de forma negativa, contudo os demais moradores entrevistados relataram que houve informação por parte do DEMHAB a respeito das remoções, mesmo que a realização de

reuniões ocorressem a partir do incentivo das comunidades. Ainda, o acesso à infraestrutura e a oportunidade de desenvolvimento humano e econômico foram identificadas de forma positiva, mesmo que longe do bairro Cristal.

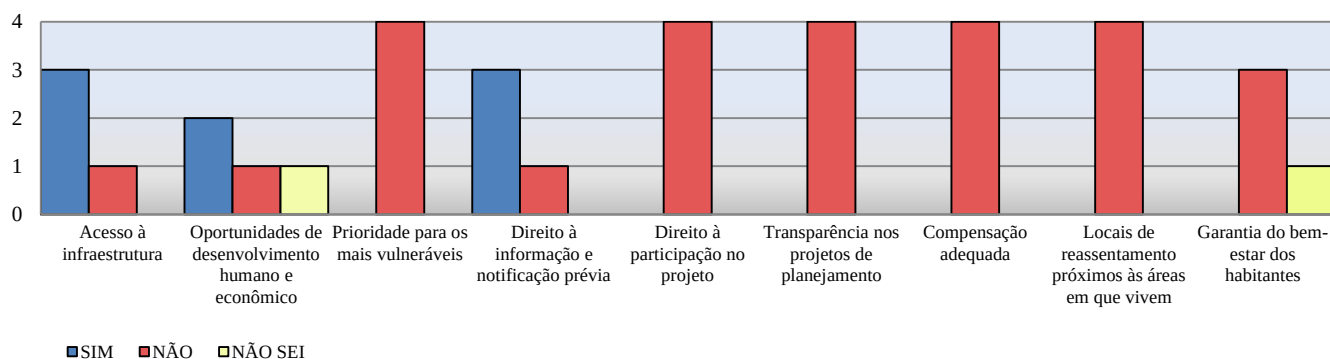


Figura 4.14: Gráfico dos resultados do *check list* da Secretaria de Direitos Humanos.

Como forma de validar os resultados adquiridos antes da realização das entrevistas, um *check list* com os aspectos identificados no grupo focal e em eventos e manifestações das comunidades removidas foi respondido por quatro moradores da Avenida Tronco (ver Figura 4.15).

Os seguintes resultados foram confirmados: (i) indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal; (ii) falta de acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas; (iii) inexistência de discussão do projeto habitacional com a comunidade; (iv) incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia; (v) as comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo; e (vi) posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014.

Um entrevistado se opôs aos seguintes resultados: (i) a falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação; (ii) aumento de violência no bairro Cristal; e (iii) a falta de cuidado com a demolição das residências. Essa pessoa faz parte da comissão de moradores e, segundo ela, os servidores do DEMHAB lhe garantiram: “*tu a gente vai procurar, tu é um cara que a gente sabe que é um cara trabalhador, então a gente vai cooperar contigo, e a gente vai fazer bem pertinho, não precisa nem te incomodar*” (ver

Apêndice I, Tabela I.2). Talvez o fato desse morador ter maior contato com os servidores envolvidos com as remoções, tenha influenciado na sua avaliação em identificar que não há falta de diálogo entre as demais famílias atingidas e o DEMHAB.

O único resultado identificado anteriormente que foi contraditório com o resultado proveniente das entrevistas foi de que a Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a duplicação da Avenida Tronco. Na verdade, os entrevistados acreditam que o megaevento serviu como um incentivo para a realização da obra, já que o projeto existia desde 1959, além do megaevento ter servido como uma justificativa para trazer dinheiro para o Estado, possibilitando a realização da duplicação.

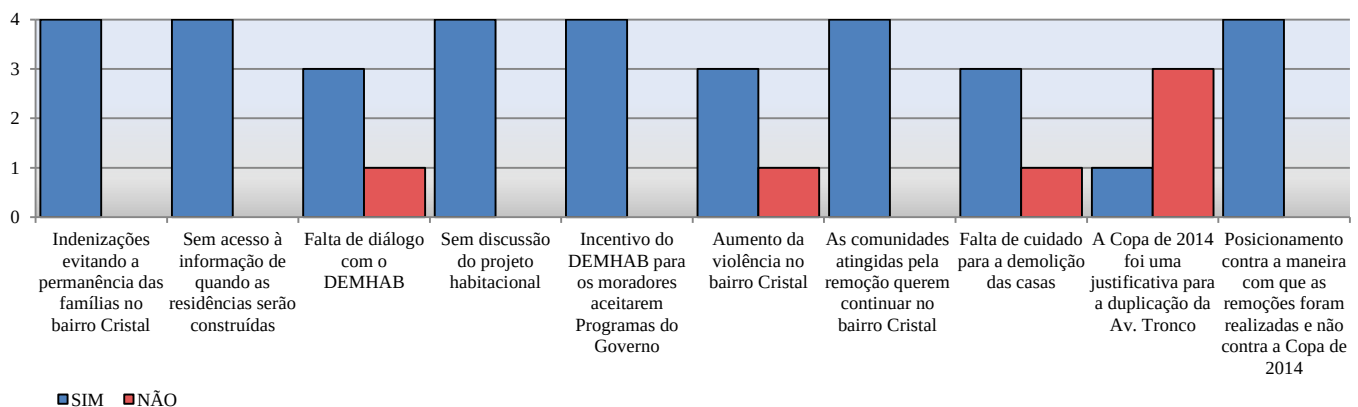


Figura 4.15: Gráfico do *check list* dos principais resultados estabelecidos a partir do grupo focal e eventos e manifestações da população removida.

Esse grupo de usuários não se posicionou contra os jogos, mas sim contra a maneira como as remoções estão sendo tratadas. Segundo o grupo focal:

A gente colocou muita pressão, nas ruas, saímos para as ruas, em todas as capitais da Copa a gente foi e fez um movimento grande nas ruas, mas a gente sabia que a Copa ia sair. A gente nunca foi contra a Copa, a gente foi contra a maneira que estava sendo conduzido os trâmites pra tirar as famílias.

Tal posicionamento também foi relatado nas entrevistas:

As famílias sendo removidas arbitrariamente, muitas em outras cidades a gente presenciou as máquinas chegando e derrubando as casas, com as pessoas, com as coisas do lado de fora das casas. Então, eu nunca fui contra, mas como a maneira que eles trataram as pessoas nessa Copa.

Em suma, os moradores querem apenas que os direitos humanos, especialmente o direito à moradia, sejam respeitados, com a participação das comunidades atingidas e havendo diálogo com o Departamento Municipal de Habitação, além da construção das unidades habitacionais no bairro Cristal. As entrevistas com os moradores indicam que há consciência de que algumas famílias foram beneficiadas com os Programas do Governo Federal, pois houve casos em que pessoas que viviam de aluguel no bairro Cristal serão contempladas com os apartamentos após a construção. Conforme uma entrevistada: *“eu era inquilina né, até por um lado, eu vou ganhar alguma coisa, pra mim que morava de aluguel, ainda moro, mas a princípio é pra ganhar um apartamentinho”* (ver Apêndice I, Tabela I.2). Ainda, outra moradora relatou a história de sua mãe que adquiriu uma nova residência em Viamão a partir do bônus moradia e que, apesar da distância, tem acesso à infraestrutura.

Considerando os resultados divulgados, as hipóteses 1 e 2 até o momento são sustentadas. O grupo de usuários associado às pessoas removidas tem conhecimento dos impactos negativos gerados a partir da Copa do Mundo. Essa consciência influenciou negativamente a percepção quanto ao êxito do evento, pois mesmo os moradores não se manifestando contra a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e em Porto Alegre, não houve a identificação de um legado, além da insatisfação ante o processo de remoção.

4.3 A percepção dos servidores do Departamento Municipal de Habitação

Os resultados apresentados a seguir são provenientes das entrevistas realizadas com dois servidores do Departamento Municipal de Habitação. Os temas discutidos neste item são sustentados a partir das categorias de análise e das alusivas respostas dos participantes (ver Apêndice I), tendo o objetivo de verificar através da percepção desses usuários o impacto da Copa do Mundo na qualidade de vida urbana, além de verificar a imagem divulgada sobre o projeto viário e habitacional da Avenida Tronco.

De acordo com as entrevistas realizadas com os servidores do Departamento Municipal de Habitação, o projeto de duplicação da Avenida Tronco já estava previsto no Plano Diretor de 1959, visto que a via era de extrema importância para fazer a ligação da Zona Sul com a Zona Norte. Entretanto, sabendo do elevado número de desapropriações de

famílias que ocupavam aquela área de maneira ilegal, nenhum Governo se propôs a resolver a situação.

Com a vinda da Copa do Mundo para Porto Alegre havia a necessidade de criar uma rota alternativa para o acesso da Zona Sul, tendo em vista que 85% das pessoas que moram nessa região, deslocam-se para o centro e Zona Norte diariamente. Junto a isso, durante os jogos na cidade, o entorno do estádio Beira-Rio também estaria bloqueado, podendo ter a Avenida Tronco como opção de rota para maiores deslocamentos, conforme um dos servidores entrevistados.

Após a certeza da duplicação da Avenida Tronco em 2009, os servidores entrevistados afirmaram que a Prefeitura entrou em contato com os líderes das comunidades atingidas pelas remoções, e posteriormente com todas as pessoas que seriam removidas. As reuniões aconteciam duas vezes por mês, para esclarecer o projeto e as dúvidas, visto que a população que vivia ali há mais de 40 anos ficou receosa por ter que sair de suas casas. Em contraposição, os moradores do grupo focal afirmaram que após o cadastro das famílias a serem removidas não houve mais reuniões, tendo como único meio de informação o Escritório na Avenida Tronco, do Departamento Municipal de Habitação. Consoante o grupo focal: *“a gente não consegue nem encontrar eles. A gente quer falar com eles tem que marcar horário e é difícil”* (ver Apêndice I, Tabela I.2). Os moradores entrevistados confirmaram tal afirmação e mencionaram que o morador precisa ter disponibilidade de horário para conseguir agendar uma conversa no Escritório da Avenida Tronco.

Conforme um dos servidores entrevistados, as reuniões também aconteceram com as famílias atingidas indiretamente, ou seja, que moram no bairro Cristal, mas não passaram pelo processo de remoção. Essas famílias viveram impactos causados pelas obras com relação à escola, ao acesso ao trabalho, transporte público, corredores de ônibus. Por conta disso, ocorreram em torno de 300 reuniões para discutir o projeto que envolveu 23 comunidades, dentre os atingidos diretamente e indiretamente, algumas com a presença da Prefeitura, com todos os assuntos debatidos postos em pauta.

Os servidores entrevistados garantiram que os direitos das comunidades foram respeitados, uma vez que essas exigiram a permanência no bairro Cristal e o Departamento Municipal de Habitação, em conjunto das comunidades, foram à procura de terrenos para a

desapropriação para que houvesse a construção de apartamentos e casas, sendo feita a duplicação somente após a realocação das famílias. Ainda, foi afirmado que “*o Prefeito se comprometeu de não tirar absolutamente ninguém a não ser depois de negociar*” (ver Apêndice I, Tabela I.1), todavia, observa-se a partir do grupo focal e das entrevistas com os moradores atingidos que essa negociação está sendo baseada nos Programas oferecidos pelo Governo Federal.

Nota-se que as obras iniciaram após a remoção das famílias, portanto essas pessoas não foram realocadas para as unidades habitacionais por não estarem prontas. Muitas dessas aceitaram o bônus moradia, o qual desvincula a família do acesso aos apartamentos a serem construídos no bairro. Conforme uma moradora entrevistada que está em processo de remoção, “*o pessoal do valão foi obrigado. Tinham que sair e pronto. Teve um que tiveram que chamar a justiça pra tirar, que não queria sair*” (ver Apêndice I, Tabela I.2), fazendo referência aos moradores do trecho 4, que se encontra em obras (ver Figuras 4.16 e 4.17).



Figura 4.16: Trecho 4 na Avenida Tronco antes das obras, em 19/06/2014.
Fonte: Silva, 2016.



Figura 4.17: Trecho 4 na Avenida Tronco em obras, em 24/01/2016.
Fonte: Silva, 2016.

Conforme um dos servidores entrevistados, existe cumplicidade entre os moradores e a Prefeitura, tendo um canal de comunicação acessível. Todavia, foi relatado no grupo focal com moradores atingidos pelas remoções que “*a Prefeitura começou a demolir, vai demolindo uma casa e outra e tu tá do lado, vou ter que sair e tem uns líderes comunitários, que são invocados com a Prefeitura (...) que também pressionam*” (ver Apêndice I, Tabela I.2). Ainda, outro participante do grupo focal declarou “*eles foram*

ludibriando a gente, foram enganando aos poucos” (ver Apêndice I, Tabela I.2), afastando-se dos direitos humanos e à moradia.

Os servidores entrevistados afirmaram que as decisões eram tomadas em conjunto com as comunidades, *“eles exigiam uma coisa e a gente negociava”* (ver Apêndice I, Tabela I.1). Ainda, foi dito que a Prefeitura incluiu no plano gestor (planejamento das ações) seis participantes, um de cada comunidade, para discutir internamente o projeto. Logo, os líderes passavam as informações para as famílias, sendo tudo dialogado e negociado, já que o intuito era ser um projeto benéfico tanto pelo lado da Prefeitura, quanto pelo lado das famílias atingidas. Entretanto, essa questão foi citada no grupo focal e nas entrevistas com os moradores removidos e divulgada nos materiais coletados nos eventos e manifestações como uma das principais reivindicações: a falta de participação da comunidade no projeto viário e habitacional da Avenida Tronco.

Com relação às unidades habitacionais a serem construídas, os servidores entrevistados do Departamento Municipal de Habitação afirmaram que o fato de as famílias não terem despesas quanto ao pagamento do novo imóvel proporcionou maior motivação nas comunidades, fazendo com que 90% das famílias atingidas ficassem a favor da negociação (ver Apêndice I, Tabela I.1). Tal situação foi dita contrária no grupo focal, visto que os moradores desejam a construção das *“casas que eles prometeram fazer, porque a gente não é obrigada a morar em apartamentos”* (ver Apêndice I, Tabela I.2).

As unidades habitacionais foram projetadas nos terrenos desapropriados no bairro Cristal (ver Anexo C), todavia, conforme as entrevistas com os servidores do Departamento Municipal de Habitação, essa situação fez com que houvesse problemas de aceitação por parte da classe mais alta que já está residindo próximo aos terrenos, não aceitando a construção dessas habitações ao lado de seus edifícios de alto padrão. Mesmo com tal problemática, o Departamento Municipal de Habitação se pôs a favor da construção das unidades habitacionais, mesmo sem previsão para o início das obras.

Com relação aos outros Programas do Governo Federal como bônus moradia, aluguel social e indenização, as entrevistas com os servidores indicaram sinais de sucesso, pois *“tem gente morando em casa que antes morava em barraco”* (ver Apêndice I, Tabela I.1). Nesses programas (aluguel social e bônus moradia), em nenhum momento o morador tem acesso ao dinheiro. Primeiramente há uma avaliação da residência escolhida pelas

pessoas que estão sendo removidas para depois haver a negociação entre a Prefeitura e o proprietário do imóvel. Nesse contexto, um dos moradores entrevistados da Avenida Tronco criticou a demora desse processo (ver Apêndice H):

Eu moro aqui, como é que vou comprar uma casa com só R\$ 52.000,00? Só achei casa em Viamão, é uma burocracia e a casa que tu achava tinha que ter os documentos tudo certinho (...). Aí tu levava os documentos pra o DEMHAB e eles levavam seis meses para análise dos documentos, pra depois dar a resposta. Nesse meio tempo, a pessoa vendia pra outra (...). ‘Já perdi um monte de casas, vocês demoram um monte de tempo pra ver os papéis, a pessoa que ia me vender, vendeu pra outra, como é que fica?’

Essa situação ocorreu não só com o bônus moradia, mas também com o aluguel social, tendo em vista que o mesmo caso aconteceu com outro morador entrevistado: *“tu encaminhava o aluguel social e demorava. O meu demorou uns quatro meses”* (ver Apêndice I, Tabela I.2). Ainda que os servidores do Departamento Municipal de Habitação defendam o sucesso dos Programas do Governo Federal, a reprovação por parte dos moradores atingidos foi identificada a partir da criação do Movimento Chave por Chave, já que não haveria a necessidade dessa campanha se o aluguel social e bônus moradia trouxessem vantagens para a população atingida.

Os entrevistados do Departamento Municipal de Habitação defenderam que além dos benefícios com relação à habitação, a duplicação da Avenida Tronco foi *“uma grande oportunidade pra trazer como contrapartida praças que a gente não tem aqui, quadras esportivas, mais creches, mais recursos, projetos sociais aqui de abrigagem”* (ver Apêndice I, Tabela I.1). Consoante os servidores entrevistados, essas melhorias serão benéficas para a população mais humilde, sendo localizadas próximas às novas habitações, ajudando na qualidade de vida desses. Entretanto, as famílias que saíram definitivamente do bairro não usufruirão de tais melhorias. O apêndice K mostra as áreas atuais (2016) referentes ao lazer, à saúde e à educação existentes nas proximidades da Avenida Tronco.

Em suma, os servidores entrevistados afirmam que o projeto viário é secundário, uma vez que a questão prioritária é o projeto social, sendo a oportunidade de solucionar o *‘empilhamento de famílias’* no bairro Cristal (ver Apêndice I, Tabela I.1) (ver Figuras 4.18 e 4.19) que está sendo resolvido com bastante êxito. Logo, a percepção dos entrevistados diante ao projeto viário e habitacional da Avenida Tronco, bem como o êxito da Copa do Mundo se mostrou de forma positiva.



Figura 4.18: Famílias a serem removidas na Avenida Tronco, em 18/05/2014.

Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.19: Local de remoção na Avenida Tronco, em 26/02/2015.

Fonte: Silva, 2015.

4.4 As imagens divulgadas pela mídia, FIFA e pelo Governo

O levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo foi aplicado com o intuito de investigar se os aspectos negativos associados ao megaevento foram retratados, e não apenas o momento festivo dos jogos, visto que os diferentes meios de comunicação influenciam na percepção das pessoas. Os temas debatidos neste item estão associados às categorias de análise e seus respectivos trechos de reportagens, bem como à interpretação das imagens selecionadas. Tal método vincula-se à verificação da hipótese: **as pessoas conhecem os impactos negativos das remoções porque foram informadas pela mídia ou os vivenciaram.**

As reportagens analisadas a partir da *internet* tiveram como enfoque as remoções, além dos problemas associados ao desrespeito aos direitos humanos, principalmente ao direito à moradia com as comunidades atingidas. Conforme a reportagem “*Copa pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs*”, da BBC Brasil (ver Anexo B), em todas as cidades-sede houve denúncias relacionadas aos “*despejos forçados, remoções com aviso prévio de 48 horas, casas demolidas sob protesto, abusos policiais e famílias desesperadas por não saberem onde serão reassentadas ou se receberão indenização por suas perdas*” (ver Apêndice I, Tabela I.5). A indenização foi outra situação agravante destacada, pois o valor

oferecido, mesmo que variante em cada cidade-sede, não compra uma nova residência em um local que ofereça acesso às oportunidades de desenvolvimento humano.

Segundo a reportagem “*Relatora da ONU denuncia remoção irregular de moradores para Copa*”, exibida no site da G1 (ver Anexo B), o processo de remoção pode acontecer desde que os direitos dos moradores atingidos sejam respeitados, pois tal atitude estará relacionada ao legado positivo após a realização dos megaeventos. É notório que “*a moradia é a porta de acesso a outros direitos, como educação, saúde, cultura*” (ver Apêndice I, Tabela I.5), pois sua localização pode dificultar a ida principalmente de pessoas com menor poder aquisitivo aos hospitais e aos locais de ensino. Entretanto, é dever do próprio Governo preparar um plano habitacional que atenda as famílias atingidas dentro dos direitos humanos e de moradia adequada, favorecendo seu desenvolvimento.

Conforme visto no Capítulo 2, item 2.4.1, as remoções no Brasil atingiram 247.535 pessoas principalmente em função de obras de mobilidade urbana para atender à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Muitas famílias ainda resistem ou estão esperando pelo reassentamento, enquanto outras foram morar em zonas periféricas, afastando-se do fácil acesso às infraestruturas, como hospitais, escolas, supermercados e farmácias. Soma-se a isso, a perda do vínculo familiar e da fonte de renda, sendo fatores decisivos para uma moradia digna.

Com relação às desapropriações na cidade de Porto Alegre, a reportagem “*Obras na Tronco longe do fim*”, presente no Jornal Zero Hora (ver Anexo B), alertou sobre a dificuldade dos moradores em encontrar uma nova residência com o valor oferecido pelo bônus moradia, além do atraso para a construção das unidades habitacionais e duplicação da Avenida Tronco. As Figuras 4.20 e 4.21 exibem o mesmo local da Avenida Tronco em maio de 2014 e junho de 2015, possibilitando afirmar que nesse período não houve evolução nas desapropriações, pois as habitações não foram demolidas, nem avanços na duplicação.

A matéria “*Lições do legado*”, também do Jornal Zero Hora (ver Anexo B), dá continuidade ao assunto sobre a construção das moradias na Avenida Tronco:

A Prefeitura fez um chamamento público em 2011 para que se apresentassem empresas interessadas em fazer as construções pelo Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Nenhuma interessada compareceu (...). Em agosto de 2012, na terceira chamada (...) apareceram duas empresas interessadas em tocar o projeto. Estão sob análise cadastral da Caixa Econômica Federal (Zero Hora, 2014, p.14).



Figura 4.20: Duplicação da Avenida Tronco no trecho 2, em 18/05/2014.

Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.21: Duplicação da Avenida Tronco no trecho 2, em 12/06/2015.

Fonte: Silva, 2015.

Em vista do atraso para a construção das novas moradias, o uso do bônus moradia ocorre com maior frequência, conforme já foi comentado. Com relação a esse Programa do Governo Federal, a reportagem exibiu o caso de uma moradora aposentada que comprou uma casa na zona rural e está satisfeita com o local. Em contraposição, outro morador afirmou: “*é como se a gente não existisse. Minha mulher entrou em depressão com tudo isso e não sei mais o que fazer*” (Zero Hora, 2014, p.15).

A mesma reportagem também evidenciou outros problemas em Porto Alegre: (i) empréstimo para a finalização de empreendimentos, (ii) falta de cálculos confiáveis para os investimentos em obras da Copa do Mundo, (iii) falta de planejamento, (iv) valorização do automóvel na obra da Avenida Pinheiro Borda e (v) atraso na construção do Viaduto da Bento em função de desapropriação e indenização.

Como aspectos positivos, foi identificado que após conclusão das obras destinadas a Copa do Mundo “*Porto Alegre terá 2,4 quilômetros de novos viadutos, pontes e trincheiras; 33 quilômetros de vias novas duplicadas e faixas exclusivas de ônibus reformadas; 5,8 quilômetros de ciclovias na Avenida Tronco*” (Zero Hora, 2014, p.11) (ver Figuras 4.22 e 4.23).

Em síntese, as reportagens analisadas do jornal apresentaram os aspectos positivos e afirmaram que “*nunca na história tivemos tamanho investimento em mobilidade*” (Zero Hora, 2014, p.11), fazendo referência a todas as obras postas na Matriz de Responsabilidade, mas que não foram concluídas na cidade de Porto Alegre. Por conta disso, os fatos negativos também foram discutidos, permitindo que as pessoas tenham acesso às informações quanto ao

andamento das obras, aos custos, às desapropriações e ao legado que os moradores da capital ainda esperam.



Figura 4.22: Trecho 3 da Avenida Tronco, Porto Alegre, em 24/01/2016.
Fonte: Silva, 2016.



Figura 4.23: Projeto da ciclovía na Avenida Tronco, Porto Alegre.
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2013.

As reportagens divulgadas nas revistas, também exibiram os aspectos negativos e positivos quanto ao megaevento. A partir da matéria “*Vai ter Copa (as)sim*”, divulgada na Revista América Economia:

Segundo o documento oficial “Impactos econômicos da realização da Copa de 2014 no Brasil”, que prognosticava que os ganhos poderiam chegar a R\$ 183 bilhões, o país ainda seria beneficiado pela construção de uma nova imagem no exterior, ligada à competência, organização e desenvolvimento, e a população das cidades-sede teriam como legado melhorias na infraestrutura urbana (América Economia, 2014, p. 74).

Entretanto, para o início da Copa do Mundo, apenas 68 intervenções estavam prontas dentre as 167 anunciadas pelo Governo para a realização do megaevento. Essa situação evidenciou a falta de organização, custos maiores do que os previstos inicialmente e uso de dinheiro público, estimulando o descontentamento da população manifestado em todas as cidades-sede. Em Porto Alegre, essa situação não foi diferente, levando em consideração que 12 manifestações ocorreram no período dos jogos na capital, reivindicando as mesmas questões.

As manifestações e as razões para tal também foram questionadas na matéria “*Apesar de todos os problemas*”, na Revista Istoé – edição especial para a Copa:

Talvez ela seja resultado de uma mentira contada a partir de 2007, quando o Brasil foi escolhido sede da Copa. Autoridades de governos, integrantes notáveis do Comitê Organizador Local (COL) e a própria imprensa disseram, ou pelo menos insinuaram, que o torneio de futebol seria o antídoto para todos os males nacionais. Teríamos, enfim, aeroportos reluzentes, estradas seguras, metrô confortáveis, segurança pública eficiente. Quase nada disso virou realidade. Pior ainda: ao desapontamento juntaram-se denúncias de corrupção e muito dinheiro jogado na lata do lixo (Istoé, 2014, p. 58).

Como forma de deter as manifestações, o Governo Federal investiu na militarização. Na cidade de Porto Alegre, a presença da Polícia Militar, principalmente nos dias em que houve manifestações, foi notória (ver Figuras 4.24 e 4.25), impedindo qualquer aproximação da área próxima ao estádio Beira-Rio, delimitação exigida pela FIFA.



Figura 4.24: Segurança nos dias dos jogos da Copa do Mundo na Avenida João Pessoa, Porto Alegre. Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.25: Segurança nos dias dos jogos da Copa do Mundo no Parque da Redenção, Porto Alegre. Fonte: Silva, 2014.

A reportagem salientou que, apesar dos aspectos negativos, o megaevento trouxe benefícios no turismo, além da economia do país em propagandas de destinos. Com relação às obras de infraestrutura, Copa do Mundo acelerou investimentos, principalmente de mobilidade urbana, mesmo que tais obras não tenham sido finalizadas para o megaevento. Ainda, o momento festivo dos jogos foi revelado como benéfico para uma população que desde sua história apresenta tradição no futebol.

A partir da breve análise das reportagens exibidas por meio da *internet*, jornal e revista, notou-se que houve divulgação dos problemas enfrentados a partir da Copa do Mundo: (i) remoções, (ii) violação dos direitos humanos e direito à moradia, (iii) atraso de

obras, (iv) falta de planejamento e organização, (v) custos e uso de dinheiro público e (vi) manifestações e seus respectivos motivos. Esses foram alguns assuntos de destaque, possibilitando que as pessoas tivessem acesso aos fatos negativos em diferentes meios midiáticos, já que as vantagens decorrentes do megaevento foram sempre citadas.

Com relação às reportagens adquiridas em *sites* do Governo Federal e FIFA houve evidência dos benefícios que o megaevento trouxe para o Brasil e para a população. A matéria “*Direitos Humanos integra Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014*”, do *site* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, afirmou que a SDH foi a responsável em definir, aprovar e supervisionar as ações do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014, com o intuito de que aspectos associados à acessibilidade, aos direitos das crianças e adolescentes e à exploração sexual fossem tratados com prioridade. Esse trabalho tinha como compromisso manter o respeito diante dos direitos humanos, contribuindo para a existência de um legado na dimensão social.

A reportagem “*Ministro do Esporte destaca sucesso da Copa do Mundo no Brasil*”, exibida no *site* Portal Brasil, também abordou o megaevento como um sucesso, não só pelos serviços apresentados, mas também pelo número de turistas:

O principal legado foi como soubemos combinar o ambiente organizativo com o ambiente de festa e celebração. Para isso, tínhamos que garantir a qualidade dos serviços necessários para o evento, o que perpassou por um longo e minucioso processo de cooperação. Esta é a chave para que neste balanço final, do ponto de vista operacional, possamos dizer que a Copa foi coroada de sucesso.

Conforme divulgado na matéria, aproximadamente 700 mil turistas estrangeiros vieram para o Brasil na Copa do Mundo, sendo que 485 mil turistas transitaram entre os 21 aeroportos e registraram apenas 7,46% de atrasos de voos. O megaevento também foi assinalado como recordes de audiências e sucesso em sua organização.

Em suma, as matérias vinculadas aos *sites* da FIFA e do Governo exibiram os fatores positivos da Copa do Mundo, pois questões assumindo a falta de organização e planejamento e os problemas relacionados às remoções não foram debatidos. A confirmação do sucesso e da aprovação do megaevento por parte da população também foram expostas nas imagens divulgadas no *site* da FIFA, que exibiram o estádio lotado nos jogos iniciais da Copa do Mundo e a satisfação dos torcedores com o megaevento (ver Figuras 4.26 e 4.27).



Figura 4.26: Imagem dos jogos divulgada pela FIFA.

Fonte: FIFA, 2014.



Figura 4.27: Imagem dos torcedores divulgada pela FIFA.

Fonte: FIFA, 2014.

No âmbito social, a imagem associada aos direitos humanos, consequentemente ao direito à moradia, também foi exibida de forma satisfatória em *sites* vinculados ao Governo. Em Porto Alegre, essa imagem se refere às remoções na Vila Dique (ocorridas em função da duplicação da pista do aeroporto Salgado Filho) de forma positiva e com a aprovação dos moradores (ver Figuras 4.28 e 4.29).

Em contraposição, a imagem exibida no cartaz publicitário na comunidade Vila Dique indica a resistência dos moradores no local de origem (ver Figuras 4.30 e 4.31). Como visto no Capítulo 2, item 2.3.2.3.2, 650 famílias ainda residem no local, sobrevivendo em meio aos escombros deixados pela demolição das casas, sem acesso ao posto de saúde e à creche, visto que esses serviços já foram encerrados por conta das obras. Ainda assim, as famílias reivindicam a reurbanização do local, mostrando-se contrárias às remoções.



Figura 4.28: Divulgação das remoções da Vila Dique, Porto Alegre, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2011.



Figura 4.29: Satisfação dos moradores em adquirir casas novas com as remoções em Porto Alegre.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2011.



Figura 4.30: Cartaz da Vila Dique, Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2015.



Figura 4.31: Ampliação do cartaz da Vila Dique, Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2015.

Essa mesma situação também é exibida pelo líder da Comunidade Vila Cruzeiro que está sendo removido em função da duplicação da Avenida Tronco. O cartaz publicitário sintetiza a insatisfação diante das remoções (ver Figuras 4.32 e 4.33). O logo do “*I Encontro dos Atingidos – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos - ANCOP*” está associado aos moradores que buscam seus direitos ante às remoções, exigindo a participação das comunidades afetadas nos projetos de reassentamento, bem como a dignidade, respeito e informação por parte da Prefeitura. Além disso, o morador defende o Movimento Chave por Chave, que exige a retirada das famílias atingidas de suas casas somente após receber a chave das novas unidades habitacionais a serem construídas no mesmo bairro.



Figura 4.32: Cartaz exibido pelo líder da Comunidade Vila Cruzeiro sobre as remoções, Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.33: Ampliação do cartaz sobre as remoções.
Fonte: Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, 2014.

As imagens encontradas na *internet* também exibiram os problemas enfrentados pelas famílias que vivem o processo de remoção. Assim como o cartaz publicitário, a *internet* apresentou fotos de manifestações na Avenida Tronco contra as remoções. A Figura 4.34 exhibe a reivindicação por parte das mulheres quanto à falta de moradias no bairro para o reassentamento das famílias atingidas.



Figura 4.34: Manifestação contra as remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre.
Fonte: Anton, 2013.

Com maior abrangência, a Figura 4.35, também divulgada via *internet*, manifesta a falta de atenção dada aos direitos das famílias atingidas pelas remoções no Brasil: moradia adequada, poder de participação, informação, diálogo, respeito e dignidade. Tais fatores são considerados decisivos para a obtenção de um legado social, conforme a ANCOP.

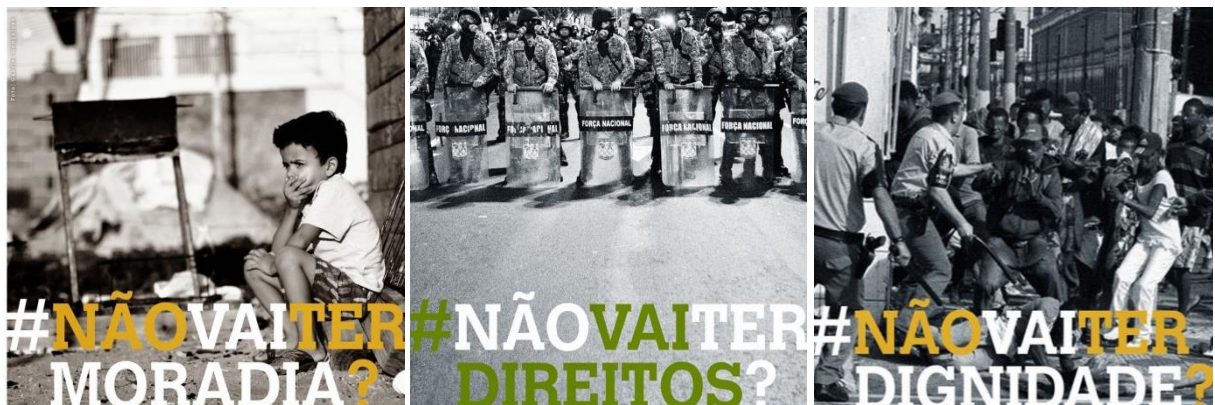


Figura 4.35: Movimento ‘Copa para quem?’ Criado pela ANCOP.
Fonte: Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, 2014.

Com relação às imagens divulgadas a partir de revistas, houve destaque para outros problemas ocorridos: (i) atraso das obras e (ii) alto valor investido para o megaevento. Ambos os fatores foram citados também nas reportagens analisadas, pois abrangeram todas as cidades envolvidas com a Copa do Mundo. O atraso das obras indicado na Figura 4.36 não faz referência apenas ao estádio Maracanã, mas a todas as outras obras que não foram finalizadas para o início dos jogos. Essa situação está vinculada com a Figura 4.37, pois quanto maior o atraso na conclusão das infraestruturas, maior o seu custo. Tal fato foi constantemente reivindicado nas manifestações contra o megaevento.



Figura 4.36: Atraso das obras para a Copa do Mundo de 2014.

Fonte: Revista Veja, 2011.



Figura 4.37: Imagem associada ao dinheiro gasto para a Copa do Mundo de 2014.

Fonte: Revista América Economia, 2014.

Em contraposição aos temas que foram exibidos nos cartazes publicitários, na *internet* e nas revistas, os *outdoors* expõem produtos e serviços a serem comercializados. As Figuras 4.38 e 4.39 exibem o *Outdoor* da Liberty Seguros que utilizaram o momento da Copa do Mundo para atrair novos clientes a partir da divulgação do serviço prestado, enquanto as Figuras 4.40 e 4.41 mostram o estádio Beira-Rio reformado para sediar o megaevento, contribuindo para atrair público não somente para os jogos da Copa do Mundo, mas para os jogos posteriores.

A Figura 4.42 está relacionada ao comercial publicitário “*Somos um só*” exibido no período dos jogos. Tal imagem indicou que o Brasil se uniu para a realização da Copa do Mundo, mostrando não haver diferenças entre as pessoas, independente do poder social e econômico. Entretanto, os resultados exibidos anteriormente são contrários a essa afirmação, pois indicam que a população de menor poder aquisitivo está sendo prejudicada em função das remoções consequentes de obras para atender ao megaevento. A Figura 4.43 corresponde ao comercial do Banco Itaú que fez menção ao momento festivo dos jogos, expressando a

satisfação e aprovação do megaevento não só por parte da criança, mas da população como um todo.

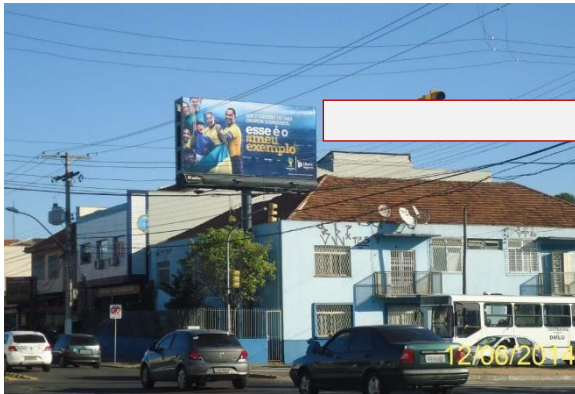


Figura 4.38: Outdoor da Liberty Seguros para a Copa do Mundo em Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.39: Ampliação do outdoor da Liberty Seguros.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.40: Outdoor do Internacional para a Copa do Mundo em Porto Alegre.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.41: Ampliação do outdoor do Internacional.
Fonte: Silva, 2014.



Figura 4.42: Imagem correspondente ao comercial 'Somos um só' da Rede Globo.
Fonte: Globo, 2014.



Figura 4.43: Imagem correspondente ao comercial 'vamos jogar bola' do banco Itaú.
Fonte: Sport TV, 2014.

Logo, a mensagem divulgada pelas imagens depende do meio de comunicação. A *internet* e as revistas possibilitaram maior conhecimento sobre aspectos negativos quanto à Copa do Mundo, pois essa mídia possui maior abrangência de assuntos. Os cartazes publicitários também fizeram menção aos problemas enfrentados pelas remoções, entretanto, esses foram encontrados quase exclusivamente em eventos e locais que as comunidades afetadas estavam presentes. Contrariamente, as imagens divulgadas pelos *sites* do Governo e FIFA mencionaram apenas os benefícios que o megaevento proporcionou ao país e à população, não havendo questionamentos sobre a falta de planejamento ou altos custos. Os *outdoors* apresentaram outro enfoque de imagem, pois são utilizados para exibir produtos e serviços de maneira rápida e de fácil compreensão, com o propósito de aumentar a divulgação. O mesmo foi realizado a partir dos comerciais publicitários, que fizeram alusão ao momento festivo que expõem a aprovação diante de toda a população.

Por fim, conforme as reportagens e imagens levantadas, percebe-se que as pessoas tiveram acesso às informações relacionadas aos aspectos negativos do megaevento. Ainda que as matérias e imagens providas do Governo e FIFA tenham exposto apenas os aspectos positivos, os meios de divulgação a partir de *internet*, revistas e jornais identificaram (i) a violação dos direitos humanos e direito à moradia em frente às remoções, (ii) a falta de planejamento e organização dos jogos e (iii) os altos investimentos a partir do dinheiro público que resultaram em (iv) grandes manifestações. Complementando essas matérias, as imagens publicadas na *internet*, nos cartazes publicitários e nas revistas também divulgaram os reais problemas enfrentados.

4.5 A percepção das pessoas não removidas

Os resultados descritos neste item foram adquiridos a partir dos questionários, os quais permitiram avaliar estatisticamente a percepção de pessoas que não foram removidas quanto aos impactos gerados a partir da Copa de 2014. Estes resultados estão associados às mesmas hipóteses já investigadas: **as pessoas conhecem os impactos negativos das remoções porque foram informadas pela mídia ou os vivenciaram e, a consciência dos impactos causados pelas remoções influenciou negativamente a percepção do êxito da Copa do Mundo.**

O questionário obteve uma amostra total de 166 respondentes sendo que 55,4% correspondem a adultos jovens (19 a 30 anos), 46,4% pertencem à classe C (entre R\$ 1.734,00 e R\$ 7.474,00) e 53% deles moram em Porto Alegre há mais de 21 anos. As Tabelas 4.1, 4.2 e 4.3 referem-se ao perfil da amostra quanto à faixa etária, renda mensal e tempo de moradia na cidade, respectivamente (ver perfil completo no Apêndice J).

Tabela 4.1: Faixa etária dos respondentes do questionário.

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA - PERCENTUAL
Adolescentes (13 a 18 anos)	1 (0,6%)
Adultos Jovens (19 a 30 anos)	92 (55,4%)
Adultos (31 a 65 anos)	48 (28,9%)
Idosos (a partir de 66 anos)	2 (1,2%)
Respondentes	143 (86,1%)
Não responderam	23 (13,9%)
TOTAL	166 (100%)

Tabela 4.2: Renda dos respondentes do questionário.

RENDA MENSAL	FREQUÊNCIA - PERCENTUAL
Classe A (acima de R\$ 9.745,00)	12 (7,2%)
Classe B (entre R\$7.475,00 e R\$ 9.744)	5 (3,0%)
Classe C (entre R\$ 1.734,00 e R\$ 7.474,00)	77 (46,4%)
Classe D (entre R\$ 1.085,00 e R\$ 1.733,00)	13 (7,8%)
Classe E (entre 0 e R\$ 1.084,00)	23 (13,9%)
Respondentes	130 (78,3%)
Não responderam	36 (21,7%)
TOTAL	166 (100%)

Tabela 4.3: Tempo que respondentes do questionário moram em Porto Alegre.

TEMPO	FREQUÊNCIA - PERCENTUAL
6 meses a 2 anos	18 (10,8%)
3 a 5 anos	13 (7,8%)
6 a 10 anos	13 (7,8%)
11 a 20 anos	12 (7,2%)
21 a 39 anos	76 (45,8%)
Acima de 40 anos	12 (7,2%)
Respondentes	144 (86,7%)
Não responderam	22 (13,3%)
TOTAL	166 (100%)

Os dados do questionário demonstraram que 66,9% dos respondentes gostaram da Copa do Mundo no Brasil, totalizando 111 usuários. Todavia, 52 pessoas, correspondendo a 31,3%, afirmaram não ter gostado do megaevento (ver Tabela 4.4). Quanto à sua organização, 66,9% classificaram como organizada, 18,1%, representando 30 pessoas, avaliaram a Copa como ‘nem organizada, nem desorganizada’ e 15%, correspondendo a 15 usuários, avaliaram como desorganizado (ver Tabela 4.5).

Tabela 4.4: Grau de satisfação dos usuários quanto à Copa do Mundo de 2014.

Organização da Copa do Mundo	Frequência	Média
Gostei muito	48 (28,9)	2,4*
Gostei	63 (38,0)	
Não sei	3 (1,8)	
Gostei pouco	34 (20,5)	
Não gostei	18 (10,8)	
*Média dos valores ordinais: quanto mais esse valor estiver próximo de cinco, menor será a avaliação quanto à organização do megaevento.		

Tabela 4.5: Grau de organização quanto à Copa do Mundo de 2014.

Organização da Copa do Mundo	Frequência	Média
Muito organizada	25 (15,1)	2,3*
Organizada	86 (51,8)	
Nem organizada, nem desorganizada	30 (18,1)	
Desorganizada	19 (11,4)	
Muito desorganizada	6 (3,6)	
*Média dos valores ordinais: quanto mais esse valor estiver próximo de cinco, menor será a avaliação quanto à organização do megaevento.		

Junto a isso, foi encontrada uma relação entre o que as pessoas acharam da Copa do Mundo quanto a sua organização na cidade de Porto Alegre e sua percepção quanto às obras de melhorias para a cidade devido ao megaevento (Chi-square=30,235, p-value=0,003) (ver Tabela 4.6).

Verificou-se que 34,9% dos respondentes que avaliaram a Copa do Mundo em Porto Alegre como ‘muito organizada’ e ‘organizada’ classificaram as obras na cidade como ‘positivas’, mesmo com atrasos. Entretanto, 13,9% da amostra que avaliaram o megaevento como ‘organizado’ identificaram as obras em Porto Alegre como negativas em virtude do atraso e desvios de verba. O mesmo aconteceu com 10,2% dos usuários que avaliaram o megaevento em Porto Alegre como ‘nem desorganizada, nem desorganizada’.

Tabela 4.6: Grau de organização quanto à Copa em Porto Alegre X Percepção quanto às obras de melhorias em Porto Alegre em razão da Copa do Mundo.

27. Com relação às obras de melhorias para Porto Alegre devido à Copa, você acha que:	2. Você acha que a Copa em Porto Alegre foi:					Total
	Muito organizada	Organizada	Nem organizada, nem desorganizada	Desorganizada	Muito desorganizada	
Foram positivas, mesmo com atrasos elas irão beneficiar a população	15 (9,0%)	43 (25,9%)	7 (4,2%)	3 (1,8%)	0 (0,0%)	68 (41,0%)
Foram negativas, já que não ficaram prontas a tempo dos jogos e serviram para maior desvio de verba	3 (1,8%)	23 (13,9%)	17 (10,2%)	10 (6,0%)	5 (3,0%)	58 (34,9%)
Não tem opinião sobre o assunto	4 (2,4%)	9 (5,4%)	5 (3,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	20 (12,0%)
Outro	1 (0,6%)	6 (3,6%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	9 (5,4%)
Não responderam	2 (1,2%)	5 (3,0%)	0 (0%)	3 (1,8%)	1 (0,6%)	11 (6,6%)
Total	25 (15,1%)	86 (51,8%)	30 (19,4%)	19 (11,4%)	6 (3,6%)	166(100%)

Destaca-se que a maior percentagem da amostra que classificou as melhorias na cidade como positivas, identificaram o megaevento como organizado. O mesmo acontece com os respondentes que classificaram a Copa em Porto Alegre como desorganizado, caracterizando também as melhorias como negativas.

A Copa do Mundo em Porto Alegre foi avaliada como ‘boa’ (nota 4) e ‘muito boa’ (nota 5) por 87,5% dos respondentes que assistiram no mínimo um jogo no estádio Beira-Rio. Todavia, não houve relação entre a avaliação dos usuários quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre durante os jogos e a quantidade de partidas assistidas no estádio (ver Tabela 4.7), pois a avaliação positiva do megaevento predominou independente do número de partidas assistidas no Beira-Rio.

Tabela 4.7: Grau de avaliação quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre durante os jogos X Quantidade de jogos assistidos no estádio Beira-Rio.

12. Se você assistiu algum(s) jogo da Copa do Mundo no estádio em Porto Alegre, a quantos você foi?	30. Se você fosse avaliar a Copa do Mundo de 2014 em PORTO ALEGRE durante os jogos, de 1 (muito ruim) a 5 (muito boa), você daria que nota?					Total
	1	2	3	4	5	
1	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)	15 (37,5%)	5 (12,5%)	21 (52,6%)
2	1 (2,5%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)	3 (7,5%)	4 (10,0%)	10 (25,0%)
3	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (2,5%)	2 (5,0%)	0 (0,0%)	3 (7,5%)
4	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (5,0%)	4 (10,0%)	6 (15,0%)
Total	1 (2,5%)	0 (0,0%)	4 (10,0%)	22 (55,0%)	13 (32,5%)	40 (100%)

Encontrou-se uma correlação entre o grau de avaliação quanto a manter o ‘Caminho do Gol’ em Porto Alegre em outros jogos após a Copa do Mundo e o grau de avaliação quanto à preparação da cidade para a chegada das pessoas ao estádio Beira-Rio (Spearman, coef.=0,473, sig.=0,00) (ver Tabela 4.8). A seguinte tendência foi verificada: usuários que avaliaram a ideia de preservar o ‘Caminho do Gol’ após os jogos como positiva tendem a avaliar a preparação de Porto Alegre para a chegada dos torcedores ao estádio da mesma forma.

Tabela 4.8: Grau de avaliação quanto a manter o ‘Caminho do Gol’ em Porto Alegre X Grau de avaliação quanto à preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio.

13. Se foi a algum jogo da Copa no Beira-Rio, você achou que a preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio foi:	17. O que você acha da ideia de manter o ‘Caminho do Gol’ em Porto Alegre para outros jogos após a Copa?					Total
	Muito boa	Boa	Nem boa, nem ruim	Ruim	Muito ruim	
Muito boa	16 (26,2%)	4 (6,6%)	3 (4,9%)	1 (1,6%)	0 (0,0%)	24 (39,3%)
Boa	6 (9,8%)	9 (14,8%)	4 (6,6%)	2 (3,3%)	1 (1,6%)	22 (36,1%)
Nem boa, nem ruim	2 (3,3%)	3 (4,9%)	1 (1,6%)	4 (6,6%)	0 (0,0%)	10 (16,4%)
Ruim	1 (1,6%)	0 (0,0%)	1 (1,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (3,3%)
Muito ruim	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (1,6%)	2 (3,3%)	3 (4,9%)
Total	25 (41,0%)	16 (26,2%)	9 (14,8%)	8 (13,1%)	3 (4,9%)	61 (100%)

Dentre a amostra, 26,2% avaliaram como ‘muito boa’ a ideia de manter o Caminho do Gol na cidade posteriormente aos jogos da Copa do Mundo e a preparação de Porto Alegre para a chegada dos torcedores ao estádio. Tal proporção acontece também com 14,8% dos usuários que avaliaram a ideia de preservar o Caminho do Gol como ‘boa’, bem como a preparação da cidade para a chegada dos torcedores ao estádio. A concepção positiva ante as questões predominou 57,4% da amostra, enquanto os usuários que avaliaram ambas as ideias como negativas corresponderam a 4,9%.

Encontrou-se uma relação entre a percepção dos respondentes quanto à escolha de 12 cidades-sede para a Copa do Mundo e a percepção quanto ao megaevento no Brasil (Chi-square=55,060, p-value=0,00) (ver Tabela 4.9).

Tabela 4.9: Percepção quanto à escolha de 12 cidades-sede para a Copa do Mundo X Percepção quanto à Copa do Mundo no Brasil.

19. Você acredita que a partir da Copa do Mundo:	29. Para a Copa do Mundo houve a seleção de 12 cidades-sede, enquanto poderia ter sido de 8 a 10 cidades. Para você isso aconteceu:						Total
	Oportunidade dos turistas conhecer diferentes regiões do país/ maior abrangência	Maiores chances de desvio de verba, além de aumentar os gastos com estádios e infraestruturas	Aproveitar para qualificar o maior número de cidades do país	Não tem opinião sobre o assunto	Outro	Não responderam	
Aumentará o número de turistas no país, o Brasil irá crescer economicamente, a população irá usufruir das novas infraestruturas	19 (11,4%)	7 (4,2%)	5 (3,0%)	4 (2,4%)	2 (1,2%)	2 (1,2%)	39 (23,5%)
Há chances de uma crise econômica, visto que os gastos com a Copa foram extrapolados	10 (6,0%)	28 (16,9%)	2 (1,2%)	3 (1,8%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	44 (26,5%)
Podem acontecer melhorias para o país, todavia essas vão beneficiar somente a classe mais alta	10 (6,0%)	21 (12,7%)	4 (2,4%)	3 (1,8%)	2 (1,2%)	1 (0,6%)	41 (24,7%)
Não tem opinião sobre o assunto	3 (1,8%)	5 (3,0%)	3 (1,8%)	8 (4,8%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	19 (11,4%)
Outro	1 (0,6%)	7 (4,2%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	3 (1,8%)	5 (3,0%)	18 (10,8%)
Não responderam	1 (0,6%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (1,8%)	5 (3,0%)
Total	44	68 (41,0%)	17 (10,2%)	18 (10,8%)	7 (4,2%)	12 (7,2%)	166(100%)

Dentre a amostra, 16,9% identificaram que a escolha das 12 cidades-sede aconteceu em virtude das maiores oportunidades de desvio de verba, além do aumento dos gastos com a maior quantidade de infraestruturas, caracterizando as chances de haver uma crise econômica. Ainda, 12,7% dos usuários que também identificaram o motivo para a escolha das 12 cidades-sede as maiores chances de desvio de verba, acreditaram que as melhorias beneficiarão somente a classe mais alta. Tal fato pode ser relacionado com as remoções das famílias mais vulneráveis que, para dar espaço a novos investimentos urbanos, são geralmente excluídas do centro da cidade, não tendo a oportunidade de usufruir das melhorias provindas do megaevento. Dentro desse raciocínio, os investimentos tenderiam a beneficiar as pessoas de maior poder econômico.

Em contraposição, 11,4% dos respondentes identificaram que a escolha das 12 cidades-sede ocorreu para que os turistas pudessem conhecer as diferentes regiões do país, identificando que a partir do megaevento haverá o crescimento do turismo, bem como da economia.

Também, foi verificada uma relação entre o conhecimento dos respondentes sobre as 32 mil pessoas removidas de suas residências para a construção das obras para a Copa do Mundo e sua percepção quanto à oportunidade dada pela Copa em divulgar Porto Alegre como um lugar turístico (Chi-square=19,623, p-value=0,012) (ver Tabela 4.10). Observou-se que tanto as pessoas que tinham ou não conhecimento sobre as remoções, bem como aquelas que não sabiam do alto número de pessoas removidas, mas tinham discernimento sobre o assunto, acreditaram que a Copa ajudou a divulgar a capital como um lugar turístico. Entretanto, 8,4% dos respondentes que tinham conhecimento sobre as remoções e 11,4% daqueles que não tinham ciência da quantidade de pessoas removidas, contudo sabiam dessa conjuntura, consideraram que o megaevento ‘ajudou pouco’ e ‘não ajudou’ a divulgar Porto Alegre como lugar turístico.

Tal situação torna-se coerente, uma vez que o fato das remoções em uma cidade é significativo para avaliar o seu desenvolvimento, pois melhorias tanto no âmbito urbano quanto no social são indicativos na divulgação de uma cidade turística. Assim, ter conhecimento sobre determinado problema, como no caso das remoções, influencia na percepção dos usuários.

Tabela 4.10: Conhecimento das remoções em Porto Alegre X Divulgação de Porto Alegre como lugar turístico.

3. Você acha que a Copa ajudou a divulgar Porto Alegre como um lugar turístico?	24. Você soube que 32 mil pessoas foram removidas de suas residências para a construção das obras para a Copa?				Total
	Sim	Não	Havia ouvido falar, mas não sabia que eram tantas pessoas	Não responderam	
Ajudou muito	10 (6,0%)	9 (5,4%)	19 (11,4%)	3 (1,8%)	41 (24,7%)
Ajudou	17 (10,2%)	32 (19,3%)	26 (15,7%)	4 (2,4%)	79 (47,6%)
Não tenho opinião formada	1 (0,6%)	1 (0,6%)	5 (3,0%)	2 (1,2%)	9 (5,4%)
Ajudou pouco	13 (7,8%)	2 (1,2%)	17 (10,2%)	1 (0,6%)	33 (19,9%)
Não ajudou	1 (0,6%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	1 (0,6%)	4 (2,4%)
Total	42 (25,3%)	44 (26,5%)	69 (41,6%)	11 (6,6%)	166 (100%)

Não foi encontrada uma relação entre o conhecimento dos usuários sobre as 32 mil pessoas removidas de suas residências para a Copa do Mundo em Porto Alegre e o grau de avaliação quanto às obras para atender ao megaevento na cidade (ver Tabela 4.11). Independente do conhecimento sobre as remoções, 30,7% dos respondentes avaliaram as obras realizadas em Porto Alegre como ‘nem ruins, nem boas’, representada pela nota 3. Em seguida, a nota 2 indicou as obras na cidade como ‘ruins’, representaram um total de 25,9%.

Tabela 4.11: Grau de avaliação quanto às obras realizadas para a Copa do Mundo em Porto Alegre X Conhecimento das remoções em Porto Alegre.

24. Você soube que 32 mil pessoas foram removidas de suas residências para a construção das obras para a Copa?	28. Se você fosse dar uma nota de 1 (muito ruins) à 5 (muito boas) às obras realizadas para a Copa em Porto Alegre, que nota você daria?						Total
	1	2	3	4	5	Não responderam	
Sim	8 (4,8%)	10 (6,0%)	11 (6,6%)	8 (4,8%)	4 (2,4%)	1 (0,6%)	42 (25,3%)
Não	5 (3,0%)	12 (7,2%)	16 (9,6%)	10 (6,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	44 (26,5%)
Havia ouvido falar mas não sabia que eram tantas pessoas	13 (7,8%)	20 (12,0%)	22 (13,3%)	13 (7,8%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	69 (41,6%)
Não responderam	0 (0,0%)	1 (0,6%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	8 (4,8%)	11 (6,6%)
Total	26 (15,7%)	43 (25,9%)	51 (30,7%)	31 (18,7%)	5 (3,0%)	10 (6,0%)	166 (100%)

Acredita-se que o fato da avaliação das obras para atender à Copa do Mundo em Porto Alegre ser representada como ‘ruins’ e ‘nem ruins, nem boas’ está associado aos atrasos, já que todas as obras de mobilidade urbana presentes na Matriz de Responsabilidades foram retiradas por não ficarem prontas para o início dos jogos, comprometendo o legado para a cidade.

Com relação às remoções em Porto Alegre, 48,8% dos respondentes se posicionaram a favor dessas ações, desde que sejam realizadas dentro dos direitos. Em seguida, 24,1% dos usuários indicaram ser contra as remoções, visto que há alternativas de melhorias de infraestrutura que não prejudiquem as famílias. Entretanto, tais posicionamentos quanto às remoções ocorridas no entorno do estádio Beira-Rio não tem relação com o conhecimento de pessoas atingidas pelas remoções (ver Tabela 4.12). Da mesma forma, destaca-se que 82,5% dos usuários não conhecem pessoas que estão sendo removidas, enquanto 8,4% identificaram ter conhecimento.

Tabela 4.12: Percepção quanto às remoções ocorridas no entorno do estádio Beira-Rio X Conhecimento de pessoas atingidas pelas remoções em função das obras do entorno do estádio Beira-Rio.

9. Você conhece alguém que foi removido em função das obras do entorno do estádio do Beira-Rio?	25. Devido a obras de infraestrutura realizadas no entorno do Beira Rio em Porto Alegre, muitas famílias foram removidas para que ali fosse construída uma nova via. Sobre esse assunto você:						Total
	É a favor, visto que tais remoções ocorrem geralmente em ocupações irregulares	É a favor, desde que essas famílias sejam removidas dentro dos seus direitos, inclusive de permanecer no bairro atual	É contra, há outras alternativas de melhorias de infraestrutura que não prejudiquem as famílias que moram no bairro	Não tem opinião sobre o assunto	Outro	Não responderam	
Conheço muitas pessoas	0 (0,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)	3 (1,8%)
Conheço	2 (1,2%)	5 (3,0%)	5 (3,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	14 (8,4%)
Não sei	0 (0,0%)	6 (3,6%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	8 (4,8%)
Conheço poucas pessoas	0 (0,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)
Não conheço ninguém	18 (10,8%)	67 (40,4%)	34 (20,5%)	8 (4,8%)	3 (1,8%)	7 (4,2%)	137 (82,5%)
Não responderam	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	2 (1,2%)
Total	(12,0%)	81 (48,8%)	40 (24,1%)	11 (6,6%)	4 (2,4%)	10 (6,0%)	166 (100%)

Verificou-se que existe uma correlação entre a percepção do usuário quanto ao grau de satisfação com o evento FIFA *'Fan Fest'* na capital e ao grau de organização da Copa do Mundo em Porto Alegre (Spearman, coef.=0,470, sig.=0,00) (ver Tabela 4.13). A seguinte tendência foi verificada: usuários menos satisfeitos em relação à *'FanFast'* tendem a classificar a organização do megaevento de forma negativa. Essa conjuntura aconteceu por existir uma tendência das pessoas gostarem de algo que elas identificam como organizado.

Considerando apenas os respondentes que foram ao evento FIFA *Fan Fest*, 29,5% gostaram muito e avaliaram a Copa do Mundo em Porto Alegre como 'muito organizada' e 'organizada'. Ainda, 24,4% dos usuários que foram ao FIFA *Fan Fest*, gostaram do evento e classificaram a Copa do Mundo em Porto Alegre como 'organizada'. Em contraposição aos dados positivos, apenas 9% dos usuários declararam ter 'gostado pouco' e 'não ter gostado' do FIFA *Fan Fest* e ter avaliado o megaevento como 'desorganizado' e 'muito desorganizado'.

Tabela 4.13: Grau de satisfação do usuário quanto à *'Fan Fest'* X Grau de organização da Copa do Mundo em Porto Alegre.

2. Você acha que a Copa em Porto Alegre foi:	16. Se respondeu SIM na pergunta anterior, o que você achou da <i>'FanFest'</i> em Porto Alegre?					Total
	Gostei muito	Gostei	Não sei	Gostei pouco	Não gostei	
Muito organizada	10 (12,8%)	3 (3,8%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (2,6%)	15 (19,2%)
Organizada	13 (16,7%)	19 (24,4%)	5 (6,4%)	2 (2,6%)	0 (0,0%)	39 (50,0%)
Nem organizada, nem desorganizada	2 (2,6%)	6 (7,7%)	2 (2,6%)	1 (1,3%)	2 (2,6%)	13 (16,7%)
Desorganizada	1 (1,3%)	2 (2,6%)	1 (1,3%)	2 (2,6%)	2 (2,6%)	8 (10,3%)
Muito desorganizada	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (3,8%)	3 (3,8%)
Total	26 (33,3%)	30 (38,5%)	8 (10,3%)	5 (6,4%)	9 (11,5%)	78 (100%)

Foi constatado haver relação entre o conhecimento dos respondentes sobre as 32 mil pessoas removidas de suas residências para a construção das obras para a Copa do Mundo e o grau de avaliação quanto ao legado deixado para Porto Alegre após os jogos (Chi-square=18,353, p-value=0,019) (ver Tabela 4.14). A nota três, 'nem ruim, nem bom', dada para o legado deixado pelo megaevento para a cidade de Porto Alegre predominou todas as

respostas, totalizando 28,3%. Entretanto, destaca-se que o legado foi avaliado como ‘muito ruim’ somente por aqueles que têm conhecimento sobre as remoções, correspondendo 16,3%.

Tabela 4.14: Grau de avaliação quanto ao legado em Porto Alegre deixado pela Copa do Mundo X Conhecimento das remoções em Porto Alegre.

24. Você soube que 32 mil pessoas foram de suas residências para a construção das obras para a Copa?	31. Se você fosse avaliar a Copa do Mundo em PORTO ALEGRE quanto ao legado deixado após os jogos, de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom), você daria que nota?						Total
	1	2	3	4	5	Não Responderam	
Sim	8 (4,8%)	8 (4,8%)	11 (6,6%)	10 (6,0%)	4 (2,4%)	1 (0,6%)	42 (25,3%)
Não	0 (0,0%)	16 (9,6%)	17 (10,2%)	8 (4,8%)	3 (1,8%)	0 (0,0%)	44 (26,5%)
Havia ouvido falar, mas não sabia que eram tantas pessoas	19 (11,4%)	13 (7,8%)	19 (11,4%)	11 (6,6%)	4 (2,4%)	3 (1,8%)	69 (41,6%)
Não Responderam	0 (0,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	8 (4,8%)	11 (6,6%)
Total	27 (16,3%)	38 (22,9%)	47 (28,3%)	31 (18,7%)	11 (6,6%)	12 (7,2%)	166 (100%)

Foi encontrada uma relação entre o grau de avaliação quanto às obras do entorno do estádio Beira-Rio e o conhecimento do Programa “Chave por Chave” criado pelas pessoas removidas (Chi-square=15,009, p-value=0,005) (ver Tabela 4.15). Considerando as pessoas que não conheciam o Programa ‘Chave por Chave’, 48,2% dos respondentes avaliaram como ‘muito positivas’ e ‘positivas’ as obras do entorno do estádio Beira-Rio. Verificou-se que oito respondentes que conheciam o Programa ‘Chave por Chave’ avaliaram as obras do entorno do Beira-Rio como ‘negativas’. Logo, mesmo que esse número seja baixo, ele correspondeu a 28,5%, quando se considera todos os respondentes que conheciam o Programa como 100% (ver Tabela 4.16). Com relação aos respondentes que desconheciam o ‘Chave por Chave’, cinco pessoas avaliaram as obras como ‘muito negativas’, o que corresponde a 3% dessa amostra.

Tabela 4.15: Grau de avaliação quanto às obras no entorno do estádio Beira-Rio X Conhecimento do Programa ‘Chave por Chave’.

5. Você conhece o Programa ‘Chave por Chave’ criado pelas pessoas removidas devido às obras do entorno do estádio do Beira Rio?	4. O que você acha das obras no entorno do estádio do Beira-Rio para a cidade?						Total
	Muito positivas	Positivas	Nem positivas, nem negativas	Negativas	Muito negativas	Não responderam	
Sim	5 (3,0%)	8 (4,8%)	7 (4,2%)	2 (1,2%)	6 (3,6%)	1 (0,6%)	29 (16,9%)
Não	17 (10,2%)	63(38,0%)	27 (16,3%)	24 (14,5%)	5 (3,0%)	0 (0,0%)	136(81,9%)
Não responderam	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)
Total	22(13,3%)	71(42,8%)	35 (20,5%)	26 (15,7%)	11 (6,6%)	1 (0,6%)	166 (100%)

Tabela 4.16: Grau de avaliação quanto às obras no entorno do estádio Beira-Rio X Conhecimento do Programa ‘Chave por Chave’ – considerando apenas as pessoas que conhecem o Programa.

5. Você conhece o Programa ‘Chave por Chave’ criado pelas pessoas removidas devido às obras do entorno do estádio do Beira Rio?	4. O que você acha das obras no entorno do estádio do Beira-Rio para a cidade?					Total
	Muito positivas	Positivas	Nem positivas, nem negativas	Negativas	Muito negativas	
Sim	5 (17,9%)	8 (28,6%)	7 (25%)	2 (7,1%)	6 (21,4%)	28 (100%)

O Programa ‘Aluguel social’ do Governo Federal é desconhecido por 67,5% dos respondentes, sendo que desse percentual, 19,3% gostaram das propagandas que apareceram na mídia. Entretanto, não houve uma relação entre o conhecimento do Programa ‘Aluguel social’ do Governo Federal e o grau de satisfação quanto às propagandas que apareceram na mídia no período da Copa (ver Tabela 4.17).

Tabela 4.17: Conhecimento do Programa ‘Aluguel social’ do Governo Federal X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.

20. O que você achou das propagandas que apareceram na mídia no período da Copa?	7. Você conhece o Programa de ‘Aluguel social’ do Governo Federal?			Total
	Sim	Não	Não responderam	
Gostei muito	3 (1,8%)	8 (4,8%)	0 (0,0%)	11 (6,6%)
Gostei	15 (9,0%)	32 (19,3%)	0 (0,0%)	47 (28,3%)
Não sei	8 (4,8%)	24 (14,5%)	0 (0,0%)	32 (19,3%)
Gostei pouco	9 (5,4%)	24 (14,5%)	0 (0,0%)	33 (19,9%)
Não gostei	15 (9,0%)	21 (12,7%)	0 (0,0%)	36 (21,7%)
Não responderam	2 (1,2%)	3 (1,8%)	2 (1,2%)	7 (4,2%)
Total	52 (31,3%)	112 (67,5%)	2 (1,2%)	166 (100%)

Independente do conhecimento sobre o Programa de ‘Aluguel social’ pelos usuários, 28,3% gostaram das propagandas exibidas na mídia, enquanto 19,3% representaram as pessoas que gostaram pouco das propagandas e aquelas que não souberam responder.

Constatou-se haver uma relação entre o grau de satisfação das pessoas quanto às propagandas que apareceram na mídia no período da Copa e a presença em eventos da FIFA ‘*Fan Fest*’ na cidade de Porto Alegre durante o megaevento (Chi-square=11,452, p-value=0,022) (ver Tabela 4.18). As pessoas que foram ao evento da FIFA ‘*Fan Fest*’ e ‘gostaram muito’ e ‘gostaram’ das propagandas divulgadas pela mídia representam 16,8% da amostra, já os respondentes que foram ao evento, mas ‘gostaram pouco’ e ‘não gostaram’ das propagandas correspondem a 13,8%. Ainda, 27,8% da amostra que não frequentaram o evento ‘*Fan Fest*’ ‘gostaram pouco’ e ‘não gostaram’ das propagandas divulgadas, tendo uma parcela de 18,1% da amostra que ‘gostaram’ das propagandas.

Em síntese: a maior percentagem dos usuários que foi ao evento da FIFA ‘*Fan Fest*’ identificou maior satisfação frente das propagandas exibidas pela mídia, enquanto a maior percentagem dos usuários que não foram ao evento da FIFA ‘*Fan Fest*’ apresentou menor satisfação.

Tabela 4.18: Presença em eventos da FIFA ‘*Fan Fest*’ em Porto Alegre X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.

20. O que você achou das propagandas que apareceram na mídia no período da Copa?	15. Você foi há algum evento da ‘ <i>FanFest</i> ’ Porto Alegre durante a Copa?			Total
	Sim	Não	Não responderam	
Gostei muito	9 (5,4%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	11 (6,6%)
Gostei	19 (11,4%)	28 (16,9%)	0 (0,0%)	47 (28,3%)
Não sei	13 (7,8%)	19 (11,4%)	0 (0,0%)	32 (19,3%)
Gostei pouco	8 (4,8%)	25 (15,1%)	0 (0,0%)	33 (19,9%)
Não gostei	15 (9,0%)	21 (12,7%)	0 (0,0%)	36 (21,7)
Não responderam	5 (3,0%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	7 (4,2%)
Total	69 (41,6%)	95 (57,2%)	2 (1,2%)	166 (100%)

Houve uma relação entre o grau de satisfação quanto às propagandas que apareceram na mídia no período da Copa e o meio em que as pessoas assistiram aos jogos. (Chi-square=14,079, p-value=0,007) (ver Tabela 4.19). À vista disso, 18,1% dos respondentes que assistiram aos jogos pela televisão gostaram das propagandas divulgadas pela mídia e 16,9%

da amostra que gostaram das propagandas. Com relação aos respondentes que foram aos estádios assistir aos jogos, 9,6% gostaram das propagandas que apareceram na mídia no período da Copa.

Tabela 4.19: Meio em que as pessoas assistiram aos jogos X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.

20. O que você achou das propagandas que apareceram na mídia no período da Copa?	11. Caso tenha assistido aos jogos, onde você os assistiu?			Total
	Pela televisão	Assisti alguns pela televisão e outro(s) no estádio	Não responderam	
Gostei muito	4 (2,4%)	7 (4,2%)	0 (0,0%)	11 (6,6%)
Gostei	30 (18,1%)	16 (9,6%)	1 (0,6%)	47 (28,3%)
Não sei	25 (15,1%)	7 (4,2%)	0 (0,0%)	32 (19,3%)
Gostei pouco	26 (15,7%)	6 (3,6%)	1 (0,6%)	33 (19,9%)
Não gostei	28 (16,9%)	4 (2,4%)	4 (2,4%)	36 (21,7%)
Não responderam	3 (1,8%)	2 (1,2%)	2 (1,2%)	7 (4,2%)
Total	116 (69,9%)	42 (25,3%)	8 (4,8%)	166 (100%)

Ainda associada às propagandas, não se encontrou uma relação entre os respondentes terem comprado produtos relacionados à Copa do Mundo e o grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento (ver Tabela 4.20). Independente da percepção dos respondentes quanto às propagandas exibidas pela mídia, 75,3% dos respondentes não adquiriram produtos relacionados ao megaevento.

Tabela 4.20: Compra de produtos relacionados à Copa do Mundo X Grau de satisfação quanto às propagandas divulgadas na mídia no período do megaevento.

20. O que você achou das propagandas que apareceram na mídia no período da Copa?	14. Você comprou algum produto relacionado à Copa, como brinquedos, roupas, acessórios, álbum de figurinhas e etc...?			Total
	Sim	Não	Não responderam	
Gostei muito	5 (3,0%)	6 (3,6%)	0 (0,0%)	11 (6,6%)
Gostei	12 (7,2%)	34 (20,5%)	1 (0,6%)	47 (28,3%)
Não sei	7 (4,2%)	25 (15,1%)	0 (0,0%)	32 (19,3%)
Gostei pouco	7 (4,2%)	26 (15,7%)	0 (0,0%)	33 (9,9%)
Não gostei	6 (3,6%)	30 (18,1%)	0 (0,0%)	36 (21,7%)
Não responderam	1 (0,6%)	4 (2,4%)	2 (1,2%)	7 (4,2%)
Total	38 (22,9%)	125 (75,3%)	3 (1,8%)	166 (100%)

Encontrou-se uma relação entre os usuários que compraram produtos relacionados à Copa do Mundo e a assiduidade com que os jogos foram assistidos (Chi-square=26,769, p-value=0,001) (ver Tabela 4.21). Os usuários que adquiriram algum produto relacionado à Copa do Mundo ‘assistiram quase todos’ os jogos, representando 13,3% da amostra. Tal situação se torna coerente, já que não haveria motivos para a compra de um produto de um evento que não se tem interesse em assistir.

Com relação às pessoas que não adquiriram produtos relacionados ao megaevento, 32,5% da amostra ‘assistiram nem muito, nem poucos’, seguido de 25,9% que ‘assistiram quase todos’. Nota-se o predomínio das respostas de quase todos os jogos assistidos pelos respondentes, independente do usuário ter adquirido algum produto referente ao megaevento. Tal situação ocorre porque nem todos têm condições ou até mesmo interesse de comprar algum produto, o que não impede essas pessoas de ter interesse em assistir aos jogos. Ainda, 22,9% dos respondentes compraram algum produto relacionado à Copa do Mundo, o que faz referência a percepção positiva quanto aos jogos.

Tabela 4.21: Compra de produtos relacionados à Copa do Mundo X Assiduidade com que os jogos foram assistidos.

10. Você assistiu aos jogos da Copa do Mundo?	14. Você comprou algum produto relacionado à Copa, como brinquedos, roupas, acessórios, álbum de figurinhas e etc.?			Total
	Sim	Não	Não responderam	
Assisti todos	9 (5,4%)	6 (3,6%)	0 (0,0%)	15 (9,0%)
Assisti quase todos	22 (13,3%)	43 (25,9%)	0 (0,0%)	65 (39,2%)
Assisti nem muitos, nem poucos	3 (1,8%)	14 (8,4%)	1 (0,6%)	18 (10,8%)
Assisti poucos	3 (1,8%)	54 (32,5%)	0 (0,0%)	57 (34,3%)
Não assisti nenhum	1 (0,6%)	8 (4,8%)	0 (0,0%)	9 (5,4%)
Não responderam	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	2 (1,2%)
Total	38 (22,9%)	125 (75,3%)	3 (1,8%)	166 (100%)

Identifica-se uma relação entre a participação ou não em manifestações contra a Copa antes e/ou durante o megaevento e o grau de organização do megaevento em Porto Alegre (Chi-square=20,861, p-value=0,00) (ver Tabela 4.22). A Copa do Mundo foi avaliada como ‘organizada’ tanto por parte das pessoas que participaram de manifestações, quanto por aqueles que não participaram, totalizando 49,4%. Desse valor, 42,2% correspondem aos

usuários que não fizeram parte das manifestações. Esse grupo também avaliou o megaevento como ‘muito organizado’, correspondendo a 13,9%, e ‘nem organizado, nem desorganizado’, correspondendo a 11,4%. Destaca-se que o megaevento foi avaliado de forma positiva em maior proporção por aqueles que não participaram das manifestações, tendo em vista que essas ações reivindicavam os problemas advindos da Copa do Mundo.

Tabela 4.22: Grau de organização da Copa do Mundo em Porto Alegre X Participação das pessoas em manifestações contra a Copa.

22. Você participou de alguma manifestação contra a Copa antes e/ou durante o evento?	2. Você acha que a Copa em Porto Alegre foi:					Total
	Muito organizada	Organizada	Nem organizada, nem desorganizada	Desorganizada	Muito desorganizada	
Sim	0 (0,0%)	12 (7,2%)	10 (6,0%)	5 (3,0%)	4 (2,4%)	31 (18,7%)
Não	23(13,9%)	70 (42,2%)	19 (11,4%)	10 (6,0%)	2 (1,2%)	124 (74,7%)
Não responderam	2 (1,2%)	4 (2,4%)	1 (0,6%)	4 (2,4%)	0 (0,0%)	11 (6,6%)
Total	25 (15,1%)	86 (51,8%)	30 (18,1%)	19 (11,4%)	6 (3,6%)	166 (100%)

Também foi averiguada uma relação entre ter ou não ter participado de alguma manifestação contra a Copa antes e/ou durante o megaevento e sua percepção quanto à realização da Copa do Mundo no Brasil. (Chi-square=14,529, p-value=0,006) (ver Tabela 4.23). Dentre os respondentes, 9% participaram de alguma manifestação e avaliaram a realização da Copa como negativa devido à corrupção e discriminação com a classe social menos favorecida. Em contraposição, aqueles que não participaram das manifestações avaliaram a realização do megaevento como positiva, totalizando 48,2% da amostra. Dentro desse valor, 19,9% levaram em consideração o sucesso econômico e social da Copa do Mundo enquanto 28,3% avaliaram o megaevento de forma positiva, independente do legado. Ainda, destaca-se um percentual de 15,1% que não foram às manifestações e consideraram a realização da Copa como negativa no país.

Torna-se coerente que os usuários presentes nas manifestações avaliem a realização do megaevento negativamente, pois essas ações tinham como propósito reivindicar os problemas provindos da Copa do Mundo.

Tabela 4.23: Percepção quanto à realização da Copa do Mundo no Brasil X Participação das pessoas em manifestações contra a Copa.

22. Você participou de alguma manifestação contra a Copa antes e/ou durante o evento?	18. Para você, a realização da Copa do Mundo no Brasil foi:						Total
	Positiva, levando em conta o sucesso tanto econômico quanto social	Positiva, mesmo que a Copa não traga um legado para a população	Negativa, houve muito roubo, corrupção e discriminação com a classe social menos favorecida	Não tem opinião sobre o assunto	Outro	Não responderam	
Sim	5 (3,0%)	6 (3,6%)	15 (9,0%)	0 (0,0%)	5 (3,0%)	0 (0,0%)	31 (18,7%)
Não	33 (19,9%)	47 (28,3%)	25 (15,1%)	8 (4,8%)	11(6,6%)	0 (0,0%)	124 (74,7%)
Não responderam	1 (0,6%)	3 (1,8%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)	3 (1,8%)	2 (1,2%)	11 (6,6%)
Total	39 (23,5%)	56 (33,7%)	41 (24,7%)	9 (5,4%)	19 (11,4%)	2 (1,2%)	166 (100%)

Foi verificada uma relação entre ter ou não ter participado de alguma manifestação contra a Copa antes e/ou durante o megaevento e a avaliação quanto ao legado deixado para Porto Alegre após os jogos (Chi-square=14,738, p-value=0,005) (ver Tabela 4.24). As pessoas que não participaram de alguma manifestação avaliaram o legado deixado para Porto Alegre pela Copa do Mundo como ‘ruim’ (16,9%), ‘nem bom, nem ruim’ (25,3%), e ‘bom’ (16,3%). Dentre as pessoas que participaram de manifestações, o legado foi avaliado como ‘muito ruim’ por 7,2%.

Tabela 4.24: Grau de avaliação quanto ao legado deixado pela Copa do Mundo em Porto Alegre X Participação das pessoas em manifestações contra a Copa.

22. Você participou de alguma manifestação contra a Copa antes e/ou durante o evento?	31. Se você fosse avaliar a Copa do Mundo em PORTO ALEGRE quanto ao legado deixado após os jogos, de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom), você daria que nota?						Total
	1	2	3	4	5	Não responderam	
Sim	12 (7,2%)	8 (4,8%)	5 (3,0%)	3 (1,8%)	2 (1,2%)	1 (0,6%)	31 (19,9%)
Não	15 (9,0%)	28 (16,9%)	42 (25,3%)	27 (16,3%)	9 (5,4%)	3 (1,8%)	124(80,1%)
Não responderam	0 (0,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	8 (4,8%)	11 (6,6%)
Total	27 (16,3%)	38 (22,9%)	47 (28,3%)	31 (18,7%)	11 (6,6%)	12 (7,2%)	166 (100%)

Dentro do contexto das manifestações, encontrou-se uma relação entre o grau de avaliação quanto ao planejamento do Brasil para a realização da Copa do Mundo e o grau de

importância atribuído às manifestações (Spearman, coef.=0,344, sig.=0,00) (ver Tabela 4.25). Verificou-se a seguinte tendência: usuários que avaliaram o planejamento do Brasil como ‘ruim’ tendem a atribuir maior importância às manifestações.

Tabela 4.25: Grau de avaliação quanto ao planejamento do Brasil para a realização da Copa do Mundo X Grau de importância atribuído às manifestações.

23. O que você achou das manifestações que ocorreram antes e/ou durante a Copa?	32. Se você fosse avaliar o planejamento que o BRASIL teve para a realização da Copa, de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom), você daria que nota?						Total
	1	2	3	4	5	Não responderam	
Muito importante	18 (10,8%)	12 (7,2%)	4 (2,4%)	2 (1,2%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)	38 (22,9%)
Importante	18 (10,8%)	25(15,1%)	20 (12,0%)	3 (1,8%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	68 (41,0%)
Nem importante, nem sem importância	2 (1,2%)	5 (3,0%)	9 (5,4%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	17 (10,2%)
Pouco importante	2 (1,2%)	4 (2,4%)	5 (3,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	15 (9,0%)
Sem importância	3 (1,8%)	4 (2,4%)	4 (2,4%)	6 (3,6%)*	2 (1,2%)	0 (0,0%)	19 (11,4%)
Não responderam	0 (0,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	7 (4,2%)	9 (5,4%)
Total	43 (25,9%)	52 (31,3%)	42 (25,3%)	14 (8,4%)	5 (3,0%)	10 (6,0%)	166 (100%)

Assim, destaca-se que 21,6% dos respondentes avaliaram o planejamento do Brasil para a Copa do Mundo como ‘muito ruim’, sendo que 10,8% classificaram as manifestações como ‘muito importante’ e 10,8% como ‘importante’. Dentre os usuários que avaliaram o planejamento do país como ‘ruim’, 15,1% identificaram as manifestações como ‘importantes’.

Torna-se importante verificar o perfil de pessoas que participaram dessas manifestações. De acordo com a Tabela 4.26, nota-se que a classe C (entre R\$ 1.734,00 e R\$ 7.474,00), a classe D (entre R\$ 1.085,00 e R\$ 1.733,00) e a classe E (entre zero e R\$ 1.084,00) perceberam as manifestações como necessárias. Com relação às classes A (acima de R\$ 9.745,00) e B (entre R\$7.475,00 e R\$ 9.744) torna-se importante destacar o fato das manifestações estarem relacionadas ao modismo. Tal situação é apresentada de forma coerente, uma vez que as classes A e B não dependem de serviços públicos relacionados à saúde e educação que necessitam de melhorias no país.

Tabela 4.26: Renda mensal dos respondentes X Percepção quanto às manifestações.

21. Algumas manifestações ocorreram antes e durante a Copa reivindicando recursos que deveriam ser investidos em outros setores como saúde e educação, e não somente em estádios. Qual sua opinião sobre essas manifestações:	35. Qual sua renda mensal, aproximadamente?						Total
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Não responderam	
Desnecessárias, visto que a maior parte do dinheiro investido nos estádios partiu de iniciativas privadas	0 (0,0%)	2 (1,2%)	4 (2,4%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	8 (4,8%)
Desnecessárias, visto que as pessoas deveriam aproveitar a Copa já que essa trará benefícios para o Brasil	1 (0,6%)	0 (0,0%)	3 (1,8%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	4 (2,4%)	9 (5,4%)
Necessárias, já que o país não tinha capacidade econômica de sediar uma Copa do Mundo	3 (1,8%)	0 (0,0%)	29 (17,5%)	5 (3,0%)	6 (3,6%)	10 (6,0%)	53 (31,9%)
Necessárias, já que houve muitas remoções forçadas e muita gente foi prejudicada	0 (0,0%)	1 (0,6%)	13 (7,8%)	6 (3,6%)	6 (3,6%)	4 (2,4%)	30 (18,1%)
A maioria das pessoas que participavam das manifestações nem sabiam porque estavam lá, simplesmente virou moda	3 (1,8%)	1 (0,6%)	14 (8,4%)	2 (1,2%)	3 (1,8%)	5 (3,0%)	28 (16,9%)
Não tem opinião sobre o assunto	1 (0,6%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	0 (0,0%)	3 (1,8%)	0	5 (3,0%)
Outro	4 (2,4%)	1 (0,6%)	11 (6,6%)	0 (0,0%)	4 (2,4%)	6 (3,6%)	26 (15,7%)
Não responderam	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (1,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	5 (3,0%)	7 (4,2%)
Total	12 (7,2%)	5 (3,0%)	77 (46,4%)	13(7,8%)	23(13,9%)	36 (21,7%)	166 (100%)

A partir de tais análises, identifica-se a percepção positiva quanto aos impactos gerados a partir do megaevento no Brasil e em Porto Alegre. A realização da Copa na cidade foi classificada como organizada, bem como as melhorias de infraestrutura por 25,9% dos respondentes. Além disso, 87,5% dos usuários avaliaram o megaevento em Porto Alegre durante os jogos de maneira positiva, estando diretamente relacionada ao momento festivo, consequentemente aos eventos da FIFA *Fan Fest*. A predominância da avaliação positiva também esteve presente diante da preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas no estádio Beira-Rio, correspondendo a 75,4% da amostra, além de 57,7% dos respondentes que avaliaram positivamente o evento FIFA *Fan Fest* e a organização da Copa do Mundo em Porto Alegre.

Entretanto, mesmo que os usuários considerem os impactos provindos da Copa do Mundo como positiva, há o conhecimento de 16,9% da amostra quanto à escolha de 12

cidades-sede para a realização do megaevento por maiores chances de desvio de verba, contribuindo para uma crise econômica, visto que os gastos foram além do esperado. Ainda, 12,7% dos usuários acreditam que o megaevento possa trazer melhorias para o Brasil, entretanto, essas irão beneficiar somente a população de maior poder aquisitivo. Dentro desse contexto, 41,6% dos respondentes classificaram as obras realizadas em Porto Alegre como negativas, estando associadas aos atrasos, pois a grande maioria dos projetos não foram finalizados.

Com relação às remoções, 26,5% não tinham conhecimento, 25,3% tinham conhecimento sobre o assunto e 41,6% já tinham ouvido falar. Dentro da amostra, 23,3% dos respondentes que não tinham conhecimento sobre as remoções, acreditam que o megaevento contribuiu para divulgar Porto Alegre como local turístico. Contrariamente, 19,8% dos usuários que conheciam sobre as remoções acreditam que o megaevento ‘ajudou pouco’ e ‘não ajudou’ a divulgar a cidade como local turístico.

Ainda que 82,5% dos respondentes não conheçam pessoas que foram removidas por conta de obras de infraestrutura em Porto Alegre, 40,4% se puseram a favor das remoções somente se essas ocorrerem dentro dos direitos humanos, enquanto 20,5% se posicionaram contra as remoções. Dentro desse contexto, 16,9% conheciam o Movimento Chave por Chave criado pelas pessoas que estão vivenciando o processo de remoção, sendo que 7% dos respondentes que têm esse conhecimento avaliaram como negativas as obras do entorno do estádio Beira-Rio, que ocasionaram a realocação de famílias. Dentre a percentagem de 81,9%, correspondente as pessoas que não conheciam o Movimento Chave por Chave, 48,2% avaliam as obras como positivas. Logo, mesmo que o Movimento seja conhecido por poucas pessoas da amostra, evidencia-se que há influência na percepção sobre demais assuntos que englobam as remoções.

Com relação às manifestações, 63,9% consideraram sua realização importante. Dentre essa percentagem, 22,3% avaliaram o planejamento do Brasil para a realização do megaevento como ‘ruim’, enquanto 21,6% avaliaram como ‘muito ruim’. Sobre a percepção quanto às manifestações, 31,9% dos respondentes afirmaram terem sido necessárias, já que o país não tinha capacidade econômica de sediar uma Copa do Mundo.

Levando em consideração tais aspectos, os resultados provindos dos questionários com as pessoas não removidas, além dos resultados adquiridos com as entrevistas e grupo

focal com os moradores da Avenida Tronco e levantamento das reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo, sustenta a hipótese 1: **as pessoas conhecem os impactos negativos das remoções porque foram informadas pela mídia ou os vivenciaram.** Seguidamente, a hipótese 2 é parcialmente sustentada: **a consciência dos impactos causados pelas remoções influenciou negativamente a percepção do êxito da Copa do Mundo.**

Os impactos negativos associados à Copa do Mundo de 2014 foram divulgados pela mídia, a qual as pessoas tiveram acesso. Com relação aos aspectos associados às remoções, esses foram divulgados principalmente pela *internet*, porém, mesmo com o conhecimento desses impactos, a percepção das pessoas não removidas foi positiva diante do êxito do megaevento. Com relação aos moradores da Avenida Tronco, a consciência dos impactos causados pelas remoções influenciou negativamente a percepção do êxito da Copa do Mundo, pois os moradores participantes não identificaram aspectos positivos referentes ao legado, além de estarem insatisfeitos ante o processo de remoção.

4.6 Conclusão

Neste capítulo foram apresentados os dados que sustentam as hipóteses investigadas. Primeiramente foi analisada a percepção das pessoas removidas sobre os impactos gerados pela Copa do Mundo de 2014 na qualidade de vida, estando associada aos moradores da Avenida Tronco. A partir das análises dos dados obtidos nos materiais das manifestações e eventos das comunidades removidas, do grupo focal e das entrevistas realizadas com os moradores da Avenida Tronco, a hipótese 1 foi sustentada.

Os moradores do local não se manifestaram contra a Copa do Mundo, mas sim contra a maneira com que as remoções estão sendo tratadas, caracterizadas pela falta de diálogo, participação, informação, respeito à moradia, dentre outros critérios que contribuem para que esse grupo de usuários esteja insatisfeito com as ações providas do Governo. Além disso, os usuários não identificaram melhorias na cidade que beneficiassem a população de baixa renda, pois o legado esteve associado ao turismo e às melhorias no estádio Beira-Rio.

Ainda referente à hipótese 1, confirmou-se que a imagem transmitida pelas entrevistas com os servidores do DEMHAB e pelas reportagens e imagens por parte do Governo e FIFA

é absolutamente positiva. Entretanto, os diferentes tipos de mídia citados informam impactos negativos associados ao megaevento que abrangeram diferentes assuntos: (i) remoções, (ii) violação dos direitos humanos e direito à moradia, (iii) atraso de obras, (iv) falta de planejamento e organização, (v) custos e uso de dinheiro público e (vi) manifestações e seus respectivos motivos.

Essas reportagens vieram acompanhadas de imagens que também evidenciaram os problemas diante do megaevento. Assim, as imagens promovidas pela mídia, FIFA e pelo Governo influenciam na percepção das pessoas, contudo essa influência pode ser tanto positiva quanto negativa.

Mesmo com a predominância de aspectos positivos, tal fato não significou que essas pessoas não tinham conhecimento sobre os impactos desfavoráveis que também foram retratados nas reportagens: (i) motivos associados à escolha de 12 cidades-sede para a Copa do Mundo, (ii) percepção quanto ao megaevento associada à crise econômica, (iii) avaliação quanto às obras realizadas para a Copa do Mundo em Porto Alegre, (iv) percepção quanto às remoções ocorridas no entorno do estádio Beira-Rio e (v) avaliação quanto ao legado em Porto Alegre deixado pela Copa do Mundo.

Com base nisso, os questionários foram respondidos pelas pessoas que não foram removidas, mas que moram em Porto Alegre. De maneira geral, os respondentes avaliaram os impactos gerados a partir da Copa do Mundo de forma positiva, contudo há o conhecimento de uma parcela sobre os problemas referentes às remoções, custos com o megaevento, desvio de verba, dentre outros. Tal fato permite que a hipótese 2 seja parcialmente sustentada, visto que o conhecimento dos aspectos negativos associados às remoções não influenciou negativamente na percepção da população não removida quanto ao êxito da Copa do Mundo de 2014. A consciência dos fatores negativos influenciou apenas a percepção da população envolvida no processo de remoção, que não identificou aspectos benéficos para aqueles mais vulneráveis, prejudicando o êxito do evento.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta as conclusões e considerações finais da investigação. No primeiro momento são recapitulados o problema de pesquisa, os objetivos e métodos, seguido de uma síntese dos principais resultados encontrados e da limitação do estudo. Por fim, destaca-se a importância da pesquisa e sugestões para futuras investigações.

5.1 Revisão do problema de pesquisa, objetivos e métodos

O problema de pesquisa se concentrou nas remoções de pessoas em função da execução de obras que atenderam à Copa do Mundo de 2014, levando em consideração a maneira como ocorrem as retiradas das famílias. De maneira geral, essas famílias foram removidas de suas casas sem considerar os Direitos Humanos, principalmente os direitos à moradia adequada. O argumento dado para essas ações é a ilegalidade das ocupações, pois a área em que vivem é do poder público, trazendo como consequência baixas indenizações que ocasionam a exclusão dessas famílias para regiões afastadas por conta da especulação imobiliária (Rechia e Silva, 2013; Marinho, Campagnani e Cosentino, 2014). Essa problemática contribui para que esse grupo de usuários não usufrua do legado deixado para a população pela Copa do Mundo.

A partir da revisão de literatura, destaca-se que as remoções acontecem com maior frequência em países que sediam megaeventos em função do maior investimento em melhorias urbanas (COHRE, 2013), muitas vezes em áreas já consolidadas e com alta densidade, provocando um alto número de desapropriações (Soares, 2014). Entretanto, mesmo que as remoções sejam necessárias para o desenvolvimento urbano, é dever do Governo conciliar projetos que atendam as melhorias na cidade com os projetos sociais que beneficiem a parcela da população com menor poder aquisitivo.

A partir desta problemática, o objetivo deste estudo consistiu em verificar o impacto de megaeventos esportivos na qualidade de vida urbana através da percepção de diferentes grupos de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014. Para isso são considerados os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer os impactos no desenvolvimento urbano produzido por alguns megaeventos esportivos no mundo;
- Observar e conhecer a realidade (fragilidades e ameaças) das remoções (lugar e população vulnerável);
- Verificar se o processo de remoção ocorreu segundo as garantias sugeridas pela Secretaria de Direitos Humanos da ONU;
- Verificar se os impactos divulgados pela mídia influenciaram a percepção do usuário quanto ao evento;
- Refletir e concluir sobre os impactos das remoções na vida das pessoas atingidas.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, teve-se como estudo de caso a duplicação da Avenida Tronco, na cidade de Porto Alegre, tendo a coleta de dados em duas etapas: (i) levantamento de arquivo e (ii) levantamento de campo. A primeira consistiu no recolhimento de informações providas da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA) sobre o projeto viário de duplicação da Avenida Tronco e o projeto habitacional. A segunda etapa compreendeu seis métodos: (i) observações de campo, (ii) participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, (iii) questionários, (iv) grupo focal, (v) entrevistas e (vi) levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.

Por meio dos resultados encontrados, constata-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados e as hipóteses verificadas, possibilitando afirmar que os moradores atingidos pelas remoções na Avenida Tronco, em Porto Alegre, não identificaram impactos positivos para a população de baixa renda a partir da Copa de 2014. Os moradores participantes também mencionaram a falta dos Direitos Humanos ante o processo de remoção, prejudicando o êxito do megaevento. Todavia, os servidores entrevistados do Departamento

Municipal de Porto Alegre, julgaram as remoções, bem como o projeto habitacional da Avenida Tronco, como uma grande oportunidade adquirida pela Copa do Mundo, fazendo parte do principal legado para a cidade. As pessoas não atingidas pelo processo remoção na cidade também se posicionaram a favor do megaevento, independente dos impactos negativos divulgados pela mídia.

5.2 Principais resultados obtidos

A partir da análise dos dados obtidos na participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, no grupo focal e nas entrevistas com os moradores atingidos pelas remoções na Avenida Tronco foi constatado o descontentamento desse grupo de usuários com as remoções no bairro Cristal. Os moradores declararam como aspectos negativos: (i) falta de respeito e diálogo com o Departamento Municipal de Habitação, (ii) falta de participação das comunidades atingidas, (iii) baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo para as indenizações, (iv) pressão psicológica por parte do Departamento Municipal de Habitação para aceitar Programas do Governo (aluguel social e bônus moradia), (v) sem previsão para a construção das unidades habitacionais no bairro, (vi) aumento da violência no bairro, (vii) aumento de transmissores de doenças no bairro por conta dos escombros das residências demolidas não retirados, (viii) possibilidade de compra de uma nova moradia (a partir da indenização ou bônus moradia) ou aluguel (a partir do aluguel social) somente em lugares afastados e (ix) benefícios para a população de maior poder aquisitivo, como usufruir das melhorias da duplicação da Avenida Tronco.

Os moradores da Avenida Tronco se manifestaram contra a forma que o Governo conduziu as remoções, visto que o projeto habitacional divulgado como legado pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) nunca existiu. Tal situação atinge diretamente o êxito do megaevento, que deve ser planejado para que a população como um todo seja beneficiada, aumentando a qualidade de vida (Paiva, 2013).

Levando em consideração os depoimentos dos moradores da Avenida Tronco, as remoções em Porto Alegre não foram guiadas dentro dos Direitos Humanos, principalmente o direito à moradia, conforme estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e

Estatuto da Cidade (2001). Destaca-se que os problemas associados às remoções já haviam ocorrido no Brasil nos jogos da Copa do Mundo de 1990 e nos jogos do Pan Americanos em 2007. Para a Copa de 2014 o Brasil poderia ter dado maior atenção a esses problemas, objetivando um legado social.

Em contraposição, conforme as entrevistas realizadas com os servidores do DEMHAB, o processo de remoção na Avenida Tronco aconteceu de forma a garantir os Direitos Humanos. Os moradores tiveram voz ativa na participação do projeto viário e habitacional em reuniões com os líderes das comunidades. Além disso, não houve nenhuma remoção forçada, pois as famílias tinham o direito de escolher entre as opções de reassentamento e se queriam aderir ao Programa do Governo Federal a partir do bônus moradia ou aluguel social. As entrevistas com os servidores identificaram a propagação de uma imagem positiva quanto ao êxito do megaevento, exibindo o projeto habitacional como o principal legado da Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre. Tal fato é contraditório com as afirmações adquiridas com os moradores da Avenida Tronco, que não identificaram impactos positivos na qualidade de suas vidas.

Essa imagem positiva frente do êxito do megaevento também esteve presente no levantamento de reportagens e imagens, sendo predominante nos seguintes aspectos: (i) satisfação dos usuários quanto à Copa do Mundo de 2014, (ii) organização quanto à Copa do Mundo no Brasil, (iii) organização quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre, (iv) percepção quanto às obras de melhorias em Porto Alegre, (v) avaliação quanto à Copa do Mundo em Porto Alegre durante os jogos, (vi) avaliação quanto à preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio, (vii) divulgação de Porto Alegre como lugar turístico, (viii) satisfação do usuário quanto à FIFA *'Fan Fest'*, (ix) avaliação quanto às obras no entorno do estádio Beira-Rio e (xi) importância atribuída às manifestações.

Embora em menor proporção, os impactos negativos também estiveram presentes na mídia, principalmente nos jornais, nas revistas e na *internet*, tendo como principais assuntos debatidos: (i) a violação dos direitos humanos e direito à moradia em frente às remoções, (ii) a falta de planejamento e organização dos jogos e (iii) os altos investimentos a partir do dinheiro público que resultaram em (iv) manifestações. Completando essas informações, as imagens providas dos cartazes publicitários, revistas e *internet* também divulgaram tais problemas.

Destaca-se que a mídia possibilitou que as pessoas tivessem conhecimento sobre os problemas associados à Copa do Mundo de 2014 e não apenas aos aspectos positivos, como os eventos da FIFA *Fan Fest* e as partidas de futebol. Todavia, as pessoas terem conhecimento dos impactos negativos não influenciou na percepção da população não removida quanto ao êxito do megaevento. Conforme os questionários realizados com pessoas que moram em Porto Alegre e não passaram pelo processo de remoção, 66,9% da amostra avaliaram positivamente a Copa do Mundo e a caracterizaram como organizada. Além disso, 87,5% dos usuários avaliaram o megaevento em Porto Alegre durante os jogos de maneira positiva. Entretanto, ainda que a Copa do Mundo tenha sido considerada organizada e positiva pela maioria dos respondentes, 34,9% dos respondentes classificaram as obras na cidade de Porto Alegre negativas por conta dos atrasos e desvio de verba, 41% dos respondentes citaram maiores gastos com estádios a partir da escolha de 12 cidades-sede e 26,5% concordaram que o alto custo para realizar a Copa do Mundo pode ocasionar uma crise econômica.

Os impactos negativos relacionados ao megaevento foram mais percebidos pela população que viveu as remoções, pois conforme as análises dos dados obtidos na participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, no grupo focal e nas entrevistas com os moradores da Avenida Tronco, a percepção desses usuários quanto ao legado deixado foi negativa. Os moradores participantes não identificaram impactos que beneficiassem a população de baixo poder aquisitivo, pois o legado só poderá ser considerado favorável para as famílias atingidas pelas remoções na Avenida Tronco quando as habitações forem construídas.

Levando em consideração todos os dados adquiridos, pode-se concluir que um megaevento pode trazer impactos positivos na vida da população independente da classe social. Entretanto, favorecer as pessoas mais vulneráveis depende se um legado social, associado ao respeito diante dos Direitos Humanos.

Realizar um megaevento esportivo requer planejamento para que o legado seja algo que atenda além de estádios. Esse fato é exemplificado pelas Olimpíadas de Barcelona (1992), quando a região portuária foi qualificada e usufruída posteriormente pela população. Essas melhorias trouxeram um avanço no setor turístico e conseqüentemente na sua economia. As Olimpíadas de Londres (2012) também é outra referência, cujo momento foi primordial para reestruturar uma região desprovida de qualidade urbana, beneficiando a população local, bem

como o setor turístico. Em ambos os megaeventos o processo de remoção foi inevitável, entretanto houve preocupação em atender a necessidade dessas famílias.

Para a Copa do Mundo de 2014, notou-se a falta de prioridade em atender as famílias atingidas por obras de infraestrutura. Como visto no marco teórico, as remoções ocorreram em todas as cidades-sede com relatos do desrespeito frente dos Direitos Humanos, especialmente o direito à moradia adequada. Em Porto Alegre, o estudo de caso da Avenida Tronco confirmou situações que aconteceram também nas demais cidades, contribuindo para a inexistência de um legado social.

Ainda que os servidores do DEMHAB tenham divulgado as remoções de forma positiva, o conhecimento do local das remoções possibilitou verificar que algumas afirmações ditas pelos servidores não corresponderam com a realidade do local. O recolhimento dos escombros e lixos, o cercamento de terrenos desocupados e a demolição de casas desocupadas são exemplos dessas contradições.

Frente a essa análise, responde-se a pergunta de pesquisa: ‘como os Direitos Humanos da população atingida pelas remoções ocasionadas pelo desenvolvimento urbano foram respeitados?’. Conforme os dados obtidos na participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, no grupo focal e nas entrevistas com os moradores atingidos pelas remoções na Avenida Tronco, os Direitos Humanos foram respeitados nos seguintes aspectos: direito à notificação prévia, acesso à infraestrutura e às oportunidades de desenvolvimento humano.

Os moradores da Avenida Tronco foram informados com antecedência sobre o processo de remoção. Houve reclamação dos usuários participantes sobre a falta de reuniões que esclarecessem informações sobre o projeto habitacional e viário e de quando essas obras ficariam prontas, porém, todos sabiam que seriam removidos. Essa notificação foi realizada a partir do cadastramento de todas as famílias que possuíam sua casa demarcada para a demolição. Assim, dados referentes ao número de pessoas que moravam em cada residência, número de famílias por residência e suas respectivas atividades remuneradas foram informadas ao DEMHAB.

Os relatos dos moradores participantes também afirmaram que as pessoas que saíram da Avenida Tronco a partir do bônus moradia ou aluguel social estão indo morar em áreas com acesso à infraestrutura, consequentemente às oportunidades de desenvolvimento humano.

Embora essas áreas sejam afastadas do centro de Porto Alegre ou até mesmo em outras cidades, as famílias têm acesso aos serviços básicos como escola, transporte público, posto de saúde, esgoto e coleta de lixo.

Respondendo a segunda pergunta de pesquisa: ‘será que as pessoas têm consciência dos impactos positivos ou negativos da Copa do Mundo de 2014?’, notou-se a partir dos questionários com as pessoas não removidas o conhecimento dos aspectos associados ao megaevento, sejam eles positivos ou negativos, divulgados pelos diferentes tipos de mídia. Como visto, embora os aspectos positivos tenham predominância nos meios de comunicação, os impactos negativos também foram divulgados e as pessoas tiveram acesso a isto. Entretanto, o conhecimento dos impactos negativos não influenciou a percepção diante do êxito do megaevento pela população que não viveu o processo de remoção. O conhecimento dos impactos negativos gerados pela Copa do Mundo também incluiu as pessoas atingidas pelas remoções, entretando, essa consciência influencia na percepção quanto ao êxito do megaevento.

Por fim, destaca-se a falta de respeito aos Direitos Humanos ante o processo de remoção. Esse impacto negativo em conjunto de demais aspectos que podem ou não trazer benefícios para a população são divulgados pela mídia, meio em que as pessoas têm conhecimento de tais fatos. A consciência sobre os impactos ocorridos em função de um megaevento pode ou não influenciar na sua percepção quanto ao sucesso do mesmo. Entretanto, para que percepção quanto ao êxito de um megaevento seja positiva é necessário que haja um propósito maior do que o momento festivo, contribuindo para que os jogos proporcionem um legado sustentável e que atenda a população independente da classe social.

5.3 Limitações do estudo

A limitação do estudo esteve ligada à dificuldade de encontrar profissionais da Prefeitura envolvidos com o projeto da Avenida Tronco que aceitassem colaborar com o estudo. Muitos contatos foram feitos, ligações e *e-mails* com a expectativa de obter um maior número de entrevistados. Entretanto, o que aconteceu foi a falta de respostas, além da dificuldade de agendar horários para o encontro com servidores do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre. Essa situação pode estar associada com o fato de ser um

assunto polêmico, além de envolver direitos humanos, fazendo com que as pessoas tenham receio de expor suas percepções e serem prejudicadas ou julgadas por isso no seu local de trabalho. Logo, a análise da percepção dos servidores da Prefeitura foi realizada a partir de duas entrevistas.

Outra limitação esteve associada ao grupo focal, do qual participaram apenas quatro moradores da Avenida Tronco que estavam passando pelo processo de remoção. O baixo número de participantes pode ter ocorrido por ter sido um encontro vinculado à área acadêmica e não um encontro com os servidores do Departamento Municipal de Habitação envolvidos com as remoções, fazendo com que os moradores não tivessem interesse em ir. Além disso, alguns funcionários da escola em que aconteceu o grupo focal desconheciam a realização da atividade, não sabendo esclarecer as dúvidas quando algum morador entrava em contato para obter maiores informações.

Como forma de completar as informações providas desse grupo de usuários, quatro entrevistas individuais foram realizadas posteriormente. Além disso, analisaram-se os materiais coletados nos eventos e manifestações das comunidades removidas, dando maior embasamento aos dados obtidos.

5.4 Importância da pesquisa e sugestões para futuras investigações

Espera-se que os resultados adquiridos nesta pesquisa auxiliem debates a respeito das remoções provenientes de megaeventos, bem como assuntos que englobam os direitos humanos e direito à moradia. Como visto nesta pesquisa, a relação entre megaeventos e desapropriações está aumentando em grandes proporções em função da alta densidade populacional nos centros urbanos. Com isso, a execução de obras de infraestrutura, principalmente associadas à mobilidade urbana, provoca a remoção de famílias.

É relevante enfatizar que o estudo investigou a percepção tanto da população atingida pelas remoções, quanto da população que não vivenciou as remoções. Teve-se o objetivo de averiguar a maneira com que as remoções estavam ocorrendo, com o intuito de saber se essas ações influenciavam na percepção diante da Copa do Mundo de 2014. Entretanto, após a conclusão da duplicação da Avenida Tronco, bem como das unidades habitacionais, um novo

estudo poderá ser realizado, investigando a percepção dos moradores que se beneficiarão das novas residências, tal como moradores que saíram do bairro a partir do bônus moradia.

Espera-se que a identificação dos problemas associados ao desrespeito aos direitos humanos ante as remoções desperte interesse para novos estudos e que tenham maior abrangência. Como sugestões para as futuras investigações, torna-se interessante verificar o processo de remoção nas outras cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, bem como no Rio de Janeiro, que sediará as Olimpíadas de 2016, visto que todas as cidades realizaram obras de infraestrutura urbana que ocasionaram remoções.

Ainda, torna-se interessante verificar o processo de remoção nos futuros megaeventos: Copa do Mundo de 2018 na Rússia e Olimpíadas de 2020 no Qatar. Ambos os países já estão realizando projetos urbanos que podem ocasionar remoções. Logo, uma comparação pode ser feita entre diferentes cidades e/ou países, além dos assuntos debatidos com relação aos direitos humanos e direito à moradia servirem como referencial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; JUNIOR, W. M. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Revista Motrivivência**. Santa Catarina, ano XXI, n. 32/33, p. 178-192, 2009.
- ALTMAN, A. **City Transformations**. Out. 2013. Disponível em: (<http://lsecities.net/ua/conferences/2013-rio/>), acesso em 14 nov. 2015.
- ALVES, W. V. **Uma breve história das crises econômicas**. São Paulo: Editora Blogbooks, 2011.
- AMARO, J. P. Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. **Revista Análise de psicologia**. Lisboa, v. 1, nº 25, 2007. Disponível em: (<http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/427/pdf>), acesso em 8 jun. 2015.
- ANCOP. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**, 2014. Disponível em: (https://br.boell.org/sites/default/.../ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf), acesso em 15 nov. 2015.
- _____. **Report from the National Coalition of local Committees for a People's world Cup and Olympcs: Mega-Events and Human Rights Violations in Brazil**, 2012. Disponível em: (<http://rioonwatch.org/wp-content/uploads/2013/05/2012-World-Cup-Olympics-Dossier-English.pdf>), acesso em 15 nov. 2015.
- _____. **Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa: Megaeventos e violação de direitos humanos no Brasil**, 2011. Disponível em: (<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>), acesso em 10 jun. 2014.
- ANDRADE, P. A. et al. Participação popular em projetos de regularização fundiária: relato de uma experiência. In: PEREIRA, E. (Org.). **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: ARGOS, 2013.
- ARAUJO, G. O. Mobilização Coletiva e Direitos Humanos: a Copa do Mundo FIFA em Porto Alegre. **8º Encontro da ANDHEP - Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo, v.16, n. 2, p.1-20, 2014.
- BAHIA, M. C. Legados Socioambientais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.

- BANQUIERI, R.; ROSA, F.; OTAVIO, H. O legado da Copa: um ano depois. In: **G1**, 2015. Disponível em: (<http://especiais.g1.globo.com/economia/2015/obras-copa-um-ano-depois/>), acesso em 23 nov. 2015.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BARRETTO, M. Revitalização urbana, lazer e turismo. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**. Universidade Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, v. 5, nº 4, 2013. Disponível em: (<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewArticle/2127>), acesso em 26 set. 2015.
- BARROS, C. Vídeo sobre remoções da Copa é exibido na ONU. **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, set. 2013. Disponível em: (<http://apublica.org/2013/05/ancop-apresenta-video-sobre-remocoes-na-onu-2/>), acesso em 6 jan. 2015.
- _____. As lições de 1950 para 2014: O que a Copa de 1950 tem a nos ensinar? Autores do livro “1950: O Preço de Uma Copa” respondem. Fonte: **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, out. 2012a. Disponível em: (<http://apublica.org/2012/10/licoes-copa-1950-copa-do-mundo-2014-megaeventos/>), acesso em 12 nov. 2015.
- _____. Em Itaquera, Comunidade da Paz vive no escuro. **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, ago. 2012b. Disponível em: (<http://apublica.org/2012/08/copa-do-mundo-2014-remocoes-em-itaquera-comunidade-da-paz-vive-escuro/>), acesso em 19 nov. 2015.
- BATISTA, L. L. et al. Aspectos cognitivos da percepção da propaganda. **Ciências e Cognição: Revista interdisciplinar de estudo da cognição**. Rio de Janeiro, v. 13, nº 3, p. 137-150, 2008.
- BBC BRASIL. Parlamento questiona legado das Olimpíadas de Londres. **BBC Brasil**, Brasil, 18 nov. 2013. Disponível em: (http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131118_lordes_questionam_legado_olimpi_co_an), acesso em 13 nov. 2015.
- BERNASCONI, J. R. Legado para a infraestrutura. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- BERTA, R. Apesar de indenizações milionárias, prefeitura não consegue acabar com a Vila Autódromo. **O Globo**, 14 mai. 2015. Disponível em: (<http://oglobo.globo.com/rio/apesar-de->

[indenizacoes-milionarias-prefeitura-nao-consegue-acabar-com-vila-autodromo-16153064](#)),

acesso em 17 nov. 2015.

BIANCO, V. L. O. **O legado dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede.** (Dissertação de Mestrado: Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BITENCOURT, F. G. Esboço sobre algumas implicações do futebol e da copa do mundo para o Brasil: identidade e ritos de autoridade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.**

Campinas, v. 30, n. 3, p. 173-189, 2009.

BONALUME, C. R. Legado para o controle social em políticas públicas de esporte e lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos.** São Paulo: Editora Papirus, 2013.

BORGES, F. M. Da Aldeia Maracanã na Copa do Mundo. In: LIMA, D., BORGES, F. M.; DURANTE, M. (Org.). **Brasil 2014: Copas – 12 cidades em tensão.** Rio de Janeiro: Invisíveis Produções, 2014.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão seguido de:** a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. **Constituição de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. **Presidência da República Casa Civil.** Texto do Decreto-Lei nº. 592, de 6 de julho de 1992. Brasília, 1992.

_____. **Presidência da República Casa Civil.** Texto do Decreto-Lei nº. 591, de 6 de julho de 1992. Brasília, 1992.

_____. **Presidência da República Casa Civil.** Texto do Decreto-Lei nº. 6.983, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 1981.

_____. **Presidência da República Casa Civil.** Texto do Decreto-Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001.

_____. **Presidência da República Casa Civil.** Texto do Decreto-Lei nº. 4.316, de 18 de dezembro de 1992. Brasília, 1979.

_____. **Presidência da República Casa Civil.** Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, 2000.

BRT Brasil. O que é BRT? **BRT Brasil: a evolução das cidades**, 2016. Disponível em:

(<http://www.brtbrasil.org.br/index.php/brt/oquebrt#.VyKgLTBJk2x>), acesso em 28 abr. 2016.

- BUROCCO, L. África do Sul. In: PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Org.). **Copa para quem e para quê?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2014.
- CALLAGHAN, P. Os Ambulantes e as Zonas de Exclusão da Fifa. **Portal Popular da Copa e das Olimpíadas**. Brasil, 30 mar. 2012. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=itemlist&task=tag&tag=Fifa), acesso em 10 mai. 2015.
- CARBONELL, J. **The Olympic Village, ten years on Barcelona: the legacy of the Games 1992-2002**. Barcelona: Estudos Olympic Centre (CEO-UAB), 2005.
- CARDOSO, M. **100 anos de Olimpíadas – de Atenas a Atlanta**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1996.
- CARVALHO, J. M. Os **Jogos Olímpicos, a cooperação descentralizada e a aplicação de políticas públicas: o modelo de Barcelona 92 para o Rio de Janeiro 2016**. (Dissertação de Mestrado: Instituto de Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.iri.usp.br/documentos/Jonathas_Miranda_de_Carvalho.pdf), acesso em 11 mai. 2015.
- CARVALHO, R. B. Megaeventos esportivos: legados para a economia. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- CARVALHO, C. H. R.; PEREIRA, R. H. M. Gastos das Famílias Brasileiras com Transporte Urbano Público e Privado no Brasil: Uma Análise da POF 2003 e 2009. **Ipea**, dez 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16579), acesso em 14 nov. 2015.
- CASIMIRO, L. M. Planejamento urbano, desenvolvimento e o direito fundamental à moradia diante dos megaeventos esportivos. **Revista Jurídica**. v. 2, n. 29, p. 134-148, 2012.
- CASTANHEIRA, G. S. **Estratégias de Intervenção para a Regeneração Urbana Sustentável**. (Dissertação de Mestrado: Construção e reabilitação sustentáveis) - Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Lisboa, 2013.
- CASTELLO, L. **A percepção de lugar – repensando o conceito de lugar em arquitetura urbanismo**. Porto Alegre: PROPAP – UFRGS, 2007.
- CASTRO, D. G. Governança urbana empreendedorista e megaeventos esportivos. **Revista Geo UERJ**. Rio de Janeiro, ano 15, nº. 24, v. 1, p. 37-60, 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>), acesso em 29 nov. 2015.

CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.

CASTRO, D. G. et al. O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.

CASTRO, F. Copa no Brasil será a mais poluente da história, aponta estudo. **Portal 2014**. Disponível em:

(<http://www.portal2014.org.br/noticias/10666/COPA+NO+BRASIL+SERA+A+MAIS+POLUENTE+DA+HISTORIA+APONTA+ESTUDO.html>), 2012, acesso em 1 dez. 2015.

CAVAGLIERI, C. R. Legados dos megaeventos esportivos na pesquisa. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.

CHADE, J. Olimpíada e Copa trazem prejuízo social. **Estadão**. São Paulo, 5 mar. 2010.

Disponível em: (<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,olimpiada-e-copa-trazem-prejuizo-social,519833>), acesso 15 jun. 2014.

_____. Esporte em ruínas após Atenas 2004. **Estadão**. São Paulo, 2 out. 2011. Disponível em: (<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,esporte-em-ruinas-apos-atenas-2004,780216,0.htm>), acesso em 21 abr. 2014.

Centro de Direitos de Moradia e Expulsão financiado pelas Nações Unidas (COHRE). **The Olympic Games have displaced more than two million people in the last 20 years**.

Genebra: Media Officer, Radhika Satkunanathan, 2007. Disponível em:

(tenant.net/alerts/mega-events/Olympics_Media_Release.pdf), acesso em 12 nov. 2015.

CHAIN, D.; SWART, K. Residents' Perceptions of the 2010 FIFA World Cup: A Case Study of a Suburb in Cape Town, South Africa. **Revista Alternation**, n. 17, 2; p. 146-172, 2010.

CLARKE, F. O legado Olímpico no leste de Londres: desapropriação e gentrificação.

Rioonwatch: relato das favelas cariocas, 31 jan. 2013. Disponível em:

(<http://rioonwatch.org.br/?p=4927>), acesso em 12 nov. 2015.

COB – Comitê Olímpico Brasileiro. 2016. Disponível em:

(<http://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>), acesso em 9 nov. 2015.

COI – Comitê Olímpico Internacional. Past games. 2014. Disponível em:

(<http://www.olympic.org/olympic-games>), acesso em 26 mai. 2014.

_____. Los Angeles 1932 – Games of the X Olympiad . In: **Historical Archives: Olympic Studies Centre**. COI, 2011.

COLLI, E. **Universo Olímpico: uma enciclopédia das Olimpíadas**. São Paulo: Códex, 2004.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: Megaeventos e violação de direitos humanos no Rio de Janeiro**, jun. 2014. Disponível em:

(https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf), acesso em 12 mai. 2015.

_____. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro:**

Megaeventos e violação de direitos humanos no Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

(<https://comitepopulario.wordpress.com/2011/12/>), acesso em 12 mai. 2015.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. Vídeo da visita de Raquel Rolnik a Porto Alegre, 2011. Disponível em:

(<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/2011/08/video-da-visita-de-raquel-rolnik-porto.html>), acesso em 20 nov. 2015.

COSTA, G. **Barcelona 1992-2004**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2004.

COSTELLA, A. F. **Comunicação - do grito ao satélite**. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2001.

CUNHA, N. V. O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica. **Revista do departamento do serviço social**. Rio de Janeiro, ano XVI, nº 29, p. 325-330, 2013. Disponível em: (<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/15artigo29.pdf>), acesso em 11 mai. 2015.

CUNHA, A. M.; SILVA, I. M.; SILVA, T. N. Megaeventos esportivos no Brasil: de prática esportiva amadora a catalisadores de transformações nas cidades. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Anais, eixo 11. Disponível em:

(<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/eixo11.html>), acesso em 11 nov. 2015.

DAVENPORT, J.L.; POTTER, M.C. Scene Consistency in Object and Background Perception. **Psychological Science**. v. 8, n. 15, p. 559-546, 2003.

DENSCOMBE, M. **The good research guide: for small-scale social research projects**. New York: Open University Press, 2010.

DEMHAB. Nota de esclarecimento. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 2015a.

Disponível em:

(http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=175194&NOTA+DE+ESCLARECIMENTO), acesso em 19 nov. 2015.

_____. DEMHAB transferiu mais da metade das famílias da avenida Tronco. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 2015b. Disponível em:

(http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=175414&demhab+transferiu+mais+da+metade+das+familias+da+avenida+tronco), acesso em 26 jan. 2016.

DINIZ, A. Parque Olímpico é exemplo de planejamento e legado. **Revista O Empreiteiro**, São Paulo, ano L, nº 503, nov. 2011.

DIP, A. RJ: as casas vão cair. **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, set. 2012a. Disponível em: (<http://apublica.org/2012/04/rj-casas-vao-cair/>), acesso em 15 nov. 2015.

_____. “Não vamos sair” diz moradora do Morro da Providência. Veja o minidoc. **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, set. 2012b. Disponível em: (<http://apublica.org/2012/01/nao-vamos-sair-diz-moradora-morro-da-providencia-veja-minidoc/>), acesso em 15 nov. 2015.

_____. Para onde vão os moradores da Vila Dique? **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, abr. 2012c. Disponível em: (<http://apublica.org/2012/04/para-onde-vao-os-moradores-da-vila-dique-veja-video/>), acesso em 15 nov. 2015.

_____. Até 4 mil famílias podem perder suas casas por obras da Copa em Fortaleza. **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, set. 2012d. Disponível em: (<http://apublica.org/2012/09/ate-4-mil-familias-podem-perder-suas-casas-por-obras-da-copa-em-fortaleza/>), acesso em 6 jan. 2015.

DIREITO À MORADIA. O que é direito à moradia?. **Moradia é um direito humano**.

Disponível em: (http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt), acesso em 25 nov. 2015a.

_____. Um órgão para examinar, monitorar e relatar o direito à moradia no mundo.

Moradia é um direito humano. Disponível em:

(http://direitoamoradia.org/?page_id=48&lang=pt), acesso em 28 nov. 2015b.

DYRESON, M. Marketing National Identity: The Olympic Games of 1932 and American Culture. In: **The International Journal of Olympic Studies**, v. IV, p.23-48, 1995.

- ELIN, L.; LAPIDES, A. **O comercial de televisão: Planejamento e produção**. São Paulo: Editora Bossa Nova, 2006.
- EMMEL, N. Participatory Mapping: An innovative sociological method. **National Centre for Research Methods**, Reino Unido, jul. 2008. Disponível em: (<http://eprints.ncrm.ac.uk/540/2/2008-07-toolkit-participatory-map.pdf>), acesso em 26 mai. 2015.
- FAMÍLIA. In: **Dicionário Aurélio**, 2015. Disponível em: (<http://dicionariodoaurelio.com/>), acesso em 1 jun. 2015.
- FARIAS, A. **Uma história das Copas do mundo. Futebol e Sociedade**. São Paulo: Editora Armazém da Cultura, 2014b. v. 2.
- _____. **Uma história das Copas do mundo. Futebol e Sociedade**. São Paulo: Editora Armazém da Cultura, 2014a. v. 1.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **Remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2015.
- FELLET, J. Brasil é mais violento que África do Sul ao organizar Copa, diz pesquisador. **BBC Brasil**. São Paulo, 15 mai. 2014a. Disponível em: (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140515_copa_peter_alegi_ms.shtml), acesso 14 jun. 2014.
- _____. Sedar a Copa de 2010 valeu a pena para a África do Sul? **BBC Brasil**. São Paulo, 14 mai. 2014b. Disponível em: (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513_vox_africa_jf_lk.shtml), acesso 15 jun. 2014.
- FERNANDES, L. Para além dos jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: _____. **Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- FIFA. FIFA World Cup Archive. 2014a. Disponível em: (<http://www.fifa.com/fifa-tournaments/archive/worldcup/index.html>), acesso em 26 mai. 2014.
- _____. **Football Stadiums: technical recommendations and requirements**. FIFA World Cup, 2011.
- _____. Patrocinadores. 2014b. Disponível em: (<http://www.fifa.com/worldcup/index.html>), acesso em 26 mai. 2014.
- FILGUEIRA, J. C. Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: Cidade, Cidadania e Direitos dos Cidadãos. In: RODRIGUES, R. P. et

- al. (Org.). **Legados de Megaeventos esportivos**. Brasil: Ministério da Educação, p.65-74, 2008.
- FILHO, A. R. R. Regeneração Urbana e Direitos do Cidadão: o Caso dos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996. In: RODRIGUES, R. P. et al. (Org.). **Legados de Megaeventos esportivos**. Brasil: Ministério da Educação, p.175-188, 2008.
- FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**. Nota Técnica 1 Déficit Habitacional no Brasil 2011 e 2012: resultados preliminares. CEI: Belo Horizonte, 2014.
- FRANCO, D. Franceses protestam contra a Copa do Mundo em Paris. **Rfi**, Paris, 13 jun. 2014. Disponível em: (<http://www.portugues.rfi.fr/geral/20140613-franceses-realizam-protesto-contr-a-copa-do-mundo-em-paris>), acesso em 5 jun. 2015.
- FREDIANI, A. A.; BUTCHER, S.; WATT, P. **Regeneration and Well-Being in East London: Stories from Carpenters Estate**, 2013. Disponível em: (<http://www.newham.gov.uk/nr/rdonlyres/18122dfe-88a3-4a14-8f6c-7cf97b57b837/0/smmconsultationreportlowres.pdf>), acesso em 4 dez. 2015.
- FREIRE, L. L. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **Revista O Social em Questão**, ano XXI, n.19, p. 121-128, 2013.
- FREIRE, M. V.; RIBEIRO, D. **Ouro Olímpico: a história do marketing dos aros**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2006.
- FURRER, P. Sustainable Olympic Games. A dream or Reality? **Bollettino della Società Geografica Italiana**, Serie XII, v. VII (4), 2002.
- GAFFNEY, C. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro. **Revista E-metropolis**, Rio de Janeiro, nº 15, ano 4, p.6-20, dez 2013. Disponível em: (http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n15.pdf), acesso em 18 mai. 2015.
- _____. Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. In: JUNIOR, O. A., GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.
- GALVÃO, R. O que ficou da Copa na África. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 mai. 2014. Caderno Esporte, p. 42.
- GAMA, A. Urbanização difusa e territorialidade local. **Revista Crítica de ciências sociais**. Portugal, nº 34, p. 161-172, 1992. Disponível em: (<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Antonio%20Gama%20-%20Urbanizacao%20Difusa%20e%20Territorialidade%20Local.pdf>), acesso em 8 jun. 2015.

GASTALDO, E. **Pátria, Chuteiras e Propaganda. O brasileiro na publicidade da Copado Mundo**. São Paulo: Editora Unissinos, 2002.

_____. “O país do futebol” mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. **Revista Sociologias**. ano 11, n. 22, p. 352-369, 2009.

GERHARDT, T. E. et al. **Métodos de pesquisa**. In: GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. (Org.). **Estrutura do projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIAMBIAGI, F. **Depois dos Jogos: Pensando o Rio para o Pós 2016**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GIFFORD, R. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. Boston: Allyn and Bacon, 1996.

GODOY, L. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1996.

GOTO. 12 estádios engasgados na goela. In: LIMA, D.; BORGES, F. M.; DURANTE, M. (Org.). **Brasil 2014: Copas – 12 cidades em tensão**. Rio de Janeiro: Invisíveis Produções, 2014.

GOVERNO DO REINO UNIDO. Benefits. **Gov.uk**, 2015. Disponível em (<https://www.gov.uk/browse/benefits>), acesso em 13 nov. 2015.

GOVERNO FEDERAL. Relatório sobre os XV Jogos Panamericanos e os III Jogos Parapan-americanos de 2007. Volume 1, 2008. Disponível em: (<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/panVolume1.pdf>), acesso em 10 set. 2014.

GROAT, L.; WANG, D. **Architectural research methods**. New York: John Wiley e Sons, 2013.

HILLER, H. H. Post-event outcomes and the post-modern turn: the Olympics and urban transformations. **European Sport Management Quarterly**. v. 6, n. 4, p.317-332. 2006.

HILLER, H. H.; WANNER, R. A. Public Opinion in Host Olympic Cities: The Case of the 2010 Vancouver Winter Games. **Sociology**. v. 45, p. 883-899, outubro, 2011.

HITCHEN, G. Londres 2012. In: REIS, A. C. F. (Org.). **Cidades criativas – soluções inventivas: o papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais**. São Paulo: Garimpo de soluções, 2010.

HOLANDA, M. Plano Diretor Londres Olímpico: Regeneração Urbana inteligente. In: **ArchDaily**, 6 ago. 2012. Disponível em: (<http://www.archdaily.com.br/br/01-62864/plano-diretor-londres-olimpico-regeneracao-urbana-inteligente>), acesso em 14 nov. 2015.

- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: (<http://www.ibge.gov.br/home/>), acesso em 19 de ago. 2015.
- IBOPE. 89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos. **IBOPE**, 2013. Disponível em: (<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>), acesso em 14 nov. 2015.
- JAGO, L. et al. Optimising the potential of mega-events: an overview. **International Journal of Event and Festival Management**. v. 1 n. 3, p. 220-237, 2010.
- JEFFERSON. Mulheres se mobilizam por famílias na Tronco, 2013. **Coletivo Catarse**. Disponível em: (<http://coletivocatarse.com.br/home/mulheres-do-campo-e-da-cidade-se-mobilizam-por-familias-da-vila-tronco/>), acesso em 10 nov. 2015.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JOCKEY CLUB. **O turfe em Porto Alegre, o Jockey Club do Rio Grande do Sul e suas origens**. 2016. Disponível em: (<http://www.jockeyrs.com.br/clube/a-historia.html>), acesso em 16 de abril de 2016.
- JOFFE, A. A Copa do Mundo 2010 na África do Sul. In: REIS, A. C. F. (Org.). **Cidades criativas – soluções inventivas: o papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais**. São Paulo: Garimpo de soluções, 2010.
- JORNALISMO B**. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa divulga nota sobre início da Copa do Mundo, 2014. Disponível em: (<http://jornalismob.com/2014/06/17/articulacao-nacional-dos-comites-populares-da-copa-divulga-nota-sobre-inicio-da-copa-do-mundo/>), acesso em 19 nov. 2015.
- JUNIOR, O. A. Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.
- JUNIOR, J. S. Direito à habitação adequada: o desafio da efetividade e o discurso no judiciário. In: SILVA, A. S. (Org.). **O judiciário e o discurso dos direitos humanos**. Recife: EDUFPE, 2011.
- KIM, S. S.; PETRICK, J. F. Residents' perceptions on impacts of the FIFA2002 World Cup: the case of Seoul as a host city. **Tourism Management**, n. 26, p. 25–38, 2005.
- KUNZE, A. et al. A Conceptual Participatory Design Framework for Urban Planning: the case study workshop 'World Cup 2014 Urban Scenarios', Porto Alegre, Brazil. **Cumincad Education and research in Computer Aided Architectural Design in Europe (eCAADe)**.

- Eslovênia, p. 895-903, set. 2011. Disponível em: (http://cuminacad.scix.net/cgi-bin/works/Show?ecaade2011_144), acesso em 22 mai. 2015.
- LAGE, N. L. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.
- LAGNEAU, G. **A sociologia da publicidade**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- LAHORGUE, M. L. O mercado imobiliário em Porto Alegre e a Copa do Mundo de 2014. **In: SOARES, P. R. R. (Org.). A Copa do Mundo de 2014 e a reestruturação urbana em Porto Alegre: o megaevento em três tempos. Porto Alegre: Metropolização e megaeventos, 2014.**
- LAHORGUE, M. L.; CABETTE, A. A cidade e a Copa do Mundo: projetos e transformações urbanas em Porto Alegre - Brasil. **EURE**. Santiago. v. 39, n. 117, 2013 .
- LASSANCE, A. A Copa, a imagem do Brasil e a batalha da comunicação. In: _____. **Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. **Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento**. Porto Alegre: Ambiente Construído. v. 5, n. 2. P. 21-36. Abr./jun. 2005.
- LAW, C. **Urban Tourism: The Visitor Economy and the Growth of Large Cities**. Londres: Continuum, 2002.
- LEPIANI, G. Barcelona, 20 anos depois: a Olimpíada e a nova cidade. **Veja**. 8 abr. 2012a. Disponível em: (<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/barcelona-20-anos-depois-a-olimpiada-e-uma-nova-cidade>), acesso em 20 abr. 2014.
- _____. Legado Olímpico: depois das medalhas, o maior desafio. **Veja**. 7 abr. 2012b. Disponível em: (<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/legado-olimpico-depois-das-medalhas-o-principal-desafio>), acesso em 20 abr. 2014.
- LOPES, B. Pan 2007: Pan para o povo ou para poucos?. **Massa Crítica: Análise de conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional**. Rio de Janeiro, nº 22. PACS, 2007.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- London Legacy Development Corporation (LLDC). **Your Sustainability Guide to Queen Elizabeth Olympic Park 2030**. London: United Kingdom, 2012.
- LONDON BOROUGH OF NEWHAM. **Sustainable Communities Strategy**, 2010. Disponível em: (<http://www.newham.gov.uk/yourcouncil/corporateplans/newhamsustainablecommunitystrategy.htm>), acesso em 20 nov. 2015.
- LONGMAN, A. W. **Old Media, new media: mass communications in the information age**. Nova York, Estados Unidos: Editora Copyriht, 2000.

- LOSEKANN, M. Barcelona usa sistema subterrâneo para descartar lixo. **Jornal Nacional**. Barcelona, 8 mai. 2010. Disponível em: (<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/05/barcelona-usa-sistema-subterraneo-para-descartar-lixo.html>), acesso em 20 abr. 2014.
- MACEDO, R. G. **Manifestações e tecnologia: influência no cenário democrático e um novo desafio eleitoral em 2014**. Porto Alegre: Jornal Alcar – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano 2, nº 10, out. 2013.
- MACHADO, R. P. T.; RUBIO, K. **Legado do esporte: atleta, cultura e educação**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- MADRUGA, D. O legado do Pan-Rio 2007. In: RUBIO, K. (Org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- MARCELLINO, N. C. Legado de megaeventos: abordagem geral. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- MARICATO, E. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: _____. **Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- _____. É questão urbana, estúpido! In: MARICATO, N. et al (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- MARCONDES F. C. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARINHO, G.; CAMPAGNANI, M.; COSENTINO, R. Brasil. In PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Org.). **Copa para quem e para quê?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2014.
- MARTINS, R.; MAIA, S. No COB, Nuzman adota o estilo Havelange. **Carta Capital**. Rio de Janeiro, 21 ago. 2014. Disponível em: (<http://www.cartacapital.com.br/revista/812/e-o-ouro-fica-com-nuzman-185.html>), acesso em 30 set. 2015.
- MASCARENHAS, G. O Ideário Urbanístico em torno do Olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação. In: PEREIRA, E. (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Editora Universitária, 2008.
- _____. Londres 2012 e Rio 2016: modelos e conflitos na produção da cidade olímpica. In: Encontro Nacional da Anpur, 2013. **Anais do Desenvolvimento, planejamento e governança**. Recife, v. 15, 2013a.

- _____. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. In: MASCARENHAS, G. BIENESTEIN, G. SÁNCHEZ, F. (Org.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. A Copa do Mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro. **Revista GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n. 24, 2013b.
- _____. Megaeventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. **IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- _____. Prefácio. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.
- MATIAS, M. Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades. **Revista Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 175-198, 2008. Disponível em: (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/12934>), acesso em 29 nov. 2015.
- MATOS, M. **São Januário: um caldeirão no centro de um bairro**. Rio de Janeiro: Clube dos autores, 2012.
- MESOMO, J. F. Expertises, tecnologias e produção de conhecimentos sobre remoção de populações: estudo a partir do caso de duplicação da Av. Tronco em Porto Alegre-RS. **V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia: Políticas públicas e produção de conhecimentos**. Porto Alegre, v.2, n. 2, p.1-15, 2015.
- MESQUITA, R. M. Megaeventos esportivos e legado: os jogos olímpicos de Atenas – 2004. In: RUBIO, K. (Org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- MELO, E. S. O. **Percepções urbanas em jogo: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – GOVERNO FEDERAL. Turistas e jornalistas aprovam segurança do Brasil na Copa. Jul. 2014. Disponível em: (<http://justica.gov.br/noticias/turistas-e-jornalistas-aprovam-seguranca-do-brasil-na-copa>), acesso em 24 nov. 2015.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. Primeiro balanço para a Copa do Mundo de 2014. Jan. 2011. Disponível em: (<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/copa-2014/cidades-sede>), acesso em 17 nov. 2015.

_____. Balanço final para as ações da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Dez. 2014. Disponível em: (<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/copa-2014/cidades-sede>), acesso em 17 nov. 2015.

MITLIN, D.; THOMPSON, J. Participatory approaches in urban areas: strengthening civil society or reinforcing the status quo? **Environment and Urbanization**, London, v. 7, n. 1, p. 231-250, abr 1995.

MOLES, A. O cartaz. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

MONTEIRO, C.; LIMEIRA, J. Revitalização, habitação e gentrificação. In: Lacerda, N.; ZANCHETI, S. M. (Org.). **Plano de Gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012.

MONTEIRO, V. A. **Direito à moradia adequada perspectivas de efetivação como direito humano fundamental**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. In: **Revista Boletim campineiro de geografia**. Unicamp, São Paulo, v. 1 n. 1, p. 7-30, 2011

MÜLLER, M. Popular perception of urban transformation through megaevents: understanding support for the 2014 Winter Olympics in Sochi. **Environment and Planning C: Government and Policy**. v. 30(4), p. 693 – 711, 2012.

MUÑOZ, F. **Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics y de l'Esport, 1996.

MURRAY, B. **Uma História do Futebol**. São Paulo: Hedra, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia das Nações Unidas**. Brasília, 1948.

_____. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Assembleia das Nações Unidas**. Brasília, 1966.

_____. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. **Assembleia das Nações Unidas**. Brasília, 1965.

_____. Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais. **Assembleia das Nações Unidas**. Brasília, 1978.

NEWHAM LONDON PARTNERSHIP. **Making Newham a place where people choose to live work and stay**, 2011. Disponível em: ([https://www.newham.gov.uk/Documents/Council and Democracy/SustainableCommunityStrategy201030Pub2010.pdf](https://www.newham.gov.uk/Documents/Council%20and%20Democracy/SustainableCommunityStrategy201030Pub2010.pdf)), acesso em 4 dez. 2015.

NITAHARA, A. Olimpíadas: Atenas usou Vila Olímpica para projeto social de habitação. **Agência Brasil: empresa Brasil de comunicação**. Brasília, 28 jul. 2012. Disponível em:

(<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-28/olimpiadas-atenas-usou-vila-olimpica-para-projeto-social-de-habitacao>), acesso em 10, mai. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Porto Alegre e as violações do Direito à Moradia.

Observatório das Metrópoles: Instituto Nacional de ciência e tecnologia, 17 dez. 2012.

Disponível em:

(http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=398:porto-alegre-e-as-viola%C3%A7%C3%B5es-do-direito-%C3%A0-moradia&Itemid=164&lang=pt), acesso em 17 nov. 2015.

OFFICIAL REPORT. **The Games of the XTH Olympiad – Los Angeles 1932**. Los Angeles: XTH Olympiad Committee, 1933.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, A. F. O direito à participação popular e os megaeventos esportivos: a (in)efetividade da participação prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal na implementação de políticas públicas de infraestrutura para a Copa do Mundo de futebol de 2014. In: PINTO, H. E.; PEIXINHO, M. M. (Coor.). **Direitos Sociais e Políticas Públicas II**. Florianópolis: FUNJAB, 2013.

OLIVEIRA, C. S.; SOARES, R. B. Efeito vizinhança sobre a escolha do indivíduo no mercado de trabalho em Fortaleza. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)**, 2012. Disponível em:

(http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/EFEITO_VIZINHANCA_SOBRE_ESCOLHA_INDIVIDUO_MERCADO_TRABALHO_FORTALEZA_1o_lugar.pdf), acesso em 25 mai. 2015.

OLIVEIRA, L. A.; LEAL, P. R. F. Manifestações contra a Copa do Mundo: as relações esporte-política e a configuração contemporânea do ambiente político-comunicacional. In: TELLES, H. S. (Coord.). **2014 em debate: grupo de pesquisa opinião pública, marketing político e comportamento eleitoral**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

OLIVEIRA, L. **Nos escombros da vida**. (Reportagem investigativa - Faculdade de Jornalismo). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, L. M. et al. A certificação LEED em estádios brasileiros: o legado da Copa do Mundo 2014. **XVI Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente**. São Paulo, p. 1-17, 2014. Disponível em:

(http://engema.submissao.com.br/16/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=143), acesso em 23 nov. 2015.

Olympic Park Legacy Company (OPLC). **Creating the Green Elizabeth Olympic Park - Postgames Transformation**. London: United Kingdom, 2012.

ONÇA, L. Rio: área de risco. **Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo**. São Paulo, set. 2012. Disponível em: (<http://apublica.org/2014/06/rio-area-de-risco/>), acesso em 15 nov. 2015.

OMENA, E. Não foi só por 20 centavos: “a Copa das manifestações” e as transformações socioeconômicas recentes nas metrópoles brasileiras. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015a.

_____. A “copa das manifestações” e os processos de governança urbana no Brasil. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015b.

OSWALD, V. Londres defende o legado Olímpico de 2012. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 jul. 2013a. Disponível em: (<http://oglobo.globo.com/rio/londres-defende-legado-olimpico-de-2012-9191433>), 21 abr. 2014.

_____. Londres já desfruta legado das Olimpíadas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 ago. 2013b. Disponível em: (<http://oglobo.globo.com/rio/londres-ja-desfruta-legado-das-olimpiadas-9549138>), 21 abr. 2014.

PAIVA, E. K. G. **A cidade para o cidadão. O legado urbano dos Jogos Olímpicos**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

PAPPON, T. Olimpíada foi prenúncio de crise grega, dizem analistas. **BBC Brasil**. Londres, 30 nov. 2011. Disponível em:

(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111117_atenas_2004_crise_grega_tp.shtml), acesso em 1 mai. 2015.

PARDO, J. Os Jogos Olímpicos de Barcelona, 1992. In: REIS, A. C. F. (Org.). **Cidades criativas – soluções inventivas: o papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais**. São Paulo: Garimpo de soluções, 2010.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, C. S. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PARRY, R. **A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PAULA, M. A Copa do Mundo de 2014: legados e desafios. **Solidar**, Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em: (<https://br.boell.org/pt-br/2015/06/15/copa-do-mundo-2014-qual-foi-o-legado>), acesso em 18 nov. 2015.

PEREIRA, G. S. Decision-making in the planning process and the contribution of Environmental Impact Assessment (EIA): a case study based comparative analysis of major sports events in Brazil and England. (Thesis of Doctor of Philosophy : Faculty of Technology, Design and Environment) - Oxford Brookes University, Oxford, 2011.

_____. **Megaeventos**. Pelotas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 5 ago. 2013. Palestra ministrada aos alunos da disciplina de Planejamento Regional.

PERUZZO, C. M. K. Comunidades em Tempo de Redes. In: **IV Encuentro de Docentes e Investigadores de la Comunicacion del Mercosur**. Montevideo, p. 1-14, 2001. Disponível em: (http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31093984/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1433806405&Signature=6EG4cCy4KrtZTot2n6Eg7t8ExzM%3D&response-content-disposition=inline), acesso em 8 jun. 2015.

PINTO, G. A.; SCHMIDT, C.; BONINI, L. M. M. Por vinte centavos e uma presidência! As redes sociais e as manifestações de junho de 2013 e o processo eleitoral em 2014. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, ano 18 n.18, p. 143-152 jan/dez. 2014.

PIRES, G. L. **O Brasil na Copa, a Copa no Brasil**. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2011.

PORTAL BRASIL. Conheça a história das Copas do Mundo. **Portal Brasil**, 2009. Disponível em: (<http://www.brasil.gov.br/esporte/2009/11/conheca-a-historia-das-copas-do-mundo>), acesso em 11 nov. 2015.

_____. Autoridade de Controle de Dopagem será responsável por testes a partir de 2014. **Portal Brasil**, 2013. Disponível em: (<http://www.brasil.gov.br/esporte/2013/08/autoridade-de-controle-de-dopagem-sera-responsavel-por-testes-a-partir-de-2014>), acesso em 20 nov. 2015.

_____. Estratégia de sustentabilidade da Copa do Mundo Fifa 2014 é apresentada na Rio+20. **Portal Brasil**, 2012. Disponível em:

(<http://www.brasil.gov.br/esporte/2012/06/estrategia-de-sustentabilidade-da-copa-do-mundo-fifa-2014-e-apresentada-na-rio-20>), acesso em 20 nov. 2015.

PORTAL DA COPA. Matriz de Responsabilidade. **Portal da Copa: site do Governo Federal brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014**. 2013. Disponível em: (<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>), acesso em 13 jan. 2015.

_____. O Brasil e a Copa. **Portal da Copa: site do Governo Federal brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014**. 2014. Disponível em: (<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa>), acesso em 15 nov. 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controladoria-Geral da União**, 2014. Disponível em: (<http://transparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema>), acesso em 17 nov. 2015.

PORTAL OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL PARA OS JOGOS OLÍMPICOS 2016, 2015. **Brasil 2016**. Disponível em: (<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes>), acesso em 30 set. 2015.

PORT OLIMPIC. Disponível em: (<http://www.portolimpic.es/presentacion.php?i=3>), 2014. Acesso em 30/04/2014.

POYTER, G. Regeneração Urbana e legado Olímpico de Londres. In: RODRIGUES, R. P. et al. (Org.). **Legados de Megaeventos esportivos**. Brasil: Ministério da Educação, p.121-152, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Duplicação da Avenida Tronco é pauta de reunião com moradores. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 2011. Disponível em: (http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_noticia=144233&DUPLICACAO+DA+AVENIDA+TRONCO+E+PAUTA+DE+REUNIAO+COM+MORADORES), acesso em 14 dez. 2015.

_____. Projeto Integrado Socioambiental. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 2016. Disponível em: (http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/default.php?p_secao=3), acesso em 27 abr. 2016.

_____. **Memória dos bairros Cristal**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2003.

_____. Relatório Obras de Mobilidade Urbana. **Obras de Mobilidade Urbana**, 2015. Disponível em: (<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/noticias/relatorio-obras-de-mobilidade-urbana-mes-de-novembro--2015/233>), acesso em 20 jan. 2016.

_____. **Sistema Integrado de Referência Legislativa - SIREL**. Texto do Decreto Municipal nº 17.772, de 2 de maio de 2012. Porto Alegre, 2012.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)**. Lei Complementar nº 434/1999.

PREUSS, H. Aspectos sociais dos megaeventos esportivos. In: RUBIO (Org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PRONI, M. W. A metamorfose dos Jogos Olímpicos (1896-1996). In: **VII Encontro Regional de História – O lugar da história**. ANPUH, São Paulo – UNICAMP, 2004. Anais do VII Encontro Regional de História – O lugar da história, Campinas, São Paulo, 10 set. 2004.

_____. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: Um projeto de Marketing. **Revista Esporte e Sociedade**. UFF. 2008.

PUFF, J. MP diz que Rio 'tirou' 669 mendigos das ruas para Copa apesar de proibição. **BBC Brasil**. Rio de Janeiro, 3 jul. 2014. Disponível em:

(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140628_rio_mendigo_wc2014_jp), acesso em 10 mai. 2015.

QU, L.; SPAANS, M. The megaevent as a strategy in spatial planning: starting from the olympic city of Barcelona. In: **The 4th International Conference of the International Forum on Urbanism (IFoU)**, 2009. The New Urban Question – Urbanism beyond Neo-Liberalism, Amsterdam, p. 1291-1300, 2009.

QUEEN ELIZABETH PARK. Get ready to enjoy London's new park - Queen Elizabeth Olympic Park. **Queen Elizabeth Park**, fev. 2014. Disponível em: (<http://queenelizabetholympicpark.co.uk/media/press-releases/get-ready-to-enjoy-londons-new-park>), acesso em 14 nov. 2015.

RAEDER, S. O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos. In: **Observatório geográfico da América Latina**, 2009. Disponível em: (<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/48.pdf>), acesso em 11 nov. 2015.

_____. Desenvolvimento urbano em sedes de megaeventos esportivos. In: RODRIGUES, R. P. et al. (Org.). **Legados de Megaeventos esportivos**. Brasil: Ministério da Educação, p.201-209, 2008.

- RANGEL-S, M.L. Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. v. 12, n. 5, p. 1375-1385, 2007.
- RAMALHO, A. M. F. et al. Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo de 2014 na Região Metropolitana do Recife. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.
- RANGEL, H. M. V.; SILVA, J. V. O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade. **Revista Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 6, nº 12, dez. 2009. Disponível em: (<http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/download/77/132>), acesso em 10 mai. 2015.
- RECHIA, S.; SILVA, E. A. P. C. Espaços e equipamentos de lazer em época de megaevento esportivo: entre o sonho mais duradouro e a realidade mais cruel. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- REEVE, S. **One Day in September: The Full Story of the 1972 Munich Olympics Massacre and the Israeli revenge operation “wrath of god”**. New York: Arcade Publishing, 2011.
- REIS, A. C. F. **Cidades Criativas: da teoria à prática**. São Paulo: Editora SESI, 2012.
- REIS, A. T. L.; LAY, M. C. D. **As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído**. III Encontro Nacional – I Encontro Latino Americano de Conforto no Ambiente Construído. ANTAC – Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Gramado, 1995.
- REMUS, R. A. **A influência do megaevento Copa do Mundo na imagem de seu país sede, através da cobertura de um jornal: África do Sul 2010**. Monografia para a conclusão de curso (Comunicação Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ROCHA, E. **Representações do consumo: estudos sobre a narrativa publicitária**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ/Mauad, 2006.
- RODRIGUES, J. Evolução da frota de automóveis da frota de automóveis e motos no Brasil (2001- 2012). **Observatório das Metrôpoles**, 2013. Disponível em (http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/auto_motos2013.pdf), acesso em 14 nov. 2015.
- _____. Mobilidade Urbana nos Megaeventos Esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014. In: JUNIOR, O. A., GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C.

(Org.). **Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.

RODRIGUES, R. P. Legado para as políticas públicas brasileiras de esporte e lazer: governança interfederativa dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Legado de megaeventos esportivos**. São Paulo: Editora Papirus, 2013.

ROLNIK, R. Quem tem lugar nas cidades. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 10 mar. 2014a. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/05/18/o-lugar-da-moradia-popular/>), acesso em 15 jan. 2014.

_____. No final das contas, 2014 não teve caos nem legado. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 2 dez. 2014b. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/12/02/no-final-das-contas-2014-nao-teve-caos-nem-legado/>), acesso em 15 jan. 2014.

_____. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: _____. **Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?** Boitempo editorial: São Paulo, 2014c.

_____. Raquel concede entrevista ao Observatório das Metrópoles. Moradia adequada. **Youtube**, Rio de Janeiro, ago. 2011a. Disponível em: (<http://www.youtube.com/watch?v=j2Q4Th51Ek>), acesso em 27 mai. 2014.

_____. Kicked Out for the Cup? **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 7 jun. 2010a. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/copa-do-mundo/>), acesso em 16 jun. 2014.

_____. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: “O espetáculo e o mito”. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 12 ago. 2011b. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/copa-do-mundo/>), acesso em 17 jun. 2014.

_____. A questão dos megaeventos é debatida na ONU. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, nov. 2010b. Disponível em: (http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/11/mega_eventos_portugues1.pdf), acesso em 28 mai. 2014.

_____. “Realengo, aquele desabafo!”: ótimo documentário sobre política de reassentamento de favelas. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 1 mai. 2011c. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/rio-de-janeiro/page/2/>), acesso em 15 nov. 2015.

_____. Olimpíadas Truculentas . **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 21 dez. 2010c. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/rio-de-janeiro/page/2/>), acesso em 15 nov. 2015.

- _____. Que um grito de gol não abafe a nossa história: Carta do I Encontro dos/as Atingidos/as. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 5 mai. 2014d. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/05/05/que-um-grito-de-gol-nao-abafe-a-nossa-historia-carta-do-i-encontro-dosas-atingidosas/>), acesso em 15 jan. 2014.
- _____. Arquivo da tag: direito a moradia adequada. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 27 set. 2012. Disponível em: (<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/direito-a-moradia-adequada/>), acesso em 28 mai. 2014.
- _____. Moradia adequada é um direito. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 19 out. 2009a. Disponível em: (<http://raquelrolnik.wordpress.com/2009/10/19/moradia-adequada-e-um-direito/>), acesso em 27 mai. 2014.
- _____. Direito à Moradia. **IPEA**. Brasília, 7 jun. 2009b. Disponível em: (http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1034:catid=28&Itemid=23), acesso em 28 mai. 2014.
- RITCHIE, B. W.; SHIPWAY, R.; CLEEVE, B. Resident Perceptions of Mega-Sporting Events: A Non-Host City Perspective of the 2012 London Olympic Games. **Journal of Sport & Tourism**, v. 14, n. 2–3, p. 143–167, 2009.
- RIZZOLATTI, G.; CRAIGHERO, L. Spatial attention: mechanisms and theories. In: Sabourin, M.; Craik, F.; Robert, M. (Eds.). **Advances in Psychological science**. East Sussex: Psychology Press, 1998.
- ROGERO, T. No dia da abertura da Copa, protestos no Rio levam 2 mil às ruas. **Estadão**. São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: (<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,no-dia-da-abertura-da-copa-protestos-no-rio-levam-2-mil-as-ruas,1510772>), acesso em 5 jun. 2015.
- ROMÃO, W. M. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. In: Governo Federal. **Boletim de Análise Político-Institucional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.
- ROSSI, C. **Apoio e resistência popular à realização de megaeventos: algumas lições para o Brasil**. Tese Mestrado Profissional (Gestão e Políticas Públicas) - Escola de Administração Pública de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.
- RUBIO, K. Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. In: Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 9, n. 194 (85), 1 de agosto de 2005.
- _____. **Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário**. Coleção Psicologia do Esporte. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

- _____. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010.
- SANTOS, R. R. O. **O planejamento da cidade é o planejamento dos jogos? O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca**. (Dissertação de Mestrado: Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, 2013.
- SARLET, I. W. **A Eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- SECOA. **Planejamento e gestão técnica: Avenida Tronco**, Porto Alegre, 2014a.
- Disponível em: (http://www.prrs.mpf.mp.br/home/audiencias/copa-2014/anexo_3_planejamento_da_avenida_tronco_27.09.10.pdf), acesso em 10 out. 2014.
- _____. Material fornecido pela Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 sobre as obras da Avenida Tronco. Porto Alegre, 2014b.
- SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos: direito à moradia adequada. Governo Federal**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Desapropriações e deslocamentos involuntários na Copa FIFA 2014, 2014. Disponível em: (http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/julho/gilberto-carvalho-faz-coletiva-sobre-democracia-e-grandes-eventos/copa_2014_desapropriacoes-final-1.pdf), acesso em 10 mai. 2015.
- SEEG. Emissões de CO2 no Brasil em 2014 se mantêm praticamente estáveis. **Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa**, 2015. Disponível em: (<http://seeg.eco.br/2015/11/20/emissoes-de-co2-no-brasil-em-2014-se-mantem-praticamente-estaveis/>), acesso em 2 dez. 2015.
- SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para ciência do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SMITH, M. **When the Games Come to Town: Host Cities and the Local Impacts of the Olympics 2008 - A report on the impacts of the Olympic Games and Paralympics on host cities**. London East Research Institute Working Papers, 2008.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. In: Bidou-Zachariasen, C (Coord.) **De volta à cidade: dos**

- processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, p. 59-88, 2006.
- SOARES, P. R. R. Porto Alegre: os impactos da Copa do Mundo de 2014. In: SOARES, P. R. R. (Org.). **A Copa do Mundo de 2014 e a reestruturação urbana em Porto Alegre: o megaevento em três tempos.** Porto Alegre: Metropolização e megaeventos, 2014.
- SOMMER, R.; SOMMER, B. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques.** Oxford: Fifth Edition, 2002.
- SOUZA, B. Seis diferenças marcantes entre esta Copa e a de 1950. **Revista Exame.** Brasil, 13 mai. 2014. Disponível em: (<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/6-diferencas-marcantes-entre-esta-copa-e-a-de-1950>), acesso em 12 nov. 2015.
- SPCOPA. **Prefeitura de São Paulo.** Prefeitura detalha reassentamento da comunidade Vila da Paz, jan. 2013. Disponível em: (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/noticias/?p=164695>), acesso 20 nov. 2015.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevância: comunicação e cognição.** Lisboa: Galouste Gulbenkian, 2001.
- STAMATTO, M. I. S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, J. M. V.; STAMATTO, M. I. S. (Orgs.) **História ensinada e a escrita da história.** Natal: EDUFRN, 2009.
- TANAKA, G. Vila Autódromo: símbolo de resistência na Cidade Olímpica. **Heinrich Böll Stiftung.** Brasil, 15 mai. 2014. Disponível em: (<https://br.boell.org/pt-br/2014/05/15/vila-autodromo-simbolo-de-resistencia-na-cidade-olimpica>), acesso em 17 nov. 2015.
- TAVARES, O. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul./set. 2011. Disponível em: (<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/23176/17730>), acesso em 11 nov. 2015.
- _____. Instalações temporárias do Pan Rio 2007: possíveis legados. In: RUBIO, K. (Org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade:** Uma história social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WEBER, R. **On the aesthetics of Architecture**, a Psychological Approach to the Structure and the Order of Perceived Architectural Space. England: Avebury, 1995.

UNEP. **Agreement to Boost Environmental Awareness at Summer Olympics**. UNEP,

2004. Disponível em:

(<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=399&ArticleID=4511&l=en>), acesso em 29 nov. 2015.

VALE, L.; GRAY, A. Desafios Olímpicos para encontrar imóveis a preços acessíveis — de Atlanta ao Rio de Janeiro. **Places**. Berkeley, mai. 2013. Disponível em:

(<https://placesjournal.org/article/o-decatlo-das-remocoes/>), acesso em 16 mai. 2015.

VASCONCELLOS, P. Megaeventos aceleram processo de gentrificação no Rio de Janeiro.

Carta Maior. Rio de Janeiro, 15 abr. 2015. Disponível em:

(<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FCidades%2FMegaeventos-aceleram-processo-de-gentrificacao-no-Rio-de-Janeiro%2F38%2F33273>), acesso em 18 mai. 2015.

VENEGAS, L. Cedecondh discute situação dos moradores da Vila Dique. **Câmara**

Municipal de Porto Alegre, 6 out. 2015. Disponível em:

(http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25397&p_secao=56&di=2015-10-06), acesso em 18 nov. 2015.

VIANNA, A. M. As multidões de junho de 2013 no Brasil: o desafio de explicar e compreender. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 146, p. 36-47, 2013.

VILLANO, B.; TERRA, R. Definindo a temática de legados e megaevento esportivos. In:

RODRIGUES, R. P. et al. (Org.). **Legados de Megaeventos esportivos**. Brasil: Ministério da Educação, p.103-105, 2008.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

ANDRADE, B. Disponível em: (<http://jornalismob.com/2014/06/13/projecao-em-predios-porto-alegre-faz-critica-a-copa-do-mundo/>), 2014. Acesso em 05/06/2015.

ANTON, L. Disponível em: (<http://coletivocatarse.com.br/home/marcha-do-8-de-marco/>), 2013. Acesso em 03/03/2015.

ARUP, 2012. Disponível em: (<http://www.archdaily.com.br/br/01-59019/the-arcelormittal-orbit-londres-olimpica-kapoor-mais-balmond>), 201. Acesso em 10/09/2015.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: (<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/2013/09/deu-na-rbstv-moradores-da-av-tronco.html>), 2013. Acesso em 03/03/2015.

_____. Disponível em: (<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/search?updated-max=2014-06-24T15:08:00-07:00&max-results=10>), 2014. Acesso em 20/10/2015.

_____. Disponível em: (<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/search?updated-max=2014-03-18T13:04:00-07:00&max-results=10&start=10&by-date=false>), 2014. Acesso em 20/10/2015.

DEMHAB. Disponível em:

(http://Iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu_doc/coparelatimimpactosocial6_1.pdf), 2011. Acesso em 5/01/2015.

DIREITO À MORADIA, 2014. Disponível em:

(http://observatoriodasmetropoles.net/media/k2/items/cache/c5c0a28a3994ca1491828123987c79bf_XL.jpg). Acesso em 5/12/2015.

EVANS, J. S. Disponível em: (<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2723515/Athens-Olympics-leave-mixed-legacy-10-years-later.html>), 2014. Acesso em 04/08/2015.

FIFA. Disponível em: (<http://www.fifa.com/about-fifa/news/y=2014/m=6/news=handshake-for-peace-to-feature-at-all-2014-world-cup-matches-2363121.html>), 2014. Acesso em 10/8/2015.

_____. Disponível em: (<http://es.fifa.com/worldcup/news/y=2014/m=9/news=la-copa-mundial-de-la-fifa-2014tm-en-cifras-2443127.html>), 2014. Acesso em 10/8/2015.

FRANCO, D. Disponível em: (<http://www.brasil.rfi.fr/geral/20140613-franceses-realizam-protesto-contr-a-copa-do-mundo-em-paris>), 2014. Acesso em 05/06/2015.

FRONER, G. Disponível em: (<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/page/2/>), 2013. Acesso em 15/11/2015.

GALVÃO, R. Disponível em: (<http://zh.clicrbs.com.br/rs/fotos/o-que-ficou-da-copa-na-africa-41363.html>), 2014. Acesso em 04/08/2015.

GOOGLE MAPS. Disponível em: (<https://www.google.com.br/maps/place/Porto+Alegre+-+RS/@-15.4177316,-52.8549857,4.08z/data=!4m2!3m1!1s0x9519784e88e1007d:0xc7011777424f60bd?hl=pt>), 2016. Acesso em 23/04/2016.

GUSMÃO, N. Disponível em: (<https://comitepopulario.wordpress.com/category/noticias/page/15/>), 2011. Acesso em 06/01/2015.

JORNAL DO BRASIL, 2006. Disponível em: (<http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2015/06/16/estadio-maracana-completa-65-anos/>). Acesso em 09/11/2015.

LONDON LEGACY DEVELOPMENT CORPORATION, 2012. Disponível em: (<http://www.brazil.org.uk/resources/documents/com-guiaolimpiadas.pdf>), 201. Acesso em 10/05/2014.

LOUREIRO, C. Disponível em: (<http://oglobo.globo.com/rio/terreno-da-vila-do-pan-nao-para-de-ceder-mas-licitacao-para-conter-danos-mais-uma-vez-adiada-14775512>). Acesso em 12/11/2015.

MENDONÇA, R. Disponível em: (http://espn.uol.com.br/noticia/266398_apos-40-anos-parque-olimpico-em-munIQUE-e-considerado-referencia-na-historia-dos-jogos-e-tem-legado-social-e-turistico), 2012. Acesso em 11/05/2015.

MORAES, F. Disponível em: (<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/page/2/>), 2013. Acesso em 15/11/2015.

MOTTA, F. Disponível em: (<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,no-dia-da-abertura-da-copa-protestos-no-rio-levam-2-mil-as-ruas,1510772>), 2014. Acesso em 05/06/2015.

OLYMPIC MOVEMENT. Disponível em: (<http://www.olympic.org/content/news/all-news-groups/los-angeles-1932/>). Acesso em 29/11/2015.

PIRES, R. Disponível em: (<http://apublica.org/2013/10/obra-ameaca-5-mil-familias-em-fortaleza/>), 2013. Acesso em 06/01/2015.

PLACES JOURNAL. Disponível em: (<https://placesjournal.org/article/olympic-urbanism-the-athletes-village/>), 2012. Acesso em 29/11/2015.

PORT OLÍMPIC. Disponível em: (<https://www.upc.edu/sri/imatges-anteriors>), 2013. Acesso em 11/11/2015.

POWELL, J.; OLMOS, A. Disponível em: (<http://www.theguardian.com/sport/interactive/2012/jul/27/olympic-regeneration-legacy-stratford>), 2012. Acesso em 27/04/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2013. Disponível em: (<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/obras/duplicacao-da-avenida-tronco/80>). Acesso em 03/03/2015.

REVISTA VEJA. Disponível em: (<http://veja.abril.com.br/historia/olimpiada-1896/especial-jogos-olimpicos-era-moderna-atenas.shtml>), 1896. Acesso em 07/05/2014.

SCARFF, O. Disponível em: (<http://www.businessinsider.com/athens-olympic-venues-2014-2?op=1>), 2014. Acesso em 04/05/2014.

SPERANZA, P. Disponível em: (<https://barcelonalu2010.wordpress.com/author/philipsperanza/>), 2010. Acesso em 11/11/2015.

STAVRAKIS, T. Disponível em: (<http://www.apimages.com/metadata/Index/Greece-Olympics-Athens-Decay/5e6b7fab00df4b34adab4cb01eb61c07/5/0>), 2014. Acesso em 04/05/2014.

SUDERJ. Disponível em: (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/em-1950-laranjas-eram-usadas-como-arma-nos-jogos-da-selecao-na-copa.html>), 2014. Acesso em 29 nov. 2015.

THE OLYMPIC CITY PROJECT. Disponível em: (<http://www.today.com/news/what-happens-olympic-venues-after-torch-goes-out-2D12152101>), 2014. Acesso em 11/11/2015.

UNICAMP. A operação urbana Rio Verde – Jacú e a reorganização da Zona Leste de São Paulo em função da Copa do Mundo de 2014. Instituto de Geociências – UNICAMP, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Dissertação de Mestrado

**O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a
questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS**

Gabriela Costa da Silva

Volume 2

Pelotas, 2016.

Gabriela Costa da Silva

**O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a
questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora

Prof. Dra. Adriana Portella

Co-orientadora

Prof. Dra. Gisele Silva Pereira

Volume 2

Pelotas, 2016.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Introduzindo o problema de pesquisa.....	21
1.2 Proposta de investigação.....	24
1.2.1 Objetivos.....	24
1.2.2 Objeto de estudo.....	25
1.3 Estrutura da dissertação.....	25
CAPÍTULO 2: MARCO TEÓRICO: O IMPACTO DOS MEGAEVENTOS NA CIDADE E A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO.....	27
1.1. Breve histórico sobre megaeventos esportivos e o legado.....	27
2.2 Megaeventos e o processo de gentrificação.....	29
2.3 O impacto dos megaeventos esportivos no desenvolvimento urbano.....	32
2.3.1 Megaeventos no exterior.....	33
2.3.1.1 <u>Olimpíadas de Los Angeles – Estados Unidos (1932)</u>	34
2.3.1.2 <u>Olimpíadas de Munique – Alemanha (1972)</u>	35
2.3.1.3 <u>Olimpíadas de Barcelona – Espanha (1992)</u>	37
2.3.1.4 <u>Olimpíadas de Atenas – Grécia (2004)</u>	40
2.3.1.5 <u>Copa do Mundo de 2010 - África do Sul</u>	42
2.3.1.6 <u>Olimpíadas de Londres – Inglaterra (2012)</u>	45
2.3.2 Megaeventos no Brasil.....	49
2.3.2.1 <u>Copa do Mundo de 1950</u>	49
2.3.2.2 <u>Jogos Pan-Americanos do Rio 2007</u>	52
2.3.2.3 <u>Copa do Mundo de 2014</u>	56
i. <i>Contextualização política: “a Copa das manifestações” de 2013 e eleições de 2014</i>	60
2.4 O legado deixado pelos megaeventos.....	62
2.4.1 A relação de megaeventos com as remoções forçadas.....	67
2.4.1.1 <u>Moradia como direito fundamental</u>	78
2.4.1.2 <u>A importância da participação popular para qualificar projetos</u>	82

2.5	Como as pessoas percebem o megaevento esportivo: conceitos de percepção e cognição.....	85
2.6	Os tipos de mídia e sua influência no processo cognitivo.....	88
2.7	Conclusão.....	91

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....93

3.1.	Recapitulando o problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e métodos.....	94
3.2.	Seleção do objeto de estudo.....	96
3.3.	Grupos de usuários investigados.....	102
3.4.	Métodos de coleta de dados.....	103
3.4.1.	Levantamento de arquivo.....	103
3.4.2.	Levantamento de campo.....	104
3.4.2.1.	<u>Observações de campo.....</u>	104
3.4.2.2.	<u>Participação em manifestações e eventos das comunidades removidas.....</u>	106
3.4.2.3.	<u>Questionário.....</u>	109
3.4.2.4.	<u>Grupo focal.....</u>	113
3.4.2.5.	<u>Entrevistas.....</u>	115
3.4.2.6.	<u>Levantamento de reportagens e imagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.....</u>	117
3.5.	Método de análise de dados.....	119
3.5.1.	Análise de dados quantitativos.....	120
3.5.2.	Análise de dados qualitativos.....	121

CAPÍTULO 4: RESULTADOS.....122

4.1.	O contexto das remoções na Avenida Tronco.....	122
4.2.	A percepção das pessoas removidas.....	125
4.3.	A percepção dos servidores do Departamento Municipal de Habitação.....	138
4.4.	As imagens promovidas pela mídia, FIFA e pelo Governo.....	143
4.5.	A percepção das pessoas não removidas.....	154
4.6.	Conclusão.....	174

CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO DA PESQUISA.....176

5.1. Revisão do problema de pesquisa, objetivos e métodos.....	176
5.2. Principais resultados obtidos.....	178
5.3. Limitações do estudo.....	182
5.4. Importância da pesquisa e sugestões para futuras investigações.....	183

REFERÊNCIAS.....	185

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS.....	211

ANEXOS.....	219

ANEXO A: Informações relacionadas ao projeto da Avenida Tronco.....	219

ANEXO B: Reportagens.....	222

ANEXO C: Informações relacionadas às remoções na Avenida Tronco.....	241

APÊNDICE.....	245

APÊNDICE A: Fotografias da observação de campo.....	245

APÊNDICE B: Questionário.....	248

APÊNDICE C: Perguntas para o grupo focal.....	257

APÊNDICE D: Transcrição do grupo focal.....	258

APÊNDICE E: Entrevistas com a Prefeitura.....	282

APÊNDICE F: Transcrições das entrevistas com a Prefeitura.....	283

APÊNDICE G: Entrevistas com os moradores atingidos pela remoção na Avenida Tronco, bairro Cristal.....	311

APÊNDICE H: Transcrição das entrevistas com os moradores atingidos pela remoção na Avenida Tronco, bairro Cristal.....	311

APÊNDICE I: Categorização.....	341

APÊNDICE J: Perfil da amostra dos respondentes do questionário.....	362

APÊNDICE K: Localização das principais instituições de educação e saúde e áreas de lazer.....	364

ANEXO A: Informações relacionadas ao projeto da Avenida Tronco

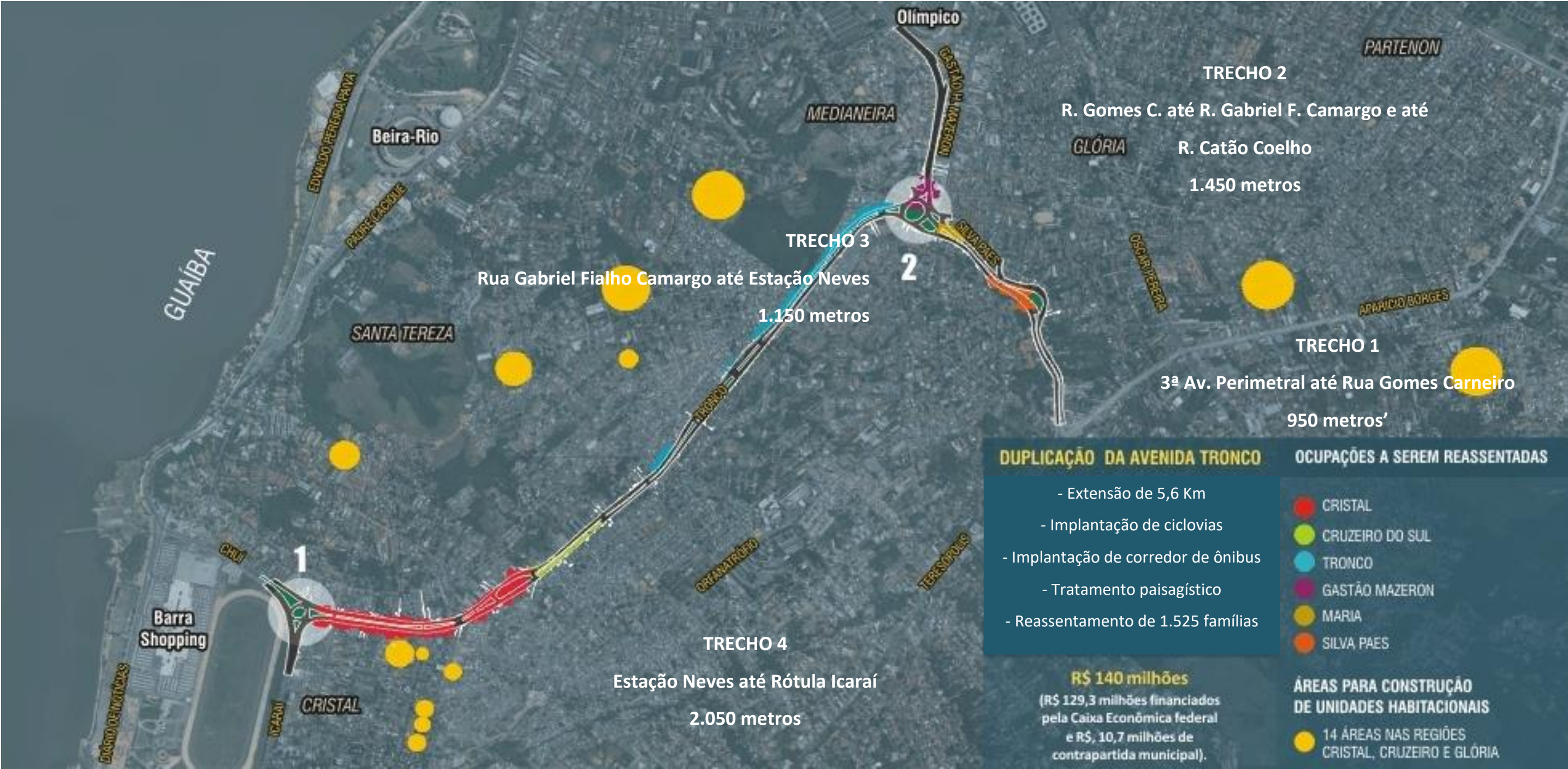


Figura A.1: Duplicação da Avenida Tronco/Porto Alegre com a identificação das ocupações.
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura A.2: Estações BRT na Avenida Tronco/Porto Alegre.

Fonte: SECOPA, 2014.

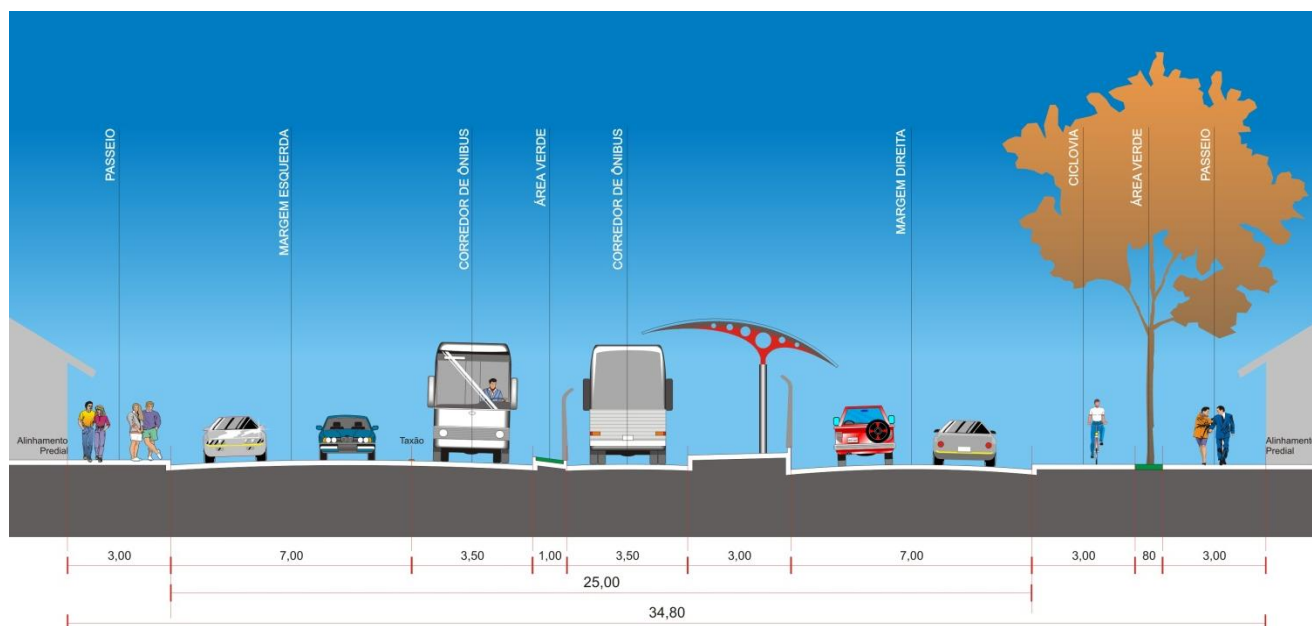


Figura A.3: Seção transversal padrão da Avenida Tronco/Porto Alegre (projeto).

Fonte: SECOPA, 2014.

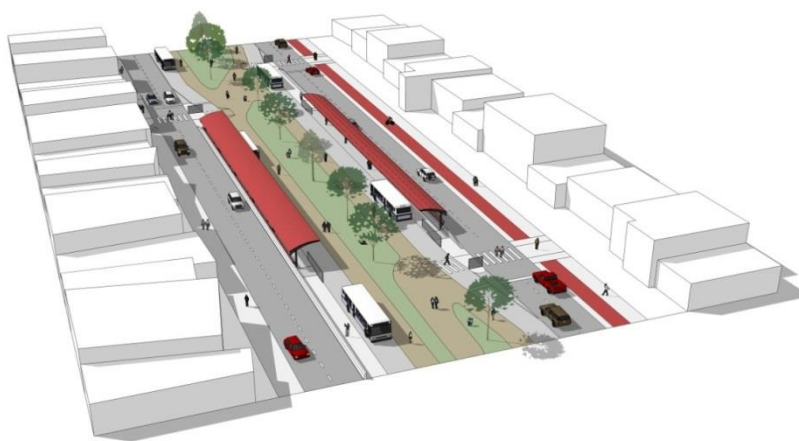


Figura A.4: Perspectiva do projeto de duplicação com estações na Avenida Tronco/Porto Alegre.

Fonte: SECOPA, 2014.



Figura A.5: Perspectiva do projeto de duplicação da Avenida Tronco/Porto Alegre (estações e canteiros centrais).

Fonte: SECOPA, 2014.



Figura A.6: Perspectiva do projeto de duplicação da Avenida Tronco/Porto Alegre (Avenida e estações).

Fonte: SECOPA, 2014.

ANEXO B: Reportagens

REPORTAGEM 1: *INTERNET*

Relatora da ONU denuncia remoção irregular de moradores para Copa

Segundo Raquel Rolnik, despejos violam direitos humanos de moradores. Ministro Orlando Silva negou que exista esse tipo de situação.

26/04/2011

A relatora especial das Nações Unidas pelo Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, afirmou nesta terça-feira (26) ter recebido várias denúncias de despejos, remoções e desalojamentos de moradores com violações dos direitos humanos das áreas das obras para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

"Essas remoções não têm acontecido de acordo com os padrões internacionais, estabelecidos pela ONU, para casos desse tipo. Remoções podem acontecer, entretanto, elas devem respeitar uma série de condições para que elas possam ser feitas, respeitando os direitos humanos das pessoas envolvidas. Isso não tem acontecido em grande parte dos casos", afirmou Rolnik em entrevista à Rádio ONU.

A declaração foi feita num comunicado divulgado, nesta terça-feira, em Genebra, sede do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Segundo o comunicado, as denúncias incluem as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Natal e Fortaleza. A relatora da ONU contou que muitos moradores estariam recebendo ofertas limitadas de indenização.

O Ministro do Esporte, Orlando Silva, negou nesta terça-feira, durante o lançamento da Câmara Temática de Cultura, Educação e Ação Social, em Brasília, que exista essa situação.

"Queremos deixar como legado um sistema mais eficiente de transporte coletivo, aeroportos eficientes. Tudo isso com a preocupação de estimular o desenvolvimento social. De vez em quando algumas instituições dizem que o Brasil vai fazer assepsia social ou desalojar pessoas em situação de rua. Não tem nada disso. Nós queremos mostrar o verdadeiro Brasil, um país que cresce, mas que tem contradições", disse o ministro.

Raquel Rolnik afirmou que enviou uma carta ao governo brasileiro denunciando os casos, em dezembro, mas ainda não obteve resposta.

"Ainda há tempo, na medida em que todas essas obras estão começando. Ainda há tempo de se elaborar um plano de legado sócio-ambiental, de promoção dos direitos humanos no âmbito

da Copa e das Olimpíadas. Ainda há tempo para que o governo brasileiro assuma uma outra postura em relação a esse tema e se torne uma referência no direito relacionada à moradia se mudar radicalmente essa questão em relação aos eventos ligados à Copa e às Olimpíadas", disse.

O Ministério das Relações Exteriores confirmou o recebimento da carta de alegação da ONU, segundo informações da "Agência Estado". A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) informou, por nota, que as considerações da relatora especial estão na pauta da próxima reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), no dia 13.

Fonte: G1.

Disponível em: (<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/relatora-da-onu-denuncia-remocao-de-moradores-para-copa.html>).

REPORTAGEM 2: *INTERNET*

Copa pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs

14/06/2013

Um mapeamento divulgado na Suíça pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) em parceria com a ONG Conectas no final de maio calcula que 250 mil pessoas correm o risco de serem despejadas de suas casas por causa de obras para os preparativos da Copa em todo o Brasil.

A articulação reúne comitês nas 12 cidades-sede da Copa, que por sua vez agregam movimentos sociais, universidades e entidades de sociedade civil que lutam contra as violação de direitos humanos decorrentes da realização da Copa e da Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016.

Não existe uma estimativa oficial sobre o número de despejados por causa do mundial. Uma estimativa anterior contabilizava 170 mil pessoas que corriam o risco de ter de deixar suas casas.

Segundo a representante da Ancop Larissa Araújo, foram somadas as famílias atingidas por obras, outras ameaçadas de remoção e as que residem em áreas em disputa. Os números foram compilados a partir de dados recolhidos por ativistas nas 12 cidades-sede.

Despejos e desinformação

O censo foi lançado em um vídeo apresentando em uma reunião paralela da 23ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra.

Nas imagens são retratados casos flagrantes de despejos forçados, remoções com aviso prévio de 48 horas, casas demolidas sob protesto, abusos policiais e famílias desesperadas por não saberem onde serão reassentadas ou se receberão indenização por suas perdas.

Outra queixa recorrentes são os reassentamentos de populações em locais distantes dos habitados originalmente e as indenizações insuficientes –entre R\$ 4 mil e R\$ 10 mil, em média, podendo chegar a R\$ 30 mil.

"O valor dessas compensações transforma as pessoas em sem-teto no Brasil hoje. A moradia é a porta de acesso a outros direitos, como educação, saúde, cultura", afirmou Juana Kweitel, diretora da Conectas.

Em dossiê datado de junho de 2012, a Ancop relata em detalhes os casos de 500 famílias ameaçadas de despejo na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e da expansão do terminal de ônibus Cosme e Damião, em Recife, em que 200 casas foram marcadas para serem demolidas sem consulta prévia com os moradores.

Em Manaus, 900 famílias no oeste da cidade estão sob risco, por causa da construção de uma rodovia, em Belo Horizonte, são 2.600 casas ameaçadas pela ampliação do anel viário no entorno da cidade. Na região metropolitana de Curitiba, são 2 mil famílias em risco devido às obras de expansão do aeroporto e à reforma do estádio Joaquim Américo Guimarães.

'De olho' no Brasil

Em dezembro de 2010, a relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, enviou correspondência ao governo brasileiro solicitando informações e expressando preocupação com as remoções nas cidades-sede e, em novembro de 2012, enviou outra, ainda sem resposta.

"É necessário que o governo brasileiro cumpra com as normas internacionais referentes ao direito à moradia no caso de remoções. Estas incluem a participação das comunidades na definição das alternativas, a transparência e direito à informação e também as compensações ou reassentamentos adequados", declarou Rolnik à BBC Brasil.

Rolnik destacou que em algumas cidades, avanços foram registrados graças às mobilizações populares. *"Como a diminuição do número de famílias a serem removidas e o aumento no valor de indenizações", disse.*

"Mas muito ainda há que ser feito e, sobretudo, é urgente a criação de uma regulação nacional que discipline o tema das remoções e oriente a ação dos governos locais e de terceiros incumbidos do desenvolvimento destes projetos."

Wilfried Lemke, assessor especial da ONU sobre Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, também expressou preocupação com a situação no Brasil.

"Consigo entender a necessidade de novas linhas de transporte e projetos urbanos, mas também entendo a situação dessas famílias em risco", disse Lemke. "Temos que tomar muito cuidado com mega-eventos esportivos. Em todo o mundo é a mesma coisa, alguns querem investir, mas outros estão sendo desalojados."

Durante os preparativos de mega-eventos esportivos como a Copa e as Olimpíadas, estima-se que 15% dos moradores de Seul foram expulsos de suas casas e, na África do Sul, 20 mil pessoas foram despejadas.

Governo

Procurada pela reportagem para responder a denúncia feita pela Ancop, a assessoria da Presidência da República, em Brasília, declarou que o tema era do escopo da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério do Esporte.

Já a SDH informou que não se pronunciaria por não ter recebido os dados completos formalizados pela Ancop como denúncia. O Ministério do Esporte, por sua vez, insistiu que são a SDH e a Presidência que devem se pronunciar sobre o assunto.

Em março, o Ministério das Relações Exteriores havia dito que o governo federal tem mantido um diálogo constante com Rolnik sobre o assunto.

Por sua vez, em maio, durante uma sabatina em maio sobre as remoções para a Copa e a Olimpíada, realizada na ONU em Genebra, a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse que o Brasil terá *"respeito aos direitos humanos nos grandes eventos"*.

No mesmo mês, a Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro afirmou em uma nota que *"a prefeitura vem conduzindo os processos de reassentamento da maneira mais democrática, respeitando os direitos de cada família"*.

Fonte: BBC Brasil

Disponível em: (http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130614_futebol_despejos_cm_bg).

Vai ter Copa (as)sim

Num misto de frustração e empolgação às vésperas do Mundial, a população do país do futebol enfrenta a realidade de que quase nada vai melhorar em seu cotidiano

Domingos Zapparoli, de São Paulo

Mesmo sem o respaldo de pesquisas de opinião pública, não é difícil constatar, nas diversas manifestações populares, que os brasileiros chegam às vésperas da Copa do Mundo com um sentimento ambíguo de frustração e empolgação. A seleção brasileira apresenta um futebol que a credencia como uma das favoritas ao título em 2014. Certamente será recebida nos estádios com hinos cantados à capela, como ocorreu na Copa das Confederações no ano passado, e despertará manifestações de regozijo país afora em cada gol marcado.

Enquanto os jogos não começam, filas quilométricas se formam em cada cidade por onde passa a Taça Fifa. Em Macapá, no Amapá, 20 mil pessoas se aglomeraram para ver de perto o troféu de ouro maciço de 18 quilates, e a expectativa dos organizadores é que o tour supere a marca de 1 milhão de visitantes. As figurinhas da Copa também são um sucesso – mais de 300 milhões foram vendidas desde abril. Futebol é festa, e a Copa do Mundo é uma megafesta global.

Mas as autoridades públicas brasileiras, das três esferas de poder, tentaram transformar o evento em algo mais e o venderam à população como uma oportunidade para resgatar a autoestima do país; deixariam de lado o “complexo de vira-lata”, dizia o então presidente Lula da Silva. Segundo o documento oficial “Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil”, que prognosticava que os ganhos poderiam chegar a R\$ 183 bilhões, o país ainda seria beneficiado pela construção de uma

nova imagem no exterior, ligada a competência, organização e desenvolvimento, e a população das cidades-sede teriam como legado melhorias na infraestrutura urbana.

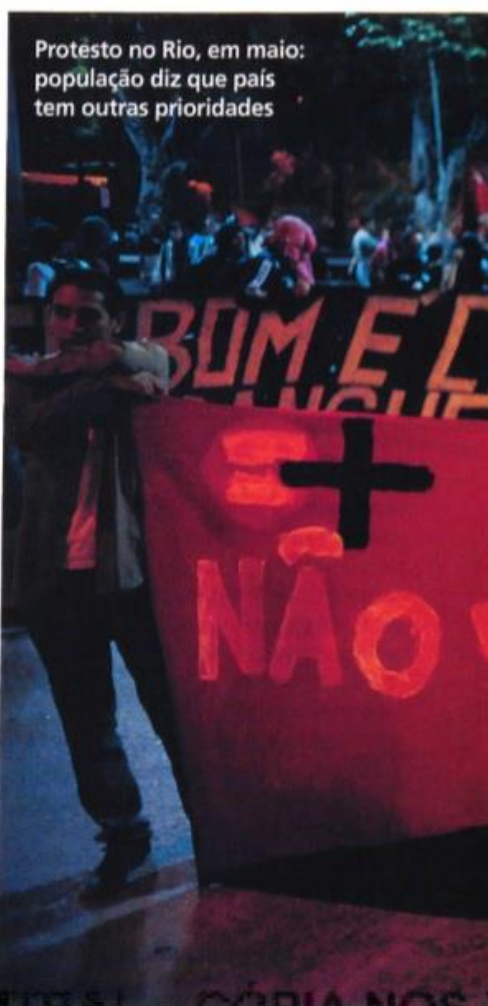
Não foi o que aconteceu. Teremos uma Copa de tapumes. Levantamento do jornal *Folha de S. Paulo*, a um mês do evento, apontou que, das 167 intervenções anunciadas pelo governo como necessárias para o país ser anfitrião da Copa, apenas 68 estavam prontas naquele momento. Havia uma corrida contra o tempo para entregar outras 60, e em outras 28 obras a corrida já havia sido perdida e 11 intervenções abandonadas. Nenhum aeroporto gerido pela estatal Infraero concluiu o plano de investimentos programados.

Muitas das obras realizadas custaram muito mais do que o programado. Para ficar em um exemplo, a Arena Corinthians, onde o Brasil enfrentará a Croácia na abertura do Mundial, no dia 12, havia sido originalmente orçada em R\$ 555 milhões, depois em R\$ 820 milhões e a própria direção do clube paulista já admite que os gastos podem chegar a R\$ 1,1 bilhão. O ex-presidente Lula da Silva garantia que a Copa seria realizada sem dinheiro público, mas todos os estádios foram beneficiados com isenções fiscais e empréstimos camaradas do BNDES.

A incúria não para por aí. Em maio, a Polícia Federal admitiu que ainda não havia concluído o plano de segurança para a Copa, até por falta de informação dos organizadores. Relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

apontou que, até maio, apenas três das 12 cidades-sede haviam concluído os trabalhos de reforço do sistema elétrico necessários para garantir a segurança energética no período dos jogos.

As operadoras de telecomunicações admitem que o atraso na instalação



Protótipo no Rio, em maio: população diz que país tem outras prioridades

de equipamentos, devido à demora na conclusão dos estádios, pode gerar problemas na telefonia. E a Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitiva (TelComp) reconheceu que será bastante limitado nas cidades-sede o uso da telefonia 4G – quarta geração de tecnologia de acesso à internet móvel. Muito foi deixado para a última hora. Só no início de 2014 o Ministério do Turismo passou a ser demandado pelas cidades interessadas em obter recursos, de um total de R\$ 128 milhões disponíveis, para iniciativas como centros de recepção ao turista e sinalização das cidades.

No Brasil, historicamente, a distância entre o prometido pelas autoridades pú-

blicas e o realizado é grande. Como demonstrou a ONG Contas Abertas, em abril apenas 26% das 253 obras de mobilidade urbana planejadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para o período de 2011 a 2014 haviam sido iniciadas. Obras previstas no PAC 1 ainda estão por realizar, como a Ferrovia Nova Transnordestina, a transposição do rio São Francisco e a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. A Ferrovia Norte-Sul está em execução desde os anos 1980.

O Fórum Econômico Mundial classifica o Brasil na 88ª posição de um ranking de 122 nações quando se trata de educação. No país estão 11 das 30 cidades com o maior número de homi-

cídios, segundo a Organização das Nações Unidas. Em maio, 4.571 pessoas estavam na fila da cirurgia no Hospital do Servidor, no Rio de Janeiro, algumas por até dez anos.

Diante desse contexto, não espanta que os altos custos e a baixa qualidade da gestão das obras para a Copa do Mundo tenham virado um catalisador de um sentimento difuso de insatisfação, gerando uma série de protestos contra tudo o que está aí e a Copa também. Mas a Copa é só futebol. No fim, as obras, se completadas, podem se transformar em um legado positivo para a população. E as urnas fazem as pesquisas definitivas sobre os discursos e as ações dos políticos. ■



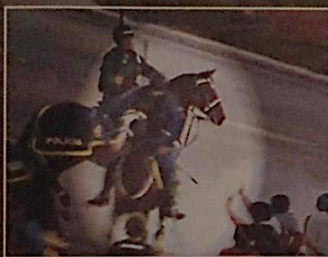
REPORTAGEM 4: REVISTA ISTOÉ– JUNHO/2014



...APESAR DE TODOS OS PROBLEMAS

Na semana passada, quem esteve na Granja Comary, em Teresópolis, local de treinos da Seleção Brasileira de Futebol, observou um espetáculo que se repete quase todos os dias. Nas primeiras horas da manhã, uma densa neblina cinzenta encobre o lugar, mas pouco depois ela é substituída por um sol luminoso. Não poderia haver imagem mais precisa para descrever as contradições da Copa do Mundo no Brasil. A Copa da incompetência, das obras prometidas e não entregues, dos protestos violentos e do oportunismo das greves está envolta por uma espessa cama-

da de sombras, como se nuvens escuras anunciassem uma tempestade que se aproxima. Mas há uma outra Copa também, tão radiante quanto os dias ensolarados de Teresópolis, e que poderá ser conhecida e reverenciada nos pés hábeis de craques como Neymar e dos jogadores brasileiros concentrados na Granja Comary. Sim, vai ter Copa, mas não uma só. Uma escancara, para o mundo inteiro ver, as profundas mazelas nacionais. A outra será um torneio extraordinário de futebol, provavelmente o melhor em décadas, marcado por talentos excepcionais, rivalidades à flor da pele, embates para entrar na história.





As duas faces da Copa são expostas todos os dias – e certamente cada vez mais, até o apito final da competição. Na terça-feira 27, durante um protesto contra o Mundial, um índio disparou uma flecha em direção a um grupo de policiais que acompanhava o ato em Brasília. O artefato atingiu a perna de um soldado, ferindo-o. Na mesma terça, o lateral-esquerdo Marcelo, o último jogador que faltava para completar o grupo dos 23 convocados, se apresentou na Granja Comary. A flechada e o sorriso farto de Marcelo ao se encontrar com o técnico Luiz Felipe Scolari são exemplos acabados do que está por vir. De um lado, confrontos que produzem vítimas. De outro, a festa do futebol.

Por que, afinal, tantas pessoas amam odiar a Copa no Brasil? Desde as legítimas manifestações que começaram em junho do ano passado, construiu-se a imagem de que o Mundial é responsável pelas desgraças da nação. Essa percepção está correta? Talvez ela seja resultado de uma mentira contada a partir de 2007, quando o Brasil foi escolhido sede da Copa. Autoridades de governos, integrantes notáveis do Comitê Organizador Local (COL) e a própria imprensa disseram, ou pelo menos insinuaram, que o torneio de futebol seria o antídoto para todos os males nacionais. Teríamos, enfim, aeroportos reluzentes, estradas seguras, metrô confortáveis, segurança pública eficiente. Quase nada disso virou realidade. Pior ainda: ao

desapontamento juntaram-se denúncias de corrupção e muito dinheiro jogado na lata do lixo. O resultado é conhecido. Hoje em dia, um contingente enorme de brasileiros associa imediatamente Copa a roubalheira, futebol a ineficiência, Fifa a abusos. Daí a possibilidade de amplos protestos durante

o alto grau de incivilidade a que nos submetemos diariamente. Na semana passada, saíram os resultados do “Mapa da Violência”, estudo anual que detalha as mortes por causas extremas. O Brasil retrocedeu mais de três décadas, atingindo a maior taxa de homicídios de que se tem registro desde 1980. Isso depois

de incontáveis anúncios de políticas de segurança e após vultosos investimentos financeiros. Só os brasileiros sabem como tem sido difícil admirar o

POR QUE NÃO SEPARAR OS PROBLEMAS DA NAÇÃO DE ALGO MUITO DIFERENTE – AS JOGADAS GENIAIS, OS GOLS DOS CRAQUES?

a Copa. Para contê-los, o governo federal apostou na militarização das ruas, com tanques do Exército e policiais da Força Nacional de Segurança.

A Copa será realizada num momento em que o Brasil dá motivos para o descontentamento. Basta dar uma olhada em alguns indicadores para conhecer

País. O transporte público é horrível. A economia não anda. Hospitais matam em vez de salvar. Falta água. Tudo é caro. São flagelos demais para uma nação inteira ignorar. “A população nas ruas é uma indicação de que os canais existentes para exercer a cidadania não são suficientes”, diz Gustavo Azenha,



FESTA
Ruas decoradas em Natal:
por que não admitir que a
Copa é bacana para um
País como o Brasil?



FORÇAS NAS RUAS
Tropa do Exército na
base aérea de Salvador
(à esq.) e treinamento
de policiais em Brasília:
atentos às manifestações

diretor do centro de estudos brasileiros da Columbia University.

E o futebol, como fica nessa história? Reconheça-se que fizemos quase tudo errado, mas por que não admitir que é bacana demais uma Copa do Mundo no Brasil? Por que não separar os problemas da nação de algo totalmente diferente – as jogadas geniais, os dribles desconcertantes, os gols sensacionais? O que Neymar tem a ver com o dinheiro público despejado vergonhosamente nos estádios? Ou Messi? Ou Cristiano Ronaldo? Os três são as maiores estrelas do

torneio e certamente entrarão para a história como figuras gigantes do futebol. Por que não desfrutar, neste momento único, do que elas têm para oferecer? Dentro dos gramados, a Copa do Brasil vai reunir, como poucas vezes se viu, uma constelação de craques no auge da forma, seleções que são verdadeiros esquadrões e tudo isso sob os olhos de uma torcida que sabe celebrar como ninguém. “Como o Brasil é o País mais festejado do mundo do futebol, cria-se a expectativa de ser uma Copa inesquecível”, diz Tostão, titular da Sele-

ção tricampeã em 1970 e hoje um analista reconhecidamente independente.

Mesmo fora do universo do futebol, a Copa não deixará apenas legados nefastos. Há algo de positivo também. No turismo, espera-se a chegada de 600 mil visitantes, mas esse não é o único ponto favorável. “Com a Copa, o Brasil vai economizar na propaganda dos destinos, o que normalmente tem um custo enorme”, diz Elzário Pereira da Silva Júnior, presidente da Associação Brasileira de Profissionais do Turismo. “O Mundial será benéfico para o turismo do País inclusive depois de acabar.” Em termos de infraestrutura, a Copa acelerou obras importantes. É um absurdo as reformas dos aeroportos não terem terminado a tempo, mas elas pelo menos estão em andamento. Sem a Copa, as autoridades teriam disposição política para começá-las? Muitas obras de mobilidade urbana também saíram do papel graças ao torneio de futebol. No Rio, o corredor expresso Transcarioca, que liga a Barra ao Aeroporto do Galeão, terá 20 de suas 45 estações funcionando durante os jogos, e as demais devem ficar prontas até o final do ano. Em Itaquera, onde se dará a partida inaugural, as obras viárias do entorno do estádio devem melhorar a vida dos moradores do bairro periférico de São Paulo. A Copa trará nuvens pesadas para os céus brasileiros, mas o sol brilhará também. ■

Com reportagem de Camila Brandalise

REPORTAGEM 5: JORNAL

REGIÃO
METROPOLITANA

TRUNCADA

Obra na Tronco longe do fim

Entravada pela burocracia, avenida que ligará zona sul ao centro da Capital poderá ficar pronta às vésperas das eleições municipais

EDUARDO RODRIGUES

A maior e mais complexa obra de mobilidade urbana, que modificará radicalmente a ligação da zona sul com o centro de Porto Alegre, está longe do fim.

No ritmo lento das obras – ontem, havia apenas quatro operários fazendo reparos em um trecho já finalizado – é provável que a duplicação da Avenida da Tronco fique pronta somente em 2015, ou às vésperas das eleições municipais de 2016.

Contribuem para o cenário de atrasos a demora nas desapropriações, indenizações, licenças e na licitação para a construção das unidades habitacionais que serão erguidas na região. Orçado em R\$ 156 milhões, o novo traçado de 5,3 quilômetros de extensão é uma das 12 obras de mobilidade urbana que não ficarão prontas para a Copa. Somente o entorno do Beira-Rio (viaduto, corredor de ônibus e duplicação da avenida homônima) e o viaduto da Júlio de Castilhos serão inaugurados.

Além da dificuldade de encontrar imóveis no valor do bônus-moradia (R\$ 52.320), uma queixa antiga dos moradores, como a dona de casa Solange da Rosa, 38 anos, mãe de um bebê de um ano, é superar outros obstáculos. A casa em que ela mora está em nome da mãe, Maria Silva da Rosa, que morreu em julho de 2013. No cadastro do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), além de Maria, constam apenas os nomes do cônjuge e de uma neta, únicas pessoas que teriam direito ao valor. Mesmo assim, Solange tenta receber o benefício.

– Ficaram de me dar uma resposta amanhã (hoje). Estou separada, mo-

ro aqui e meus irmãos já têm casa. Não sei o que vai acontecer – disse a dona de casa.

Solução, só em 2015, com aposta no aluguel social

Segundo o diretor-geral adjunto do Demhab, Marcos Botelho, das 1.525 famílias cadastradas, apenas 680 tiveram a situação resolvida. Ele acredita que a totalidade dos moradores será contemplada somente em 2015.

– Das 845 famílias restantes, pelo menos 600 estão com processos abertos e em andamento – afirmou.

Sobre a situação de Solange, o diretor revela que a moradora já foi beneficiada com um imóvel no Condomínio Princesa Isabel (após a separação, ela passou a morar na casa da mãe, na Moab Caldas). Portanto, não poderia se candidatar para um novo imóvel.

O engenheiro e coordenador técnico de obras de Mobilidade Urbana do PAC, Rogério Baú, acredita que a liberação do projeto de construção dos prédios pela Caixa aumentará a adesão das famílias ao aluguel social. Só assim, o processo de desocupação e demolição poderá ser acelerado para a continuidade das obras.

– Isto vai gerar um grau de confiança maior nas pessoas e nos dar condições de trabalhar. A obra viária será concluída em dezembro de 2015 – garantiu o coordenador.

A Caixa Econômica Federal informa que os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida citados estão em fase de análise de projeto e de orçamento. A Caixa esclarece que ainda não foram contratadas as construtoras que executarão as obras.

eduardo.rodrigues@diariogaucho.com.br

PONTOS DO ENTRAVE

A OBRA

• **Segundo o** relatório de março, no site Transparência nas Obras, da prefeitura, os trechos 1, 2, 3 e 4 estão em obras. Na prática, após a conclusão da etapa inicial, pouco ou quase nada se fez. O número de operários é inexpressivo, e o de máquinas, não enche uma mão. A obra não avança porque depende exclusivamente de desocupações e demolições. Quem passa pelo local percebe que dificilmente tudo será resolvido em um ano.

SITUAÇÃO ATUAL

• **Avenidas** Cruzeiro do Sul e Moab Caldas: nesse trecho, entre as ruas Neves e Francisco Massena, a obra de duplicação já apresenta a futura conformação da via, com as pistas, corredores de ônibus e canteiros executados.

• **Avenida** Gastão Haslocher Mazon: avança a colocação de placas de concreto que serão a base para a circulação de ônibus.

• **Trecho** da Avenida Teresópolis: está sendo feita a nova pavimentação da pista, com a colocação de placas de concreto do futuro corredor de ônibus.

TRANSFERÊNCIA
DAS FAMÍLIAS

• **Outro nó** que tem sido difícil de desatar. Burocracia, baixo valor do bônus e demora na liberação dos recursos travam o processo.

• **Das 1.525** famílias cadastradas, 445 já receberam o bônus moradia (R\$ 52.320 por família) e adquiririam novas casas.

• **118 recebem** aluguel social (R\$ 500, em média, por mês). Grupo que aguarda a construção das unidades habitacionais em outros locais.

• **117 receberão** R\$ 6,6 milhões de indenizações.



Ontem, funcionários trabalharam em local que já foi concluído

JUNTOS, NA FÉ

Católicos e umbandistas por São Jorge

Para os católicos, Jorge, o militar romano que morreu por sua fé. Um santo. Para os afro-umbandistas, Ogum, o orixá que representa o guerreiro vencedor das batalhas espirituais.

Hoje, 23 de abril, São Jorge é celebrado por devotos de ambas as vertentes religiosas.

Na Capital, haverá ritos que culminarão, domingo, no segundo maior evento católico da cidade.

Na Paróquia São Jorge, do bairro Partenon, o dia de hoje será marcado por uma maratona de missas, a cada duas horas, para homenagear o padroeiro. Após a celebração das 20h, os fiéis sairão do templo direto para a 4ª Caminhada Luminosa, que subirá a Avenida Aparício Borges e depois fará o caminho de volta ao templo, onde fogos de artifício encerrarão o ato.

No domingo, uma grande missa campal será presidida pelo arcebispo dom Jaime Spengler no trecho em

obras na área próxima ao cruzamento das avenidas Aparício Borges e Bento Gonçalves. Após a missa, os organizadores esperam cerca de 50 mil pessoas para a procissão que subirá a Aparício até a Rua Pedro Boticário e depois voltará pelo mesmo caminho.

Os umbandistas, que realizam hoje uma caminhada em honra a Ogum no bairro Primavera, em Novo Hamburgo, encerrarão suas cerimônias com uma grande festa, em Cidreira, no dia 4 de maio.

SERVIÇO

HOJE
PORTO ALEGRE

4ª Caminhada Luminosa

• **Sairá da Igreja São Jorge** (Avenida Bento Gonçalves, 2948) após a missa das 20h e seguirá pela Avenida Aparício Borges. E voltará pelo mesmo caminho.

NOVO HAMBURGO

Abertura da 8ª Semana Estadual de São Jorge e Ogum

• **20h** – Concentração em frente à Igreja de São José Operário (Rua Osvaldo Cruz, 585, bairro Primavera).

• **20h10min** – Saída em direção à Rua José Kayser, 59, bairro Primavera.

DOMINGO

61ª Festa de São Jorge

• **9h30min** – missa campal em área próxima à esquina da Av. Aparício Borges com a Rua Manoel Vitorino.

• **Após a missa** – procissão pela Avenida Aparício Borges até a Rua Pedro Boticário e, em seguida, o caminho de volta.

• **Trânsito** – a EPTC acompanhará a caminhada e fará bloqueios pontuais. Motoristas que desejarem evitar bloqueios no sentido Sul-Norte podem desviar pela Avenida Oscar Pereira e em seguida pela Rua Guilherme Scheil. No sentido Norte-Sul, uma opção é usar a Rua Barão do Amazonas até a Rua Pedro Boticário.

REPORTAGEM 6: JORNAL

NOTÍCIAS

(51)3218-4395
 Editora: Dione Kuhn
 dione.kuhn@zerohora.com.br

ZERO HORA
 DOMINGO,
 13 DE JULHO DE 2014

11

LEGADÔMETRO

Desde 2011, ZH acompanhou a execução das obras da Copa em Porto Alegre em reportagens batizadas de Copômetro. Com o encerramento do torneio e o fim dos prazos impostos pela competição, o jornal passa a conferir o andamento dos projetos ainda inacabados.

■ Concluídas
 ■ Em ritmo lento
 ■ Paradas

AEROMÓVEL (governo federal)

R\$ 37,8 MILHÕES

Situação: inaugurado ano passado com um veículo com 150 lugares. O segundo, para 300 passageiros, entrou em operação em abril. O trecho aeroporto-trensurb tem um quilômetro.

ESTÁDIO (iniciativa privada)

R\$ 400 MILHÕES (valor extraoficial)

Situação: concluído. O Beira-Rio foi inaugurado em 5 de abril. A obra foi executada pela Andrade Gutierrez, que firmou parceria com o Inter. Parte da reforma foi financiada por empréstimo do BNDES.

INFRAESTRUTURA | OBRAS DA COPA

LIÇÕES DO LEGADO

A REALIZAÇÃO DO MUNDIAL colocou o poder público diante de uma oportunidade única: redesenhar regiões das cidades-sede para melhorar a mobilidade urbana. Passado o torneio, projetos concluídos ou inacabados deixam aprendizados para o futuro



OS ACERTOS

Pressionada pelos prazos e sem os repasses da Caixa, a prefeitura investiu R\$ 97 milhões próprios para conseguir inaugurar as avenidas Beira-Rio e Padre Cacique até a Copa. Essas obras, que incluíam o Viaduto da Pinheiro Borda, eram as prioridades. Sem elas, a realização do Mundial em Porto Alegre estaria comprometida. Foi um plano comercial que deu resultados.

Porto Alegre está entre as cidades que melhor aproveitaram a Copa para tirar obras de mobilidade urbana do papel. O governo federal ofereceu financiamentos com prazos longos e juros baixos. A maioria das construções não está relacionada com a competição, mas mudará a cara da cidade em um futuro próximo. Para o secretário de Gestão, Urbano Schmitt, "nunca na história tivemos tamanho investimento em mobilidade".

CARLOS ROLLSING e JULIANA BUBLITZ
 carlos.rollsing@zerohora.com.br
 juliana.bublitz@zerohora.com.br

A calentada por milhares, abominada por outros tantos, a Copa do Mundo está acabando. Neste domingo, a bola deixará de rolar, a cúpula da Fifa voltará à Suíça. Aos brasileiros, restará o que se convencionou chamar de legado, expresso em obras de mobilidade urbana, parte delas inacabada.

O Mundial deixa uma série de aprendizados para a gestão pública no Brasil. Governantes comemoram a possibilidade de redesenhar cidades, mas a pressa, a falta de planejamento e a burocracia deixam uma herança de pendências, precedidas por atritos com setores que desejavam ter opinião sobre temas como remoções, cortes de árvores e reintegrações.

Em Porto Alegre, 19 obras foram previstas como legado da Copa, mas apenas seis estão prontas (em outra contagem, o número de construções é de 20 porque o Viaduto da Pinheiro Borda é dissociado da ampliação da Avenida Padre Cacique). De todos os empreendimentos, 14 são de responsabilidade da prefeitura, que captou R\$ 888 milhões em financiamentos federais.

Na vida real, o cidadão ainda

sente os transtornos de conviver em uma cidade tomada por intervenções que andam em ritmo lento. Nas três esferas da federação, o imprevisto trouxe consequências.

Ainda em 2009, a prefeitura assinou acordo para receber como doação do Centro das Indústrias (Ciergs) os 14 projetos básicos de engenharia, mas isso não acelerou o processo, que se estendeu por quase dois anos.

Os projetos levados à licitação se mostraram insuficientes do ponto de vista do detalhamento. Alguns tiveram de ser refeitos. Isso, em parte, explica alguns dos atrasos – relata Andrea Mallmann, auditora do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que acompanhou as obras da Copa.

SÓ 16,5% DO VALOR DOS EMPRÉSTIMOS FOI LIBERADO

O impasse em torno dos projetos gerou problema na liberação de recursos. A prefeitura protestou contra o atraso nos repasses dos financiamentos feitos pela Caixa. O primeiro empréstimo foi assinado em julho de 2010 e, até agora, foram desembolsados só R\$ 80,1 milhões dos R\$ 426,7 milhões contratados. Da segunda operação, de janeiro de 2014, foram liberados R\$ 66,6 milhões dos R\$ 461,9 milhões.

Nunca faltou recurso, mas

existem regras. Tivemos percalços com os projetos definitivos, que nunca chegavam. Não conseguimos fazer as medições e não tínhamos como liberar o dinheiro – diz Ruben Danilo Pickrodt, superintendente da Caixa no RS.

A prefeitura rebate e diz que as medições de obras geraram atrasos pontuais de até 30 dias, incapazes de ameaçar cronogramas.

O problema foi a não liberação do segundo financiamento. Entramos com os documentos em 2012, deveria ser liberado em junho de 2013, mas o recurso só chegou em março de 2014. A União demorou para fazer seus procedimentos internos – afirma o secretário municipal de Gestão, Urbano Schmitt.

Nesta reportagem, Zero Hora lista os acertos e erros que contribuíram para a finalização ou o atraso das obras da Copa e mostra a realidade de moradores de Porto Alegre. Nas próximas quatro páginas, também há espaço para as barreiras que permeiam a realização de obras públicas no país, como o caso de uma negociação de desapropriação entre prefeitura e Exército. Mesmo consensual, o processo levou mais de um ano para ser finalizado.

Há ainda casos de imbróglis judiciais, surpresa com a descoberta de um sítio arqueológico e imperícia na identificação de uma rocha e de um solo de "má qualidade".



OS ERROS

No início de 2010, quando foi assinada a matriz de responsabilidade da Copa, foram feitas estimativas de investimento em obras, sem cálculos confiáveis. Quando os projetos ficaram prontos, logo se percebeu que os recursos do primeiro financiamento seriam insuficientes. As cidades-sede tiveram de tomar um segundo empréstimo federal para finalizar os empreendimentos. A burocracia foi redobrada.

Com 14 obras ao mesmo tempo, o corpo técnico da prefeitura se mostrou reduzido. Documentos e exigências da Caixa ficaram pendentes e travaram os repasses. O município entendeu que o risco valia a pena: se não colocasse tudo no pacote da Copa, perderia os financiamentos em condições favoráveis da União. A dificuldade de pessoal indicou os gargalos do poder público para realizar grandes projetos.

SEQUE

Após a conclusão das 14 obras de mobilidade urbana da prefeitura, Porto Alegre terá...

2,4

quilômetros de novos viadutos, pontes e trincheiras.

33

quilômetros de vias novas, duplicadas e faixas exclusivas de ônibus reformadas.

5,8

quilômetros de ciclovia na Avenida Tronco.

NOTÍCIAS

ZERO HORA
DOMINGO,
13 DE JULHO DE 2014

12

**AVENIDAS
BEIRA-RIO
E PADRE
CACIQUE
(prefeitura)****R\$ 86,9 MILHÕES
executados
até agora****ILS2 (governo federal)
R\$ 42,7 MILHÕES****Situação:** concluído. O ILS2, que melhora as condições de pouso e decolagem no Salgado Filho em dias de neblina, foi colocado em operação pela Infraero e Secretaria de Aviação Civil em meio à Copa.**COMPLEXO DA RODOVIÁRIA (prefeitura)
R\$ 19,8 MILHÕES (executados até agora)****Situação:** o viaduto da Júlio de Castilhos está concluído. Uma estação de transporte público, com passagens subterrâneas para pedestres, ainda será construída. O edital deve ser lançado em agosto.**TRINCHEIRA DA ANITA GARIBALDI (prefeitura)
R\$ 9,9 MILHÕES (executados até agora)****Situação:** paredes de contenção foram erguidas, e a obra na avenida está na fase de escavação da trincheira, com conclusão até o final do ano. A retirada de uma rocha e de árvores atrasou os trabalhos.

DEU CERTO

AS DUAS OBRAS

Duas construções fazem parte deste projeto: duplicação da Avenida Beira-Rio e ampliação da Avenida Padre Cacique, com a construção do Viaduto da Pinheiro Borda, faixas exclusivas de ônibus e ruas transversais A, B e C. O prazo inicial de conclusão era dezembro de 2012. Divididas em seis partes, as obras se iniciaram entre julho de 2010 e março de 2013. Os dois últimos trechos da Beira-Rio foram abertos ao fluxo no final de maio. A Padre Cacique e o viaduto foram entregues dias antes do primeiro jogo da Copa em Porto Alegre, em 15 de junho.

O IMPASSE AMBIENTAL

Três fatores contribuíram para atrasar o andamento das obras: remoções de árvores e reintegração de posse de terrenos viraram brigas judiciais, além do impasse acerca do repasse de recursos dos financiamentos do governo federal. Na Beira-Rio, houve disputa judicial, com ação do Ministério Público, contra a remoção de 115 árvores que estavam na rota de ampliação da via, sobretudo na Praça Júlio Mesquita, em frente ao Gasômetro. Uma liminar travou a obra nesse trecho entre abril de 2013 e janeiro de 2014.

A DISPUTA POR TERRENOS

A ampliação da Padre Cacique sofreu entraves na retomada de terrenos que eram de propriedade da prefeitura. Seis empresas (floricultura, fábrica de gelo, casa de piscinas, pet shop, marmoraria e lavagem de carros) iniciaram uma disputa judicial para tentar permanecer na área. A situação atrasou a obra em alguns trechos entre o Estádio Beira-Rio e o Viaduto da Pinheiro Borda por 19 meses. Foram oito ações judiciais, tramitando nas esferas estadual e federal entre agosto de 2012 e março de 2014, quando ocorreu a última desocupação.



FOTO: THIAGO NABA

A ESTRATÉGIA

As obras deram certo porque a prefeitura as tornou "prioridade máxima". Esta foi a fórmula utilizada para fazer avançar: acelerar o entorno do estádio e frear ou paralisar o restante. Com o impasse nos financiamentos, o município investiu R\$ 97 milhões do seu caixa, parte no complexo Beira-Rio.

O RESULTADO

O legado do complexo Beira-Rio é a qualificação do principal corredor de acesso à Zona Sul da Capital, por onde 45 mil veículos fazem diariamente os caminhos de ida e volta. A prefeitura estima que, em horários de pico, é possível reduzir a viagem pelo percurso em 30 minutos.

O Viaduto da Pinheiro Borda foi tratado como "prioridade máxima", o que assegurou recursos

IMPACTO SOCIAL**POSITIVO**

Quem vive na Zona Sul e precisa se deslocar para o Centro já sentiu a diferença. Com a conclusão do Viaduto da Pinheiro Borda, o trânsito passou a fluir melhor a partir daquele ponto, impactando positivamente na qualidade de vida das pessoas. O contador Jorge Paz Estácio, da Associação de Moradores do Bairro Ipanema (Ambi), é testemunha da mudança, embora avalie que muito ainda precisa ser feito para pôr fim à tranqueira na Zona Sul:

— A obra melhorou bastante a mobilidade no sentido bairro-Centro. A partir do viaduto, o tempo de viagem se reduziu em até 10 minutos.

**NEGATIVO**

Há duas reclamações predominantes. Uma vem de motoristas que se deslocam no sentido Centro-bairro (oposto ao do viaduto). Embora a Beira-Rio tenha sido duplicada, o trânsito afunila nas proximidades da Fundação Iberê Camargo e, em horários de pico, fica lento. A outra reclamação vem de moradores do Condomínio

Canadá, na Avenida Pinheiro

Borda. Eles reivindicam uma faixa de segurança perto da nova estrutura. A cadeirante Angela Mara Pates, 40 anos, diz ter medo de atravessar a via para ir até a parada de ônibus, que ficou mais longe com a obra:

— Simplesmente esqueceram dos pedestres.

**EXPECTATIVA**

Entidades de moradores da Zona Sul estão na batalha por novas obras. Uma das prioridades, segundo Jacqueline Custódio, presidente do Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda e Vilas Conceição e Assunção, é a duplicação de toda a Wenceslau Escobar.

Jorge Paz Estácio, da Ambi, cita ainda o alargamento da Coronel Marcos e a busca de solução para os congestionamentos na Tramandai.

**VIADUTO
DA BENTO
(prefeitura)****R\$ 69,6 MILHÕES
executados
até agora****TRINCHEIRA DA CRISTÓVÃO (prefeitura)**
R\$ 12,5 MILHÕES (executados até agora)
Situação: conclusão em 2015. Além dos entraves com projetos e recursos, a obra na Avenida Cristóvão Colombo enfrentou dificuldades específicas: processos de desapropriação acabaram na Justiça.**BRT DA BENTO GONÇALVES (prefeitura)**
R\$ 10,9 MILHÕES (pavimentação)
Situação: 92% da obra está executada e deve ser concluída neste ano. Foi prejudicada pela demora na elaboração dos projetos e na liberação de recursos e pela escassez temporária de areia.**BRT DA PROTÁSIO (prefeitura)**
R\$ 16,6 MILHÕES (pavimentação)
Situação: 88% da obra na Protásio Alves está executada. Conclusão em 2014. Foi prejudicada pela demora na elaboração dos projetos e na liberação de recursos e pela escassez temporária de areia.

EM RITMO LENTO

A OBRA

O prazo de conclusão era junho de 2012, mas a ordem de início dos trabalhos só foi assinada em agosto do mesmo ano. Agora, a entrega está prevista para dezembro. O viaduto, na Terceira Perimetral, sobre a Bento, terá 500 metros, com um trecho de dois pisos em que carros irão trafegar em uma pista mais alta e ônibus, em outra mais baixa. Problemas com os repasses da Caixa prejudicaram o cronograma. A prefeitura investiu recursos próprios, mas, quando priorizou o Complexo Beira-Rio, os aportes foram suspensos e a obra praticamente parou por 90 dias.

A BUROCRACIA PÚBLICA

As dimensões do viaduto exigiram que a construção avançasse sobre uma área da União, em uso pelo 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, do Exército, na Rua Dr. Salvador França, próximo à Igreja São Jorge. O Exército recuou a sua propriedade para permitir a instalação de pilares do empreendimento. Mesmo sem conflito, a negociação de desapropriação e indenização se desenrolou entre março de 2012 e maio de 2013. Parte da obra ficou engessada nesse período.

O QUE FALTA PAGAR

O termo de cessão e posse da área do Exército foi assinado em maio de 2013, liberando a continuidade de obra nesse setor. A prefeitura já pagou R\$ 2,1 milhões em indenizações pelas benfeitorias. Ainda está pendente o valor do terreno, R\$ 1,8 milhão. O legado do viaduto será melhorar o fluxo do corredor da Terceira Perimetral. No entroncamento com a Bento Gonçalves, sinaleiras de três tempos tornam o tráfego pesado. O local também registrava muitos casos de atropelamento. Os índices de congestionamento e acidentes devem reduzir.

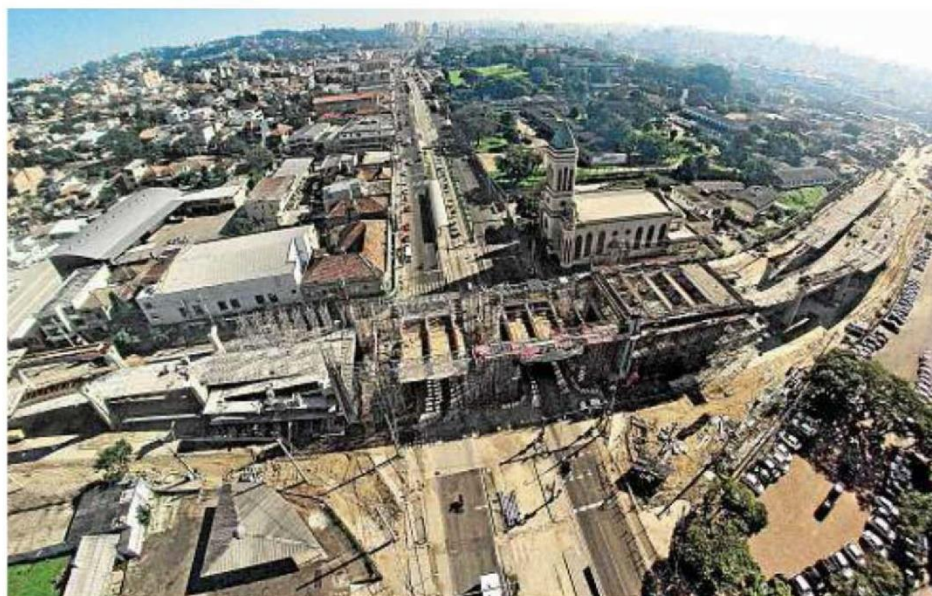


FOTO: DESAFIO

Quando estiver pronto, elevado sobre a Bento Gonçalves vai melhorar o fluxo da Terceira Perimetral

IMPACTO SOCIAL**POSITIVO**

Reivindicada há anos, a obra é uma promessa de alívio para quem cansou dos engarrafamentos diários e do estresse ao volante. Morador da região desde 1977, o aposentado Gerolimo Carlos Adamatti, 72 anos, não só acompanha de perto a evolução do gigante de concreto, como foi testemunha da abertura da Terceira Perimetral, finalizada em 2006. Ele lembra que, naquela época, o viaduto já era uma necessidade.

– A obra vai resolver um problema que deveria estar solucionado há muito tempo. Chega com atraso, mas o que importa é que está andando – diz Adamatti.

**NEGATIVO**

A obra é motivo de incômodo para quem vive e trabalha nos arredores. O atraso aumenta a ansiedade. O pó e o barro causam transtornos, mas o que mais preocupa são os prejuízos.

Dono de um restaurante no local, Jaime de Vargas, 47 anos, viu o movimento cair 50% desde o início da construção. Como Vargas, o chafeiro Cláudio Assunção, 54 anos, também registra perdas. Ele mantém uma banca que fica ao lado do canteiro de obras.

– Mal consigo vender 10 chaves por dia. Sei que vai ser bom para o trânsito, mas, por enquanto, está atrapalhando a vida de todo mundo – afirma Assunção.

**EXPECTATIVA**

A torcida é pela finalização da obra até dezembro, sem o risco de novos atrasos. Moradora da região, a aposentada Onira Lanza, 72 anos, tem ainda um outro desejo: que o viaduto fique bonito e contribua para melhorar o visual da cidade.

A garçonne Vanessa Pujol, 24 anos, espera por melhorias na iluminação pública junto ao empreendimento. Segundo Vanessa, a área no entorno ficou mais escura e mais perigosa com a intervenção.

Mas, para quem dirige pela Terceira Perimetral, onde nasce o viaduto, a expectativa vai além da plasticidade da estrutura e da conclusão dentro do novo prazo estabelecido. Motoristas reivindicam obras para reduzir a tranqueira mais adiante, no entroncamento com a Avenida Ipiranga.

SEGUIR

NOTÍCIAS

ZERO HORA
DOMINGO,
13 DE JULHO DE 2014

14

BRT DA JOÃO PESSOA (prefeitura)
R\$ 5 MILHÕES (pavimentação)

Situação: 55% da obra está executada. Conclusão em 2014. Foi prejudicada pela demora na elaboração dos projetos e na liberação de recursos e pela escassez temporária de areia.

DUPLICAÇÃO DA VOLUNTÁRIOS (prefeitura)
R\$ 14,1 MILHÕES (executados até agora)

Situação: em obras entre as ruas da Conceição e Ramiro Barcelos. Enfrentou atraso após descoberta de um sítio arqueológico. Também houve problema com desapropriações. Sem previsão de conclusão.

PROLONGAMENTO DA SEVERO DULCIUS (prefeitura)
R\$ 69,6 MILHÕES (executados até agora)

Situação: a extensão de trecho concluída (Rua Dona Alzira) demanda a implantação de pontes, em execução. Sem previsão de conclusão. Foi necessário mudar o traçado para desviar de aterro desativado.

TERMINAL DO SALGADO FILHO (governo federal)
R\$ 246,3 MILHÕES

Situação: no dia 15, a Infraero fará medição da execução da obra. Em caso de atraso, poderá abrir processo de rescisão de contrato. Dificuldades financeiras da empreiteira atrapalharam projeto.

EMPACOU

A OBRA

A entrega da duplicação da Avenida Tronco era prevista para dezembro de 2012, mas a ordem de início dos trabalhos só saiu poucos meses antes, em maio. Hoje, passado um ano e meio do prazo inicial, a prefeitura não se compromete com novo prazo. A futura Avenida Tronco terá 6 quilômetros. Seu início será perto do Jockey Club, seguindo até a rótula da Avenida Coronel Gastão Mazeron, onde haverá uma bifurcação: um caminho para a Terceira Perimetral e outro para a Rótula do Papa. Será uma via de mão dupla, com corredor exclusivo para BRT, área e circulação de pedestres e ciclovias.

A BARREIRA

A prefeitura da Capital desapropriou 22 áreas num raio de 2 quilômetros da Avenida Tronco. Nesses locais, construirá mil residências para abrigar as famílias que terão de deixar as atuais moradias. Assim, com as desapropriações concluídas, a obra viária poderá ser finalizada. A construção das casas é outro fator de demora. A prefeitura fez um chamamento público em 2011 para que se apresentassem empresas interessadas em fazer as construções pelo programa federal Minha Casa Minha Vida. Nenhuma interessada compareceu.

A FALTA DE CONSTRUTORA

Ainda em 2011, um segundo chamamento foi feito, mas, novamente, o resultado foi deserto. Em agosto de 2012, na terceira chamada – quando a prefeitura ofereceu índices construtivos como bônus além do pagamento em dinheiro –, apareceram duas empresas interessadas em tocar o projeto. Estão sob análise cadastral da Caixa Econômica Federal. Se aprovadas pela instituição, as empresas poderão assinar contrato com a prefeitura e iniciar a construção das casas.

A PROJEÇÃO

Somente um dos seis quilômetros da Tronco está com obras finalizadas. A avenida, combinada com a Beira-Rio, será um elo entre a Primeira Perimetral (Loureiro da Silva, João Goulart, Mauá, Castelo Branco e Conceição) e a Terceira Perimetral. Engenheiros acreditam que a conclusão da obra constituirá um anel rodoviário em Porto Alegre, capaz de ajudar a desafogar o estrangulamento da mobilidade urbana na cidade. O legado da Tronco será ampliar as possibilidades de acesso à Zona Sul, oferecendo uma alternativa aos caminhos das avenidas Beira-Rio e Padre Cacique, que já registram tráfego pesado.

O PLANO IMPERFEITO

O projeto básico da Avenida Tronco foi o primeiro a ser concluído pelo Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), que fez um convênio para doar os estudos à prefeitura. A intenção era ter a avenida concluída com antecedência. Assim, poderia ser uma alternativa para os períodos de obras na Avenida Padre Cacique. Também para os dias de jogos da Copa no Beira-Rio, a ideia inicial era oferecer a Tronco como opção, já que o entorno do estádio estaria completamente bloqueado. O plano não deu certo.

A REMOÇÃO CONFLITUOSA

O ritmo da obra é lento pela dificuldade em fazer a remoção de 1.525 famílias que residem às margens da via, em área da prefeitura. Até o momento, 722 casas foram removidas. São os casos de 478 famílias que aceitaram o bônus moradia de R\$ 52,4 mil para comprar residência própria, 111 que receberam indenizações pelas construções e 133 que aderiram ao aluguel social pago enquanto as novas moradias, da Minha Casa Minha Vida, não ficam prontas. Outras 803 famílias ainda negociam.

Terrenos indicam demolição de casas: há um longo trecho à margem da pista que ainda depende de remoções



TRINCHEIRA DA AVENIDA CEARÁ (prefeitura)
R\$ 31,3 MILHÕES (executados até agora)

Situação: aguarda aditivo ao contrato: foi preciso transferir as atividades para a noite para não prejudicar o aeroporto. E o solo da região exigiu mudanças técnicas. Conclusão em 2015.

**DUPLICAÇÃO
DA TRONÇO**
(prefeitura)

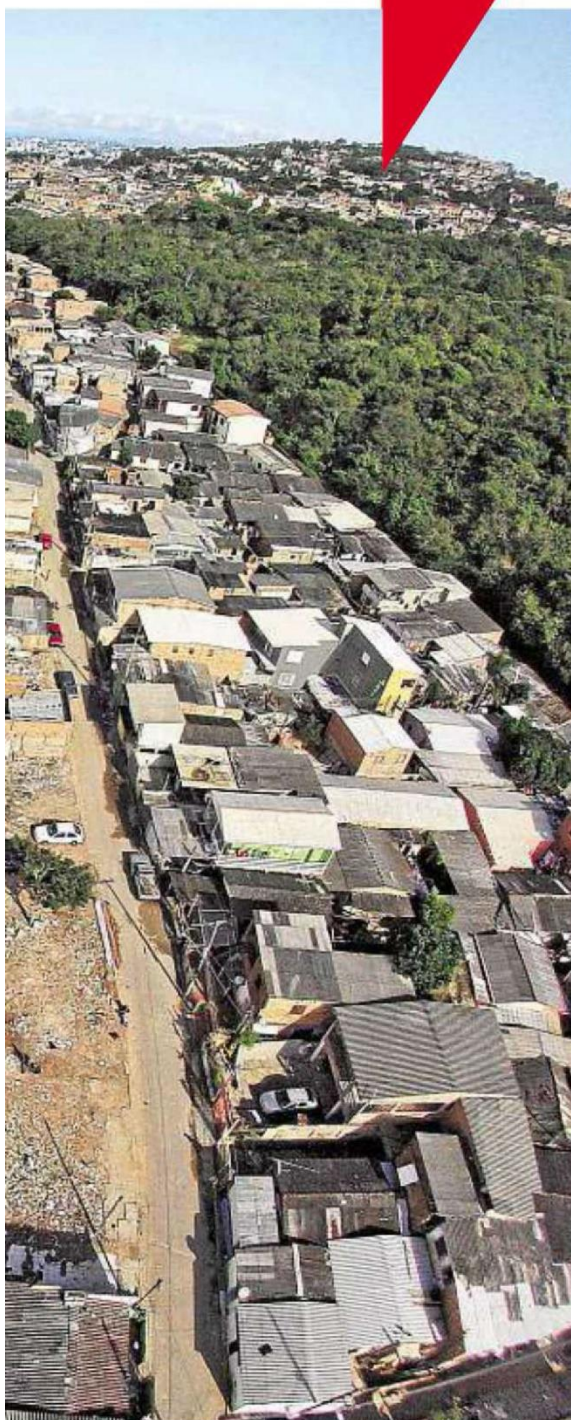
R\$ 122,9 milhões,
previstos para
execução

OBRAS NA PLÍNIO (prefeitura)**R\$ 31 MILHÕES (previsto para execução)**

Situação: aguarda definição da Justiça sobre a reintegração de posse de terreno público. A decisão é fundamental para o início da trincheira e do viaduto na Plínio Brasil Milano. Conclusão em 2015.

PISTA DO AEROPORTO (governo federal)**SEM VALOR DEFINIDO**

Situação: o solo alagadiço encareceu o projeto de ampliação. O edital de licitação e a análise de viabilidade estão sob avaliação da Infraero e da Secretaria de Aviação Civil. Sem previsão de conclusão.

**IMPACTO SOCIAL****POSITIVO**

A aposentada Olga Reis Ribeiro, 73 anos, é só alegria na sua “chacrinha” no bairro Lomba do Pinheiro. Ela integra o grupo de famílias beneficiadas pelo bônus-moradia de R\$ 52,4 mil pago pela prefeitura. Vivia em uma área destinada à duplicação da Tronco, no bairro Cristal, e aceitou deixar sua casa em troca do valor oferecido.

Com a ajuda de um filho, que também recebeu o bônus, conseguiu comprar a propriedade na zona rural de Porto Alegre e realizar um sonho antigo: viver com a família em uma área verde, longe da poluição urbana. Hoje, cria galinhas, mantém um pomar e torce para que aqueles que aguardam o benefício sejam contemplados.

– Lutei muito por isso e acho que meu caso pode servir de exemplo de que é possível superar as dificuldades. Não tenho do que reclamar.

**NEGATIVO**

Moradores que vivem às margens da avenida a ser duplicada e que ainda não tiveram a situação resolvida estão passando por um período de ansiedade e frustração. De 1,5 mil famílias que precisam ser removidas, 722 já deixaram suas casas. O restante espera por uma definição.

É o caso de Manoel Fritz da Silva, 50 anos, proprietário de uma oficina de bicicletas na Avenida Moab Caldas. O prédio será reduzido pela metade por causa das obras. Silva não quer perder o ponto, onde tem freguesia cativa há mais de 25 anos, e exige uma indenização da prefeitura, mas segue sem resposta.

– No início, a coisa fluiu bem, mas depois parou. O pessoal da prefeitura prometeu fazer uma avaliação aqui na oficina, mas até agora não apareceu. É como se a gente não existisse. Minha mulher entrou em depressão com tudo isso, e não sei mais o que fazer – afirma.

Manoel não é o único a perder o sono. Nos arredores, outras famílias aguardam a construção de moradias do Minha Casa Minha Vida para poder se mudar.

**EXPECTATIVA**

Presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tronco, Neves e Arredores (Amavtron), Paulo Jorge Amaral Cardoso resume a principal fonte de ansiedade da população no momento: que as moradias previstas pelo programa Minha Casa Minha Vida saiam do papel, para acalmar os ânimos.

Cardoso diz que as relações com o prefeito José Fortunati são boas, mas reivindica maior agilidade do Departamento Municipal de Habitação (Demhab).

– O que precisamos é de apartamentos prontos para que as pessoas possam se mudar logo e agilizar as obras – diz.

Apesar do atraso, o líder comunitário é otimista em relação ao futuro. Ele acredita que, quando pronta, a intervenção levará desenvolvimento econômico à região e oportunizará novas conquistas sociais aos habitantes da Vila Tronco.



REPORTAGEM 7: *INTERNET* (FIFA/GOVERNO)**Direitos Humanos integra Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014**

02/09/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto, publicado nesta quarta-feira (8) no Diário Oficial, que inclui a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) no Comitê Gestor que vai definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo em 2014.

“O decreto mostra a importância das políticas de Direitos Humanos em todas as iniciativas do governo brasileiro, especialmente na participação nos maiores eventos esportivos do mundo”, avalia a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Izabel Maior.

Izabel enfatiza a importância de se garantir a acessibilidade em todos os equipamentos envolvidos com a Copa do Mundo. *“A participação da SDH é especial no que tange à área da acessibilidade para todas as pessoas que vão participar do evento”,* explica ela.

Isso significa garantir que hotéis, transportes, estádios, pontos turísticos e outros espaços sejam acessíveis a todas as pessoas. *“São os Direitos Humanos contribuindo para que o legado da Copa seja de igualdade para todos”,* conclui a secretária.

Além das políticas públicas voltadas para a acessibilidade, a SDH trabalhará outros temas com ênfase na Copa 2014, como a promoção direitos de crianças e adolescentes, sobretudo o enfrentamento da exploração sexual.

Além da SDH, compõem o Comitê Gestor da Copa de 2014 as secretarias de Portos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Gabinete de Segurança Institucional, a Casa Civil, a Advocacia Geral da União, e os seguintes ministérios: Esporte, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Cultura, Defesa, Desenvolvimento, Fazenda, Justiça, Meio Ambiente, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde, Trabalho e Emprego, Transportes e Turismo.

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos – Presidência da República

Disponível em: (http://www.sdh.gov.br/importacao/noticias/ultimas_noticias/2010/09/09-set-2010-direitos-humanos-integra-comite-gestor-da-copa-do-mundo-de-2014).

REPORTAGEM 8: *INTERNET* (FIFA/GOVERNO)**Ministro do Esporte destaca sucesso da Copa do Mundo no Brasil**

Quase 700 mil turistas estrangeiros visitaram o País, 485 mil passaram pelos 21 aeroportos brasileiros, que registraram apenas 7,46% de atrasos de voos.

14/07/2014

Após um mês de competição, 64 jogos, recordes dentro e fora de campo, chegou a hora de fazer um balanço da Copa do Mundo. Em coletiva de imprensa nesta segunda-feira (14), o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e o secretário executivo da pasta, Luis Fernandes, apresentaram os números do torneio e qualificaram a organização do Mundial como um sucesso. Opinião compartilhada pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter, que deu 9,25 de nota para o megaevento.

A festa contou com quase 700 mil turistas estrangeiros, número que superou as expectativas iniciais do governo, e a receptividade dos brasileiros foi lembrada pelo ministro do Esporte, como uma das marcas do torneio. *“Acredito que todos os jornalistas, os visitantes e as delegações foram tratados com a marca do nosso País e do nosso povo, com carinho, tolerância e com a nossa capacidade de tratar bem os estrangeiros. Somos um País mestiço no sangue e na alma e nos sentimos assim. Para nós, ninguém é estranho, são como se fosse um de nós. Creio que todos partirão com essa lembrança e emoção e espero que sintam vontade de retornar. Este é o maior legado”*, disse Rebelo.

Mais de 485 mil passageiros passaram pelos 21 aeroportos nas 12 cidades-sede, que registraram apenas 7,46% de atrasos de voos – índice menor que o padrão internacional. *“O principal legado foi como soubemos combinar o ambiente organizativo com o ambiente de festa e celebração. Para isso, tínhamos que garantir a qualidade dos serviços necessários para o evento, o que perpassou por um longo e minucioso processo de cooperação. Esta é a chave para que neste balanço final, do ponto de vista operacional, possamos dizer que a Copa foi coroada de sucesso”*, avaliou Fernandes.

O transporte público foi o meio mais utilizado pelos torcedores acessarem os estádios em, pelo menos, três das maiores metrópoles do País. Nos dias de jogos, mais de 80% das pessoas chegaram à Arena Corinthians pelo metrô de São Paulo. O modal foi escolhido por

65% dos espectadores no Rio de Janeiro. Em Recife, 63% do público optou pelo metrô ou pelo BRT.

A Copa do Mundo de 2014 também ficará marcada pela tecnologia da informação. Os investimentos públicos e privados de mais de R\$ 1,7 bilhões em telecomunicações permitiram mais de 45 milhões de envios de fotos até as semifinais do torneio e mais de 11,2 milhões de chamadas completadas nos estádios durante os jogos até as quartas de final. Números que serão atualizados. *“Essa é a primeira Copa realizada sob a égide da convergência tecnológica”*, resumiu Fernandes.

Além do serviço de internet móvel 2G, 3G e 4G, os investimentos também garantiram a alta capacidade para a transmissão das partidas. A Copa do Mundo bateu recordes de audiências em diversos países, a ponto de superar a final da NBA e do beisebol nos EUA. Para o ministro do Esporte, o sucesso da realização da Copa do Mundo é resultado do trabalho e dos esforços dos organizadores do evento que souberam superar a desconfiança da imprensa.

Com o fim da 20ª Copa do Mundo, o Brasil passou o bastão para a Rússia, que sediará a edição de 2018.

Fonte: Portal Brasil

Disponível em: (<http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/07/ministro-do-esporte-destaca-sucesso-da-copa-do-mundo-no-brasil>).

ANEXO C: Informações relacionadas às remoções na Avenida Tronco



Figura C.1: Terrenos para a construção de edifícios populares no bairro Cristal/Porto Alegre .
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.2: Terrenos para a construção de edifícios populares na região do Morro Santa Teresa/Porto Alegre.
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.3: Terrenos para a construção de edifícios populares na região do Morro Santa Teresa/Porto Alegre.
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.4: Terrenos para a construção de edifícios populares na região Aparício Borges/Porto Alegre.
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.5: Terreno para a construção de casas na Estrada Campo Novo, Ipanema/Porto Alegre.
 Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.6: Terreno para a construção de casas na Estrada Cristiano Kraemer, Ipanema/Porto Alegre.
 Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.7: Terreno para a construção de casas na Estrada Cristiano Kraemer, Vila Nova/Porto Alegre.
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura C.8: Terrenos para a construção de 150 casas geminadas no bairro Cristal/Porto Alegre (área negociada com o Exército).
Fonte: SECOPA, 2014.

APÊNDICE A: Fotografias da observação de campo



Figura A.1: Avenida Tronco, 26/04/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.2: Avenida Tronco, 18/05/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.3: Avenida Tronco, 12/06/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.4: Avenida Tronco, 12/07/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.5: Avenida Tronco, 01/08/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.6: Avenida Tronco, 09/09/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.7: Avenida Tronco, 12/10/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.8: Avenida Tronco, 14/11/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.9: Avenida Tronco, 05/12/2014.
Fonte: Silva, 2014.



Figura A.10: Avenida Tronco, 08/01/2015.
Fonte: Silva, 2015.



Figura A.11: Avenida Tronco, 26/02/2015.
Fonte: Silva, 2015.



Figura A.12: Avenida Tronco, 24/03/2015.
Fonte: Silva, 2015.



Figura A.13: Avenida Tronco, 12/04/2015.

Fonte: Silva, 2015.

APÊNDICE B: Questionário

O que você achou da Copa do Mundo de 2014 no Brasil?¹

Esta é uma pesquisa realizada pela linha da 'Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário' do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. O único pré-requisito para participar deste estudo é que VOCÊ PRECISA MORAR EM PORTO ALEGRE, pois o tema do trabalho é como foi a Copa na Capital Gaúcha. Estamos fazendo um estudo sobre o que as pessoas acharam da Copa de 2014, e sua opinião é muito importante para nós. O questionário é curto e não leva mais do que 10 minutos para ser preenchido. Contamos com sua colaboração, e caso possível envie o link do questionário para seus amigos para que eles também possam nos ajudar.

Muito Obrigada.

Pesquisadoras: Gabriela Costa da Silva, Adriana Portella, e Gisele Pereira.

Nossa página:

http://prograu.ufpel.edu.br/index.php/br/linhas_de_pesquisa/percepcao_e_avaliacao_do_ambiente_pelo_usuario

1. O que você achou da Copa aqui no Brasil?

- ☐ Gostei muito
- ☐ Gostei
- ☐ Não sei
- ☐ Gostei pouco
- ☐ Não gostei

2. Você acha que a Copa em Porto Alegre foi:

- ☐ Muito organizada
- ☐ Organizada
- ☐ Nem organizada, nem desorganizada
- ☐ Desorganizada

Site:

https://docs.google.com/forms/d/1enK8cU-p94y1Qfliw8Z_bFoWKAUSP8WZP3OHEoDB8wQ/viewform?c=0&w=1

☐ Muito desorganizada

3. Você acha que a Copa ajudou a divulgar Porto Alegre como um lugar turístico?

☐ Ajudou muito

☐ Ajudou

☐ Não tenho opinião formada

☐ Ajudou pouco

☐ Não ajudou

4. O que você acha das obras do entorno do estádio Beira-Rio para a cidade?

☐ Muito positivas

☐ Positivas

☐ Nem positivas, nem negativas

☐ Negativas

☐ Muito negativas

5. Você conhece o Programa Chave por Chave criado pelas pessoas removidas devido às obras do entorno do estádio Beira-Rio?

☐ Sim

☐ Não



6. Se respondeu SIM na pergunta anterior, o que você acha desse Programa?

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não sei

☐ Pouco importante

☐ Não é importante

7. Você conhece o Programa de ‘Aluguel Social’ do Governo Federal?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Se respondeu SIM na pergunta anterior, o que você acha desse Programa?

- ☐ Ajuda muito a pessoa removida
- ☐ Ajuda a pessoa removida
- ☐ Não sei
- ☐ Ajuda pouco a pessoa removida
- ☐ Não ajuda a pessoa removida

9. Você conhece alguém que foi removido em função das obras do entorno do estádio do Beira-Rio?

- ☐ Conheço muitas pessoas
- ☐ Conheço
- ☐ Não sei
- ☐ Conheço poucas pessoas
- ☐ Não conheço ninguém

10. Você assistiu aos jogos da Copa do Mundo?

- ☐ Assisti todos
- ☐ Assisti quase todos
- ☐ Assisti nem muitos, nem poucos
- ☐ Assisti poucos
- ☐ Não assisti nenhum

11. Caso tenha assistido aos jogos, onde você os assistiu?

- ☐ Pela televisão
- ☐ Assisti alguns pela televisão e outro(s) no estádio
- ☐ Assisti todos nos estádios

12. Se você assistiu algum(s) jogo da Copa do Mundo no estádio em Porto Alegre, a quantos você foi?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

13. Se foi a algum jogo da Copa no Beira-Rio, você achou que a preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio foi:

- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Boa Nem boa, nem ruim
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim

14. Você comprou algum produto relacionado à Copa, como brinquedos, roupas, acessórios, álbum de figurinhas e etc?

- ☐ Sim
- ☐ Não



15. Você foi há algum evento da 'Fan Fast' Porto Alegre durante a Copa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

16. Se respondeu SIM na pergunta anterior, o que você achou da 'Fan Fest' em Porto Alegre?

- ☐ Gostei muito
- ☐ Gostei
- ☐ Não sei
- ☐ Gostei pouco
- ☐ Não gostei

17. O que você acha da ideia de manter o ‘Caminho do Gol’ em Porto Alegre para outros jogos após a Copa?

- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Boa Nem boa, nem ruim
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim



18. Para você, a realização da Copa do Mundo no Brasil foi:

- ☐ Positiva, levando em conta o sucesso tanto econômico quanto social
- ☐ Positiva, mesmo que a Copa não traga um legado para a população
- ☐ Negativa, houve muito roubo, corrupção e discriminação com a classe social menos favorecida
- ☐ Não tem opinião sobre o assunto
- ☐ Outro

19. Você acredita que a partir da Copa do Mundo:

- ☐ Aumentará o número de turistas no país, o Brasil irá crescer economicamente, a população irá usufruir das novas infraestruturas
- ☐ Há chances de uma crise econômica, visto que os gastos com a Copa foram extrapolados
- ☐ Podem acontecer melhorias para o país, todavia essas vão beneficiar somente a classe mais alta
- ☐ Não tem opinião sobre o assunto
- ☐ Outro

20. O que você achou das propagandas que apareceram na mídia no período da Copa?

- ☐ Gostei muito
- ☐ Gostei
- ☐ Não sei
- ☐ Gostei pouco
- ☐ Não gostei



21. Algumas manifestações ocorreram antes e durante a Copa reivindicando recursos que deveriam ser investidos em outros setores como saúde e educação, e não somente em estádios. Qual sua opinião sobre essas manifestações:

- ☐ Desnecessárias, visto que a maior parte do dinheiro investido nos estádios partiu de iniciativas privadas
- ☐ Desnecessárias, visto que as pessoas deveriam aproveitar a Copa já que essa trará benefícios para o Brasil
- ☐ Necessárias, já que o país não tinha capacidade econômica de sediar uma Copa do Mundo
- ☐ Necessárias, já que houve muitas remoções forçadas e muita gente foi prejudicada
- ☐ A maioria das pessoas que participavam dessas manifestações nem sabiam porque estavam lá, simplesmente virou moda participar de manifestações
- ☐ Não tem opinião sobre o assunto
- ☐ Outro

22. Você participou de alguma manifestação contra a Copa antes e/ou durante o evento?

- ☐ Sim
- ☐ Não



23. O que você achou das manifestações que ocorreram antes e/ou durante a Copa?

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Nem importante, nem sem importância
- ☐ Pouco importante
- ☐ Sem importância

24. Você soube que 32 mil pessoas foram removidas do entorno do Beira Rio para a construção das obras para a Copa?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Havia ouvido falar mas não sabia que eram tantas pessoas



25. Devido a obras de infraestrutura realizadas no entorno do Beira Rio em Porto Alegre, muitas famílias foram removidas para que ali fosse construída uma nova via. Sobre esse assunto você:

- ☐ É a favor, visto que tais remoções ocorrem geralmente em ocupações irregulares
- ☐ É a favor, desde que essas famílias sejam removidas dentro dos seus direitos, inclusive de permanecer no mesmo bairro em que moram
- ☐ É contra, visto que há outras alternativas para melhorias de infraestrutura que não prejudiquem as famílias que moram em determinado bairro
- ☐ Não tem opinião sobre o assunto
- ☐ Outro

26. Você se enquadra entre as pessoas removidas para a realização de alguma obra para a Copa em Porto Alegre?

☐ Sim

☐ Não

27. Com relação às obras de melhorias para Porto Alegre devido à Copa, você acha que:

☐ Foram positivas, mesmo com atrasos elas irão beneficiar a população

☐ Foram negativas, já que não ficaram prontas a tempo dos jogos e serviram para maior desvio de verba

☐ Não tem opinião sobre o assunto

☐ Outro

28. Se você fosse dar uma nota de 1 (muito ruim) à 5 (muito boas) às obras realizadas para a Copa em Porto Alegre, que nota você daria?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

29. Para a Copa do Mundo houve a seleção de 12 cidades sedes, enquanto poderia ter sido de 8 a 10 cidades. Para você isso aconteceu:

☐ Para que os turistas pudessem conhecer diferentes regiões do país, além do evento abranger maior parte do território brasileiro

☐ Para que houvesse maiores chances de desvio de verba, além de aumentar os gastos com novos estádios e demais infraestruturas

☐ Para aproveitar o momento de qualificar o maior número de cidades do país

☐ Não tem opinião sobre o assunto

☐ Outro

30. Se você fosse avaliar a Copa do Mundo de 2014 em PORTO ALEGRE durante os jogos, de 1 (muito ruim) a 5 (muito boa), você daria que nota?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

31. Se você fosse avaliar a Copa do Mundo em PORTO ALEGRE quanto ao legado deixado após os jogos, de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom), você daria que nota?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

32. Se você fosse avaliar o planejamento que o BRASIL teve para a realização da Copa, de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom), você daria que nota?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

33. Qual sua idade?

34. Qual sua profissão?

35. Qual sua renda mensal, aproximadamente?

36. Ha quanto tempo você mora em Porto Alegre?

37. Você tem Plano de Saúde (sendo titular ou dependente)?

☐ Sim

☐ Não

38. Você ou seu(s) filho(s) estudam:

☐ Em escola de rede pública

☐ Em escola de rede privada

☐ Em curso técnico federal

☐ Em universidade federal

☐ Em universidade privada

☐ Não estamos cursando nada no momento

Muito obrigada pela colaboração!

APÊNDICE C: Perguntas para o grupo focal

1. Quando que vocês notaram que a Prefeitura começou a planejar a duplicação da via?
2. No início vocês já sabiam que haveria remoções?
3. Houve a participação da comunidade em algum momento no planejamento do projeto?
4. Quando, de fato, começaram as remoções? Como que essas ocorreram? Houve, em algum momento, o uso de violência?
5. A Prefeitura adquiriu 16 terrenos no bairro para a construção de novas unidades habitacionais para aquelas famílias que serão removidas. A conquista desses terrenos partiu de iniciativas da comunidade? O que a Prefeitura diz a respeito? Há datas definidas para a construção das unidades?
6. A Prefeitura prometeu algo para comunidade que não foi cumprido? O que?
7. Com relação ao escritório da Avenida Tronco, como que as famílias são abordadas para a escolha do aluguel social, bônus moradia ou desapropriações?
8. Muitas famílias já aceitaram o aluguel social. Vocês mantem contato com essas para saber como elas estão vivendo no novo local? Para onde essas famílias foram? Alguma família permaneceu em Porto Alegre? O dinheiro destinado ao aluguel social está sendo depositado?
9. Depois que as desapropriações começaram como está a segurança no local?
10. Quando que foi fundado o movimento Chave por Chave? O movimento já trouxe algum benefício para a comunidade?
11. As obras ficaram paradas próximo ao início dos jogos, já que não daria tempo de acabar a duplicação a tempo. Vocês sabem quando que a Prefeitura retomará as obras?
12. Qual o medo de vocês quanto a essa situação?
13. Vocês acreditam que o motivo para a duplicação da Avenida foi a Copa do Mundo? Vocês foram contra a realização do megaevento em Porto Alegre?
14. Se o evento não fosse realizado na cidade de Porto Alegre, vocês acreditam que a duplicação ocorreria da mesma forma?
15. Vocês acompanharam os jogos da Copa?
16. Outras remoções estão acontecendo, como na Vila Dique. Vocês têm contato com essas pessoas? As remoções estão acontecendo da mesma forma da Av. Tronco? Uso de violência, desrespeito aos direitos de moradia?

APÊNDICE D: Transcrição do grupo focal

(Professor participante) – A ideia também é que daqui a gente consiga tirar alguma questão que a gente possa colocar na mídia, porque parece que depois da Copa das coisas desapareceram e a nossa ideia é tentar que isso, pelo menos, através de uma reportagem na Zero Hora que a gente consiga, ou até mesmo marcar um encontro com o pessoal da Prefeitura pra retomar essa discussão, pra tentar entender que rumo vai tomar o projeto, se tem conclusão prevista e onde as pessoas que estão aqui vão morar, porque o ideal é que vocês fiquem no bairro, acho que ninguém quer sair né.

(Participante 1) - Então é assim, na verdade essa obra na Avenida faz parte do Plano Diretor desde 1959, só que de lá pra cá, todo esse espaço foi ocupado pelas pessoas que necessitavam de moradia, que não tinham pra onde ir, perto do centro para trabalho, escola. Não tinha nada disso aqui, foi tudo conquistado por essa comunidade que é grande. Tem mais de 30 mil pessoas que moram na Vila Tronco/ Cruzeiro e tudo que tem aqui, escola, posto de saúde, foi tudo conquistado com o suor da comunidade.

Eu estou há muitos anos aqui na comunidade e fui coordenador de uma grande entidade que abrigava todas as associações do bairro, que eram mais de 30 dentro da Vila Cruzeiro. Naquela época, a gente tinha bastante força, justamente foi criada essa entidade porque uma associação sozinha não conseguia ir ao Governo público, questionar e pressionar. Então, a gente quis unir todas essas comunidade pra ter mais pressão contra o Governo, e a gente conseguiu de fato muitas vitórias de todos os Governos anteriores que começou em 89 com o Olívio Dutra, e aí o PT vai mais forte também e o Orçamento Participativo sai do forno quentinho para ser usado e usado muito bem naquela época né.

As conquistas que a gente conseguiu do Orçamento Participativo foi muito marcante pra comunidade, mas a gente sabe que hoje o Orçamento Participativo, enganativo, ele não é mais participativo, porque ele já tá muito elitizado, já não tem mais aquela força popular, já vem tudo prontinho pra Prefeitura, conselheiro, delegado. Já vem a lista pronta, antes eles tiravam na hora na assembleia. Então, isso pra nós hoje não tem mais sentido de dizer Orçamento Participativo. Nessa oportunidade, agora, em 2010 começou uma pressão da Prefeitura contra a comunidade pra abertura da avenida, que vai desde a Terceira Perimetral até lá o Cristal, no Jockey Club.

Então começou aquela pressão, a Prefeitura veio e disse ‘*óh, nós temos que remover 1.600 famílias para poder fazer essa Avenida*’, então vamos dizer que cada família tenha dois filhos, que dificilmente uma família tenha 2 filhos, já dá 26 mil pessoas removidas. Pra onde? ‘*ah bom, o único lugar que nós temos é na Restinga*’. Vocês não conhecem, é claro, porque são de Pelotas. É bem longe da rede pública e já soma mais de 20 quilômetros daqui.

A Restinga foi construída com muito trabalho também, como nós fomos jogados pra longe naquela época. E na Restinga não tem nada, não tem infraestrutura, não tem escola, supermercado, não tem posto de saúde, não tem transporte e pra lá a gente não vai. ‘*Ah, mas não tem outro lugar pra ir*’, mas eu digo, se tiver vontade política, tem.

Aqui nessa região existem várias e várias áreas ociosas que estão só esperando a especulação imobiliária, eu conheço há 70 anos, vocês estão desapropriando muitas propriedades particulares com toda a documentação aí, para o bem público né. Então vocês podem desapropriar esses terrenos para fazer as construções habitacionais. Então, nós fizemos um mapa com todos, teve em torno de 17 terrenos que estavam parados e de fato ela desapropriou, só que ficou só na desapropriação. Cercaram os terrenos na volta.

Ao invés de começarem a construção das casas, eles começaram a demolir. Não sei se vocês chegaram a ver aqui, começou aqui porque não precisava sair muita gente. E começaram a pressionar, oferecer aluguel social, bônus moradia. Aluguel social de R\$ 500,00 você não encontra nada para alugar. R\$ 52.340,00 você não consegue em Porto Alegre e no interior é difícil conseguir uma casa com toda a documentação em dia pra você comprar. Alguns conseguiram no litoral e assim mesmo tiveram que fazer um empréstimo pra poder pagar aquela hipoteca.

Muitas pessoas que saíram estão voltando, com outras oportunidades porque não tem como ficar. Eu não sei outra coisa a não ser levantar tijolo, limpar a rua, sei lá e aí eu vou pro litoral. Muitos foram pro litoral, compraram casa. Fazer o quê? Eles não são pescador. Já se sabe que no litoral, pra quem vive lá, a dificuldade é muito grande pro trabalho né, o pessoal tem que aproveitar mesmo é a época de praia. O que eles vão fazer lá? Então tão retornando, ocupando outros espaços, porque a Prefeitura fecha os olhos pro que tá acontecendo, mas tá acontecendo. Então, a pressão é muito grande, a gente conseguiu fazer todo esse movimento, o início né, essas desapropriações dos terrenos, mas a pressão continua cada vez pior. A Prefeitura começou a demolir, vai demolindo uma casa e outra e tu tá do lado, vou ter que sair e tem uns líderes comunitários, que são invocados com a Prefeitura, que se dizem né, que

também pressionam *‘se tu não aceitar isso tu vai ficar sem nada e vão passar a patrola por cima’*, e as pessoas, tem muitos que são leigos, não sabem dos seus direitos.

Eu moro em cima de uma área pública. É pública, se é pública é minha, caso queiram me tirar, vão me tirar, mas vamos garantir os meus direitos, e não é isso que está acontecendo. Então, a gente tá sofrendo essa pressão desde 2010 e até agora não foi erguido um tijolo num desses terrenos para construir as casas para as pessoas. A gente tá esperando, a eleição termina, talvez a Prefeitura venha com mais força e a gente vai ter que tá preparado.

Infelizmente, desde o início, nas assembleias, a gente *‘olha aqui, a gente não precisa aceitar nada disso, não saiam das suas casas, só vamos sair depois que fizer a casas pra vocês, vocês podem sair, mas não saiam’*, mas as pessoas ficam com medo, é claro, vão indo né, vão aceitando, *‘ah, pra mim tá bom, a minha casa não vale isso’*, valer, vale. O solo não vale nada? A distância até o centro não vale nada? Por favor. Se tu não tem dinheiro pra ir pro trabalho tu vai a pé pro trabalho.

E agora eu não sei como é que vai ficar. Então, a gente continua na luta né, porque é desigual, mas talvez a gente tenha uma oportunidade de mostrar pro mundo, pro Brasil, que se o povo se unir a gente vai ter muita força, sempre teve né. Infelizmente as pessoas são acomodadas, eu mesmo convidei várias pessoas pra participar dessa reunião que não é uma reunião de trabalho pra tratar disso aí, é pra um trabalho universitário, mas mesmo assim faz sentido que a gente participe, porque é que nem ela disse, pra Zero Hora, capaz que a Zero Hora vai dar espaço pra vocês criticarem alguma coisa deles, nunca. Pode ser qualquer outra mídia alternativa, menos a Zero Hora, mas mesmo assim, é uma força a mais, que se junta pra que a gente possa, talvez saia em documento, relatório, porque a gente já fez tudo isso né.

A gente já esgotou todos os meios institucionais que podia: relatório, dossiê, a Raquel Rolnik visitou as vilas que estavam sendo atingidas, que era relatora da ONU e agora não é mais né, dos direitos humanos. Ela fez um dossiê, um relatório pra ONU, a ONU questionou o Brasil sobre as violações de direitos, mas o que o nosso Governo fez? Nada. Se nós não fizermos por nós, o Governo não vai fazer nada. E não sei, cada vez pode ser que fique pior. É só mais ou menos pra dar uma introdução assim.

(Aluno 1 participante) – Só pra dizer que aqui na rodinha a gente se apresentou como estudante de arquitetura, mas todo mundo aqui é estudante de arquitetura e urbanismo. Então, a gente, depois de formado, muitos de nós talvez trabalhem projetando, fazendo decisões pro que vai ser feito na cidade. Então, eu acho que também isso é importante pra gente aprender e

que a gente não acha que as coisas devem ser feitas como foram feitas aqui e que talvez, quando a gente trabalhar nisso, a gente faça do modo que deveria ser feito, do jeito certo, respeito a população, e não do jeito que foi feito aqui.

(Professor participante) – Porque na verdade quem está, claro que tem toda a política, mas também por traz dos projetos algum arquiteto e engenheiro participou do projeto a ser executado. Por isso que eu acho importante, na formação, entender essa questão de como fazer com que haja uma participação que realmente aconteça e não esteja somente no papel. Porque a gente estava pesquisando o assunto na *internet* pra vir conversar com vocês e nós encontramos uma apresentação feita pela Prefeitura que é uma versão super fantasiosa do que aconteceu. Eles começam dizendo que é um projeto social, *‘vamos melhorar a vida de todos’*, e aí vem todo um diálogo que a gente sabe que na realidade, porque a gente tá estudando junto com a Gabriela o assunto, não é bem assim né. Parece que é uma mídia tentando esconder o que acontece.

(Participante 1) – Como é que vai ser um projeto social se desde o início a Prefeitura nunca trouxe um projeto habitacional pra discutir com as comunidades. *‘isso aqui serve pra vocês ou a gente pode melhorar. Vocês aceitam porque nós não temos condições de fazer diferente’*.

(Participante 2) – Quem ficava nessa unidade daqui era o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]². Eles ludibriaram, enganaram a gente, a gente morava aqui na Vila, eu morava. Então eles enganavam nós. Nas reuniões, eles diziam assim *‘ah, vocês podem ir pra tal cidade que a gente paga a mudança, saiu de Porto Alegre a gente paga a mudança, não tem problema. É um bônus de 56 mil’*.

(Participante 3) – Daí virava R\$ 42.000 descontando carro e escritura.

(Participante 2) – Então eles foram ludibriando a gente, foram enganando aos poucos.

(Participante 4) – Chegava na hora da mudança e eles falavam *‘não, era só pra grande Porto Alegre’*.

² Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

(Participante 1) – É o que eu falei, alguns líderes comunitários como o [líder comunitário]³, exercem pressão ajudando a Prefeitura.

(Participante 3) – Eu já fui até na defensoria tentar pegar um advogado pra entrar contra o DEMHAB na justiça, mas eles disseram que não tem como entrar com o DEMHAB na justiça. Eu fiz uma reportagem dos Estrangeiros da Vila Tronco e eles ficaram de arrumar um advogado pra nós porque tem muita gente que não quer sair, que não quer ir pra longe. É quem tá aguentando aí ainda. Eu não sai e nem vou sair.

(Aluno 2 participante) – Não é nem querer sair né, não tem como sair.

(Participante 3) – Eu quero ficar por perto, não tenho condições. Na avaliação em dinheiro pra pagar pela minha casa eles ofereceram 34.000 mil, uma do lado da minha que é bem pior que a minha foi avaliada em 46.000. Olha a diferença de uma coisa pra outra, não tem lógica.

(Pesquisadora) – E as pessoas que saíram, vocês têm contato? Pra saber se tá tudo bem...

(Participante 2) – A maioria, porque daí eles vão e voltam com um aluguel, fazem uma troca.

(Participante 3) – Tem muita gente voltando.

(Participante 4) – Umas pessoas que não vão sair, passam o bônus pra quem quer ir embora.

(Participante 2) – Eles trocam a casa, uma casa menor, de mesmo valor, então eles vão ali e trocam.

(Participante 4) – O [servidor do Departamento Municipal de Habitação]⁴ mesmo pegou o de uma amiga minha, pegou o bônus dela e pegou uma casa numa maloca que ele tinha aqui perto e deu mais uns compensadinhos pra ela arrumar.

³ Para garantir o anonimato, o nome do líder da comunidade foi retirado.

⁴ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

(Participante 1) – As casas que não vão sair, muita gente diz ‘*eu não quero ficar aqui*’, pegam esse bônus moradia.

(Participante 2) – Quem tá falecendo, eles não estão deixando a família pegar o bônus. A verba vai pra outra pessoa, ela faleceu, eles não estão deixando a família ocupar, é direito deles.

(Participante 1) – Essa família deveria entrar na defensoria exigindo.

(Participante 3) – A defensoria não pega causa contra o DEMHAB.

(Participante 1) – Não é bem assim, tem que ver quem é essa defensora ou defensor que não é bem assim.

(Participante 2) – A minha mãe, assim, a casa dela saiu dos dois lados e descobriram a parte da parede dela. Então, quando chove, entra água pra dentro, então ela foi tentar arruma, coloca umas coisas. Ela caiu naqueles entulhos e furou a perna. Ela caiu e quebrou a clavícula, daí ela foi ver o que eles podiam fazer e eles falaram assim ‘*a gente não pode fazer nada*’.

(Participante 4) – Ela ficou inválida, porque ela não pode fazer cirurgia porque tem Lúpus.

(Professor participante) – Mas que loucura isso, será que isso é uma coisa que eles criaram ou é uma lei?

(Participante 1) – Defensoria Pública não é pra defender. Defensoria Pública é pública, tem que atender todos da sociedade.

(Participante 3) – Contra o DEMHAB ele não pega causa.

(Participante 1) – Eu sempre digo em tudo que é reunião no palácio com secretário deles, secretário da segurança. Eu disse assim, isso é um absurdo que vocês estão fazendo. Não existe ninguém que defenda. Eu não acredito mais em nenhuma instituição. Não acredito em

Brigada Militar que chega na vila metendo o pé. O secretário Geral da secretaria tava junto com o Tenente Coronel. Eu não acredito. Chegam batendo, sem perguntar, sem pedir documento, sem nada. Isso daí é um absurdo o que tão fazendo. Secretário de Habitação não faz nada, o Estado. O Morro Santa Teresa estava esperando pra regularização desde que a Yeda queria vender e eles conseguiram trancar. O Tarso aqui, junto com a Raquel Rolnik disse que ia mandar o secretário agilizar, já faz quatro anos e continua a mesma coisa.

Eu não tenho medo de sair daqui e me baterem por eu ter falado tudo isso abertamente, mas eu já estou com 74 anos, já estou no bico do urubu mesmo, se me matarem não vai fazer muita diferença. Eu disse lá na presença do Tarso, agora seguido eu estava na Azenha, eu vinha vindo e me encontrou e ele me conhece, foi meu advogado quando ele era novo, daí veio me abraçar e agora eu to vendo na propaganda eleitoral dele eu conversando. Eu não queria, eu não sou de partido nenhum. Eu sempre votei no PT porque desde que iniciou o PT aqui na região, eles fizeram muitas coisas, mas não que eu seja partidário.

(Participante 2) – Melhorou bastante.

(Participante 1) – Eu nunca fui filiado a nenhum partido, mas largar na sua propaganda eleitoral a minha fotografia.

(Participante 2) – Começou com o Olívio né.

(Participante 1) – Sim, naquela época. Nem sei, eu acho que eu já estou falando demais eu acho que vocês têm que encaminhar o que vocês querem.

(Pesquisadora) – E essas pessoas que aceitaram o aluguel social, por exemplo, vocês também têm contato com elas pra saber se está sendo depositado o dinheiro?

(Participante 3) – Eu sei que o primeiro aluguel é tu que paga, depois o DEMHAB te devolve. Aquele calção que tem que dar é tu que dá, daí depois o DEMHAB te reembolsa. Eu uma vez estava aqui no DEMHAB, chegou uma senhora chorando, dizendo que estava sendo despejada porque fazia dois meses que o aluguel dela não era pago. Estavam os [servidores do Departamento Municipal de Habitação]⁵, que são um mais sem vergonha que o outro, ali o

⁵ Para garantir o anonimato, os nomes dos servidores do Departamento Municipal de Habitação foram retirados.

que corre menos, voa. Aí chegou essa senhora chorando, eu estava conversando com o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]⁶, *‘ah, vocês vão me despejar...’ ‘Se eu fosse a senhora sabe o que eu faria? Chama um caminhão, coloca as coisas dentro e larga aqui no DEMHAB e fazem eles pagar o carreto ainda’*. Daí o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]⁶ *‘ah, não é assim’, ‘é assim sim, se fosse comigo eu faria isso. Se eu estou no aluguel social e estou sendo despejada eu coloco minhas coisas dentro no DEMHAB’*.

(Participante 1) – Foi tudo feito muito mal. Esse aluguel social, por exemplo, a Prefeitura que vai pagar. Então, esse aluguel social teria que ser no nome de quem? Quem é que paga o aluguel? A Prefeitura né. Teria que sair no nome dela, repassado em um contrato a parte para a pessoa poder morar até a hora que a casa ficasse pronta pra ela ser removida. Mas não, a Prefeitura não aluga. Tu tem contrato com a Prefeitura, tu faz o contrato com o dono da casa e tu que é responsável por tudo, por pagamentos, se tu não pagar. E outra coisa também, já faz quantos anos...

(Participante 3) – E é R\$ 500,00 que eles dão de aluguel, se é uma família grande tu vai conseguir uma casa com R\$ 500,00?

(Participante 1) – Esse aluguel de R\$ 500,00 é hoje, há dois anos atrás era R\$ 500,00, só que no contrato de locação não diz que não pode aumentar. No próximo ano vai ter um aumento e a Prefeitura não paga esse aumento, tu tem que tirar do teu bolso. Eu estava falando com uma menina do aluguel social que ela disse pra mim *‘é um absurdo, tu vai ter que complementar porque a Prefeitura não paga mais que 500,00 reais’*.

(Aluno 2 participante) – E o pior de tudo é que não tem nenhum projeto ainda né, não tem previsão de ficar pronto alguma coisa.

(Participante 3) – Mas nem começaram, só tem os terrenos.

(Participante 1) – Tem gente que está há três anos no aluguel social. Quanto é que já tá pagando?

⁶ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

(Aluno 2 participante) – A cada ano sobe o aluguel.

(Participante 3) – A cada ano da R\$ 6.000 a R\$ 500,00 né. Três anos pagando dá R\$ 18.000. Se com isso daí eles dessem um bônus em dinheiro, a pessoa comprava uma casa por aqui.

(Participante 1) – Eles vão gastar mais de R\$ 50.000.000 por ano pra aluguel social. Isso daria pra fazer quantas casas populares?

(Participante 2) – Se tu quisesse trocar a tua casa por uma casa da Vila, pode trocar, mas daí eles vão lá ver se a casa vale a pena. De repente, que nem o senhor disse lá, sou construtor, eu vou reformar essa casa aqui. Eles não deixam.

(Participante 3) – Só se eles verem que vale os R\$ 52.000. Vai gente deles olhar pra vê se vale.

(Participante 1) – Não poder ser casa sem escritura, sem planta, sem nada. Tem que ser tudo legalizado. E aqui na Vila aonde que encontra isso?

(Aluno 3 participante) – Sim, eles podiam propor um mutirão pra fazer o levantamento e regularização dessas casas.

(Participante 2) – É que o próprio levantamento que eles fizeram quando eles vieram falar família por família, já foi errado, já começou errado. Eles não conseguiam falar com uma pessoa ou eles anotavam mal. Por exemplo, quando eles fizeram o meu cadastramento, eles colocaram que eu era mecânico, borracheiro, só que eu nunca fui isso. Foi uma firma contratada lá de Caxias, eu acho que era, que fez esse levantamento. Já começou errado, tudo errado. Eles também colocavam assim, tinha eu, minha esposa e três filhos. Eles colocaram menos pessoas. Quer dizer, não tinha levantamento concreto de quem que ia sair e quem não ia sair.

(Participante 3) – E no cadastro eles ainda perguntavam ‘*vocês querem apartamento ou casa?*’, a maioria optou por casa, quem é que vai querer morar em apartamento, morar em gaiola? E agora nos planos deles não tem mais casas, é só apartamento, quem quer, não quer.

(Pesquisadora) – E quando a Prefeitura entrou em contato com vocês, pra explicar as opções, como é que foi? E agora, vocês chegaram a presenciar alguma coisa de violência com relação às remoções ou foi mais tranquilo? Porque eu vi, assim, não questões em Porto Alegre, mas que o pessoal da Prefeitura, na hora da remoção, pegava pesado. E como que foi no caso aqui, foi mais tranquilo?

(Participante 3) – Não, aqui as pessoas tão saindo calmamente né. Conforme vão conseguindo lugar, vão saindo normalmente. Não tem aquela da Prefeitura vim e querer patrolar. Se ela vim com a patrôla e querer tira tudo de uma vez só aí vai...

(Participante 1) – Eu até gostaria que fizesse. Começasse uma patrolada assim em algumas casas, porque daí o povo ia se acordar e sair pra rua. Ia trancar tudo, a pressão seria grande.

(Participante 2) – Essa rua aqui era Vila antigamente, quando eles tiraram essa Vila teve isso aí.

(Participante 3) – Teve até o [morador da comunidade]⁷ que trabalha com o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]⁸, que apanhou ali.

(Participante 2) – Eles pegaram e levantaram tudo à força, foi o que o senhor disse.

(Participante 1) – Sim, foi na época da união de vilas, o que aconteceu? Essas casas que saíram daqui, a maioria foi pro barracão ali. Foi feito um diálogo com a Prefeitura e aí a Prefeitura ia fazer mutirão, eles mandavam material e um técnico pra acompanhar a obra, e as famílias no final de semana iam construindo conforme suas necessidades, conforme podiam. As mulheres de pedreiras lá, eu ajudei naquela época, inclusive a fazer massa, tudo, eu era coordenador da vila, pra dar força pro pessoal. Foi feito um trabalho bem feito, têm umas casas muito bem feitas, tem uns sobrados, numa área que também foi conquistada com sacrifício. Era uma área do IPE, como havia uma necessidade de tirar as famílias pra poder abrir espaço pra entrar uma ambulância. Então aquele espaço era um espaço bom, que estava construído há 500 anos. Então a gente pressionou, a gente acampou lá com uma lona preta,

⁷ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

⁸ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

ficamos lá abaixo de chuva, vinha a Brigada e ninguém arredava o pé, até que o Olívio chegou lá um dia de chuva e aí ele disse ‘*nós vamos conquistar esse espaço*’. Daí, na frente da Zero Hora tinha a Imperadores do Samba que era uma área da Prefeitura, daí eles fizeram uma troca daquela área lá por uma área bem construída, com bastante espaço.

(Pesquisadora) – Como que tá a segurança no local atualmente? Por que tem muitas casas que foram demolidas e os escombros, o resto da casa ficou ali, só demoliram...

(Participante 3) – Tem lugar que é um lixão.

(Participante 1) – E a segurança também não é tão segura né.

(Participante 4) – Muitas casas tão rachadas as paredes, no caso da minha sogra tá tudo rachado, entrando água pra dentro.

(Participante 3) – Porque ali tu sabe né, é uma casa grudada na outra. Esses dias entre a minha, tinha duas casas, ficou um espaço, passa moto de madrugada, passa carro, daí esses dias deu tiroteio e vieram e correram por ali. A bala pegando e eles correndo por ali. E se pega alguém dentro de casa e mata?

(Professor participante) – E há quanto tempo vocês estavam morando aqui já?

(Participante 3) – Eu moro aqui há 40 anos, vim pra cá com 12 anos.

(Participante 4) – A minha mãe foi a primeira moradora aqui do bairro. A primeira a colocar a casinha aqui foi ela e eu já estou com 45 anos.

(Professor participante 2) – E como que vocês se sentem agora, depois de terem saído e agora voltando, pagando aluguel?

(Participante 2) – Lesado ou, assim, bem dizer, com o golpe que eles deram, claro né, consciente, mas entramos.

(Participante 4) – Eu estou deprimida, eu tenho que tomar remédio pra dormir.

(Participante 1) – Vocês foram pro aluguel social?

(Participante 2) – Não senhor, a gente comprou na praia. Fomos pra praia e tivemos que voltar pra cá.

(Participante 1) – Foi o que eu disse. O que eu vou fazer na praia? No desespero vai lá e compra e depois pergunta o que eu vou fazer aqui, meu Deus.

(Participante 2) – A gente estava com a mentalidade que ia sair que nem louco, que ia ser fácil, mas não foi, e nem na praia tá tão barato as coisas também. R\$ 52.000 pra praia tá terrível viu. Então, a gente teve que juntar dois bônus, daí deu R\$ 110.000 pra gente comprar uma casa, porque a gente tem nossos filhos que moram junto com nós.

(Participante 1) – E venderam a casa lá?

(Participante 4) – Não, no contrato diz que só depois de 5 anos. Não podemos nem alugar.

(Participante 1) – É que não dá, mas eles não vão fiscalizar.

(Participante 3) – Pra passar a escritura deles pro nome de outros só depois de cinco anos.

(Participante 1) – Sim, mas contrato de gaveta dá pra fazer, mas é bom que não venda, se pode continuar no aluguel, daí vê o que vocês vão fazer né. Pelo menos tem um patrimônio que é lá longe, mas é de vocês né.

(Participante 2) – E alguém embolsou deles ali um dinheiro. O senhor sabe que agora, indo pra fora, eles têm que pagar a mudança. Então, já que a gente tinha dois bônus, eles tinham que desconta de um bônus a mudança e o papel do contrato, porque saiu no nome de uma pessoa só, e eles pegaram R\$ 3.600 e pouco. Alguém embolsou.

(Participante 3) – De cada bônus?

(Participante 2) – De cada bônus.

(Participante 4) – Não pagaram a mudança, nem a escritura.

(Professor participante 2) – E quanto tempo vocês chegaram a morar lá?

(Participante 2) – Nós ficamos um ano certinho, daí não deu porque nós temos um filho de 22 anos. Então, ele precisa trabalhar e lá não tinha, daí tivemos que voltar pra cá. Agora faz sete meses que nós estamos aqui.

(Professor participante 2) – E vocês chegaram a trabalhar lá nesse período?

(Participante 2) – Não.

(Participante 4) – Não tinha nada que desse pra nós fazer.

(Participante 1) – É o que eu disse, mercado de trabalho na praia é difícil.

(Professor Participante) – Qual praia?

(Participante 2) – Pinhal.

(Participante 1) – E não é tão longe.

(Participante 2) – Não, é bom. É uns 110 Km daqui.

(Participante 3) – Mas o movimento lá é só no verão.

(Participante 2) – Só no verão. Têm moradores né só que...

(Participante 1) – Sim, tem bastante morador em Pinhal né.

(Participante 3) – Só que aposentado, que ganha bem.

(Participante 1) – E aqueles que já são originários, nativos.

(Professor participante) – E agora vocês voltaram pra cá pagando aluguel?

(Participante 2) – Sim. Eu peguei uma advogada agora né, uma advogada particular porque na defensoria não dá, pra mim tentar duas coisas. Primeiro, devolver um dos bônus que eles levaram, os três mil e pouco e a outra coisa é uma cláusula que eles colocaram que a gente não pode vender durante cinco anos. Vou pleitear pra advogada tentar.

(Professor participante) – E uma coisa assim, eu não sei como que é aqui em Porto Alegre, mas a Faculdade de Direito não tem uma defensoria?

(Participante 2) – Tem, mas aqui em cima na Ritter dos Reis, de seis em seis meses mudam os alunos, daí eles não conseguem dar continuidade. Daí vem outro, tem que reestudar tudinho, daí demora.

(Participante 4) – Eu estou com uma ‘cláusula’ lá vai fazer cinco anos.

(Participante 1) – Tem o SAJU, da UFRGS. O SAJU ele não tem muitas condições. É difícil né, porque é uma rotatividade de alunos.

(Participante 2) – É, daí tem que estudar todo aquele processo. Daí demora uns dois meses, três meses pra pegar bem, pra ver o que o outro já fez, o que ele pode fazer.

(Professor participante) – É, e daí demora.

(Participante 1) – Eu moro em uma área que não é pública, é uma área particular que eu ocupo há 40 anos. Eu não invadi, eu ocupei porque estava vazio e eu ocupei. Faz 40 anos e há 41 anos eu nunca fui questionado, nem nada. Tentei ir na Prefeitura pra ver se eu agilizava uns papéis, mas precisa ter dinheiro né, e um salário mínimo não paga nada disso daí. Daí eu continuei, agora eles vieram com tudo pra cima. Eu tinha que sair da área pública. Pega mais da metade do terreno e ele tem comprimento de 55 se não me engano, pega toda a parte da traz e uma parte da casa. E aí, eu disse assim *‘não é bem assim, a gente vai ter que dar um*

jeito'. Aí eu consegui falar com o advogado, irmão de um amigo meu, e a gente entrou com um processo de usucapião porque aí o processo já tá andando, já foi destinado um perito pra vir fazer o levantamento topográfico que o SAJU pediu e aí eu quero ver como é que vai ficar, porque com o processo andando já é mais difícil né, eles vão ter que negociar comigo. Eu acho que já era pra eu ter feito, só que é muito caro pra fazer uma carta topográfica num terreno, nunca tive dinheiro pra isso, mas agora esse advogado disse *'não, vamos por partes né, se a gente ganhar o processo, essa parte toda aqui vai ter que ser indenizada, daí a gente vai conversar pra ver quanto é que tu vai me pagar'*.

(Pesquisadora) – Vocês acham que essa duplicação só aconteceu porque veio a Copa ou vocês acham que ela ia acontecer da mesma maneira, tendo ou não a Copa?

(Participante 3) – Olha, dizem que essa avenida tá no projeto há muitos anos, mas nunca tinha saído do papel.

(Participante 1) – É que ele aproveitou a Copa do Mundo para dizer que era uma obra prioritária pra Copa do Mundo e a gente sabia que era mentira, porque a obra prioritária para a Copa do Mundo são 2 Km na volta das arenas, os estádios de futebol e aqui é muito mais do que isso. É uma obra que é necessária? É necessária, mas pros ricos né, que podem vir da Zona Norte pro seus palacetes na Zona Sul, porque eles querem asfalto bem direitinho, mas é um mal necessário, só que a gente sabe que o Governo quando quer, ele pressiona. Então, é porque tem que ser, se não a Dilma não vai liberar o dinheiro. Eu digo assim *'é problema teu com a Dilma, isso daqui não é obra pra Copa'*, e aí depois já passou pro PAC né, que é uma obra que tem que ser feita e vai ser feita de qualquer maneira. Não se sabe quando, mas não é mais pra Copa. Tudo é uma má gestão do Governo. Não se sabe o que vai dizer pra população. Tem que dizer o correto, então vamos mostrar aonde que tá escrito que é pra sair.

(Participante 3) – Dois anos antes começou as reunião com o presidente da Vila. Aí ele disse que o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]⁹ dizia *'vocês não façam benfeitorias na casa. O dinheiro que vocês vão fazer benfeitorias na casa vocês guardem pra outra moradia, se vocês precisarem em alguma coisa'*. E aí quando veio essa avaliação, aí era

⁹ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

pra ter a avaliação da tua casa pelas benfeitorias, coisa que na reunião eles disseram pra não fazer. É muita cara de pau, e agora o presidente da Vila tomou Doril.

(Participante 1) – Ele sumiu né?

(Participante 3) – Sumiu né, ele abriu um bazar ali, uma ferragem, tá com uma mansão ali no Jardim Europa. Ele vai ficar bem na Avenida com um baita de um bazar.

(Professor Participante 2) – Ele não mora mais aqui né?

(Participante 3) – Ele mora numa mansãozinha aqui no Jardim Europa que ele construiu e tem um bazar aqui, vai ficar bem na Avenida.

(Professor Participante) – E agora que tudo isso já está feito, o que vocês gostariam que fosse feito agora? Até em termos de organizar as coisas, porque isso aconteceu, mas e o futuro, o que vocês acham que tinha que ser feito nessa área? Porque é importante a gente também, se for falar com eles, dá um Norte *‘olha, esse monte de coisa foi feita, totalmente errada’*, mas e agora, o que a gente vai fazer?

(Participante 2) – Eu acho que a princípio, que nem a moça falou, construção desses edifícios que eles querem fazer.

(Participante 3) – Das casas que eles prometeram fazer, porque a gente não é obrigada a morar em apartamento.

(Participante 2) – Ou casas. No Quartel eles falaram que iam construir casas.

(Participante 1) – Eles não conseguiram o terreno do Quartel.

(Participante 2) – Uma vez o [servidor do Departamento Municipal de Hhabitação]¹⁰ veio assim *‘o Quartel liberou’*, até me mostrou a planta, tudo, que ia fazer um L, e ali eles iam colocar os mais idosos.

¹⁰ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

(Participante 1) – Ali daria pra fazer casas.

(Participante 2) – É, e eles iam colocar os mais idosos, por causa do posto. Então, se eles fizessem esses edifícios, essas casas que eles têm que fazer. A minha mãe é dependente, a minha mãe é idosa, ela consulta aqui, agora quebrou o braço, ela não vai poder ir pra longe, ela não pode subir escada. Então, ela precisa da construção de casas.

E uma casa de 52 m², eu não sei quem é se falou. O senhor que falou?

(Participante 1) – Eu não estou assinando embaixo porque desse Prefeito a gente aproveita tudo, menos a palavra dele.

(Participante 2) – A primeira, quando ele falou, sabe, ali em cima tem um campinho no Quartel, lá em cima e disseram que uma empresa espanhola, UAS, ia construir lá uns edifícios, assim, a troque de caixa, que tinha que fazer tudo pré-moldado. Oito edifícios de quatro andares cada um, seriam 16 apartamentos por bloco. Então, todo mundo se empolgou. Disseram que tem terreno lá em cima comprado.

(Participante 1) – Aquele terreno ali era de uma família de uma terreira africana que tinha um terreiro lá, eu conheço desde que eu era guri, eu morava bem pertinho ali pertinho quando eu era guri né, e essa família, foi morrendo os sucessores dos cargos né e daí o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹⁰ indicou aquele terreno pra ser desapropriado pra fazer a Minha Casa Minha Vida. Uma propriedade particular que tinha as famílias morando em cima né.

Todos os terrenos que nós indicamos para a Prefeitura não existiam ninguém morando em cima justamente pra não forçar um despejo né. E lá, eles foram pra lá, o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹⁰ ficou e eles fizeram o despejo da família. Se bem que os mais velhos moravam na frente né, que eram os cabeças da prole toda. Eles aceitaram o que a Prefeitura... E aí começaram a pressionar os outros e aí entra o modo judicial para a ordem de despejo e fizeram toda papelada, e as outras pessoas que moravam perto também se beneficiaram daquele espório não ficaram sabendo, quando souberam estava lá o oficial de justiça, brigada, todo mundo pra ser despejado.

O despejo mais tenso foi aquele, que a gente foi pra lá, na frente, foi eu, o [morador da comunidade]¹¹, que é advogado, mais um pessoal, a [integrante da ANCOP]¹², arquiteta que é amiga dela, e daí foi lá pra frente pra tentar, mas não adiantou, a brigada estava lá. Foi o despejo mais violento que teve ali, tiveram que sair correndo mesmo, os caminhões carregando as coisas né.

(Professor Participante) – E esse Escritório da Tronco que a gente vê, que a gente passou aqui naquele dia. Eles fazem alguma reunião com vocês?

(Participante 2) – Não fazem mais.

(Participante 3) – Depois que começou, que o DEMHAB cadastrou, o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹³ não fez mais reunião.

(Professor Participante) – Nada? Nem outra pessoa da Prefeitura?

(Participante 4) – A gente não consegue nem encontrar eles. A gente quer falar com eles tem que marcar horário e é difícil.

(Participante 3) – Ali no DEMHAB pra ti falar com alguém tu tem que agendar pra não sei quando, quando tiver uma data certa na agenda pra tu falar com o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹³.

(Participante 1) – E o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹³, aquele, é uma mula, é um sem vergonha.

(Pesquisadora) – Quem?

(Participante 1) – [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹⁴, tu conhece ele.

¹¹ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

¹² Para garantir o anonimato, o nome do integrante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa foi retirado.

¹³ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

¹⁴ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

(Participante 3) – O [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹⁴ é outro, que só dando na cara dele. Ele só avisa *‘eu sou advogado também, eu sei qual é os direitos de vocês’*.

(Professor Participante) – E agora falando assim geral também, o que vocês acharam da Copa aqui em Porto Alegre? Vocês acham que foi bom, foi ruim, prejudicou vocês porque deu essa pressão?

(Participante 3) – Olha, prejudicar mesmo não prejudicou, é que a Prefeitura era pra ter feito um projeto melhor né? Eu acho que com esse bônus de R\$ 52 mil, R\$ 56 mil, que a gente tem direito pra comprar uma casa, porque que tem que ser escriturada? A gente pode sair aí e procurar uma casa de R\$ 56 mil, eles vão lá e pagam.

(Participante 4) – E porque eles não dão esse dinheiro na mão?

(Participante 3) – Eles só vão lá e vê *‘aqui não pega nada’*, porque eles têm o mapa de tudo né, *‘aqui não vai sair rua, não vai sair nada, vai continuar aí’*, vai lá e paga e a gente fica aonde quer. Mas não, é o que eles querem e não o que a gente quer.

(Aluno 3 participante) – É, eles podiam dar como compra da casa. Comprou a casa de vocês e vocês usam o dinheiro como quiserem.

(Participante 3) – Como se eles estivessem comprando a nossa casa, porque é um bônus que a gente tem o direito. Todo mundo tem o direito do bônus de R\$ 56 mil.

(Aluno 3 participante) – Sim, porque é uma compra né.

(Aluno 2 participante) – Eles tão tirando a casa de vocês e querendo pagar por outra, então é a compra da casa de vocês.

(Participante 3) – Por que que tem que ser escriturada?

(Participante 4) – E não tem dinheiro na nossa mão.

(Participante 1) – É porque essa Copa aí, a gente sabia que a Copa do Mundo ia sair de qualquer maneira. A gente colocou muita pressão, nas ruas, saímos para as ruas, em todas as capitais da Copa a gente foi e fez um movimento grande nas ruas, mas a gente sabia que a Copa ia sair. A gente nunca foi contra a Copa, a gente foi contra a maneira que estava sendo conduzido os trâmites pra tirar as famílias.

(Participante 3) – Porque aqui, o que a Copa atingiu aqui? Nada, só a passagem dos carros pra ir pro Beira-Rio quando tinha jogo. Passaram na avenida que já tem, não precisava fazer outra.

(Pesquisadora) – E vocês acompanharam os jogos, torceram?

(Participante 4) – Sim, brasileira né.

(Participante 1) – Eu não torço nem pro meu time mais faz muitos anos, ainda mais pra Copa que veio pra prejudicar muitas pessoas né. E se vocês não sabem, a FIFA, nessa Copa do Mundo, ganhou mais dinheiro do que qualquer outra Copa, da Alemanha. Muito mais. Milhões de reais que ela saiu de dinheiro limpinho sem gastar nada, deixando todo esse estrago pra trás, por culpa do Governo, que compactuou, levou também, muitos governantes levaram né, muitos órgãos públicos levaram também a sua parte dessa bolada aí. Não pensa que eles fizeram graça pro diabo rir não.

(Participante 3) – Nas reuniões que fizeram aqui eu nunca vi o Prefeito. Eu só vi o Prefeito nas eleições que ele estava fazendo a propaganda eleitoral. Depois disso eu nunca mais vi o Fortunati.

(Participante 1) – Ele dizia que estava sentado com toda essa parte daqui, porque nós éramos os de baixo que faziam mais pressão, que éramos um bando de baderneiros né, e aqui como o [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹⁵ estava meio manobrando disse ‘*não, tá tudo certo com o pessoal da vila*’, mentira. Ele vai pra rádio, vai pra televisão, dizer besteira. Ele nunca teve no Cristal e Grande Cruzeiro pra conversar com o povo e mostrar um projeto habitacional. Pra isso, a mídia, grande aí, a Zero Hora, rádio Gaúcha, dá espaço pro Governo

¹⁵ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

falar um monte de mentira. Vê se eles vêm me chamar aqui pra me defender das acusações. Que são baderneiros, que não queriam a Copa, que é contra tudo né. Daí, a única vez que, agora esse ano, que foi o [trabalhador na rádio Guaíba]¹⁶, num programa dentro da Guaíba, que foi eu e a [aluna da PUC-RS]¹⁷, que é uma menina também. Tu conhece? Nós fomos lá num programa ao vivo e aí eu abri a boca né, botei a boca no trombone, chamei tudo.

(Participante 3) – Pior que começaram a mexer nas casas, as que tão aí tem rato, barata, lixo. Eu fiz reportagem até na RBS, mostrei o esgoto, os baratão desse tamanho dentro da minha casa, rato. Vieram aí, fizeram a reportagem e não deu em nada. Os ratos continuam lá, quanto mais casa sai, mais rato aparece.

(Participante 1) – Tem muita casa aí, tem mais umas 900 famílias pra sair daqui.

(Aluno 3 participante) – Tá, e eles tão retirando, tá ficando o terreno vazio com todo o entulho, mas tá vindo outras pessoas ocuparem esses terrenos?

(Participante 3) – Tem invasão porque atrás da minha tinha uma e já tem um moreno lá que faz até fogo dentro de casa, precisa ver a fumaça. Eu tenho minhas gurias que têm renite e usam Sorine direto. Já fui reclamar pro [servidor do Departamento Municipal de Habitação]¹⁵, não adianta. Ele tá lá, não pode tirar ele.

(Aluno 2 participante) – Tirar a pessoa que tinha casa, que estava consolidada ali, pode. Tirar a pessoa que invadiu depois que foi demolido não pode tirar. Sacanagem.

(Participante 1) – A violência aumentou um pouco também porque têm muitos espaços que ficam de noite aí, e a gurizada, a gente sabe, um pouco é culpa da sociedade também, essa gurizada toda atirada na droga aí e nunca deram uma assistência social pras famílias desde o início, das bases, para que os filhos não se tornassem uns traficantes. Agora eles estão traficando, então, eles até não são violentos, respeitam, inclusive as pessoas, mas é que vem os outros que vem roubar e assaltar as pessoas.

¹⁶ Para garantir o anonimato, o nome do trabalhador da rádio Guaíba foi retirado.

¹⁷ Para garantir o anonimato, o nome da aluna da PUC-RS foi retirado.

(Participante 3) – O problema não é o traz, é o que fica, porque alguém traz de algum lugar pra eles vender. Eles não pegam os grandões, os peixes grandes. Eles vêm aqui e pegam os miúdos, vão lá ficam um, dois meses na cadeia, depois voltam pro mesmo lugar. Pra começar, a cadeia, a FEBEM é o estágio, a cadeia é a faculdade, porque se eles colocassem o preso a trabalhar e se sustentar lá dentro, teria muito preso que sairia de lá reintegrado na sociedade.

(Aluno 3 participante) – E que eles fizessem plantações pra distribuir alimento pra população, alguma coisa pra eles trabalhar assim.

(Participante 3) – Tinham que obrigar a estudar se estivesse na FEBEM, terminar os estudos lá dentro. Se fosse condenado há três anos, *‘esses três anos que tu tá aqui tu vai ter que estudar, pra fazer isso, fazer aquilo’*. Não, eles saem de lá dizendo *‘aí, tive seis refeições’*, saem gordo que nem uns porcos. Fazer o quê?

(Professor Participante) – E a gente fez agora, faz um mês Gabriela que a gente fez o trabalho com as crianças? A gente veio nessa escola e aí a gente pegou uma turma onde tinha várias crianças de famílias que já foram embora né, e a gente pediu pra que elas fizessem um desenho sobre o que elas acharam da Copa e a gente ficou até um pouco assim, sensibilizada, porque crianças de seis anos né, bem pequenas. Todas elas desenharam suas casas né, que foi demolida. Então, a gente vê como isso impactou não só a geração da gente, mas essas crianças de seis anos né, que vão ser os jovens daqui 20 anos. E eles já tão com toda essa memória da casa que foi demolida né.

(Participante 3) – Com seis anos, daí quem já tá estudando. Eu tenho dois aqui nessa e tenho uma no 2º Grau lá no Mariano, porque aqui por perto não tem 2º Grau, em nenhuma dessas escolas por aqui, ou vai pro Mariano ou vai pra mais longe ainda.

(Participante 1) – E segundo a Gabriela, essas crianças fizeram a foto da casa tudo preto. Aquilo é a visão que elas tão enxergando.

(Professor Participante) – É, do que era e foi demolido. Aí até, não sei se realmente acontece, mas pelo menos a gente sente, porque a escola tá bem perto de várias demolições. Então, a criança ainda entra todo dia na escola e vê a realidade, então, nem esquece, mesmo que esteja

morando na praia, por exemplo, quando tá voltando. Porque quando a gente conversou com a professora e, embora os pais já tenham saído.

(Participante 3) – Tem gente que estuda aqui e mora ali no Jardim Europa, que vem, que vai.

(Professor Participante) – É, pra criança não perder o ano, então a criança vê essa realidade.

(Pesquisadora) – Bom, então eu acho que era isso. Eu não sei se alguém tem mais alguma pergunta a mais pra fazer.

(Professor Participante) – Vocês querem perguntar alguma coisa? O Otávio tá sempre falante, tá tão quieto.

(Aluno 4 participante) – Não tinha com o que contribuir. Não quis falar só por falar.

(Professor Participante) – Então, eu acho que tá bem né Gabriela, a gente queria agradecer a participação de vocês. A Gabriela vai pedir o contato, se vocês tiverem um e-mail, um telefone, que a gente vai produzir um relatório sobre esse nosso encontro, a Gabriela já tá em contato com a Prefeitura, inclusive já entrevistou duas pessoas pra saber o futuro, o que vai acontecer daqui pra adiante. A gente vai mandar esse relatório pra esse pessoal e também a gente vai tentar, de repente a Zero Hora nem nos receba nos receba.

(Participante 3) – Os estudantes da PUC, que teve aqui também, dos Estrangeiros da Vila Tronco, eles fizeram um ofício e mandaram pro Ministério Público também.

(Professor Participante) – Isso, a gente pelo menos tenta fazer com que isso se torne visível. Eu acho que é o papel da faculdade, fazer com que esses problemas sejam vistos por outras pessoas, pelas pessoas que podem realmente fazer alguma coisa pra melhorar. Porque realmente, é só sobre pressão que as coisas acontecem, se todo mundo ficar quieto, simplesmente eles vão fazer o que querem, por isso que a gente tá aqui, não, a gente vai ter que fazer alguma coisa, nem que seja um pouquinho.

(Participante 3) – É, daí tinha que ter alguém grande, algum advogado que tomasse o nosso partido. Como uma defensoria não quer pegar as causas.

(Professor Participante) – Essa coisa da defensoria a gente vai pesquisar né, porque eu estou achando estranho eles darem essa informação, porque de repente eles dão essa informação e nem é verdade, é simplesmente pra mandar vocês embora. A gente vai dar uma investigada nisso né, porque é errado.

APÊNDICE E: Entrevistas com a Prefeitura

1. Porque a duplicação da Avenida Tronco foi realizada?
2. A duplicação da Avenida Tronco gerou a remoção de algumas famílias, mas algumas ainda estão lá. Já tem previsão para que essas pessoas saiam de lá?
3. A Prefeitura destinou 16 terrenos no próprio bairro para a construção de novas residências para as famílias removidas. Conte como o projeto foi feito, os critérios para distribuição das casas e em que etapa está?
4. A Prefeitura ajudou as famílias removidas a entender as opções que tinham ao sair do local, como indenização, bônus moradia ou aluguel social, ou as próprias famílias tiveram que trazer alguém para esclarecer as dúvidas?
5. A Prefeitura tem alguma informação para onde as famílias que optaram pelo aluguel social se mudaram?
6. O aluguel social está sendo pago em dia? A Prefeitura tem como monitorar o sucesso desse programa?
7. As famílias removidas quiseram participar de alguma forma do projeto da duplicação da Avenida Tronco, ou eles nem entraram em contato com a Prefeitura? Caso quiseram participar, como isso aconteceu?
8. Já existe uma previsão para a conclusão das obras da Avenida Tronco?
9. Está sendo feito algum policiamento na Avenida Tronco para evitar que bandidos ou drogados se instalem nos terrenos vazios ou restos de casas demolidas? A Prefeitura notou algum problema de insegurança nessa área?

APÊNDICE F: Transcrições das entrevistas com a Prefeitura

ENTREVISTA 1:

1. Porque a duplicação da Avenida Tronco foi realizada?

Bah, aí é uma longa história. Ela existe, essa duplicação, prevista no Plano Diretor de 1959, na então administração do Brizola quando Prefeito, pra ti ver como é velho o negócio. Então desde aquela época já existia no Plano Diretor a necessidade de fazer daquela rua, daquela estrada, que antigamente aquilo era uma estrada. À medida que a cidade foi aumentando e aquela área foi densificando surgiu a necessidade de duplicar ela, porque ela passa a ser, dentro da malha urbana, dentro do tecido urbano, uma rota muito importante pro trânsito e isso tem fator histórico, é uma coisa muito complexa da gente dizer o porquê, entendeu? Então a gente tem que entender o passado, a história daquela região pra gente poder focalizar e procurar entender as coisas.

Eu vou te dar um exemplo, vou te contar um pouquinho da história. Porto Alegre foi fundada em 1835, então no século XVII, e era só esse centro nosso aqui que é o centro histórico e ali era a cidade que começou a se desenvolver a partir dali. Aquela região lá onde tá a Avenida Tronco era campo, era estrada, então existia uma estrada que ligava a Zona Sul, que era uma zona estritamente rural com a cidade. Essa estrada quando chegava ali onde é o Hipódromo, ela encontrava um obstáculo que era o morro e ali tinha um entroncamento, que você desviava para a esquerda, que é onde é a Icaraí, você faz a volta, ou você desviava para a direita e pegava a estrada que hoje é a Avenida Tronco. Então era uma encruzilhada, que não é bem uma encruzilhada, porque encruzilhada é cruz né, ali e um “y”, a estrada vinha e abre pra lá e pra cá e chamava-se entroncamento. Então tinha o tronco da direita e o tronco da esquerda. O tronco da esquerda a Icaraí e o tronco da esquerda é a Tronco. Por isso que o pessoal fala assim ‘*porque Avenida Tronco? O que é Tronco?*’ é que era o tronco da direita.

Era uma estrada, eram só fazendas ali, só fazendas. Aí, o que acontece, a cidade vai desenvolvendo, as atividades vão se desenvolvendo, a sociedade vai se desenvolvendo, a cidade vai crescendo e a cidade, toda cidade, cresce radialmente e a grande atividade da época, isso eu já estou falando no início do século XX. O grande evento que juntava multidões no início do século XX era o Turfe. Tu vai dizer ‘*o que tem a ver isso com a*

Tronco?’ mas tudo isso é pra eu poder te localizar historicamente e no contexto pra você poder entender.

Então, no início do século, o evento que reunia pessoas era o Turfe e era ali no Parcão, no Parque Moinhos de Vento. Ali onde é o Parcão tinha uma grande cancha de corrida de carreira que eles chamavam, e ali juntava a alta sociedade. Então, ia senhoras e senhores e envolvia muita grana, corria muito dinheiro. Eram cavalos que vinham do Uruguai, da Argentina, tinha criadores, cabanhas e aquilo que era, vamos dizer entre aspas, o nosso futebol de hoje. Então, era um evento que reunia cinco, seis, sete mil pessoas, que na época era um espanto de gente. E era o Turfe, e esse Hipódromo que tinha lá no Parcão era lá no final da cidade, porque a cidade era aqui no centro histórico. E lá no Parcão era uma área semi rural já que era onde tinha o Turfe.

Com o crescimento da cidade, aquela área lá passou a ficar dentro da cidade. A hípica na época, então, isso já na década de 40, ela compra uma área lá na saída da cidade, onde é hoje o Hipódromo nosso, que era também muito mais longe, levava-se, só pra ti ter uma ideia, uma hora, duas horas pra ir daqui até lá. Então era lá fora e era uma grande fazenda onde eles guardavam os cavalos e os estanceiros levavam os cavalos pra lá e lá eram tratados, porque não tinha ração para os cavalos, eles viviam do pasto. Então, precisava de áreas com pastagem para os cavalos se alimentarem. Então, eles comparam aquela área lá e com o decorrer do tempo eles construíram o Hipódromo.

O Hipódromo foi inaugurado em 1955, 56, 57, na década de 50 vamos dizer, e saiu do Parcão e foi pra lá. E foram grandes tratadores porque só pra tu ter uma ideia, cada cavalo tinha seis, sete, oito homens pra cuida. Então, como era um monte de cavalo, era um monte de gente, e essa gente era uma mão de obra completamente desqualificada. O pessoal lá da fazenda, o pião semianalfabeto ou completamente analfabeto, que vinha pra capital como cuidador, tratador, ferreiro, cuidava dos cavalos e aquela região lá encheu de gente desqualificada, baixa renda e existia um movimento terrível.

Tu sabe por que que se chama Hipódromo do Cristal? Porque depois que eles desmancharam aqui no Parcão e construíram o Hipódromo novo, era muito frio. Então, Gabriela, o que aconteceu? Eles construíram o Hipódromo, que era uma coisa da época que nem fazer estádios de futebol no Brasil inteiro. Rio de Janeiro tinha, São Paulo tinha, as grandes metrópoles tinha o tal do Hipódromo que era o ‘boom’ da época e como aqui era muito frio eles fecharam com vidro, então eles chamaram Hipódromo do Cristal, de vidro. E

daí ficaram chamando de Hipódromo do Cristal, que foi a primeira coisa que se instalou. Após isso, então, veio o bairro Cristal e a região se desenvolveu.

Com a queda desse evento esportivo, o futebol começou a tomar conta, como grande espetáculo de multidões, de eventos, a atividade equina de pobre caiu e foi caindo e esse povo, essa mão de obra começou a ficar excedente e eles começaram a ocupar aquela região de uma maneira desordenada. Ocupações, invasões. E ocuparam ao longo do trecho onde estava determinado aonde seria a futura duplicação da Avenida Tronco. Então, aquela ocupação foi ficando e eles constroem um barraco e a filha já casa com outro e não sei o que, e já monta ali, e vão adensando aquilo de uma maneira irregular sabendo que já estava gravado o espaço, já estava determinado o espaço para criar aquilo ali e aquele espaço foi adensando e é o que é hoje.

Uma região bem degradada, você sabe lá, a Avenida Cruzeiro é famosa na cidade por causa do tráfico e banditismo então ela ficou dentro do tecido urbano. Aquela faixa era, digamos assim, esquecida e todos os prefeitos que assumiam, eles não tinham coragem de meter a mão ali porque ali era um problema sério. Primeiro porque pra você tentar resolver aquele problema, precisa de muito dinheiro, e a Prefeitura nunca teve uma sobra de dinheiro. Então, as administrações faziam suas administrações, com o dinheiro iam fazendo as coisas e não queriam mexer lá, porque realmente era um problema muito grande.

Muito bem, aí veio o evento Copa do Mundo, daí agora já estou me transportando para o ano 2008, 2009. Então, foi a grande oportunidade que apareceu para a cidade, para de repente a gente poder qualificar aquela região e encarar esse problema, que é um problema da cidade que um dia, mais cedo ou mais tarde, alguém tinha que encarar. Tem que resolver aquilo lá, porque se não tiver uma intervenção a nível social, aquilo cada vez ia ficar pior.

Então, o que aconteceu? Estrategicamente, para a cidade, houve a necessidade, além do aspecto social, de nós criarmos uma rota alternativa de desvio do trânsito da Zona Sul. Hoje 85% do pessoal que moram na Zona Sul e que se desloca para o centro e Zona Norte da cidade, necessariamente eles passam ali na Avenida Icarai e fazem a volta, pegam a Pinheiro Borda e vem pro centro. Então, essa rota lateral, vamos dizer, margeando praticamente o Guaíba, que faz a ligação do centro da cidade com a Zona Sul. Certo? Com o advento da Copa do Mundo, e o Beira-Rio escolhido o estádio da Copa, o que acontece? Nos dias de jogos, que foram aqueles cinco jogos, existia aquele bloqueio. Isso a gente já sabia lá em 2009, que haveria esses bloqueios durante os jogos no Beira-Rio e isso a gente já sabia que ia ocasionar um problema sério de ligação da Zona Sul com o centro. Então, nós precisávamos

criar também essa rótula alternativa pra que o trânsito chegasse ali no entroncamento em vez de ir pra esquerda, fosse pra direita, pra chegar até o centro, desviando do Beira-Rio.

Então, essa foi o grande mote pra gente poder intervir naquela região, sabendo de todos os problemas, principalmente problema social, porque ali foram atingidas 1500 famílias que estavam vivendo de uma maneira sub-humana, sub-habitações, esgoto a céu aberto, toda ordem de falta de condições de habitabilidade, gente morando em casa de papelão. Enfim, pensou-se em um programa social para que essas pessoas fossem removidas de uma maneira humana, de uma maneira que elas fossem beneficiadas e não prejudicadas, porque elas já viviam a situação terrível de mais de 100 anos, 100 anos não. Por mais de 70 anos. O mais velho que nós achamos lá mora lá há 70 anos. Desse pessoal que estava ocupando essa área, digamos assim, ilegalmente.

Então, foi uma situação muito difícil, porque a gente ia mexer com a estrutura de famílias, de moradas, de lar desse povo e que é um povo muito fragilizado. São pessoas com poucas instruções, mas são muito politizados. Você entra lá e se assusta com o nível de politização do povo. Eles sabem das condições precárias, das condições irregulares, mas eles sabem que ninguém pode tirar eles de lá. Daí então, o que aconteceu? Nós criamos equipes aqui na Prefeitura e dividimos o projeto em duas etapas. A parte viária, que é de engenharia, de projeto executivo de obra, de duplicação, aí entrou uma série de secretarias, EPTC, a questão do transporte coletivo, a questão das necessidades de ciclovias, a aplicação de todo esse modernismo em mobilidade urbana. A gente pretendia e pretende aplicar lá dentro dos preceitos modernos de mobilidade urbana, chamamos de projeto viário.

O outro projeto é o projeto social. Então, o que nós vamos fazer? Como nós vamos resolver? Como nós vamos devolver a dignidade pra essas pessoas, pra gente poder incorporar o projeto? A primeira coisa que a gente fez foi entrar em contato com eles, com as lideranças. Lá são 36 associações de moradores que existem ali naquela região. Então, a Prefeitura, quando começou a divulgar que nós íamos duplicar lá, entrou em contato com a população toda. Primeiramente com as lideranças, explicamos o projeto. A princípio estava todo mundo assustadíssimo, porque eles iam ser removidos e já havia antecedentes no país de ocupações, aquelas brigas, aquelas coisas. Então, com toda razão do mundo, eles estavam morrendo de medo.

A primeira coisa que nós fizemos foi entrar em contato com eles, explicar o que ia acontecer, explicar da remoção necessária e todos sabiam que eles estavam ocupando. Ninguém lá estava iludido *‘vou ficar aqui, isso aqui é meu’*. Todo mundo sabia que estavam

usando uma coisa que não era deles e sabiam que um dia, que já tinham prometido, já tinham ameaçado, entre aspas, da retirada deles. Então, eles estavam sempre assim.

Surgiu a época de fazer essa retirada, de fazer a implantação da Avenida e colocar em prática o plano, que a gente chamou de Plano Habitacional. Então, como é que foi feito? A Prefeitura não entrava lá. O DEMHAB, que é o Departamento Municipal de Habitação, os caras viam a gente do DEMHAB e soltavam os cachorros nos caras, com medo dessa retirada. Então, a primeira coisa que nós fizemos foi mostrar a realidade pra eles e trocar figurinha, trocar informações e trocar interesses. Então, a gente montou uma comissão e nós íamos a cada 15 dias lá fazer reuniões, primeiramente com os líderes e depois cada comunidade, o líder chamava a comunidade dele e daí explicava o projeto e tirava todas as dúvidas.

Era uma briga, todo mundo morrendo de medo, achando que nós iríamos jogar os caras lá pro meio do mato e a intenção nunca foi essa, porque você mexe com os direitos à moradia, direitos humanos. Enfim, você meter a mão num abelheiro desses sem ter a consciência do que vai fazer, você pode se queimar. Aí então o que aconteceu? Nós conseguimos fazer um canal de comunicação, sem stress entre a população e o poder público. Cortando arestas, os caras sempre desconfiados. Eu era o inimigo deles, porque eu ia tirar eles, de onde eles moraram a vida inteira e jogar ele lá no Lami, mas daí com conversa, com jeito, com tato, a gente foi mostrando que haveria o diálogo.

A primeira reivindicação deles foi a seguinte: *‘a gente sai daqui, mas queremos ficar na região’*. Porque antigamente, em outros planos, tiravam o pessoal daqui e jogavam lá não sei aonde. Sem infraestrutura, sem escola, sem creche, sem posto de saúde, os caras iam lá pro fim do mundo e isso não é política de realocação de pessoas, de reassentamento. Isso não é política de reassentamento. Então, eles falaram assim: *‘nós queremos ficar na região’*. Muito bem, vocês vão ficar na região. *‘Porque aqui é a creche do meu filho, porque minha filha trabalha aqui, porque meu genro trabalha aqui’*, e se tu for analisar hoje essa região, é uma região nobre. É uma região dentro da cidade, a pé dessa região da Tronco até o centro é 20 minutos. Então, quer dizer, é uma região, do ponto de vista estratégico da cidade, maravilhosa. Nós concordamos, nós eu falo sempre a nível do poder público. Então, o que vocês querem? *‘Nós queremos ficar na região’*. Então tá. Nós vamos arrumar terrenos para que a gente possa construir casas e/ou apartamentos para que vocês saiam de onde vocês estão e vão pra casa nova pra gente poder construir a avenida.

A nossa procura de terrenos na região, tem pouquíssimos terrenos, glebas grandes, porque a gente pensa assim quando vai fazer um reassentamento. Eu tenho ‘x’ pessoas pra

reassentar, então essas ‘x’ pessoas são 500 casas, eu preciso de uma área de 10 ha pra fazer um loteamento e construir as casas. Só que como ali é muito denso, não tem uma área de 10 ha sobrando, pro poder público ir lá e desapropriar aquela área e fazer uma vila lá com 500, 600, 700 casas. Não tinha. E à medida que a gente ia procurando os terrenos, e eles sempre junto, porque daí houve uma cumplicidade entre os moradores e a Prefeitura que a gente procurava os terrenos juntos. Então, eu dizia pra eles *‘aonde que tem uma área de 10 ha?’* e eles *‘não tem’*. *‘Tá e aí, como que nós vamos fazer?’* *‘Não sei, eu também não sei’*. Nós tivemos que pulverizar essas áreas que seriam menores, mas isso dificultaria a implantação de casas. Então, nós teríamos uma segunda conversa com eles dizendo assim *‘nós não conseguimos área pra construir casas. Nós conseguimos áreas pra construir apartamentos’*, que daí você verticaliza e daí você tem condições de adensar e colocar esse pessoal nesses terrenos menores. Então, hoje o terreno que tem lá tem em torno de 1.500 m², 1.600 m², onde você pode fazer no mínimo um conjunto de três, quatro edificíozinhos naquele terreno, mais três, quatro edificíozinhos em outro terreno.

Então, esse convencimento e aceitação por parte deles em morar em apartamento, o que já é uma dificuldade, porque esse povo, ele cria galinha, cria porco, tem cachorro, cachorrada, tem papagaio, então, eles estão acostumados a morar em casa. Eles teriam que entender que eles têm que morar em apartamento, que eles têm que aprender a morar em apartamento. Aí, entra uma questão social, de assistência social de ensinar o cara a morar em apartamento, o que é uma coisa muito complexa também.

Tem gente que diz assim *‘eu não moro em apartamento nem morrendo’*. Então, teve uma parcela dessa população que nós tivemos que pensar separadamente e colocá-los em casa, mesmo porque teria uma necessidade, muitas vezes, dentro de uma família, que você tinha um cadeirante, você tinha pessoa com necessidade, muita gente lá com crianças com paralisia cerebral. Então, você tem um monte de coisa lá que você não consegue botar esse cara em um condomínio de apartamento, ele precisa de uma casa. Então, tudo isso estudando como é que nós íamos fazer. Nós vamos ter que construir casas também, só que o seguinte, a casa não pode ser na região porque nós não encontramos, não existe.

Só pra ti ter uma ideia, Gabriela, eles criaram a comissão deles lá, os moradores, eles nos indicaram 96 áreas pra desapropriar. Só que essas áreas não adiantavam, porque eram terreninhos de 400 m² que eu não faço nada. Então, eu precisava de uma área de no mínimo 1.500 m², então, dessas 96 nós já perdemos um monte. Os que conseguiram ficar, assim mesmo, só porque tá lá, não significa que a gente pode desapropriar e usar. Tem muito terreno

lá com restrições ambientais, tem nascente dentro do terreno. Então, quer dizer, o terreno que tu tem uma nascente dentro dele, 50 metros de raio da nascente tu não pode fazer nada, área não edificável. Então, tinha terreno lá que não adiantava desapropriar porque a ISMA não iria aprovar. Outros com contaminação de solo, com lixões. Então, tinha uns terrenos lá maravilhosos, mas era tudo lixão, tudo contaminado. Então, desapropriar e descontaminar ficava mais caro o molho do que o peixe, ficava inviável.

Nós encontramos todas as dificuldades do mundo pra gente equacionar e resolver o problema deles e resolver o problema nosso. Fora isso, muitos políticos interviam, então o cara que era contra o Prefeito, de outro partido lá, ia lá e enxia a cabeça deles, daí *‘ahh nós não queremos’*, então tu tinha que ir lá. Foi um diálogo constante, que existe até hoje esse diálogo para adequar a coisa. Mandar o pessoal pra fora, nem pensar. Só sai com condições de sair numa boa e pra melhor. Aí então, enquanto a gente resolvia esse problema social, da parte do plano habitacional, o projeto da parte viária ia sendo desenvolvido paralelamente e tudo que acontecia no desenvolvimento desse projeto era comunicado à população. Então, eles tiveram participação, vamos dizer assim, *‘óh nós vamos fazer uma avenida dessa largura’*, *‘ah, mas por que que é tão larga’*, *‘por causa disso, disso e disso’*. Entendeu? Sempre paralelo ao plano habitacional.

Nós conseguimos, então, criar esse elo de comunicação, não é amizade nem convencimento, nem nada, é um elo de comunicação. Então, eles exigiam uma coisa e a gente negociava. Então a gente cumpre isso e a gente faz aquilo. Então a gente faz aquilo e cumpre isso. E sempre trocando informação, e sempre negociando e sempre fechando. Até que conseguiu-se formatar, vamos dizer assim, uma estrutura de plano pra você tocar o projeto viário e tocar o projeto habitacional. Aí nós montamos um escritório de negociação lá dentro da Vila. Foi criado um comitê gestor aqui dentro da Prefeitura pra tratar dos planos exclusivamente da Tronco com todas as nossas secretarias e seis representantes deles, da comunidade.

Seis líderes da comunidade deles, a Prefeitura trouxe aqui pra dentro do plano de gestor e tudo que era discutido internamente, dentro da Prefeitura, tinha seis nego deles lá, tinha seis participantes deles. E foi uma coisa maravilhosa, porque às vezes o cara diz *‘nós vamos fazer isso isso e isso’* mas daí chegava *‘secretário, isso não dá pra acontecer por causa disso, disso e disso’*, *‘ahh é verdade’*, *‘então como é que a gente faz?’*, *‘ahh eu sugiro isso, isso e isso’*. Então houve um diálogo e todas as decisões foram sempre compactuadas com as lideranças.

Às vezes surgia um problema lá dentro e o cara, o próprio líder não resolvia e ele dizia assim *‘vamos deixar em stand by isso e eu vou lá na comunidade e vou dizer o que está acontecendo e semana que vem a gente se reúne de novo’*. Daí ele levava esse problema que a gente não resolvia ali, colocavam em votação lá, brigavam, gritavam e não sei o que, chegavam e *‘óh, decidimos isso’*, então é esse o caminho. Então, todo o caminho que nós traçamos, ele não era um caminho definitivo. Você chegava lá e tinha que fazer assim, assim e assim, tem que agradar gregos e troianos, jamais atropelar ninguém. Houve a boataria dos menos informados que a Prefeitura ia fazer uma faxina, que ia varrer, que ia patrolar, que ia fazer uma higienização daquela região, que queria meter a patrola nos barracos. Tudo papo furado, ninguém foi molestado. Quem quer sair, sai numa boa ou não sai, tanto é que muita gente não saiu ainda. O que eles exigiram? Com toda razão, veja bem. Chave por chave, fizeram o movimento deles lá. O que é Chave por Chave? Eu só te dou a chave do meu barraco a hora que tu me der a chave da minha casa própria, do meu apartamento. Chave por Chave é o nome do movimento, que é uma garantia deles em dizer assim *‘eu não saio daqui enquanto eu não tiver certeza’*. Ta bom, chave por chave.

Isso minou nosso plano todo, acabou com o nosso plano todo, mas o Prefeito foi obrigado a aceitar essa exigência deles porque o Prefeito se comprometeu de não tirar absolutamente ninguém a não ser depois de negociar e esse negócio tinha que ser bom para as duas partes. Nós estudamos entre as soluções de acordo, a solução do bônus moradia. Aí o que é o bônus moradia? Nós temos um conceito do que é casa popular. Casa popular, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, dentro do conceito de casa popular, da Unesco, tu tem que ter uma casa de no mínimo 42,00 m², com no mínimo dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Isso é uma casa popular. Isso que nós estamos nos propondo a negociar. O plano Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, tu sabe, o Governo faz as habitações, classifica de baixa, média e alta renda. Então, de 1 a 3 salários mínimos é uma faixa, de 3 a 6 é outra faixa. O Governo Federal constrói essas casas, as pessoas se inscrevem, essas casas são sorteadas entre as pessoas e elas pagam a mensalidade de 5% do valor, que dá hoje 80 reais, 50, 100 reais, conforme a renda. Qual foi a nossa proposta? Não vai pagar nada. A Prefeitura vai assumir a despesa do Minha Casa Minha Vida, a Prefeitura vai pagar o Governo Federal e o inquilino, o beneficiário no caso, não paga nada, eles ganham a escritura da casa. Ele não vai pagar 50 reais ou 100 reais por mês. A nossa proposta é não vender a casa financiada em 50 anos, sei lá quanto. A nossa proposta é dar a casa para o cara.

Isso deu uma motivação maior e uma credibilidade maior nessa população que viu que era um bom negócio pra ela, só que lá na Tronco, Gabriela, tem toda sorte do tipo de casa. Tem mansões lá, tem casa de 300,00 m² lá e tem casa de 10,00 m². Tem barraco lá, tinha uma velhinha, uma senhora e um senhor que moravam lá numa peça um pouquinho menor do que essa daqui, onde funcionava tudo: quarto, cozinha, banheiro, aliás, nem tinha banheiro. Sem piso, de terra batida, 20,00 m², quando chove, chove em tudo, e essa família, essa senhora e esse senhor, o pessoal foi lá e disse *‘não, vão colocar vocês na rua, não aceitem isso e sei lá o que’* e nós chegávamos perto e eles ficavam furiosos. Daí, quando eles viram que o negócio não era aquilo, que eles iam ganhar uma casa com teto, com luz, com banheiro, então mudou todo o conceito da coisa. Então, 90% das pessoas que eram contra passaram a ser a favor.

A gente fazia as reuniões e ninguém sabia quem era atingido e quem não era, porque não sabia, *‘a tua casa vai ser atingida’*, o pessoal chorava e quem não era atingido saía vibrando das reuniões *‘ah, eu não fui atingido, graças a Deus não vou ser mexido’*. No final da história, depois de todo convencimento, de todo o trabalho de quatro anos que a gente fez lá, as pessoas que estavam fora *‘ahh, que azar que fiquei fora’* e as pessoas *‘ainda bem que estuo dentro’*. Porque as pessoas começaram a ver, tanto é que as pessoas hoje que já foram beneficiadas estão todas felizes da vida, tem gente morando em casa que antes morava em barraco. A gente ia lá e era um absurdo. Tinha um senhor lá, ele morava num barraco com dois cavalos dentro de casa, era uma casinha dele e uma cocheira. O cara era carroceiro, ele dormia no mesmo ambiente que os cavalos. Então é uma falta de higiene, e fora isso, esse ambiente ele gera uma promiscuidade, é uma coisa horrorosa.

As estruturas de família, prostituição, aquelas guriinhas de 10, 12 anos, então é um submundo, não é nem um terceiro é um quarto mundo, é um horror. E felizmente a gente conseguiu fazer toda essa tentativa e eu acredito que com bastante êxito. Fora isso, veio o projeto, que daí então entra EPTC, daí entra estudos de tráfego assim, então, o projeto viário, ele é extremamente moderno, ele vai atender toda aquela demanda, vai valorizar toda aquela região. Daí entra aquela questão da especulação imobiliária. Então, eles se revoltavam, a população, *‘por que os ricos vão vir aqui e vão nos tomar isso aqui’*. Então, houve todo um trabalho de dizer o que é especulação imobiliária, que eles não deveriam ser atentados a vender porque o próprio imóvel dele iria valorizar, entendeu? O pessoal do DEMHAB tem todo um departamento de assistência social que acompanhavam família por família. Então, eles chamavam família por família e explicavam primeiro em coletivo, depois individualmente.

- **Eu tenho outras perguntas aqui.**

- Então vamos às perguntas, eu dei uma panorama.

2. A duplicação da Avenida Tronco gerou a remoção de algumas famílias, mas algumas ainda estão lá. Já tem previsão para que essas pessoas saiam de lá?

Veja bem, elas só sairão no momento em que estiverem prontos os apartamentos delas. O que aconteceu com os apartamentos? Uma vez adquiridas as áreas, as 16 áreas que nós compramos, tudo nobre, tem uma área na Rua Santa Cruz que tem vista pro Guaíba. A tua casa não tem vista pro Guaíba, eles vão ter vista pro Guaíba, no alto do morro, é a coisa mais linda do mundo. Do lado, são só mansões com piscinas. Os vizinhos tão... Outro problema sério que nós encontramos.

Os moradores de classe média do bairro Cristal, eles convivem com aquele pessoal que mora ali no córrego há 70 anos. O pessoal chegou lá muito antes que eles, antes que o bairro Cristal fosse implantado já tinham os moradores lá.

Hoje nós vamos remover esse pessoal lá só que os moradores do bairro não querem que esse pessoal que originalmente estava lá antes fique ali no bairro. Então, é uma demagogia, uma hipocrisia. Os caras dizem *‘ahh nós somos a favor de dar uma vida mais digna pra esse povo e não sei o que, mas longe de nós’*, entendeu? Daí os riquinhos brigavam com os pobrinhos, e os pobrinhos brigavam com os riquinhos, e a Prefeitura no meio, e a Prefeitura não pode tomar partido. Porque, o que é a Prefeitura? A Prefeitura tem que gerar o bem comum da sua população, do gordo, do magro, do rico, do pobre. Então, a Prefeitura não podia defender os ricos nem os pobres. Não podia acusar os ricos nem acusar os pobres. O que a Prefeitura tinha que fazer? A Prefeitura tinha que mediar esse conflito. Então, tinha que convencer um que não era daquele jeito e tinha que convencer o outro que não era daquele jeito. E eles gritaram. Então, tu imagina a dificuldade nossa de intermediar dois, no caso. Como que eu vou achar uma solução que agrade os bonzinhos e os ruinzinhos ou os ruinzinhos que são bonzinhos, depende do ângulo que tu olha, entendeu? Daí o que aconteceu? *‘N’* conflitos.

Nós fomos a uma reunião lá na associação de moradores lá do Cristal que os riquinhos, da classe média, nos apedrejaram, foi um escândalo. Tinha que ter brigadiano, tinha que ter proteção policial. Uma baixaria. Jogavam cadeira, porque não queriam que os

pobres... O que aconteceu? A Prefeitura achou uma meia dúzia de terrenos dentro do bairro Cristal, porque assim também, cada morador, ele vai morar, a casa que nós vamos construir, no máximo a dois mil metros de onde ele mora hoje. Isso foi uma regra que eles estabeleceram, entendeu? Então, se tu me mudar daqui aonde eu estou pra mais do que 2 km eu não vou. Uma regra. Então tá, vai ser dentro de 2 km. Então, como a Avenida é longa, tem 6 km, nós desapropriamos áreas ao longo dela, pra que o cara que mora lá na Mariana de Matos, por exemplo, não venha morar aqui no Cristal, porque inclusive tem problema até de gangs e de rixa entre bairros, eles se matam.

Além disso, a gente ainda trabalha com tráfico de drogas. Então, o que aconteceu? Dentro do bairro Cristal nós desapropriamos quatro, cinco áreas lá só que as áreas são nobríssimas, é do lado de um condomínio de oito andares com piscina, salão de festas, e nós desapropriamos um terreno do lado onde vai ser construída casa popular. Casa popular que eu digo é edifício popular. E o dono do edifício não quer de jeito nenhum.

3. A Prefeitura destinou 16 terrenos no próprio bairro para a construção de novas residências para as famílias removidas. Conte como o projeto foi feito, os critérios para distribuição das casas e em que etapa está?

Uma vez adquirida as 16 áreas foi feita uma licitação de projeto, foi feito uma licitação pra apresentar propostas pra edificação. A primeira proposta, a primeira licitação que você monta edital, leva não sei quanto tempo, você publica, isso é um prazo sem fim. Depois de seis meses do início desse troço, quando sai, quando vem o resultado, nenhuma empresa apresentou proposta. Por quê? Porque o preço era baixo. O preço que a gente dava, as construtoras não tinham interesse porque não iam ter lucro, e nós vivemos em um país capitalista, se tu tem uma empresa que o cara vai trabalhar tu tem que ganhar dinheiro, é a condição mínima. Como era muito baixo, então a gente chama de licitação deserta. Não apareceu ninguém, então se perdeu todo aquele prazo. Aí apresentamos um, fizemos uma segunda licitação, melhorando as propostas. Aí corre todo esse prazo, são mais seis meses. Apareceu uma empresa. Aí essa empresa apresentou a documentação e a Caixa Econômica Federal não aceitou. A empresa não tinha garantias. Então, quando apareceu essa empresa a gente *‘ah graças a Deus, vamos começar essas obras logo’*. Não. E o tempo foi passando. Então agora, em abril desse ano, é que foi contratada uma empresa pra desenvolver os

projetos, aprovar os projetos na Prefeitura, aprovar os projetos na Caixa pra poder começar a construir.

Então, não começou ainda, mas já está tudo contratado. Uma vez resolvido os problemas burocráticos de aprovação, de licenciamento, aí esse licenciamento é a própria Prefeitura, licenciamento ambiental, toda aquela ‘frescuraiada’ pra você construir em seis meses você constrói tá certo? Então, os terrenos já tão adquiridos, já foram desapropriados. A maioria dos terrenos, metade dos terrenos, foi desapropriado sem litígio: o cara aceitou, a Prefeitura pagou e desapropriou. Outra metade não aceitava os valores, daí entra na justiça, então tudo que você vai mexer nesse tipo de negócio é uma caixinha de surpresa. Você pode no outro dia ter resolvido como pode demorar três anos pra resolver aquele negócio. Entendeu? Então sempre tem uma pendenga.

Teve um terreno lá, por exemplo, estava tudo certo, na semana antes morreu um dos herdeiros, daí virou um rolo. Daí um negócio que já ia assumir na semana que vem retrocedeu, porque morreu um cara, olha o azar que gente teve, morreu uma semana antes e daí deu uma confusão na papelada e daí demorou mais seis meses pra poder escriturar. Então são detalhezinhos que atrasam todo um conjunto de uma obra por questões que fogem do teu domínio, entendeu? Mas a ideia, uma vez resolvida esse problema de projetos e licenciamentos que já tá no último dos capítulos, então rapidamente se entregar essas construções.

As pessoas, então, que ainda estão lá, aí vai ser o tal do Chave por Chave. Tu me dá aqui teu barraco que eu te dou o apartamento. Só que nesse meio tempo, nós criamos um gatilho, criamos uma possibilidade do bônus moradia. O que é o bônus moradia? Bônus moradia é assim, quanto é que custa para o poder público construir uma unidade habitacional? Então, por exemplo, essa casa, esse apartamento de 42,00 m² com dois quartos, cozinha, banheiro, sala, área de serviço. Quanto custa pra eu construir mil? Claro que se eu for construir um o preço eleva, no momento que constrói 10 o preço cai, no momento que se constrói 30, no momento que constrói 1000, o preço cai.

Então, foi feita essa avaliação e chegou-se ao valor de R\$ 52.340 o custo de uma unidade. Então, a Prefeitura vai gastar R\$ 52.340 pra construir uma unidade. Então o que nós fizemos? Nós tivemos o bônus moradia. O que é o bônus moradia? Tá aqui os R\$ 52 mil que eu vou gastar do meu dinheiro pra te dar um lugar pra tu morar. Se tu quiser pegar esses R\$ 52 mil e tu comprar, achar algum lugar, tá aqui, tá na mão. É opcional. Não é forçado nem nada. *‘mas daí o que eu faço com R\$ 52 mil?’* Não sei. Eu faço uma casa pra ti, agora o que tu

faz eu não sei. Daí o que a maioria fez, a maioria não, em torno de 400 famílias das mil e tantas, adotaram o bônus moradia. Então, a pessoa vai, procura uma casa, acha uma casa sei lá onde, porque daí eu não estou forçando, eu estou dizendo que o dinheiro tá aqui, se tu quer tu pega se não eu vou construir uma casa pra ti. *‘Achei uma casa lá no Lami’*. Bom, eu não estou te mandando pro Lami. Tu achou uma casa, tu te interessou, tu quer o dinheiro eu te dou. Te dou não, vou lá e compro a casa. *‘Ah eu quero, porque a casa é boa e não sei o que’*. Porque apesar de ser R\$ 52 mil, os caras acharam coisas maravilhosas.

Outra coisa, qual o critério de família? Porque são 1500 famílias se tu olhar no Google e tem 800 casas? Se tu olhar no Google, o traçado tá aqui tem 800 casas, mas são 1500 famílias. Dobrou. É porque em uma casa tem só uma família na outra tem quatro. Às vezes tu tem uma peça do tamanho dessa daqui que moram quatro famílias no mesmo buraco, no mesmo teto, que lá no Google você não enxerga lá dentro. Então o que aconteceu? Foi feito um levantamento cadastral, o DEMHAB contratou uma empresa que foi de casa em casa e fez um levantamento cadastral.

Então, vamos dizer, e é muito comum isso, que mora família, marido, a mulher e três filhos. Aí o filho mais velho casa com a vizinha e vai morar ali. Então já compõem outra família. Daí a filha do meio arrumou um namorado não sei onde e tá morando ali. Daí eles dividem aquela pecinha no meio. Então, tem casa que tem quatro, tem cinco, tem seis famílias em um teto. Qual que é o critério? Uma casa para cada família. Então embaixo de um teto às vezes tinha o pai, a mãe, com uns 50, 60 anos. Daí tinha o filho com 20 que já tinha namorada, já tinha um filhinho, outra que tem 15 anos, mas que já tem filho. E a Prefeitura vai dar uma residência pra cada membro da família. O que acontece? Acontece o seguinte, eles estão tudo amontoado, quatro famílias, vamos dizer. Aí eu dou R\$ 52 mil pra um, R\$ 52 mil pra outro, R\$ 52 mil pra outro, R\$ 52 mil pra outro são R\$ 200 mil. Num barraco que teoricamente vale R\$ 5 mil. Eu dou 200 mil, e se eu fosse comprar o barraco dele eu dava R\$ 10 mil, eles pegavam e iam embora. Eu dou 200 mil, daí o que eles fazem? Eles veem uma casa ali no Alvorada, por R\$ 200 mil, 200 mil vezes melhor do que o rancho deles e vão morar lá, as quatro famílias. Eles não moravam num cubículo? Moravam, entendeu? E o pior é que vão e ficam felizes da vida.

Só que é o seguinte, tudo é regrado. Primeiro que eu não te dou o dinheiro, o bônus moradia, ele acha a casa, ele me indica a casa, pra Prefeitura, a Prefeitura vai lá na casa, vai avaliar a casa se tem condições. Primeiro pra saber, porque se não o cara compra uma casinha por R\$ 5 mil e eu dou R\$ 50 mil. Daí ele dá os R\$ 5 mil pro cara e fica com R\$ 45 mil. Não.

Eu compro a casa do cara, o dinheiro não passa na mão do cara. A Prefeitura vai lá, chama o cara da casa, *‘quanto que tu quer na casa? Eu quero R\$ 52 mil’*, então tá aqui o cheque de R\$ 52 mil, me dá a escritura. Claro que antes de fazer isso é feito todo um reconhecimento em cartório, vê se tá em dia com IPTU, vê se não tá hipotecado, porque eu não vou comprar uma casa pra dar pra ti hipotecada. Entendeu? Então isso tudo, Gabriela, dá um trabalho que você não imagina.

Tem departamento jurídico, tem um monte de gente, tem um departamento cartorial, na hora de você pagar é uma confusão. Mas enfim, você compra a casa, daí eu dou a escritura pro cara, só que nessa escritura tem uma cláusula que ele não pode vender, nem alugar durante cinco anos. Por quê? Porque se eu dou a casa pro cara e não estabeleço cláusula, no outro dia ele vende pelos R\$ 50 mil, vai lá, volta lá pra minha zona, compra outro barraco por R\$ 10 mil, embolsa R\$ 40 mil e fica lá me enchendo o saco, daí eu tenho que pagar ele de novo. Como que é feito? No momento que eu cadastrei, no momento que eu tenho o meu cadastro de socioeconômico, tá lá Gabriele da Silva, não vou te pagar duas vezes, já tá na minha lista que eu te paguei, porque se não vira um... É dar milho pra bode, tu vai dando, vai dando, vai dando e nunca acaba.

4. A Prefeitura ajudou as famílias removidas a entender as opções que tinham ao sair do local, como indenização, bônus moradia ou aluguel social, ou as próprias famílias tiveram que trazer alguém para esclarecer as dúvidas?

Eles iam lá no escritório e às vezes iam de três, quatro daí você reunia. Foi feito uns boletins informativos, entendeu? Então, nós tínhamos o bônus moradia, nós tínhamos a indenização. O que é indenização? O cara que tinha uma casa, o bônus moradia valia R\$ 52 mil, a maioria das casas, esse bônus moradia pagaria, vamos dizer, porque é tudo barraco, mas tem gente lá que tem sobrado. Tem gente lá que tem banheira de hidromassagem. Então quer dizer, o cara tem uma casa de 200 metros, por exemplo, que vale R\$ 300 mil. Vale 300 mil reais. Ele tirou do bolso dele durante a vida, sei lá quando, R\$ 300 mil e construiu aquela casa que tem um valor real de R\$ 300 mil. É justo eu dar R\$ 52 mil reais pra ele? Não, não é justo. Então o que é justo? O justo é eu te dar aquilo que você gastou. Então o que acontecia? A pessoa dizia assim *‘eu não quero bônus moradia, eu quero ser indenizado’*. Tá ótimo, então nós vamos lá na sua casa, vamos avaliar a sua casa. Foi contratada uma empresa de avaliação.

A empresa vai lá, mede, tira fotografia, tinha azulejo, não tinha azulejo. A tua casa vale R\$ 182 mil. *‘ahh, mas eu não acho...’*. Não, tu acha, tu acha, foi feito uma avaliação.

Sabe o que acontecia muito, vários casos, chegou uma mulher lá *‘ah eu quero fazer uma avaliação porque eu quero a indenização’*. Tá ótimo. *‘já estou te avisando, a minha casa é igualzinha a da minha prima ali no Partenon, é igualzinha. Ela vendeu a casa dela por 200 mil, então eu quero 200 mil na minha’*. Tá bom, então vamos lá ver. Daí a gente olhava a casa, realmente era igualzinha, só que a casa da prima dela tinha um terreno e a casa dela não tinha terreno. Então você avaliava a casa por R\$ 80 mil. *‘Não. Como que a minha prima vendeu por 180 e tu quer me pagar 80?’*, *‘Não, pera aí, a tua prima vendeu a casa dela porque ela tinha escritura, tinha terreno, a senhora não tem terreno. A senhora construiu a casa no meu terreno. Eu não vou pagar pra senhora um terreno que não é da senhora, que é meu. Quanto é que custa a casa, é R\$ 80 mil’*. Então as pessoas não entendiam isso. Mas daí você fazia elas entender. Então essa opção de indenização foi pra esses casos. Pra quê? Pra que não houvesse injustiças.

Teve um cara lá, o [morador da Avenida Tronco]¹⁸, ele comprou, construiu na esquina da Rua Dona Malvina com a Moab Caldas que é a Tronco, ele construiu um prédio, embaixo ele tinha uma frutaria, uma loja dele, de alvenaria, com laje, em cima ele construiu apartamento com laje, estrutura, de telha de barro, tudo de primeira, tudo bonitinho. Daí nós fomos lá e falamos pra ele *‘olha, nós vamos ter que fazer uma avaliação da sua casa’*, *‘ahh mas não sei o que, porque vocês não vão me pagar o que eu gastei’*, ele queria briga e não queria deixar entrar, e estava nervoso. Daí a gente ficou sabendo que ele queria no mínimo R\$ 300 mil, *‘o minha coisa vale no mínimo R\$ 300 mil’*. E brabo, sempre assim. Não sei o que aconteceu, foi a equipe lá avaliar, sabe quanto que eles avaliaram? R\$ 380 mil. Aí quando foram dar a notícia pro cara, ele já estava com a metralhadora, a espingarda tudo armada pra mandar os caras longe. *‘Então, nossa avaliação deu R\$ 380 mil. O senhor aceita?’*, *‘agora já, me dá agora antes que vocês mudem de ideia’*. Pagaram R\$ 380 mil reais porque foi feita uma avaliação, entendeu?

Então, existia muito mito, existia muita coisas assim sem critérios. Claro que teve gente que imaginou que ia ganhar mais e ganhou menos, mas o que a Prefeitura, vamos dizer, Gabriela, se preocupou mais? Em criar alternativas para que ninguém fosse injustiçado. Evidentemente que em um universo de 1500 casos, tu pega 10% são 150, ficaram furiosos. Levaram algum tipo de prejuízo, ou, não é que levaram algum tipo de prejuízo, eles

¹⁸ Para garantir o anonimato, o nome do morador da Avenida Tronco foi retirado.

imaginavam que iam ganhar um valor e na realidade na hora de você avaliar era outro inferior e eles ficaram descontentes. Mas no universo de 100%, se você tiver 10% descontentes, sinal que você tem 90% de contentes. Então isso você pode considerar como vitória, como meta atingida, entendeu?

5. A Prefeitura tem alguma informação para onde as famílias que optaram pelo aluguel social se mudaram?

Deixa eu te explicar o que é o aluguel social. Tu sabe?

Sim, a família recebe 500 reais né, no caso por mês e a família acaba alugando...

uma outra casa até que a dele fique pronta. Por quê? O aluguel social foi outra alternativa que foi criada e foi discutida e foi debatida, muita gente não aceitou e muita gente aceitou. Eu preciso desocupar aquela área porque eu preciso construir a avenida. Só que eu não tenho aonde te colocar ainda, eu não tenho onde alocar essa pessoa porque o imóvel não tá construído. Então essa alternativa seria eu pagar o aluguel social de R\$ 500,00 por família tá? E a pessoa procura aonde ela quer morar, não é a Prefeitura que diz aonde que é, ela vai procurar aonde ela quiser, pode ser, inclusive, em outra cidade. A Prefeitura paga o aluguel durante o tempo em que a construção será executada. Qual é o interesse da Prefeitura? É executar rápido pra mudar rápido, pra parar de pagar rápido o aluguel. Então quanto menos tempo essa pessoa ficar no aluguel social, mais vantagem pra Prefeitura, e pra que isso aconteça nós temos que ser ágil em construir a casa própria da pessoa. Isso não dá garantia nenhuma em que a pessoa possa morar meio ano, um ano, cinco anos, dez anos. Então por isso essa dificuldade das pessoas aceitarem o aluguel social e por isso que entidades, de não sei da onde aí, encheram a cabeça das pessoas dizendo ‘*não, você não pode aceitar o aluguel social*’.

Tá mas vocês não sabem para onde essas famílias foram?

Sim.

Ah sabem, tem um controle?

Claro, tanto é que a Prefeitura que paga o aluguel. E só deixa eu fazer um parênteses, pra Prefeitura pagar esse aluguel também é feito uma avaliação, também é considerado, entendeu? Tu não te esqueça, tu não, é bom a gente não esquecer, que são R\$ 500 por família,

então às vezes moravam três famílias num barraco, o aluguel que você tem de três famílias é três vezes R\$ 500. É R\$ 1500. Com R\$ 1.500 eles alugavam um lugar 1500 vezes melhor do que onde eles estavam. Então mesmo na pior opção, que é você pagar o aluguel social, eles saiam do cantinho deles, sem a certeza, quer dizer, ele não tem a certeza, a Prefeitura tem a certeza que ele vai assumir, vai morar, porque o aluguel social, que existe nas cidades, é pra tipo assim, catástrofes, áreas de riscos. Então, caiu uma ribanceira lá e a família ficou no tempo. Então, a Prefeitura resgata essa família, paga o aluguel social de dois, três, quatro meses no máximo, no máximo é três meses, até que ela se arrume na vida, tá certo, pra ela não dormir embaixo da ponte.

Então, o aluguel social é um recurso que a Prefeitura oferece na última das últimas das últimas. Porque a Prefeitura não tem a obrigação paternalista, vamos dizer, de dar casa pra ninguém. A Prefeitura não tem que dar casa pra ninguém, a Prefeitura tem que cuidar da cidade. Então esse recurso é na última das hipóteses e lá dentro do DEMHAB, que é o Departamento de Habitação que cuida dessas questões, chega lá diariamente 30, 40 pedidos de gente pedindo o aluguel social. Aí o que é feito? Vai o assistente social, vê a situação, se tem risco, se não tem risco. E esse aluguel social é dado na última hipótese. *‘Não tem jeito, tem que dar porque se não o cara...’* Então vai dar, entendeu? Só que nesse caso, e o pessoal do DEMHAB tem essa mentalidade. Se chegar 50 nego pedindo aluguel social ele vai dar um e vai dizer 49 não. E eles estão instruídos pra isso, estão formados pra isso. Esse caso da Tronco é o contrário, se o cara vier pedir o aluguel social nós temos que fazer das tripas o coração, para dar o aluguel social para ele, porque eu quero que ele saia de lá para eu poder construir a avenida. E o pessoal do DEMHAB tinha um vício de não dar aluguel social. Então os caras *‘ah arrumei um aluguel social’*, *‘Não, não sei se eu vou te dar não’*. Entendeu? Não, tem que dar, pelo amor de Deus.

Um dos líderes lá do Cristal, o Cristal foi o bairro mais, vamos dizer assim, irracional. A Prefeitura conseguiu um diálogo bem saudável com todas as lideranças, porque a Tronco é ao comprido e o Cristal é lá no finzinho dela, ou no início, não sei se é fim ou início. Nesse trecho todo, nós sempre tivemos, não digo facilidade, mas nós tivemos um bom entendimento com o pessoal, existia uma boa troca, uma boa negociação. Com o pessoal do Cristal, onde tem uma influência muito grande dum partido contra o do Prefeito, onde tem os xiitas, vamos dizer, os que são contra tudo, os que fazem movimento, panelaço e fazem barulho, lá no Cristal foi o lugar mais difícil de trabalhar e lá dentro do Cristal eles tinham quatro lideranças, que elas brigavam entre si.

Lá no Cristal que nasceu o Chave por Chave. Lá no Cristal que teve panelaço. Lá no Cristal que teve passeata. Lá no Cristal que teve queima de pneus. Lá no Cristal que saiu na televisão que o Prefeito estava abusando do direito à moradia que estava restringindo. Chamaram a Raquel Rolnik, que tu deve conhecer, a Raquel Rolnik veio aí com quatro metralhadoras na mão, saiu daqui encantada, elogiando nosso trabalho, dizendo que os caras estavam conversando tudo fiado, porque nenhuma Prefeitura do Brasil estava dando tanta bola pra aquele troço, tanta vantagem que nós estávamos dando. Então assim, em uma das lideranças, aí sabe o que eles fizeram? Eles fizeram um cartaz assim de 40x40, um adesivo escrito Chave por Chave e distribuía nos barracos e o pessoal colava na porta, então eu sou adepto ao Chave por Chave e aquilo um já colocou na casa um do outro. Depois que nós fomos lá e explicamos pra eles, um dos líderes que morava num barraco caindo aos pedaços, aí eu fui explicar pra ele o que era o aluguel social, e ele contestando, contestando, depois que eu provei pra ele que o aluguel social era uma grande coisa pra ele, depois dele distribuir não sei quantos cartazes desses, ele arrancou o Chave por Chave da casa dele e ele foi pro aluguel social.

6. O aluguel social está sendo pago em dia? A Prefeitura tem como monitorar o sucesso desse programa?

Isso na verdade quem controla é o DEMHAB. Eu estou afastado, não sei se a [servidora do Departamento Municipal de Habitação]¹⁹ falou contigo, eu estou afastado desse movimento na Tronco. Eu acompanhei desde 2009 até 2012, 3 anos eu fiquei, depois de 2012 eu saí lá da Tronco porque eu vim assumir outras coisas aqui na SECOPA, inclusive eu estava lá no escritório. No início eu fazia a articulação com as comunidades até 2012, depois de 2012 nós montamos o escritório, eu fui lá pro escritório e depois eu voltei aqui pra SECOPA e daí eu saí daquele programa, o Prefeito me colocou em outras atividades aqui. Então eu não sei te dizer exatamente como está o controle disso, mas quem faz o controle é o DEMHAB, o DEMHAB tem a estrutura de lá e eu acredito que ele está pagando esses alugueis porque até hoje eu não vi nenhuma reclamação.

¹⁹ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

7. As famílias removidas quiseram participar de alguma forma do projeto da duplicação da Avenida Tronco, ou eles nem entraram em contato com a Prefeitura? Caso quiseram participar, como isso aconteceu?

Participaram diretamente, sistematicamente. É claro que não, fica difícil você fazer uma assembleia com os moradores, nós fazíamos assembleias com os líderes, entendeu? Então a gente levava para os líderes, porque fica difícil, não tem como você dialogar tecnicamente, tu explicar pro cara o que é uma alça, um retorno, uma área de acúmulo, tecnicamente você não tem como você discutir isso, mas a gente instruía os líderes e os líderes eram os porta-vozes.

Então o cara dizia assim *‘ah lá na esquina tal não tem um jeito da gente aumentar o raio de curvatura?’*, tá bom, daí levava lá pra equipe de projeto *‘óh o pessoal quer aumentar o raio de curvatura, é possível?’*, é ou não é, se é vamos fazer, se não é vamos justificar porque não se pode fazer e levar a resposta. Então a participação deles foi uma participação indireta, mas houve a participação em tudo. E esse projeto foi um projeto dinâmico, à medida que você ia fazendo, você ia aperfeiçoando e modificando, tá certo? Cada etapa de modificação, todo mundo sabia lá, *‘óh, te lembra aquele negócio que a ciclovía ia passar aqui? Tecnicamente foi comprovado que não sei o que, ela vai passar ali’*, *‘ah, então tá’*. Entendeu? Então, vamos dizer assim, eles eram informados do desenvolvimento do projeto.

8. Já existe uma previsão para a conclusão das obras da Avenida Tronco?

Não, a conclusão vai depender dessa remoção.

Não tem uma data assim?

Não, tanto é, deixa eu explicar, era previsto pra ser terminada antes da Copa porque, digamos assim, era a *menina dos olhos do Prefeito*. O Prefeito, ele tem uma intimidade muito grande com essa região, ele tem uma dívida pessoal com essas comunidades, histórica. Em 1977, o Fortunati, a pessoa dele, ele morou lá, ele fazia um trabalho voluntário junto às comunidades. Ele, o Fortunati, pessoa física, ele alfabetizou um monte de gente lá, ele fazia um trabalho comunitário, como agente comunitário, lá dentro da Prefeitura, ele morou lá. Então, essas lideranças ele conhece de cima pra baixo de baixo pra cima.

O [morador da Avenida Tronco]²⁰ é um líder comunitário lá da Tronco mesmo, porque são várias, tem a Tronco Postão, tem a Tronco, tem a Cruzeiro, tem a Vila Maria, tem a Silva Paes. O [morador da Avenida Tronco]²⁰ é da Tronco mesmo e ele é o líderzão lá, ele é o mais respeitado, já foi candidato, ele é um cara atuante, politizado e conhece o Fortunati desde 77. Então, o Fortunati sempre teve na maneira de ser dele, ele queria fazer um resgate dessa área, ele queria dar dignidade pra ele povo que ele alfabetizou há 40 anos atrás, entendeu?

Então essa obra da Tronco sempre foi pra ele a *menina dos olhos dele*. Então, quanto mais cedo terminar, já que estamos falando de prazo, melhor seria, mas sempre respeitando essas, vamos dizer, esses empecilhos que iam aparecendo ao longo do desenvolvimento. Como que eu vou adivinhar que não vão aparecer empresas pra construir as casas, como que eu vou adivinhar que ia acontecer isso, que ia acontecer aquilo, que os terrenos tinham que ser judiciais, enfim, essas dificuldades que aconteceu e aconteceu e não tem como. Agora, uma das condições dele foi sempre respeitar, se não quer sair, então não sai, até que a gente consiga acordar tua saída. ‘*ah eu só saio Chave por Chave*’, ‘*então tá, fica aí e nós vamos fazer as casinhas, quando ficar prontas eu volto pra gente conversar*’. E o cara tá lá até hoje.

9. Está sendo feito algum policiamento na Avenida Tronco para evitar que bandidos ou drogados se instalem nos terrenos vazios ou restos de casas demolidas? A Prefeitura notou algum problema de insegurança nessa área?

Isso é um problema sério né. Na verdade é o seguinte, todos os terrenos, eles estão cadastrados, onde quem tem que sair tá cadastrado, tá numerado, tá desenhado. Então, as pessoas que a gente consegue tirar, a primeira providência é desmanchar o imóvel pra que outro não volte, mas mesmo outro voltando, a gente tem cadastrado que ali já tinha uma pessoa que foi indenizada então esse é novo invasor, entre aspas, digamos assim.

Os próprios moradores, eles criaram um sistema de não deixar outras pessoas entrar, quem tá ficando, tá zelando, porque se houver ocupações nas áreas já tiradas, o que tá lá, tá sujeito a não receber indenização dele, porque pode ir abaixo o plano. Então eles mesmos se autopoliciam, entendeu? O que o cara faz, o cara vai lá e cerca, mas fora isso, tá sendo policiado, tá sendo controlando. Ali tem que ficar acordado 24 horas por dia, porque se der uma cochilada, outras pessoas já vêm e tentam reocupar, mas os próprios moradores e vizinhos tão policiando.

²⁰ Para garantir o anonimato, o nome do morador da Avenida Tronco foi retirado.

ENTREVISTA 2:

1. Porque foi feita a duplicação da Avenida Tronco?

O projeto prioritariamente priorizou a questão viária. Tem um gravame desde 1958 da duplicação dessa avenida e que ela só obteve a oportunidade de início de obra a partir da escolha de Porto Alegre como uma das cidades-sede da Copa do Mundo, que facilitou para que a Prefeitura buscasse financiamento né, financiamento elevado, em torno do viário e do habitacional, em torno de 140 milhões, deve ser mais agora corrigido esses valores. Mas prioritariamente, priorizou essa questão, focou a questão viária. Mas por outro lado também foi uma grande oportunidade de resolver a questão habitacional de parte dos moradores aqui da vila.

Tiveram movimentos contrários à Copa, contrário às obras e que diziam que isso iria prejudicar as famílias e é bem o contrário. Essas famílias atingidas pela duplicação, elas terão acesso a uma casa escriturada, seja adquirida pelo bônus moradia, que foi um projeto de lei, em que nós, a comissão de habitação, nós elaboramos e levamos até a câmara de vereadores para ser aprovada, em que encontramos lá o vereador Adeli Sell, que foi grande parceiro pra aprovação desse projeto de lei. E também, que pra mim eu acho que é o mais valioso, é garantir a permanência das famílias aqui na região em apartamentos que serão construídos em áreas que foram indicadas por nós e desapropriados pela Prefeitura. Apartamentos que deverão valer no mínimo R\$ 150 mil, que estão em terrenos nobres que nós indicamos, em que as pessoas irão receber através do Programa Minha Casa Minha Vida esses apartamentos e elas não terão que desembolsar um centavo. Terão que pagar custos de condomínio, água, luz, essas questões que tão habituadas a pagar aí.

2. A duplicação da Avenida Tronco gerou a remoção de algumas famílias, mas algumas ainda estão lá. Já tem previsão para que essas pessoas saiam de lá?

Bom, previsão não tem. Tem a previsão de término da obra que ela saiu da Matriz de Responsabilidade de obras da Copa, a Prefeitura tinha a obrigação de fazer essa duplicação que é o carro-chefe das obras até o período da Copa do Mundo e não foi concluída. Seis, sete meses antes da Copa, a Prefeitura chegou a conclusão que não conseguiria fazer. Então, ela tirou da Matriz de Responsabilidade das obras da Copa e passou para o PAC de mobilidade.

Esse PAC de mobilidade não tem uma obrigação de tempo, mas a Prefeitura estabeleceu o prazo de até 2016, final do Governo Forttunati, pra fazer a remoção dessas famílias.

O que é importante também frisar, não foi feito nenhuma remoção forçada. Já tem vários vazios ao longo da avenida das famílias que procuraram aqui o escritório da Tronco para abrir o processo de bônus moradia ou aluguel social para receber os apartamentos. Alguns optaram também por outras modalidades como indenização, em que ela pede pra que a Prefeitura faça avaliação do seu bem construído né. Então, aí nós temos avaliações que até é difícil de acreditar que algumas casas chegam a R\$ 280 mil, R\$ 290 mil em áreas verdes. Claro que tem aqueles outros casos de casebres em que da R\$ 10, 12, 15, 20 mil, mas, uma das alternativas e também tem a alternativa da permuta.

A permuta funciona da seguinte forma: a família que está dentro do traçado, que está lá no cadastro da Prefeitura pra ser removida, ela pode também fazer a negociação com uma família que não está sendo atingida, por uma casa que não está no traçado. Então ela pode fazer o seguinte, ela pode trocar o seu direito pelo apartamento, bônus moradia, indenização com a família. Então ela passa a morar nessa casa e essa outra família passa a ter esses direitos acordados com a Prefeitura. Então, não houve nenhuma remoção forçada, está tudo dentro da tranquilidade e num ritmo que até a gente está vendo aí, imaginamos que até 2016 a Prefeitura vai conseguir concluir o traçado viário e habitacional.

3. A Prefeitura destinou 16 terrenos no próprio bairro para a construção de novas residências para as famílias removidas. Conte como o projeto foi feito, os critérios para distribuição das casas e em que etapa está?

O cadastro socioeconômico que fez o mapa das famílias atingidas, ele mapeou 1525 famílias. Depois do cadastro socioeconômico feito, nós fizemos um acordo da permanência das famílias na região. Para isso a gente conseguiu acordar com a Prefeitura que nós, a comunidade, a comissão de habitação, fizesse a indicação das áreas onde fosse construída essa unidade habitacional, que será prédios de cinco andares com quatro apartamentos por andar. Esses prédios, essas áreas foram indicadas pela comissão de habitação.

Das 16 que a Prefeitura fez chamamento para construir, 14 foram indicadas pela comissão de habitação da Grande Cruzeiro e duas pela Prefeitura. Então, nós escolhemos lugares nobres aqui da região, até gerando um certo conflito com, digamos, a burguesia, que de uma forma preconceituosa, tem o entendimento de que essas unidades habitacionais que

serão construídas ao lado dos seus prédios, elas irão desvalorizar os seus imóveis. O que é muito pelo contrário, porque as vilas estão dentro desse bolsão do encontro da classe média aqui, então nós estamos diminuindo as vilas aqui né, dando para as famílias que moram de forma irregular, muitos que não tem uma casa com a mínima estrutura para comportar famílias grandes.

Eu acho que se a casa tem duas peças e um banheiro, têm cinco, seis pessoas morando dentro. Às vezes mais de um casal. Eu acho que aí foi uma grande conquista, o acordo firmado com a Prefeitura em que no cadastro socioeconômico identificou as famílias para que a gente resolvesse esse problema que eu chamo de empilhamento de famílias, onde tem duas três peças e tem mais de um casal formado, as pessoas não vivem de forma digna né. Então, nós conseguimos fazer com que a Prefeitura, ela fizesse o cadastro socioeconômico mapeando as famílias e não as casas. Por quê? Se tu for fazer o levantamento talvez tenha 700, 800 casas que serão atingidas pela duplicação, mas tu tem 1525 famílias. Por quê? Porque se conseguiu desmembrar essas famílias, vai conseguir com que essas famílias tenham a oportunidade de cada uma ter o seu cantinho, que é a sua casa, cuidar das suas coisas.

Então, pra nós assim é muito gratificante ver com que a oportunidade está dando hoje para essas famílias. A duplicação da avenida pra nós, pra comunidade, é secundária. A comissão de habitação, se a avenida sair até 2016 pra mim pode demorar mais 20 anos que não é o problema. Agora, a questão que pra nós é prioritária é a solução de resolver esse empilhamento das famílias, isso é o grande efeito dessa duplicação da avenida. Essa grande oportunidade que a gente vai está conquistando junto com esses moradores atingidos. Eu, felizmente não sou um dos atingidos, mas eu vejo assim, a gente tendo um pouco mais de clareza, sabe da dificuldade que é pra conseguir um financiamento pra casa própria e é simples, é só fazer uma simulação na Caixa Econômica Federal de financiamento de R\$ 150 mil em 30 anos que tu vai ver que seria inviável pra 99% das famílias atingidas conseguir fazer um financiamento desse valor e arcar com esse custo durante 30 anos pra conseguir adquirir a casa própria.

4. A Prefeitura ajudou as famílias removidas a entender as opções que tinham ao sair do local, como indenização, bônus moradia ou aluguel social, ou as próprias famílias tiveram que trazer alguém para esclarecer as dúvidas?

Bom, foi feito conjuntamente com a Prefeitura. Desde o início desse processo, que é um processo complexo, nós tomamos a iniciativa que dentro do fórum do orçamento participativo de nos reorganizar. Então, nós tínhamos a nossa comissão de habitação aqui da Grande Cruzeiro. Eu fazia parte, coordenava o orçamento participativo há algum tempo e participava da comissão de habitação. Então, dada essa questão da escolha de Porto Alegre, essa complexidade, nós puxamos o debate de uma reorganização pra esse momento. Então, nós fizemos reuniões internas pra discutir nossa organização, reuniões com a comunidade, com a presença da Prefeitura e sem a Prefeitura também pra ver quais eram as nossas demandas. Porque além da questão da habitação, essa duplicação da avenida era uma grande oportunidade pra trazer como contrapartida praças que a gente não tem aqui, quadras esportivas, mais creches, mais recursos, projetos sociais aqui de abrigagem, que tem várias entidades que cuidam de crianças e adolescentes de 0 a 16 anos.

Então, nós fizemos ao todo, sem exagero, se não chegou a 300 reuniões, quase 300 reuniões nesse período. Então, eram reuniões que eram, pra tu ter uma ideia, são 23 vilas que são atingidas direta e indiretamente. Diretamente apenas a Silva Paes, a Vila Maria, Mariano de Matos, a Tronco Postão, a Tronco Neves, área do acesso 82, Ipê Barracão, Vila Cruzeiro do Sul, a Divisa e a Vila Cristal. Essas vilas elas são atingidas diretamente. Só que essas vilas elas têm outras vilas coladas atrás, que aí essa via iria, vai impactar a questão da escola, do acesso ao trabalho, questão do transporte público, questão dos corredores de ônibus, transformações do traçado viário aqui de acesso. Então foi necessário fazer uma série de reuniões e várias reuniões nessas vilas atingidas e nas outras também levar informações do que estava acontecendo, os acordos com a Prefeitura, do projeto.

Então, isso foi feito acordado com a Prefeitura e te digo assim, 90% das reuniões que nós fizemos teve representante da Prefeitura, porque pra nós foi importante essa presença da Prefeitura pra nosso encontro de lideranças comunitárias, digamos assim, pra além de comprometer a Prefeitura daquilo que a gente estava falando, porque quando fala em público é filmada, gravada, a gente tem registro de várias reuniões feitas com eles, pra mostrar o comprometimento deles com as nossas reivindicações e os acordos. Então foram feitas muitas reuniões. Muitas, muitas, muitas e foi bastante desgastantes mas acho que foi bastante produtivo pelos acordos que nós fizemos. Nós conseguimos acertar com a Prefeitura pelo menos entre 14 e 15 pautas aí em relação à duplicação da avenida.

5. A Prefeitura tem alguma informação para onde as famílias que optaram pelo aluguel social se mudaram?

Tem, até porque a Prefeitura tem que ter o controle de quem está no aluguel social do pagamento. Porque o aluguel social, ele é um contrato, que por questão legal, tem validade por 12 meses e a cada, digamos assim, no décimo primeiro mês do vencimento, a família que já está no aluguel social tem que voltar aqui no escritório pra fazer um novo contrato de aluguel social, porque a pessoa, de repente, em um ano pode se mudar, pode estar pretendendo ir pra outro lugar, ou não. Então tem a questão também que é feita anualmente aqui, acho que é pelo IGPS, que é a atualização do valor do aluguel social. Então, esse valor normalmente ele é atualizado, então ela tem que vir com o novo contrato, apresentar e tal.

É rigoroso o controle do aluguel social e os valores que a gente tem acompanhado, porque é uma questão que levantou no início bastante desconfiança em relação se a Prefeitura iria honrar ou não os compromissos e felizmente tem gente que já está há dois anos no aluguel social e não tem tido problema. A Prefeitura tem honrado o pagamento, tudo certinho.

6. O aluguel social está sendo pago em dia? A Prefeitura tem como monitorar o sucesso desse programa?

É monitorado. A Prefeitura, além aqui da sala do lado, tem um setor que é responsável pelo aluguel social, lá na direção geral tem um departamento, setor que cuida disso. Então tem um mapeamento permanente dessas famílias. Então, claro que às vezes acontece um problema da família se passar e chegar no 11º mês e não procurar o DEMHAB pra fazer a renovação e aí acaba trancando o pagamento lá. Daí o que acontece, traz os papéis, atualiza daí no mês seguinte aquele mês que ficou pra traz, ele recebe junto com o do mês, não tem interrupção.

7. As famílias removidas quiseram participar de alguma forma do projeto da duplicação da Avenida Tronco, ou eles nem entraram em contato com a Prefeitura? Caso quiseram participar, como isso aconteceu?

Participaram ativamente. Eu tenho orgulho de dizer que nós fizemos esse monte de reuniões e não foram reuniões com poucas pessoas. Nós tivemos assembleias, uma que foi histórica que tinha mais de 700 pessoas numa associação. Tivemos que por uma circular de

som na rua pras pessoas estarem acompanhando a discussão, os informes. Por que no começo disso, como ninguém sabia ao certo como iria ser então teve uma certa polêmica. Paralelo a isso teve um oportunismo político de movimentos contrários à duplicação, partidários.

Eu posso te falar naturalmente sobre isso porque eu sou presidente da associação da Tronco, coordeno a comissão de habitação da Vila Cruzeiro, conselheiro do AP, coordenador da mesma, então com toda essa responsabilidade comunitária, mas ao mesmo tempo eu tenho minha vida partidária, e na minha vida partidária eu sou veiculado ao Partido dos Trabalhadores, do qual, durante todo esse período, sou presidente da Zonal 114 aqui da região. Então, ao natural que fizessem oposição ao projeto, correto, mas e fui o primeiro a ir pra jornal quando me procuraram, para o rádio pra falar o porquê que nós éramos contrários às manifestações aqui, à duplicação da avenida, inclusive ameaçava em fazer a depredação desse espaço físico aqui que tem processos, que envolve as vidas das pessoas. Documentos das pessoas, casa que as pessoas estão esperando a Prefeitura encaminhar os processos pra pagar né. Então, pela responsabilidade a gente não deixou que isso influenciasse nessa condução da comissão de habitação aqui de toda essa discussão. Tinha gente do meu partido, vários, que acharam que aquele momento oportuno pra fragilizar a Prefeitura. Estávamos perto de um processo eleitoral municipal e aí eles enlouqueceram comigo porque eu não dei guarida a esse tipo de oportunismo.

Então, cada manifestação que eles faziam eu chamava a reunião da comissão e quantas nós fizemos no pátio aqui em que tinham que solicitar 200, 300 cadeiras para o pessoal sentar, muitos ficavam de pé, pra poder esclarecer para as pessoas o que estava acontecendo. Porque surgiu nesses anos aí uma onda de boatos de despejo. Não aconteceu nenhum despejo forçado. A única coisa que foi forçada aqui, felizmente foi a nosso favor, porque foi desapropriado terrenos em que a burguesia, os proprietários estavam aguardando o melhor momento para vender. Então, pra eles, vender para Prefeitura pelos índices que a Prefeitura tem, sei lá 30, 40, 50% a mais defasados em relação à questão que eles estavam pedindo aqui na região, mas eram terrenos que a gente reivindicou pra construir essas moradias.

Então, a Prefeitura fez o seguinte, fez a desapropriação judicial. Tem uns que nem receberam, tão na justiça, mas isso não diz respeito a nós. O que é importante é que os terrenos que nós indicamos, pleiteamos para a construção das moradias foram todos desapropriados e mais um que para nós tem uma simbologia bastante grande, que era um desejo antigo das pessoas que me antecederam aqui na associação da Vila Tronco em que nós somos vizinhos do quartel do exército. Ele começa lá na Correa Lima, ele vem aqui com o

muro e faz todo entorno aqui dessas vilas da Tronco Postão, Nossa Senhora do Brasil. Então tem um muro dessa altura semelhante a esse que tá atrás de ti aí, em que nós conseguimos convencer o Prefeito da necessidade de abrir uma negociação com o exército pra cedência de pelo menos uma tira da área. Pra quê? Porque na Vila muitas famílias têm animais, e como é uma coisa muito nova e culturalmente as pessoas não estão habitadas, e talvez tenham um pouco de dificuldade de se habituar com essa nova tipologia de moradia que é morar em prédios. Hoje moram em casa, morar em prédio, tem gente que tem quatro, cinco cachorros ou mais, não é? Fica difícil. Então, essa questão da tira que a gente conseguiu e a Prefeitura conseguiu abrir essa negociação em que foi adquirida com R\$ 3,5 milhões. Uma tira em que vai oportunizar a Prefeitura a fazer entre 180 e 200 sobrados.

Esses sobrados, a gente tem o entendimento que eles devam ser ocupados prioritariamente por essas famílias que têm animais e depois por famílias que tenham idosos, coisas parecidas, porque talvez eles tenham alguma dificuldade, apesar de todos prédios do MCMV no primeiro andar, pela legislação federal, todos eles já tem com uma adaptação pra idosos né. Banheiros adaptados, com portas mais largas, corrimões, corrimão pra acesso, então essas adaptações já vem. Talvez eu até acho que os prédios seriam mais seguros. Então o que acontece? Então, têm essas adaptações pros idosos. A gente também teve esse cuidado. Cadeirantes têm que ter rampa de acesso, os prédios que vão ser construídos têm que ter estacionamento, porque hoje com a facilidade, todo mundo tem carro, equipamentos para as crianças, pracinha, creche. O empreendimento vai ter mais de 200 unidades habitacionais então ele tem que ter uma creche, uma nova creche junto, vai ter um deslocamento de gente. Então, a gente teve todo esse cuidado. Posto de saúde, se não dentro, próximo, mas nas proximidades porque, como eu te falei, tem condomínios que vai 150 ou mais né, e são famílias populares que utilizam o serviço público de saúde, de assistência, então esse cuidado a gente tomou também.

8. Já existe uma previsão para a conclusão das obras da Avenida Tronco?

A viária, a Prefeitura recentemente colocou que até 2016 vai entregar. Habitacional, de primeira mão pra ti, dos 16 terrenos dois a Prefeitura já conseguiu aprovar junto à Caixa Econômica Federal o projeto habitacional de duas áreas. Tomara que sejam as maiores né? Porque o seguinte, as empresas contratada, o que aconteceu? A Prefeitura tem os seus técnicos que fez o estudo pra cada terreno. Aqui na entrada tem uma placa, na Mariana de

Matos. Ali a Prefeitura fez um estudo de que poderia coloca em torno de 88 famílias. A empresa contratada, ela apresentou à Caixa Econômica Federal o estudo em que ela consegue, segundo ela dentro dos critérios da Caixa Econômica Federal de espaço, colocar 140 famílias. Olha a diferença que dá. Então, isso acabou trancando, porque eu não acredito que os técnicos da Prefeitura usando os mesmos critérios, eles iriam errar tanto né? Então, as empresas como elas ganham por unidade habitacional, quanto mais construir mais ganham né. Então isso acabou emperrando na Prefeitura.

A Prefeitura teve que aprovar também pra tornar atrativo MCMV porque as empreiteiras não querem construir pra faixa popular. Os apartamentos, esses que as famílias irão receber, eles têm as mesmas dimensões, mesmos tamanhos, as mesmas características do MCMV II, que é pra famílias que ganham mais de três salários mínimos. Então, para as empresas eles têm o mesmo custo para construir o de 0 e o de II, só que dá uma diferença de quase 40 mil reais a mais de lucro pra eles em relação ao I pro II. Então, pra eles seria mais lucrativo fazer o II. Então, a Prefeitura pra tornar atrativo o I, ela aprovou junto à Câmara de Vereadores uma complementação de seis CUBs, que as empresas além de receber o que a Caixa Econômica paga com o MCMV I, elas recebem mais, hoje em torno acho de 10 a 12 mil reais a mais por unidade habitacional.

9. Está sendo feito algum policiamento na Avenida Tronco para evitar que bandidos ou drogados se instalem nos terrenos vazios ou restos de casas demolidas? A Prefeitura notou algum problema de insegurança nessa área?

Ah esse é um problema. Sobre os terrenos que foram desapropriados, a Prefeitura cercou, colocou placas e a Prefeitura tem a guarda municipal que faz a segurança. Ela passa, faz uma passagem diária nos terrenos pra ver se não tem e tal. Já aconteceu de drogados quererem fazer barraquinha e tal nos terrenos. Daí vai a guarda municipal retira, quando ela não consegue sozinha ela aciona a Brigada Militar. Os terrenos aqui, aconteceu alguns casos que a Prefeitura demorou pra colocar pro chão as casas e os vagabundos usarem pra se drogar, traficar e tal, mas hoje com a intensiva que eles fizeram nas demolições, botando pro chão, hoje não tem. Porque o seguinte, nesses terrenos aqui que tão sendo desapropriados, do lado ou nos fundos normalmente sempre tem uma família e uma casa porque não sai toda a vila, sai uma parte dela. Então, as pessoas costumam cuidar e felizmente os vagabundos têm respeitado a comunidade.

**APÊNDICE G: Entrevistas com os moradores atingidos pela remoção na Avenida
Tronco, bairro Cristal**

1. Quando as obras de duplicação da Avenida Tronco começaram você já sabia que haveriam remoções?
2. Você tem previsão para sair? Optou por algum Programa oferecido pelo Governo Federal (bônus moradia ou aluguel social) ou vai esperar pela construção das unidades habitacionais?
3. Atualmente o Departamento Municipal de Habitação faz reuniões com as comunidades? Quando foi a última reunião realizada?
4. Atualmente o Escritório da Avenida Tronco está à disposição das famílias para o esclarecimento de dúvidas sobre as remoções e o projeto viário? Se sim, como acontece? Individualmente? Com hora marcada?
5. Muitas famílias já aceitaram o aluguel social. Você mantém contato com essas para saber onde e como elas estão vivendo?
6. Mesmo passado mais de um ano dos jogos da Copa do Mundo, você acredita que o motivo para a duplicação da Avenida foi a Copa? Você foi contra a realização do megaevento em Porto Alegre?
7. Na sua opinião, qual foi o legado da Copa do Mundo para a cidade? E para você?
8. A campanha “Chave por Chave” foi criada para incentivar os moradores a resistir às remoções, não aceitando Programas do Governo como bônus moradia e aluguel social. Essa resistência ainda existe entre os moradores do bairro Cristal?
9. Check list (Secretaria de Direitos Humanos)
 - ✓ Acesso à infraestrutura (água, luz, esgoto, coleta de lixo);
 - ✓ Acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico (educação, saúde, trabalho);
 - ✓ Prioridade para os mais vulneráveis;
 - ✓ Direito à informação e notificação prévia;
 - ✓ Direito à participação no projeto antes, durante e depois, podendo discutir alternativas conjuntamente com o poder público;
 - ✓ Garantir total transparência nos projetos de planejamento;
 - ✓ Compensação adequada, nunca sendo inferior ao que elas já tinham originalmente;
 - ✓ Os locais de reassentamento devem ser próximos às áreas em que vivem;
 - ✓ Garantia do bem-estar dos habitantes.

10. Check list (Resultados obtidos pela pesquisadora)

- ✓ Baixas indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal;
- ✓ Sem acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas;
- ✓ Falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação;
- ✓ Sem discussão do projeto habitacional com a comunidade;
- ✓ Incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia;
- ✓ Aumento da violência no bairro Cristal após as remoções;
- ✓ As comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo;
- ✓ Falta de cuidado para a demolição das casas, causando problemas na estrutura da casa vizinha (rachadura nas paredes);
- ✓ A Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a obra de duplicação da Avenida Tronco, pois ela aconteceria da mesma maneira;
- ✓ Posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014.

APÊNDICE H: Transcrição das entrevistas com os moradores atingidos pela remoção na Avenida Tronco, bairro Cristal

ENTREVISTA 1 (líder da Comunidade Vila Cruzeiro):

1. Quando as obras de duplicação da Avenida Tronco começaram você já sabia que haveriam remoções?

Sim. Quando iniciaram as obras que não eram para ser iniciadas antes das remoções, a gente já sabia que iam ser deslocadas 1.600 famílias e a gente calculou 6.000 pessoas envolvidas. A gente já sabia, mas de fato para fazer isso aí, as obras, teriam primeiro que ter feito as casas, as habitações, para deslocar as pessoas. E não foi isso que aconteceu. Onde não precisava tirar nenhuma pessoa, eles já foram iniciando as obras naquela parte ali, pra gente se sentir pressionado, que a obra estava chegando e que a gente tinha que aceitar o que eles estavam oferecendo.

2. Você tem previsão para sair? Optou por algum Programa oferecido pelo Governo Federal (bônus moradia ou aluguel social) ou vai esperar pela construção das unidades habitacionais?

Na verdade, eu não optei por nenhum plano, porque a área que eu ocupo é uma área privada, que ocupo há 43 anos. Só que eu não tenho nenhum documento de posse, mas eu já sou posseiro garantido. Com todo esse tempo, já tenho os direitos garantidos, mas não sei para a obra pública como é que fica. Eu iniciei um processo de usucapião da obra que está em andamento. Eu não sei como é que vai ficar, mas eu não aceitei nada justamente por isso. A área não é pública, não tinha porque eu aceitar bônus moradia ou aluguel social, por que eu não me encaixava nesse perfil que eles tinham.

3. Atualmente o Departamento Municipal de Habitação faz reuniões com as comunidades? Quando foi a última reunião realizada?

Não. Atualmente não tem mais nenhuma reunião. Faz muito tempo, já não tem reunião. O que acontece, é que eles vão nas casas das pessoas que ainda estão nos locais onde moram, pra pressionar e também para oferecer esses programas. A última reunião da Prefeitura realizada com a comunidade foi lá por 2013, mais ou menos.

4. Atualmente o Escritório da Avenida Tronco está à disposição das famílias para o esclarecimento de dúvidas sobre as remoções e o projeto viário? Se sim, como acontece? Individualmente? Com hora marcada?

Sim, esse local ainda continua funcionando, mas é individual. O correto seria levar as pessoas, conversar com todas, não individualmente. Tu te sente pressionado, não tem saída e, eles ficam ali...tu vai perder tudo, não vai ganhar nada, tu tem que aceitar. Então é individual o atendimento deles.

5. Muitas famílias já aceitaram o aluguel social. Você mantém contato com essas para saber onde e como elas estão vivendo?

Algumas famílias que eu entrei em contato, que saíram pro aluguel social, tem algumas que eu ainda converso, às vezes... E bônus moradia também. Bônus moradia, muitas pessoas tiveram que ir pro litoral, comprar casa no litoral e, assim mesmo, complementar, por que com R\$ 52 mil não conseguiram. E muitas já voltaram, venderam lá e voltaram. Porque não tem o que fazer lá, trabalho. E aluguel social, a Prefeitura deu uma rasteira nas pessoas, porque aluguel social eles ofereciam R\$ 500, que em um ano e meio, as casas estariam prontas para serem removidos. Só que já faz três anos, ou mais, e as pessoas continuam em aluguel social, só que todos os anos o proprietário aumenta e a Prefeitura não repassa esse aumento para as famílias. Elas têm que tirar do bolso. Então é uma falcaturia que a Prefeitura concretizou contra essas famílias.

6. Mesmo passado mais de um ano dos jogos da Copa do Mundo, você acredita que o motivo para a duplicação da Avenida foi a Copa? Você foi contra a realização do megaevento em Porto Alegre?

Não. Assim, a obra não era prioridade da Copa, desde o início, fincou pé com o Prefeito dizendo que não era. Que estava embutido junto, por causa da receita, pra que viesse dinheiro, mas não era prioridade da Copa. Não seria essa Avenida a prioridade. Eram dois quilômetros na volta do estádio. Aqui é muito mais longe, tem muito mais do que isso. É uma obra que é necessária sim, a gente nunca foi contra, mas tinha que ser feita conforme a remoção das famílias. Não é assim. E eu nunca fui contra os megaeventos. Eu sempre disse, Copa do Mundo, tudo bem, mas só que conforme eles estavam encaminhando os trabalhos da Copa do Mundo, todas as cidades, não só aqui, que a gente viu que foi um caos. As famílias sendo removidas arbitrariamente, muitas em outras cidades a gente presenciou as máquinas

chegando e derrubando as casas, com as pessoas, com as coisas do lado de fora das casas. Então, eu nunca fui contra, mas como a maneira que eles trataram as pessoas nessa Copa.

7. Na sua opinião, qual foi o legado da Copa do Mundo para a cidade? E para você?

Para nós, o legado foi o pior possível, mais negativo possível. Não melhorou nada a vida das pessoas, por sinal, piorou a vida das pessoas, por que tiveram que caminhar por outros rumos. E o legado da Copa que deixaram aí, deixaram o estádio do Beira-Rio, que não é um legado, porque aquilo ali é particular, é de um clube, e as pessoas não tem como usufruir deste legado. E as obras que fizeram para melhoria, para chegar ao estádio também. Isso aí foi só pra que as pessoas, os turistas vissem... *‘olha aquilo ali ficou bonito’*. Mas, custou muita dor e muito sacrifício para as famílias que foram removidas.

8. A campanha “Chave por Chave” foi criada para incentivar os moradores a resistir às remoções, não aceitando Programas do Governo como bônus moradia e aluguel social. Essa resistência ainda existe entre os moradores do bairro Cristal?

Não existe mais. Não existe porque a gente cansou de botar na cabeça deles, que eles não são obrigados a aceitar nada da Prefeitura. Porque se não aceitasse isso, iam ser removidas depois que as casas estivessem prontas. Mas as pessoas não entenderam assim, e muitas aceitaram por algum motivo, sei lá, então isso aí ficou totalmente fora de controle. Então não tem mais reunião da comunidade para discutir Chave por Chave. A última reunião que a gente discutiu Chave por Chave foi no Orçamento Participativo, ano retrasado, que o Prefeito veio, em 2013, e a gente exigiu que era Chave por Chave, que ele não queria no orçamento. A gente trancou aquela reunião pra discutir, com faixas e cartazes, exigindo que ele cumprisse o que ele tinha dito que ia fazer. Aí, ele mesmo falou, se vocês querem Chave por Chave, então as pessoas só vão sair depois que tiverem a casa nova. E não foi cumprido. Isso, não foi só pra nós, aquela reunião. Estava sendo transmitida internacionalmente, que eles querem colocar o Orçamento Participativo lá fora, como uma grande coisa que foi e agora já não é mais. Agora, é orçamento enganativo, não mais orçamento participativo. Então, internacionalmente e, dentro do Brasil, todo mundo que viu aquilo, ele concordou só que não cumpriu. Até hoje, ele não cumpriu, nenhum tijolo foi colocado nos terrenos que foram adquiridos através da participação das comunidades, foram comprados pela Prefeitura para construir Minha Casa, Minha Vida. Isso aí, até agora, nada foi feito.

9. Check list (Secretaria de Direitos Humanos)

✓ **Acesso à infraestrutura (água, luz, esgoto, coleta de lixo):**

A infraestrutura vai chegar de qualquer maneira. Se chegar, eu acho que não.

✓ **Acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico (educação, saúde, trabalho):**

Também não.

✓ **Prioridade para os mais vulneráveis:**

Não também.

✓ **Direito à informação e notificação prévia:**

Não.

✓ **Direito à participação no projeto antes, durante e depois, podendo discutir alternativas conjuntamente com o poder público:**

Negativo.

✓ **Garantir total transparência nos projetos de planejamento:**

Negativo.

✓ **Compensação adequada, nunca sendo inferior ao que elas já tinham originalmente:**

Não.

✓ **Os locais de reassentamento devem ser próximos às áreas em que vivem:**

Não tem.

✓ **Garantia do bem-estar dos habitantes:**

Não tem garantia nenhuma.

10. Check list (Resultados obtidos pela pesquisadora)

- ✓ **Baixas indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal:**

Baixíssima.

- ✓ **Sem acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas:**

Totalmente.

- ✓ **Falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação:**

Também não existe diálogo.

- ✓ **Sem discussão do projeto habitacional com a comunidade:**

Sem. Totalmente sem.

- ✓ **Incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia:**

Tem pressão.

- ✓ **Aumento da violência no bairro Cristal após as remoções:**

Aumentou um pouco sim.

- ✓ **As comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo:**

Sim.

- ✓ **Falta de cuidado para a demolição das casas, causando problemas na estrutura da casa vizinha (rachadura nas paredes):**

Bastante.

- ✓ **A Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a obra de duplicação da Avenida Tronco, pois ela aconteceria da mesma maneira:**

Com certeza.

- ✓ **Posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014:**

Exatamente.

ENTREVISTA 2:

1. **Quando as obras de duplicação da Avenida Tronco começaram você já sabia que haveriam remoções?**

Não, não. No início a gente não sabia e eu fiquei sabendo até porque eu era inquilina daquele pátio onde eu morava lá, né, aí eles foram lá e começaram a medir o pátio, a gente nem acreditou, na verdade! Aí, começaram a medir tudo. Aí, a proprietária, que eram doze casas no pátio, daí eles falaram que iam tirar as casas, que vai sair a obra. Daí, a proprietária não acreditou! Será que vão tirar? Mas também passou um tempo para depois começar a acontecer, então a gente não acreditou que ia acontecer. Uma, porque a gente era inquilina e a proprietária também não levou fé, não acreditou que ia acontecer. Também, não passava nada pra gente. Só foi acreditar mesmo, quando eles foram lá e começaram a cadastrar.

Mas quando começou o cadastramento não tinha nada de obra ainda?

Não tinha nada de obra, eles cadastraram todo mundo primeiro, eles começaram a medir os pátios e começaram aqueles boatos, cada um falava uma coisa, daí eles entraram nos pátios com aquelas maquinhas, medindo, e aí ninguém acreditou. Eles medem, mas não fazem nada né? Capaz, passar obra aqui, tirar todas essas casas. Aí, quando eles foram cadastrar a gente, que falaram que a gente tinha que ir lá, que a gente acreditou. Depois do cadastro começaram a tirar as casas desde lá de cima, daí vieram vindo. Tiraram um pouco de cada. Daí, tu viu lá, tá um bombardeio essa rua, tá horrível essa rua, uma casa de pé, tá horrível!

2. **Você tem previsão para sair? Optou por algum Programa oferecido pelo Governo Federal (bônus moradia ou aluguel social) ou vai esperar pela construção das unidades habitacionais?**

Na verdade, eu não optei por nada. Eles que cadastraram, porque, como a gente era inquilino daquele pátio, quem ganhou e foi indenizada, foi a dona e, como a gente era inquilina, a gente foi cadastrada pra ganhar os apartamentos. A gente não tinha opção, a gente foi cadastrada pra ganhar os apartamentinhos, que vão fazer e não sabe quando.

3. Atualmente o Departamento Municipal de Habitação faz reuniões com as comunidades?

Quando foi a última reunião realizada?

O departamento nunca fez, a gente que foi lá. Isso foi há uns dois anos atrás, quando a gente foi encaminhar o aluguel social, daí, a gente que foi lá, que procurava eles. Nunca chamaram, nunca fizeram reunião, a gente que foi lá. E assim, tu vai só pra renovar, nem ligam pra ti, nada.

4. Atualmente o Escritório da Avenida Tronco está à disposição das famílias para o esclarecimento de dúvidas sobre as remoções e o projeto viário? Se sim, como acontece? Individualmente? Com hora marcada?

Não. A princípio da minha parte, que sou do aluguel social, sempre que vou lá, eles esclarecem todas as dúvidas. Graças a Deus, até agora nunca atrasou o aluguel social, né. Que daí, eu tenho que ir lá no departamento levar todos os documentos pra renovar, mas em relação assim, na verdade, dúvida, só quando começarem a construir os apartamentos. Isso uma vez o Prefeito falou, antes de nós sair do pátio, teve uma reunião na Loureiro da Silva, aqui pertinho, no auditório, foi quem ia ser aluguel, quem ia ser bônus. Ele fez uma mega reunião, mas isso, antes de começar a remoção. Aí, ele falou que ia ser os apartamentos, mas depois nunca mais foi falado. Nos encaixaram no aluguel social, e deu, estamos no aluguel! Ninguém fala nada, quando vai ser, agora se eu tiver alguma dúvida do apartamento, não adianta ir lá perguntar. Isso eles falam que é com a Prefeitura, com a Caixa. O negócio deles com a gente é só o aluguel social e a única responsabilidade que a gente tem é ir lá pra renovar, é o único contato. Mas, reunião, nunca mais chamaram. A gente fazia reunião no Quilombo, não sei se o [morador da Vila Cruzeiro]²¹ falou. A gente fazia reunião do Supapo, que é um tipo de uma ONG, de um pessoal que luta pelos direitos da comunidade. Também, nunca mais teve essas reunião. Parou tudo, né. Mas, graças a Deus, tá entrando meu aluguel social, né!

5. Muitas famílias já aceitaram o aluguel social. Você mantém contato com essas para saber onde e como elas estão vivendo?

Eu tenho contato com uma vizinha minha, eram onze casas no pátio, só que na hora, assim, a gente teve que brigar com a dona, pra ficar ali, né. Assim, o DEMHAB foi lá e cadastrou a gente e, depois ela começou a dizer, que a gente não tinha direito, só que a gente já tinha sido

²¹ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

cadastrada. Só que no dia que o DEMHAB foi lá cadastrar, muita gente não estava em casa, eu era uma, mas eles deram um papelzinho e, colocaram embaixo da porta. E nós tínhamos que ir lá no outro dia pra resolver isso, né. Aí, eu e mais quatro fomos e os outros não deram bola, não acreditaram, e não foram. Aí, nós quatro mesmo que tivemos esse direito, que o resto que não foi, tiveram que abrir processo, não sei nem como é que eles estão. Perdi contato. Eu tenho contato só com uma, que a gente fala muito, às vezes, mas ela tá no aluguel social, disse que tá tudo direitinho. Uma outra, conseguiu bônus, comprou um apartamentinho lá no Rubem Berta, disse que tá bem, não tenho mais contato com ela. Mas essa minha vizinha que tenho o contato, a última vez que a gente se falou, ela disse que tá tudo bem, comprou o apartamento dela e foi bônus. E essa minha vizinha tá no aluguel social, na mesma situação que eu, vai lá, renova, tudo a mesma coisa. É só com essa mesma que eu tenho. Uma outra, tem aluguel social também, mas não tenho contato, fiquei sabendo que ela foi, a gente perdeu contato. Só essa que a gente se fala de vez em quando, mas tá tudo bem, que nem eu, tá recebendo, tá a mesma coisa, esperando né.

6. Mesmo passado mais de um ano dos jogos da Copa do Mundo, você acredita que o motivo para a duplicação da Avenida foi a Copa? Você foi contra a realização do megaevento em Porto Alegre?

Não. Bom, eu acredito, bem, o Prefeito falou que já estava nos planos e aproveitaram a Copa pra aproveitar pra fazer a obra. Acredito que sim, que era pra duplicar, pra melhorar né, para o acesso, para ficar melhor, né, a cidade para as pessoas. Não sou contra, só que eles mexeram em muitas famílias, que depois não continuaram com aquilo ali, daí, ficou uma coisa ruim pra muita gente. Eu era inquilina, mas tem muita gente que era proprietária, morava há anos, que tão até hoje ali, brigando, para não sair e também falam, é por isso que não dá pra gente duplicar a avenida, porque tem gente que não quer sair, mas eles eram proprietários, mexeu com a vida deles. Mas, contra assim o megaevento, até por que eu trabalhei na Copa, contra o megaevento eu não fui contra. Ótimo, que veio aqui pra Porto Alegre, pro Brasil. Mas, só assim, essa parte, pra mexer na casa das pessoas, que já moravam, ficou meio ruim pra eles. Eu era inquilina né, até por um lado, eu vou ganhar alguma coisa, pra mim que morava de aluguel, ainda moro, mas a princípio é pra ganhar um apartamentinho. Só assim, essa parte do pessoal que já era proprietário.

7. Na sua opinião, qual foi o legado da Copa do Mundo para a cidade? E para você?

Pra nós assim, nada. Pra cidade, mais o turismo, né. Toda obra que teve, na Nona Norte, aqui, várias que teve aqui em Porto Alegre, todo mundo dizia que era da Copa, nem acabaram ainda, ficou horrível, ficou pior, não devia ter mexido, então. E, para a cidade, o turismo moveu o mercado, e assim, para o pessoal, nada!

8. A campanha “Chave por Chave” foi criada para incentivar os moradores a resistir às remoções, não aceitando Programas do Governo como bônus moradia e aluguel social. Essa resistência ainda existe entre os moradores do bairro Cristal?

Que eu saiba, não existe mais. Só assim, a gente até participou do Chave por Chave. A gente só saiu das casas, se ganhar apartamento, outra casa, que estava difícil conseguir casa com bônus, que a gente tinha direito. Mas acho que não tem mais, porque, quem fez Chave por Chave fomos nós, o grupo do seu [morador da Vila Cruzeiro]²², ali no Quilombo. A gente ia aqui no valão, que também era da Copa, agora tiraram quase tudo, tão até arrumando o valão. Aí, vocês saem da casa de vocês, que ganham um apartamentinho, quando ganharem outra casa, vocês não podem sair antes, mas a maioria já saiu. Então, essa Chave por Chave não tem mais e, aquele pessoal que tá ali resistindo, são poucos, que tem um pessoal ali, resistindo, atrás do Postão, né. Eles também têm que sair, daí, eles tão assim porque não querem, não tão achando casa no valor do bônus que eles oferecem. Então, eles vão ficando ali, mas essa Chave por Chave, que era do nosso grupo, que tinha se organizado, não porque tinha se organizado, não porque a maioria do pessoal todo saiu. Até nós ali do pátio, tinha feito Chave por Chave teve que sair, porque a gente não era proprietário, era inquilina, né. Quando a proprietária foi, a gente estava tipo assim, não tinha muita opção, não tinha que resistir. A proprietária que era dona foi. O terreno ficou sendo da Prefeitura. Eles pagaram ela, então a gente teve que sair, se enfraqueceu, isso aí não tem mais.

9. Check list (Secretaria de Direitos Humanos)

✓ **Acesso à infraestrutura (água, luz, esgoto, coleta de lixo):**

Que eu saiba, sim. A maioria do pessoal, sim. Até tem uma amiga minha, até conhecida do seu [morador da Vila Cruzeiro]²², aqui do Valão, ela é representante, até saiu dali, do Valão, foi ali pra perto do Zaffari da Cavallhada. Ela conseguiu dois bônus, uma casa dela e uma peça na frente da casa dela, no mesmo pátio, uma peça do filho. Então, juntou os dois bônus e foi para lá. Olha a diferença, né, vão pra lugar, sim é lugar mais longe, de onde estão né. Muita

²² Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

gente não queria sair daqui, porque geralmente, os filhos tão em colégio aqui perto. Claro, aqui no Valão eles não pagavam nem água, nem luz, agora eles deram bônus, na maioria, ali, né, foram pra lugares que tem água, luz, tudo certinho.

✓ **Acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico (educação, saúde, trabalho):**

Continua tudo a mesma coisa, a diferença é que aqui eles se acomodaram. O meu filho tá nesse colégio, tem que passar para outro colégio, mas eles tiveram oportunidade de ter uma casa melhor, sair ali do Valão. Essa parte eles não queriam ver, é que eles se acomodaram ali e ali não pagavam nem água, nem luz. Claro, comprando outra casa, tem que ser tudo direitinho, mas eles têm acesso sim, continua tudo a mesma coisa, só muda claro, que com o bônus que eles dão, tu não compra aqui perto, é um pouco mais afastado. Eu não sei o que a maioria do pessoal pegou. A [morador da Avenida Tronco]²³ pegou dois bônus, mas um pegou só um bônus, mas eles não queriam sair do local, mas eles iam continuar com colégio, água, luz, tudo ia continuar a mesma coisa.

✓ **Prioridade para os mais vulneráveis:**

Eu acho que eles não pensaram muito, não. Acho que não pensaram muito nisso.

✓ **Direito à informação e notificação prévia:**

Teve, por que eles passaram ali, avisaram, deram um tempo. As pessoas que ficaram resistindo, até o pessoal ali, essa dona [moradora da Avenida Tronco]²³, teve um tempão pra sair dali, teve prazo. A irmã dela, que morava ao lado, de aluguel, ela teve prazo pra sair. Os inquilinos dela, que nem nós, foram cadastrados, tão de aluguel social. Então, foi avisado.

✓ **Direito à participação no projeto antes, durante e depois, podendo discutir alternativas conjuntamente com o poder público:**

Não, nunca, nunca. A gente nem sabia que ia acontecer, quando viu, começou acontecer. Vai ser assim, vai passar rua. Aí, quando teve a reunião, o Prefeito Fortunati passou um slide lá, todo mundo foi, um colocou as suas questões, por que tá mexendo na Avenida? Aí ele falava que era pra Copa, mais não sei o que. Mas guria, até agora, tudo que ele falou, nada! Por que ele prometeu apartamentinho, um ônibus que vai andar em cima não sei da onde, prometeu

²³ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

também essas casas derrubadas aí, ia ser praças, ele mostrou toda a avenida. Ia ficar lindo. Quantos anos faz isso? Nada, tá horrível. Não tivemos participação nenhuma. Chegaram lá, e disseram que ia ser assim e deu nada.

✓ **Garantir total transparência nos projetos de planejamento:**

Não, nenhum acesso, nada, tanto é que a gente tinha que correr atrás, assim, pra encaminhar o aluguel social. Tem aluguel social, mas ninguém dizia como é que era. A gente tinha que ir lá, cada um dizia uma coisa, que antes o escritório era aqui, do lado do Postão, agora saiu, é lá na Princesa Izabel. Mas, no começo, até o [morador da Vila Cruzeiro]²⁴, o pessoal ali do Quilombo, iam com a gente, que iam lá representando a comunidade. ‘*Óh, as gurias são do aluguel social, são daquele pátio, tal e tal, como é que elas fazem?*’. Tem que tá toda hora lá pra saber como ia se encaminhar, como ia ser feito, porque a gente não sabia nada. Aí depois começou, é assim, assado, tem que trazer tal documento, qual é o prazo? Qual tempo? A gente é que ia atrás. Só te falavam que tinha que encaminhar o aluguel social, daí tinha que ir lá pra ver como que era. Ninguém chegava explicando nada.

✓ **Compensação adequada, nunca sendo inferior ao que elas já tinham originalmente:**

É, assim, esse bônus moradia, de R\$ 52 mil é pouco, claro. Tem pessoas ali, que tem um bônus moradia, tipo a [moradora da Avenida Tronco]²⁴, essa que morava e alugava o pátio pra nós e, avaliaram a casa dela. Não foi R\$ 52 mil, porque ela ganhou pela casa e pelo terreno, parece que ela ganhou uns R\$ 200 mil. Então, era tipo avaliação, né. Se eu fosse ganhar o bônus, como era inquilina, ia ganhar R\$ 52 mil. É, mas eu acho, que quem tinha uma casa e um terreno, foi avaliado tudo aquilo. Quem tinha só uma casinha numa área verde, era só bônus, entendeu? Mas é pouco né? Claro que eles não vão comprar aqui perto, não acharam. É longe, pra Viamão. Então foi avaliado de acordo com que cada um tinha. Eles avaliaram. Em relação ao aluguel social, é pouco R\$ 500. Essa casa aqui onde eu moro, eu tenho que botar R\$ 200. É R\$ 700. Então podia ser mais, né? É fruto do que a gente falou nas reuniões. É muito pouco, a gente não acha casa, é tudo muito caro, e a função, que tinha que dar dois meses de caução. O DEMHAB não dá caução, a caução é com vocês, sabe. O aluguel social é pouco, tinha que ser mais. Nessa parte assim e agora, o bônus é pouco para o pessoal que não pode comprar aqui perto, né. Tem que comprar longe. Quem tá

²⁴ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

acostumado aqui perto, na zona, nas indenizações eles avaliaram o terreno e a casa. Daí, quem tinha o seu terreno tudo certinho, ganhava mais, tinha tudo escriturado, daí avaliavam o terreno e a casa e era muito mais que um bônus.

✓ **Os locais de reassentamento devem ser próximos às áreas em que vivem:**

Que eu saiba, não. Desse aluguel, só ficou eu aqui e a minha vizinha. Tem outra que tá lá na Restinga, que não achou aqui perto. Que aqui tá tudo caro. É essa base que te falei, R\$ 700,00, R\$ 600 e pouco, por R\$ 500,00 tu não acha. E mesmo sendo aqui, né, tá muito caro. E o bônus também, esse pessoal do Valão, foi tudo pra longe, né. Só a [moradora da Avenida Tronco]²⁵ que tinha dois bônus, ela conseguiu uma coisa mais aqui pra perto. Mas esse pessoal do valão, que era um bônus, foi tudo pra longe, pra Viamão, pra Restinga. Tem um monte de casa barata, que o pessoal quer tudo ir embora de lá. Essa minha vizinha conseguiu bônus, também tá no Rubem Berta, comprou um apartamento lá. Tudo longe, a gente não ficou perto, cada um foi pra um canto.

✓ **Garantia do bem-estar dos habitantes:**

Não, acho que não, tanto é pelo fato de cada um ter que ir pra um canto. Não deram aquilo ali, deram um prazo, procurem e todo mundo falava, com esse dinheiro não dá, é muito longe. É o bônus é o que tem ou aluguel social. Nenhum momento teve preocupação com isso.

10. Check list (Resultados obtidos pela pesquisadora)

✓ **Baixas indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal:**

Sim, com certeza, baixas, muito baixas.

✓ **Sem acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas:**

Não tem acesso, e cada um fala uma coisa. Ele mesmo falou, que até o fim do ano, nessa grande reunião, que te falei há dois anos atrás. A gente tá com uma construtora, a Caixa já assinou, só falta a construtora, que vão começar a fazer os apartamentinhos. Em dezembro daquele ano. Estamos até hoje. Pegaram os terrenos que tão cheio de mato, estamos esperando né, guria. Espero que até lá continue pagando meu aluguel, né. Aí, esses tempos, saiu no jornal, disse que ia ser lá pro final de 2016, vão estar construindo, ou vão começar,

²⁵ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

vão terminar os apartamentos. Daí, esses tempos, deu uma reportagem de novo, final de 2018, a gente quer entregar os apartamentos. Sai no Diário, fiquei apavorada guria. Então, não temos noção de quando vai ficar pronto, de quando vão construir. Nada, estamos só esperando.

✓ **Falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação:**

Sim, teve. Quantas vezes a gente foi lá e eles não sabiam o que falar. Uma vez, numa reunião lá, deu até briga, porque os caras perguntavam uma coisa e eles só enrolavam e era o pessoal que era do bônus. O cara estava furioso. *‘Eu moro aqui, como é que vou comprar uma casa com só R\$ 52 mil só achei casa em Viamão’*. E uma burocracia e a casa que tu achava, tinha que ter os documentos tudo certinho, a pessoa que ia vender a casa pra ti. Aí tu levava os documentos pra o DEMHAB e eles levavam seis meses para a análise dos documentos, pra depois dar a resposta, aí nesse meio tempo, a pessoa vendia pra outra. Bah guria, deu uma confusão! E aí, eles não sabiam informar nada, sempre diziam, *‘a gente vai ver.’*. *‘Mas já perdi um monte de casas, vocês demoram um monte de tempo pra ver os papéis, a pessoa que ia me vender, vendeu pra outra, como é que fica? E esse dinheiro eu só consigo comprar casa em Viamão, Restinga. Não quero ir para lá. Com R\$ 52 mil não compro casa aqui’*. *‘A gente vai estudar o que pode fazer pra não demorar tanto’*. Tudo contraditório, mas o pessoal do bônus, tudo correndo atrás, não tinha muito diálogo. Quando era diálogo, acabava tudo em discussão, pessoas nervosas, por causa desse bônus, onde ia comprar... Eles não sabiam nem o que responder, sempre acabava numa briga essas reuniões.

✓ **Sem discussão do projeto habitacional com a comunidade:**

Não, nunca. Como eu te falei, nunca nos chamaram. A gente, quando chamavam na reunião, era só para falar do bônus, que o valor era esse, e aí todos colocavam as suas questões, que era longe e que não tinha como comprar e que continua isso aí, o aluguel social R\$ 500,00 e o caução sai da pessoa, não ia ser eles que iam pagar. Tu encaminhava o aluguel social e demorava. O meu demorou uns quatro meses. Eu encaminhei demorou quatro meses pra entrar na conta. Tu tinha que esperar. Como é que tu ia alugar uma casa se não entrar o aluguel social. Mas nunca chegaram a falar, o apartamento vai ser assim, vai ser assado, nada, nunca. Nunca falaram. Era só sobre a função do dinheiro do bônus, que dava tudo errado.

✓ **Incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia:**

Sim, né. Eles falavam que era para a gente aceitar, porque tinha que sair. Por isso, que começou isso de Chave por Chave. A gente só vai sair quando derem as casas ou apartamentinho. Mas eles não incentivavam. É pressão. Vocês têm que sair, tem que sair, porque vai passar...Tiraram nós de lá do pátio que nós estávamos. Tu passa ali agora, guria, tá um mato! Os maloqueiros tomaram conta! Pra que tirar às pressas as pessoas? Fazer as pessoas saírem, pareciam umas loucas...Não construíram nada! Imagina, faz dois anos. Tu vê como tá isso aí! Gente que saiu logo que começou. Essa proprietária ali, ela foi indenizada, mexeu os papeis dela, e se mandou! Disse que comprou um sobrado aqui na Vila Nova, mas ela recebeu pelo terreno, claro, dela era tudo direitinho e, nós ficamos no pátio ainda. Aí eles iam lá e colocavam pressão...vocês têm que sair...a máquina tem que passar...botando pressão. Aí tiraram nós. Aí tá lá, os maloqueiros tomaram conta desses terrenos. Ficou aberto ali. Tem uns, que montaram pecinha, tem até cabana lá. Passa ali pra tu ver, é bem na frente do gás. Tomaram conta. E a pressão pra sair? A máquina não passou e nem vai passar, vai demorar um monte, mas teve incentivo e pressão pra nós sairmos dos terrenos e das casas, pra nada, né. O Valão, pelo menos, tão arrumando. Agora tiraram quase todas as casas, só falta tirar algumas casas. Tão arrumando, mas, essa parte aqui da divisa, ali em cima, nem tiraram as casas, mas tá um mato.

✓ **Aumento da violência no bairro Cristal após as remoções:**

Sim, né. Porque como estão esses terrenos, o pátio onde eu morava, tive que sair. Estava ali, fiquei resistindo um pouco, até porque não entrava o aluguel social. Aí, o pessoal do terreno do lado, os maloqueiros invadiram, ficou perigoso. O problema era que a máquina passava, derrubava os muros, umas coisas, aí ficavam a mercê o outro terreno. Aí ficou bem violento. E eu tenho duas guriaszinhas, aí eu peguei e encaminhei o aluguel. Vou embora daqui, não vou ficar mais resistindo, porque tem o aluguel social. Eu não ia por em risco a vida da gente, com esse pessoal invadindo dos lados, aí começou a ficar perigoso. Aí eu até comecei a colocar pressão, tem o aluguel social e que eu tenho que ir embora. O [morador da Vila Cruzeiro]²⁶ foi lá comigo, foram ali no pátio, aí eles viram que era verdade! Ela tem que sair daqui, tem as crianças, porque o pessoal, os maloqueiros do outro pátio, tão

²⁶ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

querendo invadir. Aí que eles viram que era verdade, que começou a ficar perigoso. Depois começaram a tirar as casas, esses muros, aí ficou bem perigoso. Os maloqueiros começaram a invadir os terrenos automaticamente e iam para os outros terrenos, não tinha mais muros, tava bem feio e ficou bem perigoso.

✓ **As comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo:**

Sim, eu sou uma né. Se Deus quiser, tomara que seja, aqui a onde eles falaram que vai ser os apartamentinhos né. Eu quero continuar aqui, tem creche da minha filha pequena ali, minha mãe mora aqui perto, imagina se tu vai! A princípio tão dizendo que vai ser aqui os apartamentinho. Tomara que seja mesmo. Eu e a maioria do pessoal que conheço, tudo. Os do Valão tiveram todos que ir pra longe. Todo mundo queria ficar aqui no bairro Cristal.

✓ **Falta de cuidado para a demolição das casas, causando problemas na estrutura da casa vizinha (rachadura nas paredes):**

Teve. Ali na nossa, não. Porque eles tiraram a casa da [moradora da Avenida Tronco]²⁷ que era na frente, depois tinha uma atrás que era pecinha, mas eles não podiam ir com a máquina, só com a marreta. Mas lá pra cima, até um tempo, na frente daquele mercado gigante, do lado de cá, uma senhora, que a casa da vizinha do lado, foi destruída e aí, rachou. Ela saiu até no balanço, toda rachada a casa dela. Não tiveram cuidado. Ela estava preocupada, podia cair tudo, mas até agora a casa dela tá lá ainda. Eu não sei se ela tá resistindo, não sei como é que é. Ela deve ser bônus. Não sei como é, mas ela mostrou, ela saiu até no jornal, o ‘Balanço’ foi lá e mostrou, derrubaram a casa do lado e rachou e daí, deu esse problema na casa dela.

✓ **A Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a obra de duplicação da Avenida Tronco, pois ela aconteceria da mesma maneira:**

O Prefeito nessa grande reunião, ele disse, olha só o que ele falou: *‘essa obra tá no papel era pra ser feita desde 1979/1980 e aí nunca tinha sido. Mas com a vinda da Copa do mundo, foi um incentivo para começar a fazer a obra’*. Aí ele disse que com a vinda da Copa, a gente teve esse incentivo para fazer a obra, mas ela já estava no papel, mas com a

²⁷ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

Copa a gente quer deixar a cidade bonita. Foi esse o incentivo, mas já estava no papel. Mas, claro né, ele dizendo, que automaticamente ficou para a Copa. Mas no fim não adiantou, não ficou pronta pra Copa também. A Copa ia ser em 2014, começaram a mexer em 2012/2013, claro que não ia dar tempo. Com certeza, muita coisa, muita burocracia.

✓ **Posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014:**

Não, contra o megaevento não. Todo mundo falava, eu não tenho nada contra a Copa, só a maneira como foi ali, que eles chegaram assim, muito em cima da hora, tirando as pessoas, que tem que sair...que tem que sair...botando pressão...Era pra ter feito cinco anos antes, com calma, tanto é que as pessoas lá de cima, ali atrás, o que resta ali é proprietário, não vai sair, tão resistindo. Estão contra a retirada das casas. A maioria não quer, né. O pessoal do Valão foi obrigado. Tinham que sair e pronto. Aí teve um, que tiveram que chamar a Justiça pra tirar, que não queria sair. A Justiça veio, deu um prazo, e no outro dia veio a polícia. Daí foi pacificamente, mas não queria. Mas contra o megaevento da Copa não, eu particularmente, adorei, até trabalhei. A Copa foi bem legal, gostei. Só essa parte, não só aqui, também na Zona Norte, a mesma coisa. Quando eu fui semana retrasada renovar meu aluguel social encontrei uma moça lá, uma senhora que morava na Zona Norte, que também foi retirada, tá no aluguel social, até hoje esperando que prometeram casinha, aquele sobradinho, sabe? Ela tá até hoje esperando o sobradinho, tá na mesma situação que a gente.

ENTREVISTA 3:

1. Quando as obras de duplicação da Avenida Tronco começaram você já sabia que haveriam remoções?

Na verdade sim, foi comunicado isso antes pra gente. Foi feito um cadastramento de todas as famílias aqui. Esse projeto, na verdade, tem 40 anos no Plano Diretor. Eles já tinham. Existia, na verdade, o projeto, só que ficou 40 anos engavetado. Quando saiu da gaveta, todo mundo ficou pensando que não ia acontecer.

2. Você tem previsão para sair? Optou por algum Programa oferecido pelo Governo Federal (bônus moradia ou aluguel social) ou vai esperar pela construção das unidades habitacionais?

Não. Eu recebi o bônus já. O meu local já tá sendo construído. Na verdade, começa na segunda-feira a construção. Recebi hoje, e-mail do Diretor Geral do DEMHAB. Será na Jaguari.

3. Atualmente o Departamento Municipal de Habitação faz reuniões com as comunidades?

Quando foi a última reunião realizada?

A última que eu participei, foi aqui na Loureiro da Silva. Deu a maior confusão, o povo revoltado com a situação. Já faz uns dois anos.

4. Atualmente o Escritório da Avenida Tronco está à disposição das famílias para o esclarecimento de dúvidas sobre as remoções e o projeto viário? Se sim, como acontece? Individualmente? Com hora marcada?

Na verdade, com hora marcada. Tá disponível lá, sim. É marcado. Com o Diretor é mais difícil conseguir, mas a gente consegue falar com ele. Só que lá, tem que chegar, agendar horário e esperar. Às vezes chega às 8 horas e sai de lá ao meio-dia à uma hora da tarde. Tem que ter disponibilidade de horário.

5. Muitas famílias já aceitaram o aluguel social. Você mantém contato com essas para saber onde e como elas estão vivendo?

Sim, conheço algumas. Eles depositam, só que assim sinceramente, eu não sou adepta do aluguel social, tanto é que me sugeriram e, eu disse que não. Só sairia daqui se tivesse algo meu, porque aluguel social eles podem cortar a qualquer momento. Tu pode ficar e, aí como é que tu vai provar que tu fez parte disto aqui. Não tem como!

Daí, os moradores vão ficar no aluguel social até essas unidades forem construídas?

- Quem foi pro aluguel social, sim.

6. Mesmo passado mais de um ano dos jogos da Copa do Mundo, você acredita que o motivo para a duplicação da Avenida foi a Copa? Você foi contra a realização do megaevento em Porto Alegre?

Sim, eu acho que a Copa foi só uma desculpa, porque teve muito desvio de dinheiro, muita coisa errada. Na verdade, eles não trabalharam direito, nessa retirada do pessoal daqui, porque aqui no salão passa milhares de pessoas por dia, eu converso com muita gente. Conversei com muitas pessoas. Teve muita gente, que colocou gente a morar, pra dizer que morava ali. Gente

que tinha direito a um bônus, recebeu dois, três, porque trouxe parente, construiu um “quatro por quatro” e botou a pessoa dentro. Pessoas que na verdade tinham que receber as indenizações eram inquilinos e colocou em nome de filho. Essa dona que tinha uma casa aqui, com cinco inquilinos de aluguel, ela fez isso. O que faltou? Trabalho. O DEMHAB não trabalhou. A Prefeitura não trabalhou e, fizeram tudo de qualquer jeito. E teve gente que recebeu indenizações indevidas e teve gente que realmente tinha que receber e não recebeu. Na verdade, eu fui contra o megaevento, porque eu achei que não acrescentou em nada, só atrapalhou a cidade, atrapalhou até o comércio. Para nós não foi bom, pelo menos para nós aqui da periferia da vila, não foi bom. Para os hotéis, para essas grandes redes foi bom, mas para nós não. Não mudou nada na nossa vida.

7. Na sua opinião, qual foi o legado da Copa do Mundo para a cidade? E para você?

Para nós nada, só trouxe transtorno para a gente, porque eles disseram que iam fazer essa duplicação, essas coisas todas antes da Copa. Só que foi uma correria, uma coisa mal feita. Gente que recebeu coisa que não devia e assim, não trouxe nada de bom, só problemas pra gente.

8. A campanha “Chave por Chave” foi criada para incentivar os moradores a resistir às remoções, não aceitando Programas do Governo como bônus moradia e aluguel social. Essa resistência ainda existe entre os moradores do bairro Cristal?

Na verdade Chave por Chave não tem como, porque não sai nem a licitação para a construção dos apartamentos. Como é que vai trocar por uma coisa que não existe. E na verdade, o prazo para começar a construção não existe também, porque não tem nem licitação. E outra, com essa crise que tá acontecendo, a Caixa Econômica Federal, a gente sabe que tem lugares que começaram a construir e tá apodrecendo o que foi levantado, porque não tem verba, não tem dinheiro. Na verdade, eu não moro, eu só tenho comércio. O que foi me dado, um terreno avaliado num valor e mais a indenização para a construção do prédio. Foi isso que eu recebi. Que não são os R\$ 52.000,00. É muito menos que isso.

9. Check list (Secretaria de Direitos Humanos)

✓ **Acesso à infraestrutura (água, luz, esgoto, coleta de lixo):**

Sim. A minha mãe saiu daqui e foi pra Viamão. Lá em Viamão, onde ela comprou, tem tudo isso, infraestrutura, um lugar bom. É longe, diferente daqui, que em 30 minutos tá no centro.

Ela saiu de um lugar que estava acostumada a sair e em 30 minutos estar no trabalho, no centro, pra ir para um lugar que leva uma hora pra chegar, de ônibus no centro de Viamão. Mas tem tudo isso, infraestrutura, tem tudo certinho.

✓ **Acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico (educação, saúde, trabalho):**

Algumas pessoas, a maioria tem isso.

✓ **Prioridade para os mais vulneráveis:**

Não, negativo. Não teve prioridade nenhuma pra ninguém. Na verdade, os bônus demoravam três a quatro meses, um ano. No meu caso levou um ano pra chegar.

✓ **Direito à informação e notificação prévia:**

Olha, quando eles vinham fazer os levantamentos dos lugares, era nos mandado um ofício dizendo, tal dia vai ser feita a avaliação do prédio, pelo menos pra mim eles mandaram um ofício. Algumas pessoas não receberam porque estavam trabalhando. Chegavam pra avaliar e não tinha ninguém. Aí demorava, porque ia pra lista de trás pra ser avaliado novamente.

✓ **Direito à participação no projeto antes, durante e depois, podendo discutir alternativas conjuntamente com o poder público:**

Negativo.

✓ **Garantir total transparência nos projetos de planejamento:**

Não.

✓ **Compensação adequada, nunca sendo inferior ao que elas já tinham originalmente:**

Digamos que teve algumas pessoas que saíram ganhando, porque as casas eram uns casebres, caindo aos pedaços, madeira, não tinha nenhuma infraestrutura. Ganharam bônus, conseguiram comprar algo melhor. Mas, agora, teve algumas, como eu te disse, receberam além daquilo que era por direito, porque trouxeram pessoas, colocaram no pátio, colocaram três, quatro casas, disseram que os filhos moravam ali, sendo que os filhos não moravam, pra receber dois, três bônus. Teve gente que recebeu até quatro bônus. Eu sei de pessoas que

receberam quatro bônus, na verdade. Foram construindo casinhas, ah meu filho mora aqui, fulano mora aqui e, foram recebendo bônus. Só que isso foi falha do poder público de não fazer o levantamento correto.

✓ **Os locais de reassentamento devem ser próximos às áreas em que vivem:**

Não, porque não construíram. Foram comprados terrenos na volta, só que até agora não construíram. Não levantaram um tijolo só. Compraram os terrenos e não tem previsão.

✓ **Garantia do bem-estar dos habitantes:**

Não.

10. Check list (Resultados obtidos pela pesquisadora)

✓ **Baixas indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal:**

Na verdade, o que eu acho particularmente, que eles não queriam que o pessoal ficasse aqui no bairro, era justamente isso que eles queriam, que houvesse uma debandada do pessoal da vila, pra bem longe daqui. Esse era o intuito dessas indenizações, que não dá pra comprar casas no bairro. Hoje nesse bairro não se compra casa por menos de R\$ 250 mil. E, com R\$ 52 mil tu vai comprar o quê? Pinhal, Viamão, cidades bem longe daqui.

✓ **Sem acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas:**

Não tem previsão. Não assinaram, nem licitação, imagina.

✓ **Falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação:**

Olha, acredito que assim não existe falta de diálogo. Todas as vezes que eu tive lá, eu fui atendida, até porque eu fiz coisas lá dentro, gritando, exigindo os meus direitos, dizendo se não fizessem, eu ia contratar um advogado, tanto é, que eu tive problemas depois com uma indicação que eles me indicaram uma construtora. E o cara da construtora levou meu dinheiro, mas eles resolveram tudo pra mim, porque eu disse pra eles, que se vocês não resolverem vou colocar vocês na justiça. Tudo o que eu tinha de documento, provas, eu montei numa pasta e, fui lá e disse pro diretor geral, tá aqui as minhas provas, estão aqui, tu decide, tu me ajuda a resolver ou eu vou partir pra justiça. Leve 30, 40 anos, mas vão

resolver e, eu vou pra mídia, como eu já fui várias vezes, dei entrevista e eu tive que fazer pressão pra receber o que era meu de direito, mas recebi.

✓ **Sem discussão do projeto habitacional com a comunidade:**

Não tem.

✓ **Incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia:**

Na verdade não era incentivo. Eles faziam uma pressão psicológica, uma pressão muito grande. As pessoas ficavam com medo, do tipo, *‘eles vão entrar na justiça com ordem judicial e vão tirar vocês à força’*. O que acontece? As pessoas não têm informação, elas são ignorantes. Não digo ignorantes no sentido de ser, mas no sentido de não saber dos seus direitos. Não veio uma assistente social, alguém que oferecesse uma ajuda. Aqui o povo ficou muito sozinho e, muita gente não teve tempo pra procurar um advogado, alguma coisa. Quem teve que procurar, encontrou. Mas, teve gente que ficou naquela pressão e saíram, foram pro aluguel social, praticamente na força e pressão psicológica. Eles fizeram pressão psicológica comigo também, só que comigo não colou, tanto é que estou aqui, só eu.

✓ **Aumento da violência no bairro Cristal após as remoções:**

Muito. Nossa, pra tu ter uma noção, aqui do lado, nesse fundo tem um ponto de tráfico. Eu já fui na Delegacia, o pessoal do comércio, todo mundo já foi na Delegacia. E a delegada lá, disse que eles sabem, mas não podem fazer nada, não tem efetivo.

✓ **As comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo:**

Tem pessoas que moram aqui há 40, 60 anos. Daí, tu imagina, a minha vizinha aqui saiu à semana passada. Aqui do lado, ela mora desde que ela era jovem, 45 pra 50 anos. O pai dela faleceu ali na esperança de receber o bônus e ir mudar pra outra casa. Ele morreu e não recebeu. Recebeu agora, a filha dele.

✓ **Falta de cuidado para a demolição das casas, causando problemas na estrutura da casa vizinha (rachadura nas paredes):**

Eu fui vítima aqui. Estava atendendo um cliente, quando eles foram destruir a casa dos fundos, isso aqui tremia, eu tive que chamar a polícia. Primeiro, porque veio um bando de homens, eles pegaram e me xingaram. Aí, eu disse, *‘tudo bem, então eu vou chamar a polícia, vocês tão fazendo algo que é errado’*. Foi o que eu fiz, chamei a polícia, eles já me conhecem, sabem que eu faço, faço mesmo.

✓ **A Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a obra de duplicação da Avenida Tronco, pois ela aconteceria da mesma maneira:**

Na verdade, acho que foi uma justificativa pra eles trazerem dinheiro pro Estado. Essa é a real, porque eu te pergunto, não precisa ser muito inteligente. Um projeto que ficou por mais de 40 anos na gaveta e, aí de repente, na Copa, ele resolve sair da gaveta? Por que isso tem dinheiro.

✓ **Posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014:**

Exatamente. Como a maneira que o trabalho foi mal feito. Muito mal feito. Mal elaborado. Muito mal projetado. Não foi estudado, não foi feito com qualidade, foi feito de qualquer jeito, na correria, no oba-oba. E por isso que deu essa série de coisas e, ainda hoje tem problemas. Acredito que esses problemas ainda vão vir, porque tem gente que entrou na justiça. Tem muita gente com a Prefeitura e o DEMHAB na justiça. E eu estou pensando seriamente, futuramente colocar. Eu tenho todos os documentos guardados e, bem futuramente depois que eles construírem ali pra mim, eu vou colocar, por danos morais e materiais. Muitas vezes eu tive que trabalhar com bandido do lado, aqui, armado. E, eles sabem a situação, o que tá acontecendo e eles não tomam providências.

ENTREVISTA 4:

1. **Quando as obras de duplicação da Avenida Tronco começaram você já sabia que haveriam remoções?**

Quando começaram, sim, nós já sabíamos. Onde já está construído não tinha casa, eles só estão construindo onde não tinha casa, por enquanto. Quando começaram, nós já sabíamos, sim, todo mundo ficou sabendo.

2. Você tem previsão para sair? Optou por algum Programa oferecido pelo Governo Federal (bônus moradia ou aluguel social) ou vai esperar pela construção das unidades habitacionais?

Não, eu principalmente aluguel social. Eu nem penso em aluguel social. Eu acredito que todo esse pessoal que está morando aí não vai aceitar o aluguel social, eles vão esperar os apartamentos, a hora que tiver pronto. Eu nem que quisesse ir pro aluguel social, não tinha como. Eu sou comerciante, tenho meu comércio, não tem condições. Mesmo assim, eu não aceitaria. Mas, já que eu tenho comércio, melhor ainda.

3. Atualmente o Departamento Municipal de Habitação faz reuniões com as comunidades? Quando foi a última reunião realizada?

A gente faz reunião com eles. Quem faz reunião somos nós. Marcamos reunião com o Presidente, seguida-seguida a gente tem reunião com ele e, a última reunião faz uns quatro meses, mais ou menos.

4. Atualmente o Escritório da Avenida Tronco está à disposição das famílias para o esclarecimento de dúvidas sobre as remoções e o projeto viário? Se sim, como acontece? Individualmente? Com hora marcada?

Sim, eles marcam o dia e o povo vai lá. Mas vai umas quinhentas vezes pra solucionar.

5. Muitas famílias já aceitaram o aluguel social. Você mantém contato com essas para saber onde e como elas estão vivendo?

Não tenho, só que eu sei que todos aqueles que foram pro aluguel social tão arrependido e, muito arrependido. Tem várias pessoas que vem aqui, só que eu sei que é aquela choradeira, mas azar, porque a gente fez reunião, todos eles estavam sabendo que quem fosse pro aluguel social ia dar nisso aí, então!

- 6. Mesmo passado mais de um ano dos jogos da Copa do Mundo, você acredita que o motivo para a duplicação da Avenida foi a Copa? Você foi contra a realização do megaevento em Porto Alegre?**

Bem, a Copa do Mundo ajudou pra mexer nessa Avenida. Realmente, foi a Copa do Mundo que fez isso aí.

- 7. Na sua opinião, qual foi o legado da Copa do Mundo para a cidade? E para você?**

Eu acho que não trouxe foi nada. Pra mim eu não vi nada pra deixar de bom, só o que ela fez foi limpar o bolso dos trouxas que foram lá ver.

- 8. A campanha “Chave por Chave” foi criada para incentivar os moradores a resistir às remoções, não aceitando Programas do Governo como bônus moradia e aluguel social. Essa resistência ainda existe entre os moradores do bairro Cristal?**

Sim, existe, por que todo esse pessoal que ainda está aí, tão acreditando no Chave por Chave. Eu acredito que ninguém vai se mexer se não for Chave por Chave.

- 9. Check list (Secretaria de Direitos Humanos)**

✓ **Acesso à infraestrutura (água, luz, esgoto, coleta de lixo):**

Do aluguel social, não. E essa gente que tá recebendo o bônus, tão indo sim, pra área escriturada, agora, o pessoal que tão indo pro aluguel social é pra alugar onde eles acham casa, eles aceitam.

✓ **Acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico (educação, saúde, trabalho):**

Eu creio que muitas delas, elas têm. Agora, a maioria, eu não sei se tão perto de colégio, não vou te dizer, porque não tenho muita certeza não, essa gente que foi pro aluguel social.

✓ **Prioridade para os mais vulneráveis:**

Nessa aí, eu não vou te dar opinião, porque eu, pelo menos, não vi, mas não vou duvidar. Alguém ela beneficiou sim, porque pelo menos essas pessoas, muita gente que foi pro aluguel social, sabe como é que é, que era que tinha um monte de pai que tinha quatro, cinco filhos casados, então viviam ali de favor dos pais, então quando surgiu isso aí, foi a mesma coisa que acertar na mega-sena, foi um dinheiro dado do Governo, então, todo mundo

aceitou, porque pelo menos, quem não pegou dinheiro foi pro aluguel social. E até lá, aquela esperança de que um dia vão fazer os apartamento pra eles. Então, a maioria foi isso aí. Agora, quem trabalhou aí, pra comprar tijolinho por tijolinho, não vai aceitar nunca o aluguel social, porque eu mesmo, o seu [morador da comunidade]²⁸, a gente teve, nós fomos no juiz e chamamos eles e foram lá e eu disse pra eles, que a única coisa que eu era contra era o aluguel social. Não era contra a avenida, se tem que fazer, vamos fazer. Eu sempre fui contra, desde o primeiro dia e, eu falei pro [servidor do Departamento Municipal de Habitação]²⁹, porque eu acho um absurdo, a pessoa chega e tira o pessoal todo de dentro da sua casa pra levar pro aluguel social, pra saber quando vão fazer esse apartamento. Eu acho um absurdo. É a única coisa, o resto tudo eu sou a favor.

✓ **Direito à informação e notificação prévia:**

A gente teve porque quando eles começaram, houve uma época que tinha certa gente, que dizia: olha quem não sair eles vão meter as máquina, vão derrubar. Aí, houve um desencontro e, a gente foi lá no juiz, chamamos ele, aí a gente falou tudo que tinha que falar, inclusive a gente trouxe o juiz, veio o promotor aí nesse colégio, aí eles falaram que não saíssem da sua casa. Então, essa gente foi para o aluguel social. Eu acredito que eles não levaram muita fé, eu acho não, tenho certeza, que se existe lei pra ele, existe para o povo, então eu acho, que quem aceitar o aluguel social só vai tomar na cabeça, tá tomando e vão tomar.

✓ **Direito à participação no projeto antes, durante e depois, podendo discutir alternativas conjuntamente com o poder público:**

Não, a gente teve quando a gente fez a reunião com eles lá. E seguida-seguida a gente fazia reunião ali no colégio, em vários lugares, então a gente teve sim. A gente levava todo o pessoal da comissão, levava tudo o que queria, dois, três dias antes, inclusive a gente botava carro aí, com alto-falante, chamando o pessoal pra reunião. Então, todos que não tiveram isso aí foi porque eles não quiseram. Porque não foram. Todos eles foram muito bem informados.

✓ **Garantir total transparência nos projetos de planejamento:**

²⁸ Para garantir o anonimato, o nome do morador da comunidade foi retirado.

²⁹ Para garantir o anonimato, o nome do servidor do Departamento Municipal de Habitação foi retirado.

Por enquanto, não se viu. Até hoje, eu principalmente, creio que todo o pessoal até hoje ninguém viu nada disso aí.

✓ **Compensação adequada, nunca sendo inferior ao que elas já tinham originalmente:**

Não, eu tenho certeza que não. Tu quer ver uma coisa? Eu que trabalho com negócio, tenho uma fechadura que vale mil cruzeiros. Agora eles tão dando cinquenta e três. Quer dizer que se a pessoa pega esses cinquenta e três compra cinquenta e três fechadura. Então, é um absurdo isso aí. Foi discutido também, inclusive eles tão pra aumentar, mas tão naquela, ninguém tem certeza disso aí.

✓ **Os locais de reassentamento devem ser próximos às áreas em que vivem:**

A maioria que recebeu o bônus, nunca vai comprar aqui na região. Que jeito, com R\$ 53 mil? Foram lá pra praia, Pinhal, no meio do mato. A pessoa para comprar com esse dinheiro, só lá no meio do mato. Que jeito? Aqui, se vai comprar um terreno, aqui o mais ou menos de mil, dois mil metros já vale cinquenta mil, ou mais.

✓ **Garantia do bem-estar dos habitantes:**

Essa eu não vou te dizer, porque eu não estava presente quando eles receberam o aluguel social e, quem aceitou o bônus, eu não estava presente. Eu não posso te dizer como é que foi, como é que não foi, mas eu creio que teve muita gente que eles fizeram alguma coisa que foi necessária, que eles fizeram sim.

10. Check list (Resultados obtidos pela pesquisadora)

✓ **Baixas indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal:**

Sim, claro, com esse valor nunca que eles iam comprar aqui, isso não dá nem pra pensar.

✓ **Sem acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas:**

São 1.523 apartamentos e quando? Quando tiver dinheiro.

✓ **Falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação:**

Com nós não. Nós da comissão somos muito bem atendido quando marcamos reunião com o Presidente. Ele nos atende muito bem. Somos muito bem atendidos. Eu não tenho queixa deles de maneira nenhuma. Eu principalmente sou muito bem atendido, agora, os outros? Geralmente, quando a gente vai, que tem reunião entre nós, somos muito bem atendidos.

✓ **Sem discussão do projeto habitacional com a comunidade:**

Não. Sobre o projeto, até hoje ele não chegou nas nossas mãos, nem lá no juiz, que nós pedimos o projeto, eles não apresentaram o projeto. Eu acredito que nem tenha projeto, estão fazendo à moda miguelão, eu acredito, senão eles tinham levado e mostrado, porque nós pegamos advogado, fomos lá e até hoje não apresentaram o projeto.

✓ **Incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia:**

Isso aí até hoje tem, mas morar tem gente que chega vários deles ali, que chega e aperta a mão e faz. Tu tem que aceitar. Até hoje na vila das placas, tu já foi lá na vila das placas? Ali tem uma pessoa, que chega e diz, tem que desocupar a área até o fim de dezembro. Várias pessoas já chegaram e me disseram e na real tem uma miséria de casa ali, todo mundo tá agarrando e indo pro aluguel social, porque chegam e vocês tem tal prazo. Ele é um cara assim, que é um empregado só pra desmanchar. Tem gente que não tem informação, tá indo na onda dele, a maioria dessa gente vai na onda, porque não tem informação, e não pede informação pra quem tem. A gente faz reunião, eu acredito que a pessoa não tem informação, aí, quando tem reunião, a pessoa vai procurar seus direitos que tem. Tem que ser assim, a maioria não tem informação e aí cai nessa do aluguel social.

✓ **Aumento da violência no bairro Cristal após as remoções:**

Não, não teve pelo menos que eu saiba.

✓ **As comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo:**

Isso aí.

- ✓ **Falta de cuidado para a demolição das casas, causando problemas na estrutura da casa vizinha (rachadura nas paredes):**

Não, isso eles têm cuidado.

- ✓ **A Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a obra de duplicação da Avenida Tronco, pois ela aconteceria da mesma maneira:**

Não. Talvez acontecesse, mas daqui a uns 10, 20 anos, mas eles não iam se lembrar e nem tinham dinheiro também. Isso sabe o que é que aconteceu? É que quando veio a Copa, veio o dinheiro pra fazer umas reforma lá. Aí, o Fortunati, sobrou aquele dinheiro e vão mexer na Moab Caldas. Só que ele achava que o dinheiro que recebeu que dava e não deu nem pro começo, e aí, ficou assim né, terminou o dinheiro, terminou tudo.

- ✓ **Posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014:**

Não. Vamos botar que 50% foi bom pra eles. Assim como antes eu te disse, tem muita gente que morava de favor, então essa gente foi muito bem, ficaram super felizes, tinha que ficar porque eles pegaram aquele dinheiro do aluguel e vão receber mais tarde o apartamento deles, seja lá pra 2030, então essa gente tem que se encontrar bem feliz. Agora, eu no meu caso, eles tão pra me dar bem pertinho daqui, porque o meu direito e 2000 metros. Dentro desses 2000 metros onde eles fizerem o meu comércio, pra mim não tem problema nenhum. Caso contrário, eu vou botar pra frente, é o meu direito, eu vou procurar, já procurei e vou procurar de novo. Então, eles ficaram assim, ali nos fundos tem uns 100 metros que a rua vai passar e vai ficar uns 100 metros que vai dar pra fazer uns quantos comércio. Uns quantos comerciantes que vão pegar ali.

Então, se eles não fizerem, é porque não querem. Há pouco tempo eles me falaram *‘olha tu a gente vai procurar, tu é um cara que a gente sabe que é um cara trabalhador, então a gente vai cooperar contigo, e a gente vai fazer bem pertinho, não precisa nem te incomodar’*. Então tá bom... Então pode ser também porque eu seja da comissão né. Então é o gato e o rato, eles tão naquela e eu estou com eles também, só não aperto eles em nada. Quando tá meio feia a coisa, a gente faz uma reunião ali, a gente conversa, a gente se acerta.

APÊNDICE I: Categorização

Tabela I.1: Tabela de categorização das entrevistas com a Prefeitura.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	TRECHOS DAS ENTREVISTAS COM A PREFEITURA
1. PROJETO PREDOMINANTEMENTE VIÁRIO	▪ Tem um gravame desde 1958 da duplicação dessa avenida e que ela só obteve a oportunidade de início de obra a partir da escolha de Porto Alegre como uma das cidades sedes da Copa do Mundo (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Essa duplicação, prevista no Plano Diretor de 1959, na então administração do Brizola quando Prefeito (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Rota alternativa de desvio do trânsito da Zona Sul (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Hoje 85% do pessoal que mora na zona sul e que se desloca pro centro e zona norte da cidade, necessariamente eles passam ali na Avenida Icaraí e fazem a volta, pegam a Pinheiro Borda e vem pro centro (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Entrou uma série de secretarias, EPTC, a questão do transporte coletivo, a questão das necessidades de ciclovias, a aplicação de todo esse modernismo em mobilidade urbana, a gente pretendia e pretende aplicar lá dentro dos preceitos modernos de mobilidade urbana, chamamos de projeto viário (Entrevista Prefeitura 1). ▪ O projeto viário, ele é extremamente moderno, ele vai atender toda aquela demanda, vai valorizar toda aquela região (Entrevista Prefeitura 1).
2. REUNIÕES COM AS COMUNIDADES	▪ Nós fizemos ao todo, sem exagero, se não chegou a 300 reuniões, quase 300 reuniões nesse período (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Então foi necessário fazer uma série de reuniões e várias reuniões nessas vilas atingidas e nas outras também, levar informações do que estava acontecendo, os acordos com a Prefeitura, do projeto (Entrevista Prefeitura 2). ▪ 90% das reuniões que nós fizemos teve representante da Prefeitura (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Nós tivemos assembleias, uma que foi histórica que tinha mais de 700 pessoas numa associação (Entrevista Prefeitura 2). ▪ A gente montou uma comissão e nós íamos a cada 15 dias lá fazer reuniões, primeiramente com os líderes e depois cada comunidade, o líder chamava a comunidade dele e daí explicava o projeto, tirava todas as dúvidas (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nós conseguimos fazer um canal de comunicação, sem stress entre a população e o poder público (Entrevista Prefeitura 1). ▪ A participação deles foi uma participação indireta, mas houve a participação em tudo. E esse projeto foi um projeto dinâmico, à medida que você ia fazendo, você ia aperfeiçoando e modificando (Entrevista Prefeitura 1).
3. CONDUTA FRENTE ÀS REMOÇÕES	▪ Não foi feito nenhuma remoção forçada (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Famílias que procuraram aqui o escritório da Tronco para abrir o processo de bônus moradia ou aluguel social para receber os apartamentos. Alguns optaram também por outras modalidades como indenização (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Tem aqueles outros casos de casebres em que da R\$ 10, 12, 15, 20 mil, mas, uma das alternativas e também tem a alternativa da permuta

	(Entrevista Prefeitura 2). ▪ A primeira coisa que a gente fez foi entrar em contato com eles, com as lideranças (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Houve uma cumplicidade entre os moradores e a Prefeitura que a gente procurava os terrenos juntos (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Mandar o pessoal pra fora, nem pensar. Só sai com condições de sair numa boa e pra melhor (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nós vamos arrumar terrenos para que a gente possa construir casas e/ou apartamentos para que vocês saiam de onde vocês tão e vão pra casa nova pra gente poder construir a avenida (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nós conseguimos, então, criar esse elo de comunicação (...) Então, eles exigiam uma coisa e a gente negociava (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Foi criado um comitê gestor aqui dentro da Prefeitura pra tratar dos planos exclusivamente da Tronco com todas as nossas secretarias e seis representantes deles, da comunidade (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Então houve um diálogo e todas as decisões foram sempre compactuadas com as lideranças (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Os líderes eram os porta-vozes (Entrevista Prefeitura 1). ▪ O Prefeito foi obrigado a aceitar essa exigência deles porque o Prefeito se comprometeu de não tirar absolutamente ninguém a não ser depois de negociar e esse negócio tinha que ser bom pras duas partes (Entrevista Prefeitura 1). ▪ No universo de 100%, se você tiver 10% descontentes, sinal que você tem 90% de contentes. Então isso você pode considerar como vitória, como meta atingida (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nesse trecho todo, nós sempre tivemos, não digo facilidade, mas nós tivemos um bom entendimento com o pessoal, existia uma boa troca, uma boa negociação (...) lá no Cristal é o lugar mais difícil que foi de trabalhar (Entrevista Prefeitura 1).
4. CADASTRO SOCIOECONÔMICO	▪ O cadastro socioeconômico que fez o mapa das famílias atingidas, ele mapeou 1525 famílias (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Nós conseguimos fazer com que a Prefeitura, ela fizesse o cadastro socioeconômico mapeando as famílias e não as casas (Entrevista Prefeitura 2). ▪ O DEMHAB contratou uma empresa que foi de casa em casa e fez um levantamento cadastral (Entrevista Prefeitura 1). ▪ A Prefeitura vai dar uma residência pra cada membro da família (Entrevista Prefeitura 1).
5. DESAPROPRIAÇÕES DOS TERRENOS	▪ Os terrenos que nós indicamos, pleiteamos para a construção das moradias foram todos desapropriados (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Nós conseguimos convencer o Prefeito da necessidade de abrir uma negociação com o exército pra cedência de pelo menos uma tira da área (...). Uma tira em que vai oportunizar a Prefeitura a fazer entre 180 e 200 sobrados (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Então, os terrenos já tão adquiridos, já foram desapropriados (Entrevista Prefeitura 1).
6. PROJETO HABITACIONAL	▪ Essas famílias atingidas pela duplicação, elas terão acesso a uma casa escriturada (Entrevista Prefeitura 2). ▪ O mais valioso, é garantir a permanência das famílias aqui na região em apartamentos que serão construídos em áreas que foram indicadas por nós e desapropriados pela Prefeitura (Entrevista Prefeitura 2).

	▪ Apartamentos que deverão valer no mínimo R\$ 150 mil reais, que estão em terrenos nobres que nós indicamos né em que as pessoas irão receber através do programa Minha Casa Minha Vida (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Prédios de cinco andares com quatro apartamentos por andar (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Então nós escolhemos lugares nobres aqui da região, até gerando um certo conflito com, digamos, a burguesia, que de uma forma preconceituosa, tem o entendimento de que essas unidades habitacionais que serão construídas ao lado dos seus prédios, elas irão desvalorizar os seus imóveis (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Foram atingidas 1500 famílias que estavam vivendo de uma maneira sub-humana, sub-habitações, esgoto a céu aberto, toda ordem de falta de condições de habitabilidade, gente morando em casa de papelão, enfim, e daí então pensou-se num programa social para que essas pessoas fossem removidas de uma maneira humana, de uma maneira que eles fossem beneficiados e não prejudicados (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Cada morador, ele vai morar, a casa que nós vamos construir, no máximo a dois mil metros de onde ele mora hoje. Isso foi uma regra que eles estabeleceram (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nós vamos arrumar terrenos para que a gente possa construir casas e/ou apartamentos para que vocês saiam de onde vocês tão e vão pra casa nova pra gente poder construir a avenida (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nós conseguimos áreas pra construir apartamentos, que daí você verticaliza e daí você tem condições de adensar e colocar esse pessoal nesses terrenos menores (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Casa popular, dentro do Programa Casa Minha Vida, dentro do conceito de casa popular, da UNESCO, tu tem que ter uma casa de no mínimo 42 m², com no mínimo dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Isso é uma casa popular. Isso que nós estamos nos propondo a negociar (Entrevista Prefeitura 1). ▪ A Prefeitura vai assumir a despesa do Minha Casa Minha Vida, a prefeitura vai pagar o Governo Federal e o inquilino, o beneficiário no caso, não paga nada, eles ganham a escritura da casa (Entrevista Prefeitura 1).
7. BÔNUS MORADIA	▪ A Prefeitura vai gastar R\$ 52.340 pra construir uma unidade (...). Tá aqui os 52 mil que eu vou gastar do meu dinheiro pra te dar um lugar pra ti morar (...). É opcional. Não é forçado nem nada (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Primeiro que eu não te dou o dinheiro, o bônus moradia, ele acha a casa, ele me indica a casa, pra Prefeitura, a Prefeitura vai lá na casa, vai avaliar a casa se tem condições (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Você compra a casa daí eu dou a escritura pro cara, só que nessa escritura tem uma cláusula que ele não pode vender, nem alugar durante cinco anos (Entrevista Prefeitura 1).
8. ALUGUEL SOCIAL	▪ É rigoroso o controle do aluguel social e os valores que a gente tem acompanhado, porque é uma questão que levantou no início bastante desconfiança em relação se a Prefeitura iria honrar ou não os compromissos e felizmente tem gente que já está há dois anos no aluguel social e não tem tido problema. A Prefeitura tem honrado o pagamento, tudo certinho (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Ele é um contrato, que, por questão legal, tem validade por 12 meses e a

	cada, digamos assim, no décimo primeiro mês do vencimento, a família que já está no aluguel social tem que voltar aqui no escritório pra fazer um novo contrato de aluguel social (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Essa alternativa seria eu pagar o aluguel social de R\$ 500,00 por família. E a pessoa procura aonde ela quer morar, não é a Prefeitura que diz aonde que é, ela vai procurar aonde ela quiser, pode ser, inclusive, em outra cidade. A Prefeitura paga o aluguel durante o tempo em que a construção será executava (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Quanto menos tempo essa pessoa fica no aluguel social, mais vantagem pra Prefeitura, e pra que isso aconteça nós temos que ser ágil em construir a casa própria da pessoa. Isso não dá garantia nenhuma em que a pessoa possa morar meio ano, um ano, cinco anos, dez anos. Então, por isso essa dificuldade das pessoas aceitarem o aluguel social (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Eu acredito que ele tá pagando esses alugueis porque até hoje eu não vi nenhuma reclamação (Entrevista Prefeitura 1).
9. PERMUTA	▪ A permuta funciona da seguinte forma: a família que está dentro do traçado, que está lá no cadastro da Prefeitura pra ser removida, ela pode também fazer a negociação com uma família que não está sendo atingida, por uma casa que não está no traçado (Entrevista Prefeitura 2).
10. INDENIZAÇÃO	▪ Vamos avaliar a sua casa, foi contratada uma empresa de avaliação. A empresa vai lá, mede, tira fotografia (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Nós temos avaliações que até é difícil de acreditar que algumas casas chegam a R\$ 280 mil, R\$ 290 mil em áreas verdes (Entrevista Prefeitura 2).
11. LOCAIS DO BÔNUS MORADIA E ALUGUEL SOCIAL	▪ As pessoas hoje que já foram beneficiadas tão tudo feliz da vida, tem gente morando em casa que antes morava em barraco (Entrevista Prefeitura 1).
12. SEGURANÇA	▪ Sobre os terrenos que foram desapropriados, a Prefeitura cercou, colocou placas e a Prefeitura tem a Guarda Municipal que faz a segurança (Entrevista Prefeitura 2). ▪ As pessoas costumam cuidar e felizmente os vagabundos têm respeitado a comunidade (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Já aconteceu de drogados querer fazer barraquinha e tal nos terrenos. Daí vai a guarda municipal retira, quando ela não consegue sozinha ela aciona a brigada militar (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Os próprios moradores, eles criaram um sistema de não deixar outras pessoas entrar (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Tá sendo policiado, tá sendo controlando (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Os próprios moradores e vizinhos tão policiando (Entrevista Prefeitura 1). ▪ Avenida Cruzeiro é famosa na cidade por causa do tráfico e banditismo (Entrevista Prefeitura 1).
13. EMPILHAMENTO DE FAMÍLIAS	▪ Muitos que não tem uma casa com a mínima estrutura pra comportar famílias grandes. Eu acho que se a casa tem duas peças e um banheiro, têm cinco, seis pessoas morando dentro (Entrevista Prefeitura 2). ▪ Eu chamo de empilhamento de famílias, onde tem duas três peças e tem mais de um casal formado, as pessoas não vivem de forma digna né (Entrevista Prefeitura 2). ▪ A questão que pra nós é prioritária que é a solução de resolver esse empilhamento das famílias (Entrevista Prefeitura 2).

14. PREVISÃO DE TÉRMINO	- Imaginamos que até 2016 a Prefeitura vai conseguir concluir o traçado viário e habitacional (Entrevista 2). - A conclusão vai depender dessa remoção (Entrevista Prefeitura 1). - Era previsto pra ser terminada antes da Copa porque, digamos assim, era a <i>menina dos olhos do Prefeito</i> (Entrevista Prefeitura 1). - Então quanto mais cedo termina, já que estamos falando de prazo, melhor seria, mas sempre respeitando essas, vamos dizer, esses empecilhos que iam aparecendo ao longo do desenvolvimento (Entrevista Prefeitura 1).
15. AMEAÇA/MEDO	- Todo mundo morrendo de medo, achando que nós íamos jogar os caras lá pro meio do mato e a intenção nunca foi essa, porque você mexe com os direitos à moradia, direitos humanos (Entrevista Prefeitura 1). - Antigamente, em outros planos, tiravam o pessoal daqui e jogavam lá não sei aonde. Sem infraestrutura, sem escola, sem creche, sem posto de saúde, os caras iam lá pro fim do mundo e isso não é política de realocação de pessoas, de reassentamento (Entrevista Prefeitura 1). - Houve a boataria dos menos informados que a Prefeitura ia fazer uma faxina, que ia varrer, que ia patrolar, que ia fazer uma higienização daquela região, que queria meter a patrôla nos barracos. Tudo papo furado, ninguém foi molestado. Quem quer sair, sai numa boa ou não sai, tanto é que muita gente não saiu ainda (Entrevista Prefeitura 1).
16. MOVIMENTO CHAVE POR CHAVE	- Eu só te dou a chave do meu barraco a hora que tu me der a chave da minha casa própria, do meu apartamento (Entrevista Prefeitura 1). - Eles fizeram um cartaz assim de 40x40, um adesivo escrito Chave por Chave e distribuíam nos barracos e o pessoal colava na porta, então eu sou adepto ao Chave por Chave e aquilo um já colocou na casa um do outro (Entrevista Prefeitura 1). - Depois que eu provei pra ele que o aluguel social era uma grande coisa pra ele, depois dele distribuir não sei quantos cartazes desses, ele arrancou o Chave por Chave da casa dele e ele foi pro aluguel social (Entrevista Prefeitura 1).
17. LOCALIZAÇÃO/ INFRAESTRUTURA DA AVENIDA TRONCO	Se tu for analisar hoje essa região, é uma região nobre. É uma região dentro da cidade, a pé dessa região da Tronco até o centro é 20 minutos, a pé. Então, quer dizer, é uma região, do ponto de vista estratégico da cidade, maravilhosa (Entrevista Prefeitura 1).

Tabela I.2: Tabela de categorização das entrevistas com as pessoas removidos e grupo focal.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	TRECHOS DAS ENTREVISTAS COM AS PESSOAS REMOVIDAS E GRUPO FOCAL
1. PROJETO PREDOMINANTEMENTE VIÁRIO	- Dizem que essa avenida tá no projeto há muitos anos, mas nunca tinha saído do papel (Grupo focal). - É que ele aproveitou a Copa do Mundo para dizer que era uma obra prioritária pra Copa do Mundo e a gente sabia que era mentira, porque a obra prioritária para a Copa do Mundo são 2 km na volta das arenas (Grupo focal). - É uma obra que tem que ser feita e vai ser feita de qualquer maneira. Não se sabe quando, mas não é mais pra Copa (Grupo focal). - Não seria essa Avenida a prioridade. Eram dois quilômetros na volta do estádio (Entrevista 1). - É uma obra que é necessária sim, a gente nunca foi contra, mas tinha que

	ser feita conforme a remoção das famílias (Entrevista 1). ▪ Esse projeto, na verdade, tem 40 anos no Plano Diretor (...). Quando saiu da gaveta, todo mundo ficou pensando que não ia acontecer (Entrevista 3). ▪ Onde já tá construído (a via) não tinha casa, eles só tão construindo onde não tinha casa, por enquanto (Entrevista 4). ▪ A Copa do Mundo ajudou pra mexer nessa Avenida. Realmente, foi a Copa do Mundo que fez isso aí (Entrevista 4).
2. REUNIÕES COM AS COMUNIDADES	▪ Depois que começou, que o DEMHAB cadastrou, [servidor do Departamento Municipal de Habitação] não fez mais reunião (Grupo focal). ▪ A gente não consegue nem encontrar eles. A gente quer falar com eles tem que marcar horário e é difícil (Grupo focal). ▪ Nas reuniões que fizeram aqui eu nunca vi o Prefeito (Grupo focal). ▪ A última reunião da Prefeitura realizada com a comunidade, isso foi lá por 2013, mais ou menos (Entrevista 1). ▪ Nunca chamaram, nunca fizeram reunião, a gente que foi lá (DEMHAB) (Entrevista 2). ▪ Ninguém fala nada, quando vai ser, agora se eu tiver alguma dúvida do apartamento, não adianta ir lá (DEMHAB) perguntar (Entrevista 2). ▪ Quando era diálogo, acabava tudo em discussão, pessoas nervosas, por causa desse bônus, onde ia comprar... Eles não sabiam nem o que responder, sempre acabava numa briga essas reuniões (Entrevista 2). ▪ Nunca chegaram a falar, o apartamento vai ser assim, vai ser assado, nada, nunca. Nunca falaram. Era só sobre a função do dinheiro do bônus, que dava tudo errado (Entrevista 2). ▪ A última (reunião) que eu participei, foi aqui na Loureiro da Silva. Deu a maior confusão, o povo revoltado com a situação. Já faz uns dois anos (Entrevista 3). ▪ A gente faz reunião com eles. Quem faz reunião somos nós (...) a última reunião faz uns quatro meses, mais ou menos (Entrevista 4). ▪ A gente levava todo o pessoal da comissão, levava tudo que queria, dois, três dias antes, inclusive a gente botava carro aí, com alto-falante, chamando o pessoal pra reunião. Então, todos que não tiveram isso aí, é porque eles não quiseram. Porque não foram. Todos eles foram muito bem informados (Entrevista 4).
3. CONDUTA FRENTE ÀS REMOÇÕES	▪ Eles ludibriaram, enganaram a gente, a gente morava aqui na Vila, eu morava (Grupo focal). ▪ Chegam batendo, sem perguntar, sem pedir documento, sem nada. Isso daí é um absurdo o que tão fazendo. Secretário de Habitação não faz nada (Grupo focal). ▪ Não, aqui as pessoas tão saindo calmamente né. Conforme vão conseguindo lugar, vão saindo normalmente. Não tem aquela da Prefeitura vim e querer patrolar (Grupo focal). ▪ Ele (Prefeito) nunca teve na Cristal e Grande Cruzeiro pra conversar com o povo e mostrar um projeto habitacional (Grupo focal). ▪ A Prefeitura começou a demolir, vai demolindo uma casa e outra e tu tá do lado, vou ter que sair e tem uns líderes comunitários, que são invocados com a Prefeitura, que se dizem né, que também pressionam (Grupo focal). ▪ Eles já foram iniciando as obras naquela parte ali, pra gente se sentir

	pressionado (Entrevista 1). ▪ Eles vão nas casas das pessoas que ainda estão nos locais onde moram, pra pressionar e também para oferecer esses Programas (Entrevista 1). ▪ A gente nem sabia que ia acontecer, quando viu, começou acontecer (Entrevista 2). ▪ As pessoas não têm informação, elas são ignorantes. Não digo ignorantes no sentido de ser, mas no sentido de não saber dos seus direitos. Não veio uma assistente social, alguém que oferecesse uma ajuda. Aqui o povo ficou muito sozinho (Entrevista 3).
4. CADASTRO SOCIOECONÔMICO	▪ Não tinha levantamento concreto de quem que ia sair e quem não ia sair (Grupo focal). ▪ E no cadastro eles ainda perguntavam ‘<i>vocês querem apartamento ou casa?</i>’, a maioria optou por casa, quem é que vai querer morar em apartamento, morar em gaiola? E agora nos planos deles não tem mais casas, é só apartamento, quem quer, não quer (Grupo focal). ▪ A gente era inquilina, a gente foi cadastrada pra ganhar os apartamentos (Entrevista 2). ▪ No dia que o DEMHAB foi lá cadastrar, muita gente não estava em casa, eu era uma, mas eles deram um papelzinho e, colocaram embaixo da porta. E nós tinha que ir lá no outro dia pra resolver isso (Entrevista 2). ▪ Depois do cadastro começaram a tirar as casas desde lá de cima, daí vieram vindo. Tiraram um pouco de cada. Daí, tu viu lá, tá um bombardeio essa rua, tá horrível essa rua, uma casa de pé, tá horrível! (Entrevista 2). ▪ Só que isso foi falha do poder público de não fazer o levantamento correto (Entrevista 3).
5. DESAPROPRIAÇÕES DOS TERRENOS	▪ Nós fizemos um mapa com todos, teve em torno de 17 terrenos que estavam parados e de fato ela desapropriou, só que ficou só na desapropriação (Grupo focal). ▪ Nenhum tijolo foi colocado nos terrenos que foram adquiridos através da participação das comunidades, foram comprados pela Prefeitura para construir Minha Casa, Minha Vida (Entrevista 1).
6. PROJETO HABITACIONAL	▪ Como é que vai ser um projeto social se desde o início a Prefeitura nunca trouxe um projeto habitacional pra discutir com as comunidades (Grupo focal). ▪ E o pior de tudo é que não tem nenhum projeto ainda né, não tem previsão de ficar pronto alguma coisa (Grupo focal). ▪ Eu era inquilina né, até por um lado, eu vou ganhar alguma coisa, pra mim que morava de aluguel, ainda moro, mas a princípio é pra ganhar um apartamentinho (Entrevista 2).
7. BÔNUS MORADIA	▪ Não poder ser casa sem escritura, sem planta, sem nada. Tem que ser tudo legalizado. E aqui na Vila aonde que encontra isso? (Grupo focal). ▪ Então, a gente teve que juntar dois bônus, daí deu R\$ 110.000 pra gente comprar uma casa (Grupo focal). ▪ Eu peguei uma advogada agora né, uma advogada particular (...) uma cláusula que eles colocaram que a gente não pode vender durante cinco anos (Grupo focal). ▪ Alguns conseguiram no litoral e assim mesmo tiveram que fazer um empréstimo pra poder pagar aquela hipoteca (Grupo focal). ▪ R\$ 52.000 pra praia tá terrível viu. Então, a gente teve que juntar dois bônus, daí deu R\$ 110.000 pra gente comprar uma casa (Grupo focal).

	▪ A área não é pública, não tinha por que eu aceitar bônus moradia ou aluguel social, porque eu não me encaixava nesse perfil que eles tinham (Entrevista 1). ▪ Bônus moradia, muitas pessoas tiveram que ir pro litoral, comprar casa no litoral e, assim mesmo, complementar, por que com R\$ 52.000,00 não conseguiram (Entrevista 1). ▪ Uma outra, conseguiu bônus, comprou um apartamentinho lá no Rubem Berta, disse que tá bem (Entrevista 2). ▪ Uma amiga minha (...) aqui do valão, ela é representante, até saiu dali, do valão, foi ali pra perto do Zaffari da Cavallhada. Ela conseguiu dois bônus, uma casa dela e uma peça na frente da casa dela, no mesmo pátio, uma peça do filho. Então, juntou os dois bônus e foi prá lá (Entrevista 2). ▪ Eles tiveram oportunidade de ter uma casa melhor, sair ali do valão. Essa parte eles não queriam ver, né, é que eles se acomodaram ali e ali não pagavam nem água, nem luz (Entrevista 2). ▪ Com o bônus que eles dão, tu não compra aqui perto, é um pouco mais afastado (Entrevista 2). ▪ Teve muita gente, que colocou gente a morar, pra dizer que morava ali. Gente que tinha direito a um bônus, recebeu dois, três, porque trouxe parente, construiu um quatro por quatro e botou a pessoa dentro (...) O que que faltou? Trabalho. O DEMHAB não trabalhou. A Prefeitura não trabalhou e, fizeram tudo de qualquer jeito (Entrevista 3). ▪ A minha mãe saiu daqui e foi pra Viamão. Lá em Viamão, onde ela comprou, tem tudo isso, infraestrutura, um lugar bom. É longe, diferente daqui, que em 30 minutos tá no centro (Entrevista 3). ▪ Que jeito, com cinquenta e três mil? Foram lá pra praia, Pinhal, no meio do mato. A pessoa pra comprar com esse dinheiro, só lá no meio do mato (Entrevista 4). ▪ A pouco tempo eles me falaram <i>‘olha tu a gente vai procurar, que tu é um cara que a gente sabe que é um cara trabalhador, então a gente vai cooperar contigo, e a gente vai fazer bem pertinho, não precisa nem te incomodar’</i>. Então tá bom... Então pode ser também porque eu seja da comissão né (Entrevista 4).
8. ALUGUEL SOCIAL	▪ Eu uma vez estava aqui no DEMHAB, chegou uma senhora chorando, dizendo que estava sendo despejada porque fazia dois meses que o aluguel dela não era pago (Grupo focal). ▪ E é R\$ 500,00 que eles dão de aluguel, se é uma família grande tu vai conseguir uma casa com R\$ 500,00? (Grupo focal). ▪ Esse aluguel de R\$ 500,00 de hoje, há dois anos atrás era R\$ 500,00, só que no contrato de locação não diz que não pode aumentar. No próximo ano vai ter um aumento e a Prefeitura não paga esse aumento, tu tem que tirar do teu bolso (Grupo focal). ▪ Tem gente que tá há Três anos no aluguel social. Quanto é que já tá pagando? (Grupo focal). ▪ Todos os anos o proprietário aumenta e a Prefeitura não repassa esse aumento para as famílias (Entrevista 1). ▪ Graças a Deus, até agora nunca atrasou o aluguel social (Entrevista 2). ▪ Essa que a gente se fala de vez em quando, mas tá tudo bem, que nem eu, tá recebendo, tá a mesma coisa, esperando né? (Entrevista 2). ▪ Tem aluguel social, mas ninguém dizia como é que era. A gente tinha que ir lá, cada um dizia uma coisa (Entrevista 2).

	▪ Essa casa aqui onde eu moro, eu tenho que botar R\$ 200,00. É R\$ 700,00. Então podia ser mais, né? É fruto do que a gente falou nas reuniões. Pô, é muito pouco, a gente não acha casa, é tudo muito caro, e a função, que tinha que dar dois meses de caução. O DEMHAB não dá caução, a caução é com vocês, sabe (Entrevista 2). ▪ Eles depositam só que assim sinceramente, eu não sou adepta do aluguel social, tanto é que me sugeriram e, eu disse que não. Só sairia daqui se tivesse algo meu, porque aluguel social eles podem cortar a qualquer momento (Entrevista 3). ▪ Mas, teve gente que ficou naquela pressão e saíram, foram para o aluguel social, praticamente na força e pressão psicológica. Eles fizeram pressão psicológica comigo também, só que comigo não colou, tanto é que estou aqui, só eu (Entrevista 3). ▪ Eu acredito que todo esse pessoal que tão morando aí não vão aceitar o aluguel social, eles vão esperar os apartamento, a hora que tiver pronto (Entrevista 4). ▪ Todos aqueles que foram pro aluguel social tão arrependido e, muito arrependido (Entrevista 4). ▪ A única coisa que eu era contra era o aluguel social (...) a pessoa chega e tira o pessoal todo de dentro da sua casa pra levar para o aluguel social, pra sabe quando vão fazer esse apartamento. Eu acho um absurdo (Entrevista 4). ▪ A maioria não tem informação e aí, cai nessa do aluguel social (Entrevista 4). ▪ Tu encaminhava o aluguel social e demorava. O meu demorou uns quatro meses (Entrevista 2).
9. PERMUTA	▪ Um as pessoas que não vão sair passam o bônus pra quem quer ir embora (Grupo focal). ▪ Só se eles verem que vale os R\$ 52.000. Vai gente deles olhar pra vê se vale (Grupo focal).
10. INDENIZAÇÃO	▪ Nas indenizações eles avaliaram o terreno e a casa, né. Daí, quem tinha o seu terreno tudo certinho, ganhava mais, tinha tudo escriturado, daí avaliavam o terreno e a casa e era muito mais que um bônus (Entrevista 2).
11. LOCAIS DO BÔNUS MORADIA E ALUGUEL SOCIAL	▪ Muitos foram para o litoral, compraram casa (...) então tão retornando, ocupando outros espaços (Grupo focal). ▪ Tem muita gente voltando (Grupo focal). ▪ A gente comprou na praia. Fomos pra praia e tivemos que voltar pra cá (...). Não tinha nada que desse pra nós fazer (Grupo focal). ▪ E o bônus também, esse pessoal do Valão, foi tudo pra longe, né. Só a [moradora da Avenida Tronco] que tinha dois bônus, ela conseguiu uma coisa mais aqui pra perto. Mas esse pessoal do valão, que era um bônus, foi tudo pra longe, pra Viamão, pra Restinga (Entrevista 2).
12. SEGURANÇA	▪ Também não é tão segura né (Grupo focal). ▪ A violência aumentou um pouco também porque têm muitos espaços que ficam de noite aí, e a gurizada (...) eles estão traficando, então, eles até não são violentos, respeitam, inclusive as pessoas, mas é que vêm os outros que vem roubar e assaltar as pessoas (Grupo focal). ▪ Fiquei resistindo um pouco, até porque não entrava o aluguel social. Aí, o pessoal do terreno do lado, os maloqueiros invadiram...ficou perigoso (...) Vou embora daqui, não vou ficar mais resistindo, porque tem o

	aluguel social. Eu não ia por em risco a vida da gente, com esse pessoal invadindo dos lados, aí começou a ficar perigoso (Entrevista 2). ▪ Nossa, pra ti ter uma noção, aqui do lado, nesse fundo tem um ponto de tráfico. Eu já fui na Delegacia, o pessoal do comércio, todo mundo já foi na Delegacia. E a delegada lá, disse que eles sabem, mas não podem fazer nada, não tem efetivo (Entrevista 3). ▪ Muitas vezes eu tive que trabalhar com bandido do lado, aqui, armado (Entrevista 3).
13. PREVISÃO DE TÉRMINO	▪ Então, não temos noção de quando vai ficar pronto, de quando vão construir. Nada, estamos só esperando (Entrevista 2). ▪ E na verdade, o prazo para começar a construção não existe também, porque não tem nem licitação (Entrevista 3).
14. AMEAÇA/MEDO	▪ Então começou aquela pressão, a Prefeitura veio e disse ‘<i>óh, nós temos que remover 1.600 famílias para poder fazer essa Avenida</i>’ (Grupo focal). ▪ E começaram a pressionar, oferecer aluguel social, bônus moradia. Aluguel social de R\$ 500,00 você não encontra nada para alugar. R\$ 52.340,00 você não consegue em Porto Alegre e no interior é difícil conseguir uma casa com toda a documentação em dia pra você comprar (Grupo focal). ▪ Também pressionam ‘<i>se tu não aceitar isso tu vai ficar sem nada e vão passar a patrôla por cima</i>’, e as pessoas, têm muitos que são leigos, não sabem dos seus direitos (Grupo focal). ▪ A gente tá sofrendo essa pressão desde 2010 e até agora não foi erguido um tijolo num desses terrenos para construir as casas para as pessoas (Grupo focal).
15. MOVIMENTO CHAVE POR CHAVE	▪ Não existe porque a gente cansou de botar na cabeça deles, que eles não são obrigados a aceitar nada da Prefeitura (Entrevista 1). ▪ Aí, ele (Prefeito) mesmo falou, se vocês querem Chave por Chave, então as pessoas só vão sair depois que tiverem a casa nova. E, não foi cumprido (Entrevista 1). ▪ A gente fazia reunião do Supapo, que é um tipo de uma ONG, de um pessoal que luta pelos direitos da comunidade (Entrevista 2). ▪ A gente só sai das casa, se ganhar apartamento, outra casa, que estava difícil conseguir casa com bônus, que a gente tinha direito (Entrevista 2). ▪ Chave por Chave não tem mais e, aquele pessoal que tá ali resistindo, são poucos, que tem um pessoal ali, resistindo, atrás do Postão (Entrevista 2). ▪ Até nós ali do pátio, tinha feito Chave por Chave teve que sair, por que a gente não era proprietário, era inquilina, né. Quando a proprietária foi, a gente tava tipo assim, não tinha muita opção, não tinha que resistir (Entrevista 2). ▪ Na verdade Chave por Chave não tem como, porque não sai nem a licitação para a construção dos apartamentos (Entrevista 3). ▪ Todo esse pessoal que ainda está aí, está acreditando no Chave por Chave (Entrevista 4).
16. LOCALIZAÇÃO/ INFRAESTRUTURA DA AVENIDA TRONCO	▪ Não tinha nada disso aqui, foi tudo conquistado por essa comunidade que é grande. Tem mais de 30 mil pessoas que moram na Vila Tronco/ Cruzeiro e tudo que tem aqui, escola, posto de saúde, foi tudo conquistado com o suor da comunidade (Grupo focal). ▪ As conquistas que a gente conseguiu do Orçamento Participativo foi

	muito marcante pra comunidade (Grupo focal).
17. MANIFESTAÇÕES DAS COMUNIDADES	▪ Se o povo se unir a gente vai ter muita força (Grupo focal). ▪ A gente já esgotou todos os meios institucionais que podia: relatório, dossiê, a Raquel Rolnik (...). Ela fez um dossiê, um relatório pra ONU, a ONU questionou o Brasil sobre as violações de direitos, mas o que o nosso Governo fez? Nada (Grupo focal). ▪ A gente colocou muita pressão, nas ruas, saímos para as ruas, em todas as capitais da Copa a gente foi e fez um movimento grande nas ruas, mas a gente sabia que a Copa ia sair. A gente nunca foi contra a Copa, a gente foi contra a maneira que estava sendo conduzido os trâmites pra tirar as famílias (Grupo focal). ▪ A FIFA, nessa Copa do Mundo, ganhou mais dinheiro do que qualquer outra Copa, da Alemanha. Muito mais. Milhões de reais que ela saiu de dinheiro limpinho sem gastar nada, deixando todo esse estrago pra trás, por culpa do Governo (Grupo focal). ▪ As famílias sendo removidas arbitrariamente, muitas em outras cidades a gente presenciou as máquinas chegando e derrubando as casas, com as pessoas, com as coisas do lado de fora das casas. Então, eu nunca fui contra, mas como a maneira que eles trataram as pessoas nessa Copa (Entrevista 1). ▪ Contra assim o megaevento, até porque eu trabalhei na Copa, contra o megaevento eu não fui (...) só assim, essa parte, pra mexer na casa das pessoas, que já moravam, ficou meio ruim pra eles. (Entrevista 2). ▪ Eu acho que a Copa foi só uma desculpa, porque teve muito desvio de dinheiro, muita coisa errada. Na verdade, eles não trabalharam direito, nessa retirada do pessoal daqui (Entrevista 3).
18. LEGADO	▪ O legado foi o pior possível (Entrevista 1). ▪ E o legado da Copa que deixaram aí, deixaram o estádio do Beira-Rio (...). E as obras que fizeram para melhoria, para chegar ao estádio também (...). Mas, custou muita dor e muito sacrifício para as famílias que foram removidas (Entrevista 1). ▪ Pra nós assim, nada. Pra cidade, mais o turismo (Entrevista 2). ▪ Na verdade, eu fui contra o megaevento, porque eu achei que não acrescentou em nada, só atrapalhou a cidade, atrapalhou até o comércio. Pra nós não foi bom, pelo menos pra nós aqui da periferia da vila, não foi bom. Para os hotéis, pra essas grandes redes foi bom, mas pra nós não. Não mudou nada na nossa vida (Entrevista 3). ▪ Pra mim eu não vi nada pra deixar de bom, só o que ela fez foi limpar o bolso dos trouxa que foram lá ver (Entrevista 4).
19. SENTIMENTOS	▪ Lesado (Grupo focal). ▪ Eu estou deprimida, eu tenho que toma remédio pra dormir (Grupo focal).
20. SITUAÇÃO ATUAL DOS MORADORES	▪ Ela caiu naqueles entulhos e furou a perna. Ela caiu e quebrou a clavícula, daí ela foi ver o que eles podiam fazer e eles falaram assim ‘a gente não pode fazer nada’ (Grupo focal). ▪ Tem lugar que é um lixão (Grupo focal). ▪ Muitas casas tão rachadas as paredes, no caso da minha sogra tá tudo rachado, entrando água pra dentro (Grupo focal). ▪ Os ratos continuam lá, quanto mais casa sai, mais rato aparece (Grupo focal). ▪ Tem invasão porque atrás da minha tinha uma e já tem um moreno lá que

	faz até fogo dentro de casa, precisa ver a fumaça (Grupo focal). ▪ Tem muita gente que era proprietária, morava há anos, que tão até hoje ali, brigando, pra não sair (Entrevista 2). ▪ Os maloqueiros tomaram conta! Pra que tirar às pressas as pessoas? Fazer as pessoas saírem, pareciam umas loucas... Não construíram nada! Imagina, faz dois anos... tu vê como tá isso aí! (Entrevista 2).
21. RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES	▪ Tem muita gente que não quer sair, que não quer ir pra longe. É quem tá aguentando aí ainda. Eu não sai e nem vou sair (Grupo focal). ▪ Eu quero ficar por perto, não tenho condições (Grupo focal). ▪ Muita gente não queria sair daqui, porque geralmente, os filhos tão em colégio aqui perto (Entrevista 2). ▪ A maioria não quer, né. O pessoal do valão foi obrigado. Tinham que sair e pronto. Aí teve um, que tiveram que chamar a Justiça pra tirar, que não queria sair. A Justiça veio, deu um prazo, e no outro dia veio a polícia (Entrevista).
22. DESEJOS	▪ Construção desses edifícios que eles querem fazer (Grupo focal). ▪ Das casas que eles prometeram fazer, porque a gente não é obrigada a morar em apartamento (Grupo focal). ▪ A minha mãe é idosa, ela consulta aqui, agora quebrou o braço, ela não vai poder ir pra longe, ela não pode subir escada. Então, ela precisa da construção de casas (Grupo focal). ▪ Porque eles não dão esse dinheiro na mão? (Grupo focal). ▪ Porque que tem que ser escriturada? A gente pode sair aí e procurar uma casa de R\$ 56 mil, eles vão lá e pagam. Como se eles estivessem comprando a nossa casa, porque é um bônus que a gente tem o direito (Grupo focal).
23. ESCRITÓRIO DA AVENIDA TRONCO	▪ Tu te sente pressionado, não tem saída (Entrevista 1). ▪ Às vezes chega às 8 horas e sai de lá ao meio-dia à uma hora da tarde. Tem que ter disponibilidade de horário (Entrevista 3). ▪ Eles marcam o dia e o povo vai lá. Mas vai umas quinhentas vezes pra solucionar (Entrevista 4).

Tabela I.3: Tabela do *Check list* – Secretaria de Direitos Humanos.

CHECK LIST (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS)	ENTREVISTA 1	ENTREVISTA 2	ENTREVISTA 3	ENTREVISTA 4
Acesso à infraestrutura	A infraestrutura vai chegar de qualquer maneira.	Que eu saiba, sim.	Sim.	Do aluguel social, não. E essa gente que tá recebendo o bônus, tão indo sim, pra área escriturada, agora, o pessoal que tão indo pro aluguel social é pra alugar onde eles acham casa, eles aceitam.

Oportunidades de desenvolvimento humano e econômico	Não.	Continua tudo a mesma coisa.	Algumas pessoas, a maioria tem isso.	Eu creio que muitas delas, elas tem (...) não tenho muita certeza não.
Prioridade para os mais vulneráveis	Não.	Não.	Não	Eu, pelo menos, não vi
Direito à informação e notificação prévia	Não.	Teve, porque eles passaram ali, avisaram, deram um tempo.	Quando eles vinham fazer os levantamentos dos lugares, era nos mandado um ofício dizendo, tal dia vai ser feita a avaliação do prédio (...). Algumas pessoas não receberam porque estavam trabalhando.	A gente teve.
Direito à participação no projeto	Não.	Não tivemos participação nenhuma. Chegaram lá, e disseram que ia ser assim e deu.	Não.	Não, a gente teve quando a gente fez a reunião com eles lá.
Transparência nos projetos de planejamento	Não.	Não.	Não.	Não.
Compensação adequada	Não.	Bônus moradia, de R\$ 52.000,00 é pouco, claro. Em relação ao aluguel social, é pouco R\$ 500,00.	Digamos que teve algumas pessoas que saíram ganhando, porque as casas eram uns casebres.	Não, eu tenho certeza que não.
Locais de reassentamento próximos às áreas em que vivem	Não.	Que eu saiba, não. Desse aluguel, só ficou eu aqui eu a minha vizinha.	Não.	A maioria que recebeu o bônus, nunca vai comprar aqui na região.
Garantia do bem-estar dos habitantes	Não.	Não.	Não.	Não sei.

Tabela I.4: Tabela do *Check list* – Resultados.

CHECK LIST (RESULTADOS)	ENTREVISTA 1	ENTREVISTA 2	ENTREVISTA 3	ENTREVISTA 4
Indenizações oferecidas por Programas do Governo evitando a permanência das famílias no bairro Cristal	Baixíssima.	Sim, com certeza, baixas, muito baixas.	Nesse bairro não se compra casa por menos de R\$ 250.000. E, com R\$ 52.000 tu vai comprar o quê?	Claro, com esse valor nunca que eles iam comprar aqui, isso não dá nem pra pensar.

			Pinhal, Viamão, cidades bem longe daqui.	
Sem acesso à informação de quando as unidades habitacionais serão construídas	Totalmente.	Não tem acesso, e cada um fala uma coisa.	Sem previsão, nem licitação.	É 1.523 apartamentos e quando? Quando tiver dinheiro.
Falta de diálogo com o Departamento Municipal de Habitação	Também não existe diálogo.	Teve falta de diálogo. Eles não sabiam informar nada, sempre diziam, “a gente vai ver”.	Todas as vezes que eu tive lá, eu fui atendida, até porque eu fiz coisas lá dentro, gritando, exigindo os meus direitos.	Nós da comissão somos muito bem atendido quando marcamos reunião com o Presidente.
Sem discussão do projeto habitacional com a comunidade	Totalmente sem.	Sem discussão. Como eu te falei, nunca nos chamaram.	Não tem.	Não. Sobre o projeto, até hoje ele não chegou nas nossas mãos.
Incentivo do Departamento Municipal de Habitação para os moradores aceitarem o aluguel social ou bônus moradia	Tem pressão.	Sim, né. Eles falavam que era pra gente aceitar, porque tinha que sair. É pressão.	Eles faziam uma pressão psicológica, uma pressão muito grande.	Isso aí, até hoje tem.
Aumento da violência no bairro Cristal após as remoções	Aumentou um pouco sim.	Sim.	Muito.	Não, não teve pelo menos que eu saiba.
As comunidades atingidas pela remoção querem continuar a morar no bairro Cristal devido à localização, ao vínculo de amizade e às conquistas a partir do Orçamento Participativo	Sim.	Sim. Todo mundo queria ficar aqui no bairro Cristal.	Tem pessoas que moram aqui há 40, 60 anos. A minha vizinha aqui saiu à semana passada. (...) ela mora desde que ela era jovem, 45 pra 50 anos.	Sim.
Falta de cuidado para a demolição das casas, causando problemas na estrutura da casa vizinha (rachadura nas paredes)	Bastante.	Sim. A casa da vizinha do lado, foi destruída e aí, rachou (...). Não tiveram cuidado (...) ela saiu até no jornal, o “Balanço” foi lá e mostrou, derrubaram a casa do lado e rachou.	Tava atendendo um cliente, quando eles foram destruir a casa dos fundos, isso aqui tremia, eu tive que chamar a polícia.	Não, isso eles tem cuidado.

A Copa do Mundo de 2014 foi uma justificativa para a obra de duplicação da Avenida Tronco, pois ela aconteceria da mesma maneira	Com certeza.	Com a vinda da Copa, a gente teve esse incentivo para fazer a obra, mas ela já estava no papel, mas com a Copa a gente quer deixar a cidade bonita.	Na verdade, acho que foi uma justificativa pra eles trazerem dinheiro pro Estado.	Não. Quando veio a Copa, veio o dinheiro pra fazer umas reforma lá.
Posicionamento dos moradores contra a maneira com que as remoções foram realizadas e não contra a Copa do Mundo de 2014	Exatamente.	Todo mundo falava, eu não tenho nada contra a Copa, só a maneira como foi ali, que eles chegaram assim, muito em cima da hora, tirando as pessoas.	Exatamente.	Não foi contra.

Tabela I.5: Tabela de categorização das reportagens divulgadas pela mídia, FIFA e Governo.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	TRECHOS DAS REPORTAGENS
1. REMOÇÕES	▪ Denúncias de despejos, remoções e desalojamentos de moradores com violações dos direitos humanos das áreas das obras para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (Reportagem 1). ▪ <i>Remoções podem acontecer, entretanto, elas devem respeitar uma série de condições (...) respeitando os direitos humanos</i> (Reportagem 1). ▪ 250 mil pessoas correm o risco de serem despejadas de suas casas por causa de obras para os preparativos da Copa em todo o Brasil (Reportagem 2). ▪ Foram somadas as famílias atingidas por obras, outras ameaçadas de remoção e as que residem em áreas em disputa (Reportagem 2). ▪ Despejos forçados, remoções com aviso prévio de 48 horas, casas demolidas sob protesto, abusos policiais e famílias desesperadas por não saberem onde serão reassentadas ou se receberão indenização por suas perdas (Reportagem 2). ▪ <i>É necessário que o governo brasileiro cumpra com as normas internacionais referentes ao direito à moradia no caso de remoções. Estas incluem a participação das comunidades na definição das alternativas, a transparência e direito à informação e também as compensações ou reassentamentos adequados</i> (Reportagem 2). ▪ Em algumas cidades, avanços foram registrados graças às mobilizações populares. "Como a diminuição do número de famílias a serem removidas e o aumento no valor de indenizações" (Reportagem 2). ▪ A Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse que o Brasil terá "respeito aos direitos humanos nos grandes eventos" (...) "a prefeitura vem conduzindo os processos de reassentamento da maneira mais democrática, respeitando os direitos de cada família" (Reportagem 2).

2. AVENIDA TRONCO	▪ A maior e mais complexa obra de mobilidade urbana, que modificará radicalmente a ligação da zona sul com o centro de Porto Alegre, está longe do fim (Reportagem 5). ▪ Contribuem para o cenário de atrasos a demora nas desapropriações, indenizações, licenças e na licitação para a construção das unidades habitacionais que serão erguidas na região (Reportagem 5). ▪ Dificuldade em encontrar imóveis no valor do bônus moradia (Reportagem 5). ▪ A liberação do projeto de construção dos prédios pela Caixa aumentará a adesão das famílias ao aluguel social (Reportagem 5). ▪ O número de operários é inexpressivo (...) a obra não avança porque depende exclusivamente das desocupações e demolições (Reportagem 5). ▪ A entrega da duplicação da Avenida Tronco era prevista para dezembro de 2012, mas a ordem de início dos trabalhos só saiu poucos meses antes, em maio (Reportagem 6). ▪ Alternativa para os dias de jogos da Copa no Beira-Rio (Reportagem 6). ▪ Dificuldade em fazer a remoção de 1.525 famílias que residem às margens da via, em área da Prefeitura (Reportagem 6). ▪ A construção das casas é outro fator de demora. A Prefeitura fez um chamamento público em 2011 para que se apresentassem empresas interessadas em fazer as construções pelo Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Nenhuma interessada compareceu (Reportagem 6). ▪ Em agosto de 2012, na terceira chamada (...) apareceram duas empresas interessadas em tocar o projeto. Estão sob análise cadastral da Caixa Econômica Federal (Reportagem 6). ▪ Engenheiros acreditam que a conclusão da obra constituirá um anel rodoviário em Porto Alegre capaz de ajudar a desafogar o estrangulamento da mobilidade urbana na cidade (Reportagem 6). ▪ A aposentada (...) vivia em uma área destinada à duplicação da Tronco, no bairro Cristal, e aceitou deixar sua casa em troca do valor oferecido (R\$ 52,4 mil) (...) conseguiu realizar um sonho antigo: viver com a família em uma área verde (Reportagem 6). ▪ O proprietário de uma oficina (...) não quer perder o ponto, onde tem freguesia cativa há mais de 25 anos, e exige uma indenização da Prefeitura, mas segue sem resposta (...) “é como se a gente não existisse. Minha mulher entrou em depressão com tudo isso e não sei mais o que fazer” (Reportagem 6). ▪ As relações com o Prefeito José Fortunati são boas (Reportagem 6).
3. INDENIZAÇÃO	▪ Muitos moradores estariam recebendo ofertas limitadas de indenização (Reportagem 1). ▪ Indenizações insuficientes – entre R\$ 4 mil e R\$ 10 mil, em média, podendo chegar a R\$ 30 mil (Reportagem 2). ▪ <i>O valor dessas compensações transforma as pessoas em sem-teto no Brasil hoje. A moradia é a porta de acesso a outros direitos, como educação, saúde, cultura</i> (Reportagem 2).
4. MOBILIDADE URBANA	▪ Para o Secretário de Gestão, Urbano Schmitt, “nunca na história tivemos tamanho investimento em mobilidade” (Reportagem 6).
5. ATRASO DE OBRAS	▪ Os projetos levados à licitação se mostraram insuficientes do ponto de vista do detalhamento (Reportagem 6). ▪ Só 16,5% dos valor dos empréstimos foi liberado (Reportagem 6).

	▪ A ampliação da Padre Cacique sofreu entraves na retomada de terrenos que eram de propriedade da Prefeitura. Seis empresas iniciaram uma disputa judicial para tentar permanecer na área (Reportagem 6).
6. DIREITOS HUMANOS	▪ A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) no Comitê Gestor que vai definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo em 2014 (Reportagem 7). ▪ “O decreto mostra a importância das políticas de Direitos Humanos em todas as iniciativas do governo brasileiro” (...), avalia a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Reportagem 7). ▪ Importância de se garantir a acessibilidade em todos os equipamentos envolvidos com a Copa do Mundo (Reportagem 7). ▪ “São os Direitos Humanos contribuindo para que o legado da Copa seja de igualdade para todos” (Reportagem 7). ▪ a SDH trabalhará outros temas com ênfase na Copa 2014, como a promoção direitos de crianças e adolescentes, sobretudo o enfrentamento da exploração sexual (Reportagem 7).
7. LEGADO	▪ <i>Queremos deixar como legado um sistema mais eficiente de transporte coletivo, aeroportos eficientes. Tudo isso com a preocupação de estimular o desenvolvimento social</i> (Reportagem 1). ▪ <i>Ainda há tempo de se elaborar um plano de legado sócio-ambiental, de promoção dos direitos humanos no âmbito da Copa e das Olimpíadas</i> (Reportagem 1). ▪ <i>"Consigo entender a necessidade de novas linhas de transporte e projetos urbanos, mas também entendo a situação dessas famílias em risco"</i> (Reportagem 2). ▪ Com a Copa, o Brasil vai economizar na propaganda dos destinos, o que normalmente tem um custo enorme (Reportagem 4). ▪ “O Mundial será benéfico para o turismo do País inclusive depois de acabar.” Em termos de infraestrutura, a Copa acelerou obras importantes. É um absurdo as reformas dos aeroportos não terem terminado a tempo, mas elas pelo menos estão em andamento (Reportagem 4). ▪ Governantes comemoram a possibilidade de redesenhar cidades, mas a pressa, a falta de planejamento e a burocracia deixam uma herança de pendências (Reportagem 6). ▪ Após a conclusão de 14 obras de mobilidade urbana da Prefeitura, Porto Alegre terá 2,4 quilômetros de novos viadutos, pontes e trincheiras; 33 quilômetros de vias novas, duplicadas e faixas exclusivas de ônibus reformadas; 5,8 quilômetros de ciclovias na Avenida Tronco (Reportagem 6). ▪ Duplicação da Avenida Beira-Rio e ampliação da Avenida Padre Cacique, com a construção do viaduto Pinheiro Borda, faixas exclusivas de ônibus e ruas transversais (Reportagem 6). ▪ As obras (Avenida Beira-Rio e Padre Cacique) deram certo porque a Prefeitura se tornou “prioridade máxima”. Esta foi a fórmula utilizada para fazer avançar: acelerar o entorno do estádio e frear ou paralisar o restante (Reportagem 6). ▪ O legado do complexo Beira-Rio é a qualificação do principal corredor de acesso à Zona Sul da Capital (Reportagem 6).

	▪ Com a conclusão do viaduto da Pinheiro Borda, o trânsito passou a fluir melhor a partir daquele ponto, impactando positivamente na qualidade de vida das pessoas (Reportagem 6). ▪ O legado do viaduto (Bento Gonçalves) será melhorar o fluxo do corredor da Terceira Perimetral (Reportagem 6). ▪ A obra (viaduto da Bento Gonçalves) vai resolver um problema que deveria estar solucionado há muito tempo (Reportagem 6). ▪ Quase 700 mil turistas estrangeiros visitaram o País, 485 mil passaram pelos 21 aeroportos brasileiros, que registraram apenas 7,46% de atrasos de voos (Reportagem 8). ▪ Qualificaram a organização do Mundial como um sucesso. Opinião compartilhada pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter, que deu 9,25 de nota para o megaevento (Reportagem 8). ▪ <i>“O principal legado foi como soubemos combinar o ambiente organizativo com o ambiente de festa e celebração. Para isso, tínhamos que garantir a qualidade dos serviços necessários para o evento”</i> (Reportagem 8). ▪ <i>“A Copa foi coroada de sucesso”</i> (Reportagem 8). ▪ <i>“Essa é a primeira Copa realizada sob a égide da convergência tecnológica”</i> (Reportagem 8). ▪ A Copa do Mundo bateu recordes de audiências em diversos países (Reportagem 8). ▪ Para o ministro do Esporte, o sucesso da realização da Copa do Mundo é resultado do trabalho e dos esforços dos organizadores do evento que souberam superar a desconfiança da imprensa (Reportagem 8).
8. ERROS NO PLANEJAMENTO	▪ No início de 2010, quando foi assinada a Matriz de Responsabilidade da Copa, foram feitas estimativas de investimentos em obras, sem cálculos confiáveis (Reportagem 6). ▪ As cidades-sede tiveram de tomar um segundo empréstimo federal para finalizar os empreendimentos (Reportagem 6). ▪ Com 14 obras ao mesmo tempo, o corpo técnico da Prefeitura se mostrou reduzido (...) o município entendeu que o risco valia a pena: se não colocasse tudo no pacote da Copa, perderia os financiamentos em condições favoráveis da União (Reportagem 6). ▪ Simplesmente esqueceram dos pedestres (Avenida Pinheiro Borda) (Reportagem 6). ▪ Viaduto da Bento: a negociação de desapropriação e indenização se desenrolou entre marco de 2012 e maio de 2013. Parte da obra ficou engessada nesse período (Reportagem 6). ▪ Muitas das obras realizadas custaram muito mais do que o programado (Reportagem 3). ▪ A Copa seria realizada sem dinheiro público, mas todos os estádios foram beneficiados com isenções fiscais e empréstimos camaradas do BNDES (Reportagem 3). ▪ Muito foi deixado para a última hora (Reportagem 3). ▪ A distância entre o prometido pelas autoridades públicas e o realizado é grande (Reportagem 3). ▪ Segundo o documento oficial “Impactos econômicos da realização da Copa de 2014 no Brasil”, que prognosticava que os ganhos poderiam chegar a R\$ 183 bilhões, o país ainda seria beneficiado pela construção de uma nova imagem no exterior, ligada à competência, organização e

	desenvolvimento, e a população das cidades-sede teriam como legado melhorias na infraestrutura urbana (Reportagem 3).
9. MANIFESTAÇÕES	▪ Altos custos e baixa qualidade da gestão das obras para a Copa do Mundo tenham virado um catalizador de um sentimento difuso de insatisfação, gerando uma série de protestos contra tudo o que está aí e a Copa também (Reportagem 3). ▪ Desde as legítimas manifestações que começaram em junho do ano passado, construiu-se a imagem de que o Mundial é responsável pelas desgraças da nação (Reportagem 4). ▪ Talvez ela seja resultado de uma mentira contada a partir de 2007, quando o Brasil foi escolhido sede da Copa. Autoridades de governos, integrantes notáveis do Comitê Organizador Local (COL) e a própria imprensa disseram, ou pelo menos insinuaram, que o torneio de futebol seria o antídoto para todos os males nacionais. Teríamos, enfim, aeroportos reluzentes, estradas seguras, metrô confortáveis, segurança pública eficiente. Quase nada disso virou realidade. Pior ainda: ao desapontamento juntaram-se denúncias de corrupção e muito dinheiro jogado na lata do lixo (Reportagem 4). ▪ Daí a possibilidade de amplos protestos durante a Copa. Para contê-los, o governo federal aposta na militarização das ruas, com tanques do Exército e policiais da Força Nacional de Segurança (Reportagem 4). ▪ Só os brasileiros sabem como tem sido difícil admirar o País. O transporte público é horrível. A economia não anda. Hospitais matam em vez de salvar. Falta água. Tudo é caro. São flagelos demais para uma nação inteira ignorar. “A população nas ruas é uma indicação de que os canais existentes para exercer a cidadania não são suficientes” (Reportagem 4).
10. COPA DO MUNDO	▪ A Copa da incompetência, das obras prometidas e não entregues, dos protestos violentos e do oportunismo das greves está envolta por uma espessa camada de sombras, como se nuvens escuras anunciassem uma tempestade que se aproxima. Mas há uma outra Copa também, tão radiante quanto os dias ensolarados de Teresópolis, e que poderá ser conhecida e reverenciada nos pés hábeis de craques como Neymar e dos jogadores brasileiros (Reportagem 4). ▪ De um lado, confrontos que produzem vítimas. De outro, a festa do futebol (Reportagem 4).

Tabela I.6: Tabela de categorização dos materiais adquiridos nas manifestações e eventos das comunidades removidas.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	TRECHOS DO MATERIAL COLETADO NAS MANIFESTAÇÕES E EVENTOS DAS COMUNIDADES REMOVIDAS
1. COPA DO MUNDO	▪ Oportunidade única da Copa impõe seu tempo, criando legislações de exceção (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Quanto tem custado aos brasileiros o Padrão FIFA? Com uma promessa de legado e de infraestrutura urbana para as cidades, o que a Copa do Mundo mais fez foi criar expectativas no povo e deixar de presente elefantes brancos, obras inacabadas, muita gente sem casa e sem esperança (Jornal Jornalismo B). ▪ Existem leis locais que não só excepcionalizam leis fiscais, leis de regulação econômica, mas leis que também excepcionalizam a própria

	regulação do espaço público. A FIFA passa a ser o agente regulador do espaço público durante o desenvolvimento da Copa e dos eventos associados à Copa (Jornal Jornalismo B). ▪ As remoções já se tornaram outra marca registrada da Copa (Material ‘Copa pra que(m)?).
2. INTERVENÇÕES URBANAS	▪ O discurso do poder público, das prefeituras municipais, o discurso está centrado nesse objetivo “nós estamos promovendo o crescimento, nós estamos abrindo empresas, nós estamos desenvolvendo as nossas cidades” (Jornal Jornalismo B). ▪ Segundo o Estatuto das Cidades nenhum projeto de intervenção urbana pode ser implementado sem a discussão da sociedade, em especial das comunidades afetadas. O discurso do poder público, das prefeituras municipais, o discurso está centrado nesse objetivo “nós estamos promovendo o crescimento, nós estamos abrindo empresas, nós estamos desenvolvendo as nossas cidades” (Jornal Jornalismo B).
3. CONDUTA FRENTE ÀS REMOÇÕES	▪ Na cidade de Porto Alegre, milhares de famílias têm o seu direito à moradia adequada violado por conta dos projetos e obras urbanas (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Porto Alegre é reconhecida internacionalmente pelas inúmeras inovações no âmbito da gestão democrática e participativa da política urbana, bem como dos avanços constitucionais em termos do direito à moradia adequada (...). Apesar disso, o Governo local vem praticando uma série de políticas urbana “às avessas”, que se intensificam na conjuntura da realização da Copa do Mundo (Jornal de Olho na Cidade). ▪ (...) iniciar remoções de comunidades inteiras, porém sem previsões reais de iniciar o reassentamento das famílias (Jornal de Olho na Cidade). ▪ As instâncias de governança urbana associadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas não preveem nenhum canal de participação decisório com a presença da sociedade organizada brasileira. O discurso do poder público, das prefeituras municipais, o discurso está centrado nesse objetivo “nós estamos promovendo o crescimento, nós estamos abrindo empresas, nós estamos desenvolvendo as nossas cidades” (Jornal Jornalismo B). ▪ A sociedade está alijada não só dos processos decisórios, mas alijada no sentido de, de forma transparente, ter acesso àquilo que está sendo realizado e aos interesses que estão por trás daquilo que está sendo realizado (Jornal Jornalismo B). ▪ Não é a população mais pobre que está se beneficiando da Copa do Mundo (Material ‘Copa pra que(m)?).
4. BÔNUS MORADIA	▪ Soluções emergenciais que não resolvem o real problema habitacional (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Oferecido às famílias em valor equivalente a uma unidade do Programa Minha Casa Minha Vida, descontando-se o valor do terreno, totalizando R\$ 52.000. Este valor está imensamente abaixo do valor de mercado (Jornal de Olho na Cidade).
5. ALUGUEL SOCIAL	▪ Alternativa à política habitacional (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Soluções emergenciais que não resolvem o real problema habitacional (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Permite a família viver, por tempo indeterminado, num apartamento alugado pela Prefeitura num valor de 500,00 reais mensais (Jornal de Olho na Cidade).

6. MANIFESTAÇÕES DAS COMUNIDADES	▪ Afinal, essa Copa é para quem? Somente para a FIFA e seus parceiros comerciais, Governos e agentes políticos, empreiteiras e grandes corporações (Folheto). ▪ Espaço de esperança, uma repolitização da esfera pública, da rua, a rua como um lugar de conflito, como um lugar de disputa (Jornal Jornalismo B).
7. GREVE	▪ Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho fizeram com que houvesse greve em praticamente todas as obras. Além da remuneração, os trabalhadores também reclamam da falta de segurança nas obras (...), sete operários morreram durante a construção e reforma de estádios (Material 'Copa pra que(m)?').
8. LEGADO	▪ 11 mortes nas arenas da Copa; 250 mil pessoas removidas à força de suas casas; trabalhadores ambulantes e artistas independentes impedidos de trabalhar; mulheres, crianças e adolescentes sofrendo com exploração sexual; pessoas em situação de rua sofrendo violência; elitização dos estádios de futebol; dívida pública para a população pagar (Folheto). ▪ O que fica para o país é um legado de baixo investimento externo, aumento significativo na dívida pública, violação de direitos nos mais variados níveis, elitização eminente do futebol transformado em negócio e ignorando a cultura popular do futebol brasileiro, além de um processo de gentrificação violento em todas as cidades que usaram sua força para elitizar e privatizar espaços e áreas públicas gerando cada vez mais desigualdades e segregação sócio espacial (Jornal Jornalismo B). ▪ Esses investimentos (mobilidade urbana) até que poderiam deixar um legado positivo para o país, melhorando os problemas de trânsito de algumas grandes cidades. No entanto, esta área não é prioridade do Governo e, muito menos, da FIFA (Material 'Copa pra que(m)?').
9. DIREITO À MORADIA	▪ Os projetos governamentais não visam garantir o direito à moradia para essas famílias, mas sim em como viabilizar a ampliação do aeroporto, duplicação de uma avenida, o projeto de saneamento, etc. (...) a política habitacional se impõe de maneira arbitrária colocando as famílias em uma situação de ameaça para locais distantes da região de origem, sem considerar os laços com o território, as relações de vizinhança, de amizades e os núcleos familiares (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Habitar é uma necessidade crucial de qualquer indivíduo e é primordial o entendimento disso por parte da sociedade para combater as diferenças frente às desigualdades no acesso aos bens e serviços (Jornal de Olho na Cidade).
10. OCUPAÇÕES IRREGULARES	▪ Em 2010 a cidade (Porto Alegre) possuía 486 ocupações irregulares com um total de 75.656 domicílios (...) uma população de 288.891 habitantes, o que significa 21,46% da população ou 17,1% dos domicílios em situação de habitação irregular (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Existe hoje uma crise habitacional mundial que atinge as populações mais pobres. A vulnerabilidade quanto ao direito de posse resulta na perda de suas casas para dar lugar a grandes projetos relacionados a megaeventos esportivos (Jornal de Olho na Cidade). ▪ Em Porto Alegre, as ocupações irregulares, em sua grande parte, são habitadas por comunidades bastante antigas que reivindicam há tempos uma política de urbanização e de regularização fundiária (Jornal de Olho na Cidade).

APÊNDICE J: Perfil da amostra dos respondentes do questionário

Tabela J.1: Profissão dos respondentes do questionário.

PROFISSÃO	FREQUÊNCIA - PORCENTUAL
Estudante	44
Arquiteto	18
Aposentado	3
Advogado	6
Professor	18
Encanador	1
Analista de sistemas	9
Auxiliar administrativo	1
Servidor público	3
Dona de casa	1
Comércio	5
Autonomo	4
Dentista	2
Analista financeiro	2
Turismóloga	1
Enfermeiro	1
Administrador	3
Engenheiro	2
Sociólogo	1
Ator	1
Secretária	1
Jornalista	1
Gerente de contas	1
Músico	1
Bancário	1
Ramo de transporte	1
Editor de vídeo	1
Gerente	1
Programador visual	1
Economista	1
Hoteleiro	1
Ilustrador	1
Contador	1
Empresário	1
Auditor	1
Auditor contábil	1
Desempregado	1
Relações públicas	1
Não responderam	22
Total	166

Tabela J.2: Acesso ao plano de saúde dos respondentes do questionário.

ACESSO AO PLANO DE SAÚDE	FREQUÊNCIA - PORCENTUAL
Sim	132 (79,5%)
Não	21 (12,7%)
Total	153 (92,2%)

Tabela J.3: Local de estudo dos respondentes do questionário ou de seus filhos.

LOCAL DE ESTUDO	FREQUÊNCIA - PORCENTUAL
Em escola de rede pública	4 (2,4%)
Em escola de rede privada	21 (12,7%)
Em universidade federal	43 (25,9%)
Em universidade privada	38 (22,9%)
Não estamos cursando nada no momento	40 (24,1%)
Total	146 (88,0%)

APÊNDICE K: Localização das principais instituições de educação e saúde e áreas de lazer

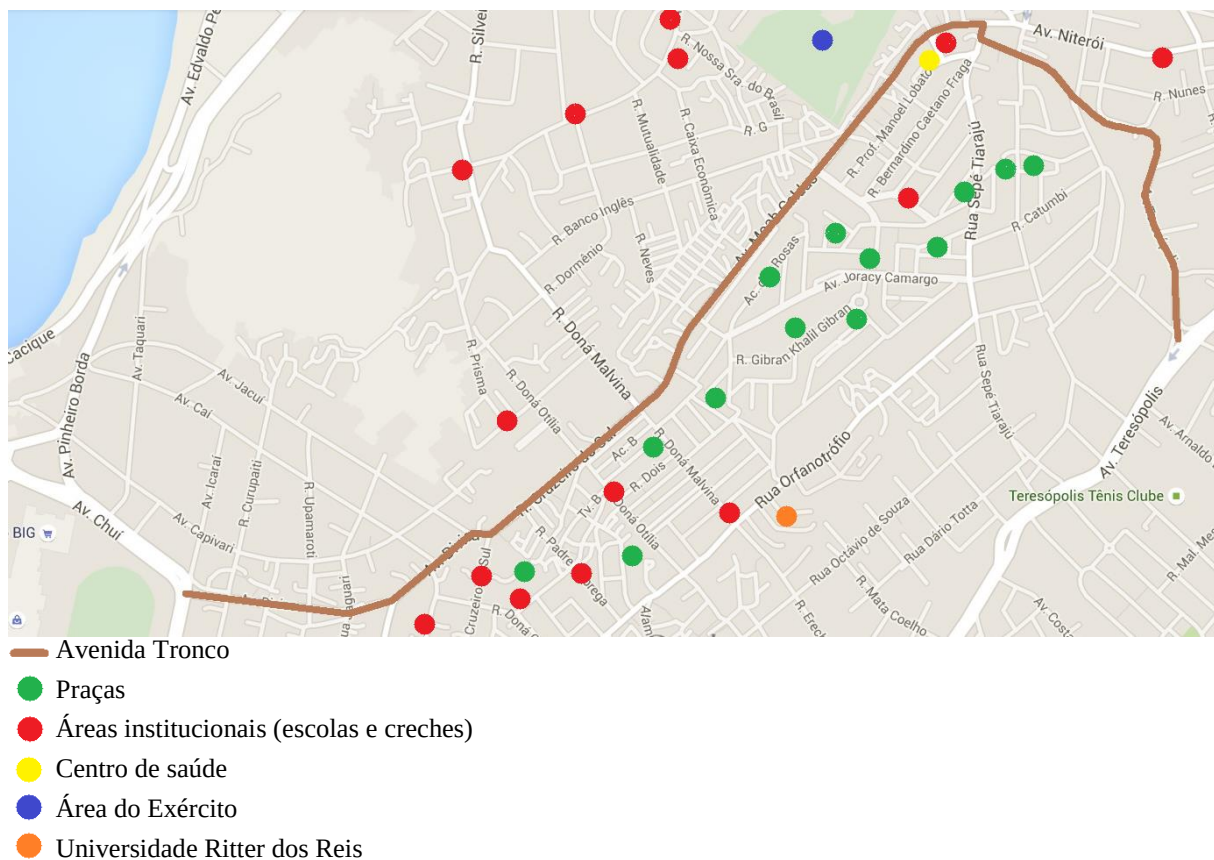


Figura K.1: Mapa indicativo das principais instituições de educação e saúde e áreas de lazer.

Fonte: Silva, 2014.